



TEMPOS E ESPAÇOS DA PESQUISA QUALITATIVA

Maria Augusta Mundim Vargas
Daniele Luciano Santos
ORGANIZADORAS



Criação Editora

Título: TEMPOS E ESPAÇOS DA PESQUISA QUALITATIVA

ORGANIZADORAS: Maria Augusta Mundim Vargas

Daniele Luciano Santos

ISBN: 978-85-60102-00-6

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes

Estácio Bahia Guimarães

Fábio Alves dos Santos

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

José Eduardo Franco

José Rodorval Ramalho

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira Menezes

Maria Inêz Oliveira Araújo

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza

CONSELHO CIENTÍFICO

Profa. Dra. Anete Marília Pereira

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz

Programa de Pós-Graduação em Geografia e Tratamento da Informação Espacial Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Carlos Eduardo Santos Maia

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade de Brasília

Profa. Dra. Maria de Fátima Rodrigues

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Paraíba

Prof. Dr. Maria José Nascimento Soares

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Patrícia Francisca de Matos

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão e Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra. Salete Kozel

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Weber Soares

Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências - Universidade Federal de Minas Gerais

www.editorcricao.com.br



TEMPOS E ESPAÇOS DA PESQUISA QUALITATIVA

Maria Augusta Mundim Vargas
Daniele Luciano Santos
ORGANIZADORAS



Criação Editora
Aracaju | 2018

Copyright by organizadoras

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome da autora, título da obra, editora, edição e paginação.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código penal.

Editoração Eletrônica
Adilma Menezes

Capa:
ID 122434930 © Jakarin Niamklang | Dreamstime.com

Catálogo Claudia Stocker – CRB5-1202

Tempos e espaços da pesquisa qualitativa
Maria Augusta Mundim Vargas; Daniele Luciano Santos (organizadoras). Aracaju: Criação, 2018.
354 p. 21 cm
ISBN: 978-85-60102-00-6

1. Cultura. 2. Ciências Humanas. 3. Metodologia científica. 4. Pesquisa qualitativa.

I. Título II. Maria Augusta Mundim Vargas (org.) III. Daniele Luciano Santos (org.) IV. Assunto

CDU 502.35:001.8(813.7)

PREFÁCIO

Nas primeiras páginas do livro *Práticas e Vivências com a Geografia Cultural*, publicado em 2015, assumimos como prática, o contínuo exercício de encontro com os fenômenos sociais, sem desvinculá-los de suas bases material, temporal e espacial. Esse compromisso é prenhe de vontades de observar, pesquisar, discutir, debater, escrever e publicar. Dado que, em agosto de 2017, juntamente com Auceia Matos Dourado, convocamos colegas e estudiosos de grupos de pesquisa cujos conteúdos são delineados pelas possibilidades teóricas e metodológicas sobre questões contemporâneas que permeiam o arcabouço da pesquisa geográfica, sobretudo, as abordagens qualitativas.

No convite, informamos nossa pretensão em lançar um livro, a princípio no formato Ebook, de forma a coroar a realização do III Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa. Sugerimos como título o mesmo tema do Seminário e é, pois, no contexto de continuidade que se gesta e se concretiza essa coletânea. Afirmávamos produtores de um “movimento” de atualização metodológica em sintonia com a nova Geografia Humana, tal como explicitada por Paul Claval no início da década de 2000. Em movimento vivenciamos a produção sob um amplo quadro teórico metodológico, cremos sinalizador de múltiplas versões merecedoras de observação, discussão, debates e publicações.

As partes dessa coletânea traduzem, portanto, múltiplas versões metodológicas, dentre as quais destacamos dois eixos condutores. Há que se frisar a disposição dos autores apresentarem suas abordagens, suas inquietações e expectativas, por um lado e, por outro, a retidão, no sentido do compromisso com o fazer a Geografia, ao dedicar uma parte do livro à exposição das etapas de construção e realização de estudos culturais.

Agradecemos aos autores por acatarem a convocação com métodos que, em última instância, se prestam a nortear, orientar, encaminhar e, por que não, regular o conhecimento científico. Em consequência, agradecemos aos leitores por, direta ou indiretamente, participarem do permanente movimento de discussão e afinamento da pesquisa qualitativa.

Agradecemos em especial aos geógrafos que se mantêm como referência dos autores, com destaque para Antônio Carlos Robert Moraes, Eustógio Wanderley Correia Dantas, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Aurélio Saquet, Milton Santos, Rita de Cássia Cruz, Rogério Haesbaert, Roberto Lobato Corrêa, Salette Kozel e, também à Denis Cosgrove, Edward Relph, Eric Dardel, Joel Bonnemaïson, Paul Claval e Yi-Fu Tuan. Dentre todos gratidão à Maria Geralda de Almeida e Vera Lúcia Salazar Pessôa, geógrafas de referência e presença desde o I Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa, pela gentileza em participarem dessa coletânea com conteúdos reflexivos e indicativos de que estamos em movimento.

Agradecemos também aos integrantes do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura pelos debates e reflexões que semearam nossos encontros e germinaram inspirações para construção dessa coletânea.

Estamos com as Vivências, com os Percursos e Caminhos, com os Múltiplos Olhares, mas, sobretudo, compromissadas com a Memória de nossos estudos; estamos cômicas de que é inacabada a relação do presente com o passado; estamos em movimento. Que venham outras coletâneas!

Aracaju, outubro de 2018.

Maria Augusta Mundim Vargas

Daniele Luciano Santos

Organizadoras

TEMPOS E ESPAÇOS DA PESQUISA QUALITATIVA: UM DIÁLOGO¹

Vera Lúcia Salazar Pessôa²

Dialogar com *Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa*, para mim, foi um desafio! Entendo que desafios são para serem vencidos porque nos fazem crescer. Foi um desafio gratificante por duas razões significativas. A primeira, pelos laços de amizade que me unem ao PPGEU/UFS; aqui, de forma especial, os que me unem à Maria Augusta desde os tempos dos Encontros (ENGA, Pós-Graduação) aí realizados e de minha colaboração como professora no PPGEU. Nessa caminhada o tempo passou: cerca de 25 anos! A segunda razão é a qualidade dos trabalhos apresentados neste livro. A preocupação em realizar pesquisas com uma combinação de teoria e prática permeia todos os textos.

Para entender o porquê da elaboração deste livro, fui buscar ideias nas considerações contidas no folder do evento sobre o grupo de pesquisa consolidado em 2003 com a execução do projeto: “Avaliação socioeconômica sob influência da indústria do petróleo”, que firmou sua repercussão nos planos social e político por meio do convênio CENPS/PETROBRÁS. Desde então, o grupo de pesquisadores vem desenvolvendo trabalhos no âmbito da Geografia Cultural, privilegiando as interfaces entre cultura, sociedade, representações sociais e sustentabilidade do patrimônio material e imaterial.

O grupo, na Academia, também tem contribuído com o desenvolvimento de abordagens teórico-metodológicas sobre manifestações culturais, paisagens, representações sociais, percepção, entre outras.

1 O texto não segue, de forma rígida, as normas de citação da ABNT NBR –citações 10520 pela particularidade da sua escrita.

2 Professora Titular/Membro do Diretório do Grupo de Pesquisa/CNPq/NEPSA e GeTEM/UFG/Regional Catalão.

Para dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos, o grupo assumiu a realização do I Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa em 2015. No ano seguinte, houve a segunda edição: um momento importante, em que foi discutida a possibilidade da ampliação do seminário devido à importância da abordagem qualitativa nos tempos e espaços dos estudos geográficos. O resultado foi positivo: o III Seminário será realizado em 2018 (5 a 7/12), na UFS, no Campus São Cristóvão. Os eixos norteadores são Diálogos institucionais, com relatos de experiências e propostas, com exposições e discussões dos estudos qualitativos na Geografia e áreas afins.

A partir da resposta sobre o porquê da elaboração deste livro, considere importante situar tempo e espaço e tecer comentários sobre a pesquisa qualitativa realizada sobretudo a partir da década de 1970, quando ganha espaço no exterior e no Brasil.

Tempo, significa “sucessão dos anos, dos dias, das horas, que envolve para o homem a noção de presente, passado e futuro”³. Espaço significa “lugar mais ou menos delimitado, cuja área pode conter alguma coisa”⁴. Nos textos que compõem esta coletânea, os termos vão além da definição. Assim, o “geógrafo, ao fazer uma análise do espaço, deve sempre recorrer à linha histórica e incorporar ao seu raciocínio tanto o tempo como a [sua] duração [...]”. Deve levar em conta “a existência de escalas de tempo diferentes, e não apenas para fenômenos de natureza diferente” (fenômenos geológicos e fenômenos humanos)⁵. Tempo também pode ser entendido como “o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama”. Quanto ao espaço, é o “meio, o lugar material da possibilidade dos eventos”⁶. O espaço “é a soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra”⁷. Os espaços são produzidos e apropriados de acordo com interesses, sobretudo econômicos.

Nesse sentido, o rio São Francisco, as comunidades rurais no Alto e Médio São Francisco, o Noroeste de Minas, os assentamentos rurais, o Povoado do Brejão, o

3 FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3ed.rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.1940.

4 FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.809.

5 DOLFUSS, Olivier. O tempo. In: _____. **A análise geográfica**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: DIFEL, 1973.p.108.

6 SANTOS, Milton. Tempo e espaço-mundo ou, apenas, tempo e espaços hegemônicos. In: _____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico –científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.41.

7 SANTOS, Milton. Alienação do espaço do homem. In: _____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: HUCITEC, 1982.p.19-20.

litoral sergipano, a cidade de Penedo, de Itaporanga D'Ajuda, o Vale do Jequitinhonha, espaços estudados e seus sujeitos corroboram o fato de que a intervenção humana construiu novos espaços. E o tempo foi um elemento importante para entender a história dos lugares e mostra a sucessão dos acontecimentos nesses espaços.

A abordagem qualitativa permite compreender a relação tempo/espaço porque a realidade é subjetiva e múltipla, construída de modo diferente por cada pessoa. Nesse sentido, a interação do pesquisador com o objeto e o sujeito pesquisado é importante para dar voz aos sujeitos e construir a teia de significados. Os valores pessoais do pesquisador, sua visão de mundo, fazem parte do processo investigativo⁸. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas e não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem a provas de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens⁹.

A pesquisa qualitativa começou a se destacar no cenário entre o final da II Guerra até os anos 1970, quando atingiu sua fase áurea. Foi o momento em que se consolidou como modelo de pesquisa. Entretanto, na primeira metade do século XX, os estudos socioculturais deram visibilidade à Antropologia, que se tornou uma disciplina distinta da História. A Antropologia procura estabelecer meios de estudar como vivem os grupos humanos, compartilhando de sua vida no local onde vivem, e como dão sentido às suas práticas e coesão ao seu grupo. Nesse marco, a etnografia e o trabalho de Bronislaw Malinowski (*Os argonautas do Pacífico*) são destaques. Posteriormente, a Escola de Chicago também se destaca com o uso da observação participante, que irá dar nova dimensão aos trabalhos qualitativos.¹⁰

Outro momento importante foi aquele que se estendeu da década de 1970 a 1980. Nesse período houve a ampliação dos investimentos públicos e privados. Os recursos e o desenvolvimento da pesquisa, das equipes de centros universitários e institucionais de pesquisa fizeram surgir nova orientação e novos paradigmas. Isto se refletiu na mudança de visão sobre a natureza da pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Novos temas e problemas originários de

8 CHUEKE, Gabriel V.;LIMA, Manolita C. Pesquisa qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, n.128, p.63-69,jan.2012.Disponível em: <<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php>>

9 PORTELA, Girlene L. **Pesquisa quantitativa ou qualitativa?** Eis a questão. Disponível em: <www.girleneportela.com.br>

10 CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**,Braga/Portugal,v.16, n.202, p.221-236, 2003.

classe, gênero, etnia, raça e cultura propuseram novas questões metodológicas aos estudos qualitativos.¹¹

A década de 1990 representou um período de grandes transformações mundiais. A partir desse momento, ocorre o desaparecimento do único sistema concorrencial ao capitalismo liberal, o comunismo soviético, abrindo caminhos para a globalização planetária do capitalismo e a ascensão dos programas políticos neoliberais. A realidade social é o foco do pesquisador. A observação necessita de uma teoria, os textos refletem o contexto político e a objetividade está delimitada pelo comprometimento do sujeito com a realidade em que vive. As pesquisas tendem a reconhecer uma pluralidade cultural, abandonando a autoridade única do pesquisador para reconhecer a participação efetiva dos participantes. Todos passam a ter voz na pesquisa.¹²

Com relação ao Brasil, os estudiosos da abordagem qualitativa mostram que foi a partir da década de 1970 que a concepção positivista de ciência passou a receber críticas filosóficas, políticas e técnicas. As críticas apontavam na direção da aplicação de modelos das Ciências Naturais para outras ciências (em especial as Humanas) e da separação entre fatos e contextos, uma característica básica do positivismo ao tratar o mundo como um conjunto de fatos naturalmente interligados. Essa crítica foi importante porque levou o pesquisador a buscar novas estratégias investigativas. Isto culminou na proposição de uma abordagem alternativa para o tratamento dispensado aos problemas de pesquisa e suas correspondentes análises, denominada como pesquisa qualitativa¹³. As bases filosóficas da investigação qualitativa estão ancoradas em duas correntes: a Dialética e a Fenomenologia¹⁴. Essas duas correntes sustentam os textos apresentados.

Para entender esse diálogo, o livro organizado por Maria Augusta Mundim Vargas e Daniele Luciano Santos encontra-se dividido em quatro partes, com um total de onze capítulos. A primeira parte preocupa-se em relatar as vivências de Maria Augusta Mundim Vargas, Maria Geralda de Almeida e Angela Fagna Gomes de Souza. A segunda mostra os percursos e caminhos da pesquisa de Geraldo Inácio Mar-

11 CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga/Portugal, v.16, n.202, p.221-236, 2003.

12 CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga/Portugal, v.16, n.202, p.221-236, 2003.

13 MARTINS, Lúcia M. **As aparências enganam**: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. 2006. 16p. Disponível em: <<https://social.stoa.usp.br/articles>>

14 PESCE, Lucila; ABREU, Claudia Barcelos de A. Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.22, n.40, p.19-29, jul./dez.2013. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br>>

tins, Auceia Matos Dourado e Edivaldo Alves de Oliveira. A terceira destaca os múltiplos olhares da pesquisa nos trabalhos de Priscila Pereira Santos e José Wellington Carvalho Vilar, de Daniella Pereira de Souza Silva e de Daniele Luciano Santos. A quarta destaca as memórias dos projetos de pesquisa da equipe de José Antônio Souza de Deus, Ludimila de Miranda Rodrigues Silva, Mariana Rodrigues da Costa Neves e Liliane de Deus Barbosa e também do projeto de Maria Augusta Mundim Vargas.

Abriendo a coletânea, “Vivências culturais com o Rio São Francisco: certezas, entradas e caminhos”, Maria Augusta Mundim Vargas procura delimitar suas percepções sobre as vivências com o rio São Francisco, destacando as certezas, as entradas, os caminhos e o movimento. Nas certezas, suas raízes. Nas entradas, a aventura e as janelas abertas: suas escolhas e os encontros das/com as Geografia. Em caminhos, aponta temas e conteúdo para a reflexão sobre o devir, expectativas, compromissos e responsabilidades de ser geógrafa, de agir sobre a Geografia. E, em movimentos, são traçados os caminhos metodológicos da pesquisa.

No segundo capítulo, “Observar e entender o lugar: trilhas metodológicas”, Maria Geralda de Almeida se propõe a tratar o lugar como maneira de estudar o espaço na abordagem da Geografia Cultural e apresenta alguns procedimentos metodológicos do lugar, categoria da abordagem culturalista.

No terceiro capítulo, “Pensar, viver e refletir sobre experiências de pesquisas etnográficas”, Angela Fagna Gomes de Souza destaca sua trajetória na pesquisa iniciada na Graduação, refletindo sobre a experiência de pesquisa geoetnográfica, a geoetnografia e a fotoetnografia, em que a fotografia foi usada não como simples recurso ilustrativo, mas como uma narrativa.

No quarto capítulo, “Notas de pesquisa: da construção do objeto de pesquisa aos percursos teóricos e metodológicos”, de Geraldo Inácio Martins, o objetivo é mostrar, a partir da pesquisa desenvolvida junto às comunidades rurais camponesas e às Unidades de Conservação (UC) áreas que abrangem as regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais e Sudoeste da Bahia, a construção do objeto de pesquisa, as fontes utilizadas para responder às indagações da pesquisa e a forma como foi feita a análise das informações obtidas a partir do trabalho de campo e do roteiro de entrevista. A análise do discurso (AD) foi um instrumento metodológico importante no processo de interpretação das falas.

No quinto capítulo, “Percursos metodológicos para o estudo da(s) identidade(s) nos assentamentos rurais de Sergipe”, Auceia Matos Dourado destaca a importância da pesquisa qualitativa para o estudo dos assentamentos rurais. Territórios construídos nas dimensões da luta pela terra, como define a autora, os

assentamentos são espaços onde identidades são construídas e territorialidades são estabelecidas em função do vivido territorial. A observação simples, a observação participante, o diário de campo e a entrevista permitiram à autora compreender a diversidade encontrada no seu espaço de pesquisa.

No sexto capítulo, “Caminhos metodológicos para o encontro com os maracatus do Povoado Brejão - Brejo Grande/SE”, Edivaldo Alves de Oliveira apresenta os caminhos da pesquisa realizada sobre os territórios dos maracatus (Povoado Brejão/ Município de Brejo Grande, situado próximo à foz do Rio São Francisco/ SE). Usa a abordagem etnográfica e adota os procedimentos: vivência em Recife, entrevistas, diário de campo, levantamento documental, registro fotográfico e oficinas para identificar as expressões culturais existentes no povoado.

No sétimo capítulo, “A segunda residência no litoral sergipano e a sinuosidade dos caminhos do caleidoscópio geográfico”, Priscila Pereira Santos e José Wellington Carvalho Vilar analisam os veranistas, os turistas do sol e praia e os moradores permanentes das localidades Praia do Saco, Praia das Dunas (pertencentes ao município de Estância, no Litoral Sul de Sergipe), Praia da Costa e Atalaia Nova (pertencentes ao município de Barra dos Coqueiros, no Litoral Norte de Sergipe). Os autores estabelecem a relação territorial desses sujeitos com a segunda residência, comumente denominada casa de praia ou casa de veraneio. As técnicas foram observação simples, observação participante, registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas e entrevistas por pautas.

No oitavo capítulo, “Interfaces da patrimonialização: valores e conflitos na cidade patrimônio de Penedo (AL)”, Daniella Pereira de Souza Silva evidencia a natureza dos embates e conflitos surgidos entre a população de um sítio histórico tombado e os agentes patrimonializadores do município de Penedo (AL), utilizando observação direta com o uso do caderno de campo, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas.

No nono capítulo, “As cavalgadas de Itaporanga d’Ajuda: pelos trotes da pesquisa qualitativa”, Daniele Luciano Santos procura compreender as cavalgadas em relação à complexidade das práticas das relações, dos atores e dos sujeitos envolvidos em sua realização, complexidade esta que determina a multidimensionalidade dos seus territórios. A vivência e o aprofundamento teórico-metodológico permitiram enxergar as sócio-espacialidades que garantiram a existência e a permanência das cavalgadas no município. As técnicas para a coleta de dados foram: roteiros de observação, roteiros de entrevistas, questionário das festas, instrumentos de observação e registro das informações com gravador, câmera fotográfica e diário de campo.

No décimo capítulo, “Metodologias qualitativas aplicadas ao estudo da paisagem no Vale do Jequitinhonha (MG/Brasil)”, José Antônio Souza de Deus, Ludimila de Miranda Rodrigues Silva, Mariana Rodrigues da Costa Neves e Liliane de Deus Barbosa investigam as comunidades tradicionais nas óticas etnoambiental/etnopolítica, particularmente na perspectiva da identificação das paisagens culturais do Jequitinhonha, em geral, e da localidade de Alto dos Bois (Angelândia/MG), em particular. Os autores buscam ainda rastrear as estratégias das comunidades que conduziram à emergência e ao redesenho de territorialidades quilombolas, gestando paisagens culturais particulares no Vale. Os procedimentos usados foram o trabalho de campo com observação participante, entrevistas semiestruturadas e mapas mentais, além de pesquisa bibliográfica, documental e uso da cartografia.

No décimo primeiro capítulo, “Caminhos metodológicos no estudo de festas populares”, Maria Augusta Mundim Vargas traz para o leitor as memórias do projeto “A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial nos estados de Goiás, Ceará e Sergipe”, cujas atividades transcorreram entre 2009 e 2012. O projeto, de caráter interinstitucional, interdisciplinar e inter-regional, pela sua complexidade na diversidade de temas e produtos apresentados, teve como contribuição importante a elaboração do Caderno do Pesquisador, com os roteiros de entrevistas, questionários e observações para guiar as equipes em campo e proporcionar o estudo comparativo proposto entre a realidade dos três estados.

Gostaria de terminar este “diálogo desafiador” que me propus fazer com uma citação de Olivier Dolfuss¹⁵. Extraída do final do capítulo sobre *Os modelos e a geografia*, de seu livro *A análise geográfica* (1973, p. 129), refere-se à “nova geografia”, muito em voga naquele momento:

O geógrafo deve poder tocar em vários teclados aos quais correspondem as claves que comandam as partições. Sabe que cada uma das notas tem o seu lugar próprio no concerto, que ela intervém nos acordes instantâneos e a sucessão das notas tocadas nos diversos teclados ou por diversos instrumentos permite o desenrolar da linha melódica.

15 DOLFUSS, Olivier. Os modelos e a geografia. In: _____. **A análise geográfica**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: DIFEL, 1973. p. 121-129.

Continuando em sua exposição, o autor diz:

Não existe uma geografia qualitativa que se oponha a uma geografia dita quantitativa; aliás, a matemática não é a ciência da quantidade. A expressão 'geografia lógica' parece-me mais indicada que a de 'geografia quantitativa'. Para a compreensão dos espaços organizados e para o conhecimento das distribuições na superfície da Terra, existe apenas um único tipo de pesquisa que pode ser aprofundada por análises não necessariamente quantificáveis mas que trarão resultados suscetíveis por vezes de serem obtidos com maior rapidez e expostos de maneira mais clara graças a um raciocínio lógico e a formulação matemática.

E, para finalizar sua exposição, Olivier Dolfuss traz duas reflexões muito significativas. O geógrafo segue o conselho dado pelo pintor Klee¹⁶ a um de seus alunos, "aprendendo a olhar para além das aparências a fim de alcançar a raiz das coisas". Endossa igualmente a observação de Paul Valéry¹⁷ a propósito da História: "é preciso livrar-se do infinito dos fatos pela avaliação de sua utilidade ulterior relativa".

A abordagem qualitativa permite ao pesquisador ver além da aparência, ao passo que o tempo permite ver o histórico dos espaços. Os capítulos são verdadeiras aulas, mostrando como as diversas técnicas usadas na pesquisa qualitativa foram trabalhadas.

As pesquisas, realizadas em tempos e espaços diferenciados, também destacam a imersão dos pesquisadores na interação entre objeto e sujeito para que o objetivo seja alcançado. A pesquisa qualitativa exige esse comprometimento para que seja válida. Não é apenas reproduzir o observado, relatar a coleta das informações. Mas, sim, dar vida científica ao trabalho, unindo a teoria ao empírico.

Assim, convido o leitor a mergulhar nos tempos e espaços dos rincões de Sergipe, de Alagoas e "das Minas Gerais" de Carlos Drummond de Andrade. Tenho certeza de que o aprendizado será grande.

Primavera/2018

16 Paul Klee: pintor e político suíço, naturalizado alemão (18/7/1879 - 29/4/1940) Representante do expressionismo, cubismo e surrealismo.

17 Paul Valéry: filósofo e poeta francês da escola simbolista (30/10/1871 - 20/7/1945).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	
Tempos e espaços da pesquisa qualitativa: um diálogo <i>Vera Lúcia Salazar Pessôa</i>	7
PARTE I VIVÊNCIAS	
Vivências culturais com o Rio São Francisco: certezas, entradas e caminhos <i>Maria Augusta Mundim Vargas</i>	19
Observar e entender o lugar rural: trilhas metodológicas <i>Maria Geralda de Almeida</i>	45
Pensar, viver e refletir sobre as experiências de pesquisas geoetnográficas <i>Angela Fagna Gomes de Souza</i>	71
PARTE II PERCURSOS E CAMINHOS	
Notas de pesquisa: da construção do objeto aos percursos teóricos e metodológicos <i>Geraldo Inácio Martins</i>	101
Percursos metodológicos para o estudo da(s) identidade(s) nos Assentamentos Rurais de Sergipe <i>Auceia Matos Dourado</i>	133
Caminhos metodológicos para o encontro com os maracatus do povoado Brejão – Brejo Grande/SE <i>Edivaldo Alves de Oliveira</i>	169

PARTE III | MÚLTIPLOS OLHARES

A segunda residência no litoral sergipano e a sinuosidade dos caminhos do caleidoscópio geográfico 195

Priscila Pereira Santos

José Wellington Carvalho Vilar

Interfaces da patrimonialização: valores e conflitos na cidade-patrimônio de Penedo - AL 219

Daniella Pereira de Souza Silva

As cavalgadas de Itaporanga D'Ajuda/SE: pelos trotes da pesquisa qualitativa 253

Daniele Luciano Santos

PARTE IV | MEMÓRIAS DE PROJETOS DE PESQUISA

Metodologias qualitativas aplicadas ao estudo da paisagem no vale do Jequitinhonha/ MG- Brasil 279

José Antônio Souza de Deus

Ludimila de Miranda Rodrigues Silva

Mariana Rodrigues da Costa Neves

Liliane de Deus Barbosa

Caminhos metodológicos no estudo de festas populares 305

Maria Augusta Mundim Vargas



PARTE I | Vivências

**Vivências culturais com o Rio São Francisco:
certezas, entradas e caminhos**
Maria Augusta Mundim Vargas

**Observar e entender o lugar rural: trilhas
metodológicas**
Maria Geralda de Almeida

**Pensar, viver e refletir sobre as experiências de
pesquisas geotnográficas**
Angela Fagna Gomes de Souza



VIVÊNCIAS CULTURAIS COM O RIO SÃO FRANCISCO: CERTEZAS, ENTRADAS E CAMINHOS

Maria Augusta Mundim Vargas

INTRODUÇÃO

As certezas, as entradas e os caminhos que compõem o segundo termo das vivências culturais com o rio São Francisco surgiram como consequência de minhas reflexões a respeito dos lugares, das paisagens, das gentes, das coisas sanfranciscanas que estão, recorrentemente, revolvendo meu passado, minhas lembranças e promovendo novas motivações e expectativas para com o devir, para o que espero que venha a ser *o* e *no* futuro.¹ Os momentos que vivemos e os envolvimento que percebemos são, concomitantemente, balizadores e motivadores da construção deste texto. Isto é, balizaram a expressão da gratidão para com os que fazem o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Norte de Minas (Unimontes); esses, por sua vez, motivaram-me a externar a essência dos significados que conformam, moldam e emolduram a Geografia que procuro a cada dia descobrir e a cada dia desvelar nos sentidos de seus caminhos.

Em várias instâncias e em diferentes escalas, não é simples e tampouco fácil falar, descrever, afirmar, analisar qualquer aspecto que diz respeito ao rio São Francisco, à área de sua bacia e à conformação de seus territórios, pois estaremos tratando de um signo de múltiplos sentidos. Ou seja, há sua representação como

¹ Conferência proferida no V Colóquio Cidade e Região – Sociedade e Ambiente: dinâmicas rurais e urbanas, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Norte de Minas (Unimontes), intitulada *Rio São Francisco: vivências culturais*, em 24.11.2017. O presente texto apresenta versão reformulada como amadurecimento do tema e adequada para essa publicação.

“rio da unidade nacional” e como “Nilo brasileiro”, entronizada nas políticas de desenvolvimento e modernização agrícola que se fizeram nos governos militares após 1960, devido à fertilidade de suas várzeas; há, também, sua apreensão como sentido da existência de ribeirinhos, na esfera das vivências e da afirmação da identidade desses habitantes. Há, pois, inúmeras abordagens e olhares sobre esse universo – o rio, suas terras e suas gentes. Eu não desconsidero a vastíssima produção, mas as que sinalizo como marcos de minha experiência e vivência são as obras *O homem no Vale do São Francisco* (edição de 1972), de Donald Pierson, e *Grande Sertão: veredas* (edição de 1963), de Guimarães Rosa.

Nesse sentido, o texto pode ser lido como um exercício que ora emoldura conceitos elaborados no chão que se vive, ora expõe sua tradução empreendida pelos paradigmas que conformam a epistemologia da Geografia. Entre os caminhos de minhas emoções e os caminhos acadêmicos percorridos na Geografia, procurei delimitar minhas percepções pelas colocações sobre vivências com o rio São Francisco em quatro partes, que, em última instância, expõem uma única certeza: elas mostram onde estou e a posição de minha Geografia.

Na primeira parte, trato das *Certezas*: trago minhas raízes entrecruzando-as com o sentido de minha Geografia. Os sentidos são expostos pelos caminhos das coisas, das formas e das gentes que se reverteram, mais à frente, em conceitos no âmbito da Geografia. Na segunda parte, trato das *Entradas*, das aventuras e das janelas que mantenho abertas; são as escolhas e os encontros das/com as Geografias. As escolhas de vida perpassam pelo casamento e maternidade e, em seus entremeios, o São Francisco das nascentes encachoeiradas queda-se na memória e, as terras e as gentes das sub-bacias sanfranciscanas do semiárido sergipano embrenham-se em minha vida tanto quanto as dunas mangues, rias e gentes da foz do grande e velho Chico. E, na terceira parte, *Caminhos*, levanto temas e conteúdos para a reflexão do devir, as expectativas, os compromissos e as responsabilidades de ser geógrafa, de agir sobre a Geografia, para em seguida, encadear um desfecho, *Em movimento*, onde são afirmados, mesmo que rapidamente, caminhos metodológicos.

Destarte, com a intenção de produzir um texto que valha, também, como um roteiro didático, trago, em todas as partes, citações de textos produzidos desde a década de 1980, seja demonstrando o olhar geográfico daquele momento, seja ressaltando a pertinência da abordagem para a época em que foi pensado e pro-

duzido, com a intenção de possibilitar uma leitura de meu olhar ‘de fora’ da minha percepção, de fora de minhas entradas e caminhos. Dito de outra maneira, espero que o meu olhar e a minha exposição sobre os fatos de que aqui trato sejam apreendidos como de dentro, à luz do meu olhar, mas que há e haverá sempre quem olhe a mim e ao São Francisco de fora.

CERTEZAS

Um paraíso aquático, povoado de pássaros de todos os gêneros: tão cheio de peixes que eles saltavam dentro dos vapores; semeado de heróis anônimos pelos barrancos, pelas barcas e enxameado de cidades valorosas e em pleno florescimento (CARVALHO, 1937 apud PIERSON, 1972).

Nasci em um lugar que para uns tem latitude e longitude. Para mim, tem geografias e histórias. Por ali nascem rios que se escondem em grutas que têm paredes pintadas e ossos enterrados; rios piscosos com cachoeiras e corredeiras e lagoas com redemoinhos.

Onde nasci as águas procuram o rio São Francisco e até hoje teimam para chegar até ele. A paisagem cárstica é única em grotões, paredões, lapas, túneis, rios e lagos interiores e, às vezes, uma fenda em “parede ou teto” permite a entrada da luz do dia e faz-se caminho para os dormitórios dos morcegos.

A paisagem de onde nasci tem marcas de Guimarães Rosa! Pelo dia, “o ianso do vento revinha com o cheiro de alguma chuva” (ROSA, 1994, p. 33), faz-me lembrar da chuva no cerrado. À noite, ele descreve “um vaga-lume na grama em redor é uma esteira de luz de fogo verde que tudo alastra” (p. 284), o que me traz as lembranças do quanto corri para alcançar aquela luz mágica: corri atrás de vaga-lumes muito mais quilômetros do que percorri para apoderar-me de um caldeirão de ouro ao fim de um arco-íris. O pisca-pisca dos vaga-lumes era mais duradouro do que os arco-íris no céu. O céu do cerrado também é mágico. Guimarães Rosa exclama “depois dali tem uma terra quase azul” (p. 29); “Ah, só no azul do anoitecer é que o Chapadão tem fim” (p. 664) e eu, desde quando subia no pequizeiro para observar o tombo do dia, continuo sem resposta: como o cerrado faz tantos matizes de vermelho em pôr de sol e em lua cheia?!

Onde nasci e vivi, a região é pródiga de homens, de coisas, de práticas e produtos, de experiências e de vivências. Indagações surgem aos borbotões:

Como negar a visão (ou a intenção?) de entendê-la como região lablacheana, com suas divisões naturais nítidas? Aqui veredas, ali a altitude raleia o cerrado, acolá matas adensam os vales e vencem encostas e, óbvio, com relações sociais definidoras da paisagem e construtoras de enraizamentos socioculturais.

Como negar sua apropriação funcionalista pela ação interventora das políticas dos governos? Políticas essas que definiram o posicionamento de fazendas experimentais, nomeadas como Postos Agropecuários, atualmente, estações experimentais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criadas para “domar” os solos dos cerrados e torná-los produtivos.

Como não vir à tona o quanto François Perroux (1955) influenciou as políticas de governo e a Geografia brasileira?!

Nasci e vivi em uma dessas fazendas, cuja criação integrava as estratégias de planos, programas e projetos de governos. Era uma das fazendas polo, gestadas e geridas para serem difusoras do crescimento e do desenvolvimento agropecuário do Oeste brasileiro, onde, não por acaso, foi instalada a nova capital do país e, também, não por acaso, décadas depois, foi “transformada ou modernizada” como uma das áreas experimentais da Embrapa.

Onde nasci e vivi, é o limite Sul da área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada como “área programa” e, emblematicamente, Montes Claros como cidade polo, tal como as fazendas experimentais, cidade difusora do crescimento e do desenvolvimento regional do Norte de Minas Gerais.

Onde nasci e vivi, as águas correm para o rio São Francisco até onde a vista alcança. Somos Gerais, somos sertanejos, somos cerrados estigmatizados como conjunto de paus torcidos devido à pobreza dos solos e que, já na minha adolescência, foram sendo vencidos com o carvoejamento que avançou para dar lugar às monoculturas: com água e com correção dos solos proliferaram os cultivos irrigados e sem água (leia-se sem irrigação) surgiram grandes tratos de pinus e eucaliptos.

A paisagem se renova e se ressignifica, pois, em minhas percepções. Todavia, melhor expô-la aqui como uma paisagem que se requalifica sob novas relações sociopolíticas, considerando a sobredeterminação dos programas e políticas dos

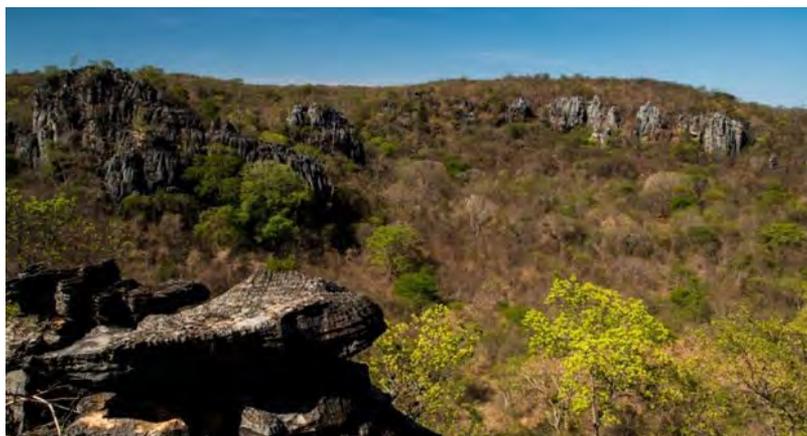
governos militares em atribuir-lhes funções. Como uma das medidas compensatórias, partes das terras de cerrado passam a ser resguardadas, funcionalmente, como terras protegidas (Figuras 1 e 2). Esses ‘enclaves’ podem ser apreendidos, no presente, como *relictus* da paisagem do cerrado ou como *rugosidades*, como colocou Milton Santos (1986), como a impressão das construções humanas que resistem, dentre outros atributos, com funções diferentes. Nesse sentido, posso trazer, como rugosidade visível no meio rural, as veredas, tal como herança espacial, pois o espaço é testemunho:

[...] ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada [...] e, as rugosidades são, nesse contexto, as formas espaciais do passado produzidas com características socioculturais específicas (SANTOS, p.139).

Assim, as novas ‘funções’ das veredas são estabelecidas pelas novas formas e funções delineadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), segundo a Lei 9985 de 18 de julho de 2000. E, de acordo com o aparecimento de novas funções espaciais, ora as veredas são consideradas como Reservas Biológicas, ora inseridas em Parques, ora em Áreas de Proteção Ambiental, etc., etc.

O que resta de cerrado? Onde estão as veredas? Só se vê lavoura de um lado e de outro, seja da janela de carro, ônibus ou avião. Só se ouve e se fala em fronteira agrícola (e o que isso significa para os estudos geográficos), cada vez mais sertão adentro: com a perda da vegetação e com o desaparecimento das veredas, o cerrado não se recupera mais! É o que nós aprendemos com a Geografia dos Gerais: suas características evolutivas fazem com que as raízes das espécies nativas funcionem como ‘esponjas’, sugando e puxando mais para a superfície as águas e, assim, contribuindo para a manutenção da drenagem do solo. Uma vez rompida essa biodinâmica, as nascentes e veredas são diretamente impactadas.

Figuras 1 e 2 - Paisagem dos cerrados requalificada em parques



Fonte: ICMBio. Vista do Mirante da Mata Seca, na trilha do Carlúcio, no período seco.
Foto: Arquivo ICMBio. Disponível em: <<https://goo.gl/S4abVC>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

Como exemplo das consequências socioambientais decorrentes do rebaixamento do lençol freático, observa-se o ocorrido na área da bacia do rio Peruaçu, afluente do rio São Francisco, em terras dos municípios mineiros de Januária e Itacarambi. Parte dos 56 mil hectares da área da sub-bacia foi requalificada em Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, onde mais de 80 sítios arqueológicos já foram catalogados, sinalizando a importância de preservá-los como patrimônio.

Todavia, o desmatamento associado à irrigação com água de poços vem provocando o rebaixamento do lençol freático, o assoreamento dos leitos dessa sub-bacia e, ainda, o desaparecimento de nascentes, que vêm secando pelo rompimento da biodinâmica (MASCARENHAS, 2008).

E, há os que creem que se pode reverter a situação como se nascentes brotassem pelos dutos de irrigação! Há também os que afirmam que os rios da bacia do São Francisco sofrem, no momento, apenas uma seca severa!

Nesse sentido, resgatando a paisagem e a região como categorias de análise, entendo que a mundialização dos lugares não implica “falência de região, mas (des) construção dialética das rugosidades que atendem nesse momento histórico às necessidades socioeconômicas” (GODOY, 2004, p.36).

E, após essas aparentes digressões, afirmo que lugar é coração; lugar se sente; lugar se enraíza! É no lugar que se firmam os sentimentos de pertença: pelas estreitas relações com as pessoas, pelos processos de identificação com o meio natural, relações essas que possibilitam o desenvolvimento de critérios de inclusão e de exclusão na comparação com o “seu” lugar. O lugar se faz, portanto, pelo conhecimento, pelo reconhecimento e pela memória.

Com certeza, Guimarães Rosa (2009, p. 83) é assertivo: “viver é um rasgar-se e remendar-se”.

ENTRADAS

Casos de cólera em Sergipe atinge 584 (05.01.1993).

MST exige desapropriação imediata de três fazendas (23.11.1995).

Assustados com Ministério Público prefeitos procuram governador (26/27.05. 1996).

Povoado Cabeço está a um passo de destruição total (29.03.1998).

(Jornal da Cidade, Aracaju 1993-1998).

Nesse movimento de remendo a remendo, início com a entrada (ou com a chegada) de que a consciência de finitude é tão profunda e dolorida quanto a consciência que se tem dos limites das teorias, dos modelos, dos paradigmas, dos métodos, das metodologias, etc., isto é, no sentido de que a beira do limite é a borda da mudança.

O exercício de conviver com as diferenças e de respeitar as diferenças é tão difícil quanto a convivência e o respeito com os métodos, as metodologias, ou seja,

com as parciais como apontam uns ou diferenças como afirmam outros; enfim, parciais e diferenças de ver o mundo, analisar o mundo, ser no mundo.

Guimarães Rosa (1994, p. 448) me anima, pois “o correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta, esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem!”.

Coragem para não me conformar apenas com as formas. Mas de que são feitas? Por que as coisas estão ali? Quem as idealizou? Quem as produziu? Quem cuida ou quem ‘manda’ no pedaço?

Coragem para desvelar a paisagem aprofundando a reflexão, a teoria e se embrenhando no campo, no cerrado, no São Francisco, ir ao encontro das pessoas, pois, “o real não está no início, nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia” (ROSA, 1994, p. 85).

E como me sinto privilegiada pelas entradas na bacia do rio São Francisco, desde as projeções de mundo da infância marcadas, dentre outras, por uma plantação de morangos secreta às margens de um riacho que “aparecia” dentro da gruta, num compartimento com uma enorme claraboia que permitia a entrada de raios multicoloridos e, certamente, sustentaram meus poucos pés de morangos!

Na minha travessia houve um momento em que direcionei meu olhar para as políticas das águas como instrumento de dominação e regulação do espaço da bacia do rio São Francisco, apropriada de forma tão desigual e socialmente injusta.

Nessa travessia adentrei nas relações das políticas das águas com as políticas de terras, que expuseram poderes e contradições da modernização do meio rural e que produziram, concomitantemente, expulsão, migração, mudanças na estrutura fundiária e na orientação da produção (Figura 3). Nesse momento, colhi o seguinte depoimento:

Com a seca que se iniciou em 1978/79, muita gente perdeu terra, vendendo-a pela impossibilidade de pagamento do crédito. Mas, o Projeto Chapéu de Couro investiu direto no habitante do sertão de forma a mantê-lo por lá com todos os problemas da região. Assim também é o Projeto Padre Cícero. Os donos da terra do sertão representam a classe que sempre foi beneficiada no litoral.²

2 Entrevista concedida por um agrônomo do órgão de assistência agrícola do estado de Sergipe. Chapéu de Couro e Padre Cícero são projetos de um grande programa financiado pelo Banco Mundial ver em Vargas (1988).

Figura 3 - Políticas das águas e das terras na bacia do rio São Francisco

Fonte: Pensamento Verde. Obras da transposição do rio São Francisco.

Foto: Jornalista Flávio Azevedo. Disponível em: <<https://goo.gl/vT6ekv>>. Acesso em: 02 Jul. 2018.

E, eis que na travessia, inquieto-me com os sujeitos representantes das demandas sociais, desta feita, refletindo o desenvolvimento regional e tendo como objeto de estudo o baixo São Francisco. O lugar é retomado em movimento, interação e articulação dos grupos sociais com as políticas de desenvolvimento regional (VARGAS, 1999).

Essa abordagem mostrou-se, naqueles idos da década de 1990, de certa forma, em desalinho com a preponderância dos estudos sobre o espaço geográfico conduzidos pela abordagem materialista histórica. Todavia, atravessar o debate sobre região e sobre o desenvolvimento do baixo São Francisco foi muito mais do que a certeza dos limites de métodos e metodologias; foi muito mais do que discutir a região entre categoria e escala de controle e regulação de políticas; foi, sobretudo, descortinar a região conceito e a região categoria, distinguindo-as ao tempo em que cresceu em mim a certeza de que a Geografia tece o sentido de minha existência.

Essa travessia me possibilitou integrar diferentes dimensões de região; permitiu-me generalizar críticas às políticas inacabadas e, também, especificar a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), enquanto o estado na região “como ré e mandante do crime”, tanto quanto constatar

que “o lugar e a região do baixo São Francisco são construídos por montagens e estruturações distantes de qualquer montagem e estruturação de polos de desenvolvimento e de estratégias de integração de espaços” (VARGAS, 1999, pp. 255-259).

São as contradições que expõem a região, pois, a despeito dos planos, programas e projetos de desenvolvimento, em todas as representações do espaço vivido (FREMONT, 1980), observei e apreendi que o lugar e a região são construídos pelo “problema seca/pobreza”. E, nesse contexto, compreendi que se o baixo São Francisco e, claro, a bacia do rio São Francisco forem pensados pelos determinantes do passado, quais sejam, região subdesenvolvida, inacessível e improdutiva e, pelos determinantes do presente (ressalto aqui que o presente corresponde a década de 1990), quais sejam, funcionalização dos espaços, artificialização das terras e várzeas, permanecerão (o baixo São Francisco e a bacia) dependentes, marginais e problemáticos. Observo que não é uma realidade do passado, pois ainda estão presentes a dependência e a marginalização (Figura 4).

Figura 4 - Lugar e região problema: bacia do rio São Francisco



Fonte: Blog do Tovininho Régis. Coluna do Roberto Malvezzi. Rio São Francisco, Lago de Sobradinho, em Remanso, Bahia.

Foto: Tovininho Régis. Disponível em: <<https://goo.gl/qY58QC>>. Acesso em 02 jul. 2018.

Nesse momento, apreendi a “tradução” da região dos ribeirinhos do baixo São Francisco:

A região dada pelos ribeirinhos denota a homogeneidade do espaço regional dominado pelo binômio seca/pecuária. Na visão atual, a irrigação, pontualizada, retrata os espaços selecionados e privilegiados e, o rio, com sua linearidade, indica a alternativa de sobrevivência mais citada nas entrevistas. A imagem genérica da região percebida faz ressaltar a forte determinação do meio sobre as relações de produção [...] as relações de produção foram alteradas, mas sem que ocorressem mudanças na gestão externa do território, o baixo São Francisco é percebido e vivido com o rio, a caatinga e a seca (VARGAS, 1999, p. 248).

Portanto, a região é para mim o mundo que vivi e a representação de mundo que a Geografia construiu como categoria. A bacia do rio São Francisco não é a única região que vivi; a região não é a única categoria que refleti e, tampouco, a melhor representação da Geografia tal com posta pela vertente lablacheana, mas, foi e ainda é importante veio de discussões e reflexões.

E, assim, pelas andanças nos veios sertanejos, em uma curva do rio São Francisco eu fiz travessia na Geografia. Talvez naquela curva defronte o povoado Cajueiro “quando o rio botou onda”, em 1994, com a abertura das comportas da hidrelétrica de Xingó; ou terá sido na curva do povoado Lagoa Primeira, em 1998, quando sua população asseverou que a várzea não enchia mais para o plantio do arroz?

As histórias dos lugares e as habilidades das regiões se “encaixaram” na percepção dos caminhos das gentes, com suas práticas, seus fazeres e seus saberes. A maneira de falar, os modos de rezar, festejar e contar suas histórias e suas crenças passaram a sinalizar minhas questões com a Geografia e, pouco a pouco, dominaram minhas vivências e experiências com os sujeitos, atores institucionais, enfim, com as representações sanfranciscanas (Figura 5).

Figura 5 - Festas e rituais no e para o rio São Francisco



Fonte: G1. Festa de Bom Jesus dos Navegantes de Penedo-AL. Foto: Waldson Costa/G1.
Disponível em: <<https://goo.gl/A7jhgb>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

Uma explosão de cores, de cheiros, de sabores se presentificaram nos caminhos das pesquisas sobre as expressões culturais sertanejas na elaboração de um inventário cultural e de um atlas das festas e celebrações dos ciclos natalino e junino. No baixo São Francisco sergipano, pode-se sinalizar a dimensão pedagógica das manifestações juninas, do bordado em ponto cruz, como consolidadoras do sentimento de pertença, assim como o simbólico do rio São Francisco, das Cavalgadas, das danças e dos rituais, com seus ritmos; dos encantos culturais e dos carnavais, como signos fazendo e refazendo a sociabilidade, os modos de vida de seus habitantes (VARGAS, 2009; 2011; 2016). Nesse percurso descobri, como Guimarães Rosa (1994, p. 13), que “eu quase que nada sei, mas desconfio de muita coisa”.

CAMINHOS

*Meu rio São Francisco
Nessa grande turvação
Vim te dar um gole d'água
E pedir tua benção.*
(CAPPIO, 1993)

Para não me alongar nos caminhos e percursos teórico-metodológicos, sinalizo que o nível das supraestruturas econômicas, culturais, políticas e ideológicas passam a ser meio e não mais o fim de minhas reflexões, de minhas caminhadas.

Assim, sinalizo para o sentido de olhar atentamente as posturas, os signos das paisagens, os territórios que se fazem e se desfazem em rituais e festas sem que se desfaçam as relações do (re)fazer rituais e festas. E, o meu olhar segue atento às festas que se guardam na memória e cedem os seus sentidos para o futuro se refazendo, se reafirmando, se ressignificando (Figura 6).

Figura 6 - Festa de Bom Jesus dos Navegantes – Virgem da Lapa, Bahia



Fonte: Central da Lapa. Foto: Harlen Cristian.

Disponível em: <<http://www.centraldalapa.com/pagina/romaria-do-bom-jesus-2015/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Muitas das vezes, a memória se enraíza no concreto dos lugares tal como as festas de Bom Jesus dos Navegantes ocorrentes nos rios da bacia do São Francisco. A paisagem traduz a marca e a matriz (BERQUE, 1998), traz a forma e a aparência das festas, seja pelos cortejos fluviais, seja pelos componentes em signos, cores e sons que singularizam os lugares onde elas ocorrem, cada beira de rio, cada Bom Jesus.

O olhar segue atento aos sentidos de pertencer ao lugar pela herança e pelo enraizamento, pelas relações apontadas por Relph (2012) por meio da experiência, da memória e da intenção. É o olhar atento ao vivido pelos sentimentos topofílicos (ou topofóbicos) sugeridos por Tuan (1980) dotados de significado pela percepção. Foi com esse olhar que Souza (2015) desvelou as identidades e as territorialidades das gentes que ocupam margens e ilhas do rio São Francisco, estabelecendo como um dos pressupostos de sua pesquisa que “o rio São Francisco tem uma história e uma historicidades, uma geografia e uma geografia” (p.68), e, asseverou que “o rio é uma espécie de trunfo, um recurso e uma reserva. Nesse processo estes sujeitos transmitem simbologias, reverências ao rio, pois ele é a sua principal fonte de riqueza, o elemento estruturante da sua existência” (p.86).

Nesse sentido, reconhecem-se, ainda, as tradições. Elas teimam em se presentificar pelo ciclo “natural” das águas e entre cheias e vazantes se planta e se pesca com rezas, cantos e festas que singularizam ribeirinhos e sertanejos sanfranciscanos.

E, meu olhar, como sempre, põe-se atento à reprodução orgânica de grande parte do artesanato da bacia do São Francisco, assim como para o significado da herança indígena, portuguesa e africana em suas práticas:

Almeida e Vargas (1998) desvendam a relação dos sertanejos do sertão sergipano com a caatinga, através do aproveitamento e exploração de seus recursos naturais, da criação/manutenção de ritos e estórias relacionadas ao ambiente, bem como revelam o caráter da percepção da natureza e da junção cultura-natureza por parte desses sertanejos (ALMEIDA, 2003, p.81).

Das fibras finas aos cipós fazem cestos e esteiras com trançados diversos; com barros úmidos, utensílios variados; dos animais as carnes traduzem pratos e cor-

tes singulares tanto quanto com o leite produzem-se doces; dos frutos, sucos e compotas, etc, etc.

Ora, do ponto de vista das expressões culturais o que se apreende e o que se vivencia é dado, em grande medida, pelo conhecimento da ambiência sertaneja dos cerrados e das caatingas, ou seja, pela pertença ao território que se explica, de antemão, por sua dimensão simbólica e, em consequência, imbricam-se as dimensões econômicas, políticas e sociais.

Observa-se, todavia, o sentido de pertencer ao território pelas relações adventícias do poder (ALLIES, 1980) e conformadoras de prisões, como sinalizadas por Raffestin (1983, p. 142): “prisão inventada pelos homens para eles mesmos”. Com esse olhar, caminhei com Auceia Matos Dourado, entre 2011 e 2015, quando nos debruçamos sobre os sentidos e as expressões dos territórios para os agricultores assentados em Sergipe, com o entendimento de que “território e poder, tempo e espaço são, pois, pares dialéticos [...] responsáveis pela cristalização do território e das territorialidades [...] em constante mutação, tanto em relação ao conteúdo quanto em relação aos seus significados” DOURADO (2015, p.61).

Independentemente de suas localizações, se no agreste ou na bacia do rio São Francisco e, de suas histórias, se assentados pela luta dos sem terra ou pela mediação, a identidade com o território se dá pelo apego à terra. Nesse sentido, as identidades e territorialidades com o rio se constroem pela singularidade de convivência com o rio, pela sua existência no assentamento: “O significado de ser ribeirinho e sertanejo pode vir a ser encabeçado por um processo de ressignificação de sua cultura” (VARGAS, 2003, p.130), encontra-se sempre em movimento. Mas, a Geografia não deve se esquivar ou se distanciar dos movimentos de fortalecimento, engajamento ou resistência às mudanças que estão sempre a ocorrer e, portanto, merecedoras de serem avaliadas.

E, meu olhar permanece atento aos eixos simbólicos e às lógicas racionais da produção da cultura, como dito, nem sempre sem ambiguidades, nem sempre sem conflitos, mas sempre com sentido. Há que mantermos nosso olhar atento à racionalidade das produções culturais distinguindo-as, também, pelo consumo. Ora, há quem produza para “o consumo”, para reproduzir sua história, reviver sua pertença, valorizar sua herança, como, por exemplo, a produção de queijos caseiros nas cozinhas sertanejas, os grupos de Congadas, Taieiras e Cacumbis e tantos outros que levam o estandarte às ruas apenas nos dias dos festejos. Há, também,

aqueles que se inserem numa “produção excedente”, cujos produtos e práticas deslocam-se do tempo da tradição como, por exemplo, os artesanatos estocados e comercializados e os folguedos que se apresentam em eventos e festivais, em ambos com compra, venda e prestação de serviços. Há, ainda, a possibilidade de análise daqueles inseridos na “produção de mercado”, tal como ocorre nas grandes festas religiosas e populares em que o entorno mercadológico de produtos e espaços conformam novos territórios e territorialidades bem como redes complexas de tecnologias, patentes e até de partidos políticos (VARGAS, 2014).

As relações das identidades com o lugar e com o território (ALMEIDA, 2008; HAESBAERT, 1999) fizeram ampliar meu olhar para com os sertanejos, as comunidades e os povos tradicionais pelo sentido que dão a seus territórios pela vivência, pela base material, política e simbólica.

E, meu olhar mantém-se atento para as práticas culturais com seus aspectos originais e com suas significações materializadas pelos ‘diálogos’ com as externalidades, tal como expostos pelas lógicas da produção, mas também, atento aos seus conflitos, ambiguidades e contradições. Não há como furtrar-se, por exemplo, às análises dos sorvetes, dos picolés, das geleias e dos doces industrializados com os frutos do cerrado; não há como furtrar-se à análise da apropriação política de festas religiosas e populares (de padroeiros às cavalgadas e vaquejadas); não há como furtrar-se à análise da espetacularização e mercantilização das festas-patrimônio, das festas dos santos às festas das quadrilhas e forrós.

Nessa perspectiva, as produções culturais individuais e familiares, o meu e o nosso, imbricam-se com as lógicas mercadológicas; modificam e ressignificam fazeres, práticas, lugares e territórios (Figuras 7 e 8).

O olhar atento às paisagens da cultura dominante exemplificada por Cosgrove (2004) me possibilita identificar as cercas definidoras da posse dos Gerais pelas grandes extensões de soja e eucaliptos, por exemplo, pelo desaparecimento das veredas, pelo surgimento das empresas no campo.

Todavia, o olhar atento de Almeida (2003, p. 86) mostra que devemos distinguir o olhar do pesquisador, que apreende a paisagem cultural, do olhar daquele que a cria, a “inventa”. Em outro texto, Almeida & Mendes (2009, p. 194) traduzem com sensibilidade que “a ideia de sertão é fugidia”, pelos múltiplos sentidos do sertão, pelo amálgama “de experiências sociais variadas, muitas vezes e quase sempre contraditórias, ambíguas e antagônicas”, mas por outro lado, “uma iden-

tidade territorial que não se quer perder [...] portanto uma Geografia em movimento”.

Figuras 7 e 8 - Esquina do agronegócio na Bahia nas nascentes do rio Correntes³



Fotos: Maria Augusta Mundim Vargas, 2017.

E, assim, sigo com meu olhar atento às expressões próprias dos sertanejos e ribeirinhos. A fala traduz um modo de vida quando se define o prato baião de dois, tão apreciado pelos vaqueiros dos Pampas sulinos aos do Norte, como “arribação – porque é tão forte que levanta até o cão”; os mitos sinalizam comportamentos,

³ Afluente da margem esquerda do rio São Francisco.

como João Valentim que “vira” lobisomem em noite de lua cheia ou o Homem de Branco que “leva” as moças que perambulam à noite sozinhas para dentro do rio; o extrativismo reforça o conhecimento do ecossistema, como: a retirada da raiz do umbuzeiro para a produção de farinha e dela o biscoito denominado bofó ou, ainda, não se pescar peixe de couro para mulher parida; as festas agradecem e renovam a fé na vida e na lida, desde as Folias e as procissões fluviais a Bom Jesus até as tradicionais Cavalhadas e Pega do Boi, que, ressignificadas, traduzem ainda, pelas vaquejadas, a força e a sapiência do sertanejo (VARGAS, 1997; 2009).

Nesse contexto, dois aspectos são merecedores de destaque: a possibilidade de apreensão de múltiplos caminhos para a análise da noção de pertencimento ao território e de reconhecimento desse território em que pesem, de um lado, as identidades ecológicas (de ser ribeirinho e ser sertanejo), e, de outro, os movimentos de ressignificação, expropriação e exclusão de seus sistemas produtivos.

E, Guimarães Rosa (1994, p. 439) sinaliza o movimento: “sertão é isto! O senhor empurra pra trás, mas de repente, ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera [...] sertão: é dentro da gente. O sertão é sem lugar. Um sentir é do sentente mas o outro é do sentidor”.

EM MOVIMENTO

O velho Chico chega forte à sua foz e entra, mar adentro pintando com cores barrentas que carrega em sua lona viagem, o verde mar de Sergipe [...] Na foz a vida recomeça todos os dias, entre os habitantes das margens, a fauna e a paisagem que, mesmo sendo antiga, se renova na vasta visão da areia que o mar devolve, onda a onda, com cheiro do mundo que o vento ajuda a tanger rio acima.

(BARRETO, 1992).

Em movimento, procurei traçar os caminhos metodológicos de uma etnogeografia que se fez e se faz pelo olhar atento aos movimentos das gentes. Portanto, como assevera Merleau-Ponty (1999, p. 92), apreendendo sua assertiva assumidamente subjetiva:

A experiência dos fenômenos não é a experiência de uma realidade ignorada em direção à qual não há passagem metódica – ela [a experiência] é a

explicitação ou esclarecimento da vida pré-científica da consciência, que é a única a dar sentido completo as operações da ciência, e à qual estas operações sempre reenviam. Não se trata de uma conversão irracional, trata-se de uma análise intencional.

Intencionalmente, vi, olhei e enxerguei, assim como José Saramago, em seu *Ensaio sobre a cegueira*, atenta com todos os meus sentidos; aberta a todos os meus sentimentos e aprendiz com todos os meus quereres.

Entre os percursos metodológicos e os procedimentos analíticos, desenvolvi, juntamente com Maria Geralda de Almeida, uma matriz das potencialidades e limitações das expressões culturais da bacia do rio São Francisco em Sergipe, especificando o artesanato de influência portuguesa, de herança indígena, os alimentos, as festas, as crenças, a fauna e a flora (1997; 1998; 2003). Esses estudos entremeiam as descobertas proporcionadas pela dissertação de mestrado e pelos longos caminhos percorridos em todo o baixo São Francisco sergipano para a consecução da tese de doutorado.

Como chão, o São Francisco permeou toda a minha formação, desde a consecução do trabalho de conclusão do bacharelado, em que me propus estudar as mudanças no espaço agrário das terras lindeiras às suas nascentes. De questionários fechados nessa primeira empreitada às entrevistas semiestruturadas e abertas, eu percorri bibliotecas, órgãos e instituições à cata de documentos que ora ancoraram, ora enlaçaram minhas hipóteses, meus problemas, minhas questões. Mas, no percurso metodológico vivenciado entre o positivismo e a fenomenologia, ainda guardo como preciosidades meus cadernos de campo. São eles os guardiões do chão percorrido. Neles, descubro a história de vida contada em uma entrevista, croquis de paisagens e de lugares, desenhos de coisas que passaram pela frente e pelos lados durante o campo, distâncias, toponímias, enfim, anotações as quais recusei, sempre, renegá-las a segundo plano.

Com a perspectiva da geografia cultural, propus tipologia para as expressões culturais de Sergipe (2009), na tentativa de expor, no inventário realizado, as mais de quinhentas manifestações levantadas, apreendendo-as em: i) expressões tradicionais enraizadas, para aquelas herdadas e mantidas tal como apropriadas no passado e, ii) resignificadas/contemporâneas, para aquelas que apresentam variações na composição e na estrutura ou, são novas, recentemente apropriadas.

Por detrás da simplicidade da tipificação de um roteiro denso e cuidadoso, encaixavam-se questões que abarcavam da origem às perspectivas das manifestações e expressões culturais dos sergipanos expondo seus saberes e seus fazeres. O registro dessas entrevistas resultou em mais de mil páginas, que somente existem devido à elaboração de um roteiro-descobridor e, nesse sentido, ressalta-se a importância de pensar, discutir e planejar a pesquisa, seja ela no contexto da formação acadêmica, seja na execução de demandas as mais diversas.

As expressões e manifestações culturais das gentes sanfranciscanas de Sergipe estão registradas nos textos referentes a três dos oito territórios de planejamento⁴. São eles: Alto Sertão, Médio Sertão e Baixo São Francisco, com destaque para a imagem de movimentos de lutas e de resistências que fazem sobressair a força sertaneja expressa nas tradições de corridas de argola, vaquejadas, cavalgadas, no arroz arrição, tanto quanto nas reverências à invocação de Bom Jesus dos Navegantes em todo o baixo.

Com essa bagagem participei, mais uma vez com Maria Geralda de Almeida, da tipificação das festas dos ciclos natalinos e juninos para os estados de Goiás, Ceará e Sergipe (2011, 2016), entendendo-as como: i) festas de referência, aquelas relacionadas aos ciclos, essencialmente religiosas e produzidas pelas comunidades católicas; ii) festas de entorno, aquelas surgidas da reinvenção dos rituais católicos que extrapolaram os rituais dos templos em práticas festivas populares, iii) outras festas, aquelas que foram identificadas no período dos ciclos estudados, mas que não se associam a eles. A execução dessa pesquisa proporcionou uma movimentação metodológica peculiar tanto no que se refere às discussões preliminares de, por exemplo, “festa, festa popular”, quanto à elaboração de um “caderno do pesquisador” contendo oito roteiros de entrevistas, questionários e de observação. Sua consecução foi possível com a realização de um seminário balizador com grande parte da equipe, em que se planejou desde os conteúdos dos roteiros de campo até a planilha de armazenamento dos dados. Participar e vivenciar esse projeto proporcionou encontros acadêmicos, orientações de mestrado e doutorado, articulação com grupos produtores de manifestações dos ciclos estudados que, em última instância, consolidaram amizades e compromete-

4 Os demais territórios de planejamento do estado de Sergipe são: Grande Aracaju, Leste Sergipano, Sul Sergipano, Agreste Central e Centro Sul.

timento com as festas e com a abordagem qualitativa. Dos pastoris e reisados do ciclo natalino às coloridas quadrilhas juninas, foi possível participar de muitas festas de fé, festas de arraiais, festas de quermesses e feirinhas nas quais os santos e as manifestações populares refazem os lugares em repetições e ressignificações.

Retomando a subjetividade, ressalto a relevância da abordagem aos sujeitos envolvidos na pesquisa, tanto no que se refere à aproximação, ou seja, como chegar, até as ações de retorno demonstrativo da valia e importância do estudo, quanto pela publicação de suas reflexões, pela realização de atividades extensionistas ou pela prática de atitudes cidadãs. Entre a abordagem e o retorno, procurei demonstrar um caminho metodológico que, sem negar a subjetividade, traçou, em retas e curvas cognitivas, conectivas e até mesmo conflitivas, o alinhamento de minhas reflexões. É, pois, e continua sendo, o esforço contínuo em expor de forma clara os passos, as técnicas e os instrumentais da pesquisa que mostram como ajo como pesquisadora, atando o método aos procedimentos da pesquisa⁵.

Dentre os procedimentos, destaco ainda, a realização de oficinas que pude planejar e praticar no desenvolvimento de dissertações, teses e projetos de pesquisa. No centro dessas investigações estiveram o modo de vida e as referências culturais e socioespaciais, até consolidar as experiências com a proposição de metodologia (VARGAS, 2017) para apreensão e análise da dimensão cultural de comunidades com a proposta de atividades e envolvimento que desvelam, de forma encadeante: i) o conhecimento, ii) o reconhecimento, iii) as práticas e vivências e, iv) a matriz das expressões culturais.

Entre as oficinas e as anotações de campo não se pode olvidar o registro da linha do tempo dos fenômenos e das vidas dos sujeitos construtivos (ou desconstrutivos) de nossas reflexões, ora partindo dos sujeitos para a compreensão e de fenômenos e reflexão sobre lugares, territórios, regiões e paisagens, ora partindo das categorias fundantes da Geografia e debulhando a complexidade das relações e caminhos para entender o sujeito, o coletivo, nesse e naquele espaço e tempo. Assim, retomo José Saramago e assumo que intencionalmente, vi, olhei e enxerguei. Vi, dentre outros, casas, templos, barcos, canoas, mulheres, famílias, crianças, homens, grupos, escolas, comunidades, palcos, roças, rios, festas, comi-

5 São várias as técnicas e procedimentos e abordagem, desde por conhecimento e vínculo afetivo até por indicação (bola de neve), pela participação e pela pesquisa ação. A esse respeito há uma vasta literatura podendo-se citar GIL (1995); Godoy (1999); Pessôa (2017).

das, danças, animais, galpões, quintais, enfim, o que minha vista alcançou. Esses estão guardados nos cadernos de anotações e é deles, muitas das vezes, que extraí os passos metodológicos ao identificar, agrupar, relacionar, mas também, ao maravilhar-me com a geografia registrada sobre o São Francisco e as gentes sanfranciscanas.

Pelas andanças e entradas em tantos lugares e territórios, olhei heranças, tradições, práticas, inovações, ressignificações, conexões, conectividades, circularidades, conhecimentos, reconhecimentos, patrimônios, enfim, o que meu sentido deu conta de olhar. A herança rural faz-se no saber fazer hoje, os artesanatos de palha e barro; os tratos e petrechos da pesca; as farinhas e os queijos; o extrativismo, dentre outros. Das tradições de festar, dos reisados sergipanos às folias mineiras, foi-me possível expor o “miolo” da cultura tecida por muitas geografias e histórias banhadas pelo rio São Francisco.

E, ao olhar, enxerguei interesses, vontades, projetos, políticas, invasões, segregações, conflitos, diálogos, aculturações, perspectivas. Pelas matrizes analíticas produzidas encontrei instituições e pessoas interessadas no rio São Francisco e nas gentes sanfranciscanas. Pude observar redes e conexões contemporâneas – associações, cooperativas, redes sociais, escolas, etc., e, com elas, mais encontros e descobertas do que desencontros, mais expectativas e mais certezas de que desconho de muita coisa.

As vivências com o rio, suas gentes e seus territórios foram expostas pela geo-história existente em minhas memórias e, portanto, do quanto fui capaz de expô-las atadas a métodos, conceitos e categorias. Explícito, ainda, que o apelo às minhas memórias está ancorado na mítica dos sentidos de sertão e das águas do Velho Chico, pois tive a intenção de sinalizar uma relação nunca acabada entre o passado e o presente, entre o presente e o passado. Mas no meu caminho veio se desenhando, ora riscada no chão, ora soprada em vento e ondas, uma história que traz a geografia do tempo e, uma geografia que traz a história do espaço, ancoragem de método concebido por Élisée Reclus, estabelecendo um dos marcos da leitura e interpretação crítica dos fenômenos geo-históricos.

O certo é que vislumbrei territorialidades, representações, identidades, hibridismos, multiculturalismos, territórios, lugares, paisagens, regiões e espaços! Pela vivência com os lugares, com as paisagens e regiões fui construindo uma Geografia que me conduziu ao cotidiano das gentes do sertão, das gentes dos mo-

vimentos reivindicatórios, das gentes vistas e ouvidas nas horizontalidades das relações cotidianas: relações essas nem sempre solidárias, nem sempre solícitas, nem sempre com trabalho, nem sempre com terras, nem sempre com estudo, nem sempre com festas, mas sempre com sentido, caldo fértil para compreensão desse ou daquele fenômeno.

O fato é que vislumbrei, no cotidiano, caminho para compreensão de fenômenos ora simples, ora complexos. Foi uma compreensão também apreendida como veículo de conhecimento, de reconhecimento, de reivindicação, enfim, caminho para geografizar.

REFERÊNCIAS

- ALLIES, Paul. **L'invention du territoire**. Grenoble: Presses Universitaire de Grenoble, 1980.
- ALMEIDA, M. G. de ; VARGAS, M. A. M. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: DINIZ, J. A. F.; FRANÇA, V. L. A. (orgs) **Capítulos de Geografia nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998, p.469-485.
- _____. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTI, A. (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 71- 88.
- _____. Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A. (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 313-336.
- _____; MENDES, G. F. Identidade, lugar e território das representações do sertão da resaca/BA. In: **Geonordeste**, ano 2009, n.1, p. 175-197.
- _____; OLIVEIRA, C. D.; VARGAS, M. A. M. A dimensão territorial das festas populares natalinas e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe. In: XIII EGAL Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2011, San Jose. **Anais XII EGAL**. San Jose: Universidad Nacional de Costa Rica, 2011. v. 1. p. 63-78.
- BARRETO, Luiz A. A saga do velho Chico In: **Revista Ecologia e Desenvolvimento**. n.20, out., 1992, p.48-49.
- BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos de problemática para uma Geografia Cultural. In: ROSEDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 84-91.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei 9855 de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

CAPPIO, Frei Luiz Flávio. **Peregrinação no rio São Francisco**: da nascente à foz. 04.10.92 a 04.10.93. Foz do rio, 1993, mimeo.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSEDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 92-122.

DOURADO, Auceia Matos. **Viver e pertencer**: identidade e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe. 2014. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

FREMONT, Armand. (1976). **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço In: **Estudos Geográficos**. Rio Claro, 2 (1), junho, 2004, p. 29-42.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro, Eduerj, 1999, p. 169-190.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção** (tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura). 2. Ed. São Paulo: Martins fontes, 1999.

OLIVEIRA, Isabel Pires M. R. de. **Barramentos naturais no vale do rio Peruaçu**: consequências ecológicas e ambientais de eventos pretéritos e futuros. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. In: **Economie Appliquée**. v. 8, n. 1 / 2, 1955, p. 307-320.

PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. 3 v. Rio de Janeiro: Ministério do Interior, Suvale, 1972.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 1ª edição. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

_____. **Tutameia**: terceiras estórias. 9ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

PESSOA, Vera Lúcia Salazar et. al. (org). **Pesquisa qualitativa**: aplicações em geografia. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Angela Fagna G. de. **Ser, estar, permanecer**: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do rio São Francisco. 2013. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difícil, 1980.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, Maria Augusta M. **A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento**: sertão sergipano do São Francisco. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1988.

_____; ALMEIDA, M. G. de. **Sertão do baixo São Francisco sergipano**: dimensão cultural. Relatório. Programa de Estudos Interdisciplinares. Relatório. Aracaju: Convênio Codevasf/UFS/Seplantec-SE, 1997, 124 p.

_____. **Desenvolvimento regional em questão**: o baixo São Francisco revisitado. São Cristóvão, SE: UFS/NPGEO, 1999.

_____. Sustentabilidade cultural e as estratégias de desenvolvimento do baixo São Francisco. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTIS, A. (orgs). **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 113-132.

_____; NEVES, P. S. da C. **Inventário cultural dos territórios de Sergipe e elaboração de um atlas da cultura sergipana**. Relatório. Aracaju: Seplantec, 2009, 171 p.

_____; NEVES, P. S. da C. Olhares sobre identidade e festas em Sergipe. In: XIII EGAL Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2011, San Jose. **Anais XII EGAL**. San Jose: Universidad Nacional de Costa Rica, 2011. v. 1. p. 125-140.

_____. Festas patrimônio: os ciclos junino e natalino de Sergipe. In: **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia, v.8, n.2, 2014, p.252-273.

_____. **Atlas das celebrações**: as festas do ciclo junino e natalino em Goiás e Sergipe. Aracaju: Instituto Banese, 2016. Disponível em <<https://goo.gl/1v2qSL>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. Desvelando heranças, tradições e práticas de jovens de Japaratuba. In: **Revista Cerrados**, v.15, n.1, 2017, p.03-29.

OBSERVAR E ENTENDER O LUGAR RURAL: TRILHAS METODOLÓGICAS

Maria Geralda de Almeida

INTRODUÇÃO

A renovação da geografia cultural foi motivada pelas transformações do mundo e seu crescimento se deve ao fato de agrupar pesquisas bastante heterogêneas. Trata-se, sobretudo, de pesquisas que em comum enfatizam o papel das representações, crenças e sistemas de ideias, na formação das paisagens e na organização do espaço.

Para isso também contribuiu fortemente o fato de o geógrafo generalista ter se dado conta de que o lugar – o espaço – é produzido por um homem que faz uso de sua imaginação, seus valores, suas crenças e visão de mundo para criar as tantas maneiras de usar o ambiente, organizar o espaço, torná-lo legível à força dos símbolos que nele se inscrevem. Fazia-se indispensável, portanto, uma abordagem que não considerasse apenas a produção, o econômico. Era necessária uma abordagem mais sensível, mais preocupada com a diversidade humana. E, como diz Claval (2002, p.186), “ontem os geógrafos se prendiam aos aspectos materiais, ao *hardware* dos grupos humanos. A geografia cultural os fez descobrir o sentido de seu *software*”.

A geografia cultural distingue-se por apresentar diversas matrizes: os geógrafos Passarge e Schluter na geografia alemã, La Blache e Sorre na francesa e Sauer nos Estados Unidos. Isso sem contar as várias concepções de abordagem cultural existentes na geografia.

Contemporaneamente, as discussões sobre as bases teóricas da Geografia Cultural estão fortalecidas na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Elas possuem raízes diferentes, o que decorreu do impacto da fenomenologia e do desejo de estruturar a geografia humana por meio de estudos de processos espaciais e a descoberta das imperfeições das representações. Não nos aprofundaremos nessa discussão, posto que o foco é o lugar, e a introdução à abordagem é uma instigação para o debate.

Embora muitos estudiosos tenham empregado a geografia humanista e geografia cultural como sinônimos, é a fenomenologia que permite uma aproximação entre elas. O Humanismo atribuiu à subjetividade uma leitura mais sensível do espaço e a Geografia Cultural ampliou a abordagem, fazendo surgir as geografias plurais resultantes das múltiplas interpretações espaciais.

Até os anos 1980 a Geografia desdenhava aspectos como as percepções e emoções, porque não eram objetivos. O lugar, então, reapareceu em cena como categoria analítica, levando em conta seu significado para uma comunidade específica. O enfoque humanista incorporou a esfera subjetiva e, por consequência, recuperou a dimensão cultural que havia sido relegada pelos adeptos do positivismo e marxismo. Nesse contexto o lugar se conceitualizou como espaço de articulação das percepções sociais e das formas de habitar. Ou seja, se converteu naquela localização provida de sentido.

Neste estudo se propõe tratar do lugar como uma maneira de estudar o espaço, na abordagem da Geografia Cultural, aspecto que já mereceu nossa atenção em diversos artigos (ALMEIDA, 1993, 2008, 2009, 2013). Porém, cabe ressaltar que a essência desta breve reflexão está em apresentar alguns procedimentos metodológicos do lugar, categoria por excelência dessa abordagem culturalista, sobretudo aquele rural. Sua leitura permitirá discernir as possibilidades de interpretações e riquezas no olhar sobre o lugar.

LUGAR(ES) E LUGAR RURAL NA CONTEMPORANEIDADE

A categoria lugar, e seu conceito acadêmico, é uma criação recente, razão pela qual ela adquire condições mais complexas para sua identificação.

Inicialmente, vale notar que a globalização tem provocado o esgarçamento das fronteiras físicas entre os Estados, decorrente das profundas transformações

no processo produtivo e das mudanças nos meios de comunicação, ligando os espaços em redes de fluxos cada vez mais densos. Acresce-se uma tendência à compressão espaço-tempo que nos obriga a refletir na constituição do local, em sua relação com o mundial. Nesse novo contexto, o lugar se redefine pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares. Assim, como refere Santos (1997, p. 252), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. Mas, ele completa citando Souza (1995): “todos os lugares são virtualmente mundiais”.

O lugar tem sido um conceito central para a geografia cultural, ainda que seu interesse desde a geografia econômica tenha se renovado com a análise da economia global. Assim, quando passou a enfatizar a necessidade de os processos econômicos ancorarem-se em localidades específicas, resultou em impactos no local. Diante disso, para evitar confusões, é preciso ficar claro que os conceitos de local e de lugar não são necessariamente sinônimos, pois eles não se referem aos mesmos processos.

Santos (1997) afirma ainda que a história concreta contemporânea repõe o conceito do lugar numa posição central, o que é admitido por diversos geógrafos. Para ele, vislumbrando a dimensão humana intrínseca no lugar, este é “também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1997, p. 258).

Assim, esse autor ressalta que, revisitando o lugar no mundo atual, há necessidade de encontrar seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada por meio da consideração do cotidiano, uma categoria cara a Buttimer (1982), que nos apresenta a experiência do vivido e elabora o tratamento geográfico do mundo vivido. É a mesma concepção proposta por Fremont, posteriormente discutida por Lefebvre, que leva em conta os objetos, as ações, a técnica e o tempo.

Os autores, nem todos com a abordagem da geografia cultural, apresentam um consenso, quando nos apontam a singularidade do lugar, a dimensão do vivido para que ele adquira um “sentido”, um significado.

Tuan (1983, p.14) faz uma comparação entre espaço e lugar, considerando-os termos ambivalentes. Enquanto espaço é liberdade, conceito mais abstrato, lugar é segurança, dotado de valor concreto, “é a pausa no movimento que torna possível que a localização se transforme em lugar”.

A ênfase dada ao local e ao lugar na contemporaneidade revela a importância atribuída e mantida pelo lugar, mesmo quando se globalizam os processos econômicos e políticos. O social e o cultural ainda constituem dimensões expressivas que se constroem tanto na escala global como na local.

O lugar tem uma conotação cultural pela dimensão da identidade e também de escala ao referir-se exclusivamente à localidade. O enfoque teve origem no estudo de relações culturais entre um grupo e um lugar específico, considerando-se que a cultura é o elemento-chave nas relações sociais dos indivíduos e a sociedade. De acordo com tais compreensões, os habitantes tomam consciência de uma cultura comum e suas diferenças com respeito a outros grupos sociais de determinado lugar.

Há, ainda, a considerar-se os dois conceitos que Relph elabora baseando-se em Husserl, e que são centrais para a concepção de lugar na geografia humanista: o da intencionalidade e o da essência. O primeiro refere-se à consciência de que é impossível obter o abstrato, a menos que o seja no concreto e com foco no lugar. Nesse sentido, diz que “o lugar determina nossa experiência”. O segundo, a essência, é o que faz algo ser o que é, ou seja, o que faz um lugar ser tal lugar. Nessa perspectiva, e resumindo no conceito fenomenológico, pode-se dizer que “lugar é então uma construção pré-científica da vida, baseada na maneira pela qual experimentamos o mundo” (CRESWELL, 2008, p.23).

Portanto, o lugar é uma apropriação simbólica de uma porção do espaço geográfico por parte de um agrupamento social determinado, que é o elemento constituinte de sua identidade. Esse é o ponto de vista que tem sido assumido tanto por geógrafos franceses quanto por anglo-saxões, tais como Tuan (1976), Gilbert (1988), Claval (2001) e Raibaud (2011).

Conforme dissemos no início, o mundo globalizado ressalta as peculiaridades do lugar e sua força, no dizer do Milton Santos. Ele possibilita o reencontro do amor, dos conflitos, do silêncio e dos gritos, expressão da vida e da morte, da emergência dos desejos e das coações. O lugar torna-se realidade concreta quando nossa experiência e vivência com ele é plena, isto é, com todos os sentidos, e implicando a mente ativa e reflexiva. A um outro local pode faltar o peso da realidade, porque o conhecemos sem vivenciá-lo e, não se torna lugar.

Contudo, é digno de registro a capacidade do ser humano de apegar-se apaixonadamente aos lugares, desde aqueles da vivência íntima até o apego às na-

ções das quais ele pode ter uma experiência limitada. É o caso do Brasil, um lugar para nós, brasileiros, neste mundo globalizado. Espaço por ser do “todos nós somos campeões”, do silêncio e das manifestações, expressão da luta e da repressão, da emergência dos desejos e das exclusões, como deve ser, verdadeiramente, o lugar de vida e do vivido.

No entanto, no que diz respeito ao espaço e ao lugar rural é inegável que mudaram. Parte da população residente nele incorporou hábitos urbanos em decorrência da expansão da infraestrutura, da maior fluidez propiciada pela melhoria das vias e dos meios de transporte e do intenso fluxo de informações veiculadas pelas mídias, principalmente pela televisão.

Graziano et al. (2002) mencionam que o rural brasileiro é composto de quatro subconjuntos: o rural da agropecuária moderna baseada em *commodities*; o rural das atividades de subsistências; o espaço rural em que há um conjunto de atividades não agrícolas (ligadas à moradia, lazer e a várias atividades industriais e prestações de serviços); e o rural em que existem novas atividades agropecuárias, localizadas em novos nichos de mercado. O prisma de José Graziano et al. (2002) mostra que existe, no espaço rural, lugares que são classificados como tipicamente urbanos.

Contudo, o espaço rural continua apresentando particularidades que são específicas, embora haja cada vez menos diferenças nos valores e nos níveis de formação dos habitantes das zonas rurais e urbanas. Como destaca Wanderley (2001, p. 32), “este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba”. E o lugar rural?

O lugar está, segundo já referimos, intimamente relacionado com um dado significado. Assim, “a experiência, as percepções, as interpretações, as sensações e a memória são constitutivas do lugar”, nas palavras de Gregory (2009, p. 539).

Tuan (1983) equipara o conceito de espaço ao de lugar atribuindo-lhes dois significados. Um deles é o de posição na sociedade, entendida com base nos usos e significados simbólicos obtidos de localizações específicas, como os quintais, os roçados, os rios de onde provém a água que irriga as plantas, densedentaria os animais e ainda é usada nas tarefas domésticas cotidianamente. O outro significado é de localização espacial, que se origina do fato de viverem nesse espaço

que, sendo rural, atribui às pessoas que ali se encontram uma especificidade ao labor realizado, um maior contato com a natureza e um gênero de vida que deriva do lugar e, paradoxalmente, marca o lugar. Certamente o lugar rural tem um espírito e personalidade. Eles se manifestam por expressões de carga emocional adquiridas pela sua localização ou pela sua função de núcleo. Sua personalidade transparece nas práticas produtivas, na ruralidade, na vida sertaneja.

Porém, ao mesmo tempo, tem-se um sentido de lugar quando “as pessoas, ao expressar seus discernimentos morais e estéticos, dão aos sítios percepção por meio de sentidos, os gostos, as preferências e sentimentos” (TUAN, 1971, p. 234). Ou seja, o sentido adquire significado, e o lugar é onde a subjetividade toma relevância pelo sentimento de pertencimento àquela terra, de conquista e superação às dificuldades no processo de aquisição da terra e de realização ao produzir, fazer colheitas, os plantios e a criação de animais, seguir o ritmo do tempo para começar o labor diário e descansar quando o sol se põe.

Quase um terço da população brasileira, mais de 50 milhões de pessoas, vive em espaços que podem ser considerados como rurais. Esses rurícolas criam seus lugares, laços e desenvolvem atividades variadas levando em conta as características ambientais, a natureza local. Assim, os lugares rurais são diversos, a depender dos sujeitos e suas dinâmicas.

Desde a década dos anos 1980 o lugar passou a ser concebido com base nas relações de poder e, principalmente, de pertencimento. Os sujeitos não se concebiam como donos de seus próprios significados e intenções e, sim, como portadores de identidades sociais impostas. O significado dos lugares se pensou, então, considerando as identidades de classe, de gênero e de raça, nos lembram Gregory et al. (2009), ou como “microcosmo, onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco” (RELPH, 2012, p.31).

Às vezes, as relações com o mundo podem se tornar conflitivas, refletindo as divergências. A alteridade, neste caso, é acompanhada de expressões pejorativas ao se referir ao Outro. Assim, no caso daqueles que vivem no meio rural pode ocorrer sua associação à imagem ridicularizada de caipira. É folclórica a imagem do Jeca Tatu ilustrando o trabalhador rural expropriado, doente e analfabeto. Outro exemplo é tratar o homem rural dos Projetos de Assentamentos como atrasado e pouco capaz de promover o desenvolvimento, o que resulta de um equívoco do conhecimento.

Cabe registrar o bairro rural, termo criado por Antonio Candido (1987). Para o autor, este seria uma espécie de unidade social e econômica mínima. Neste caso, trata-se do bairro gerado pela convivência entre vizinhos, unidos pela prática do auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. Tal entendimento representa os inúmeros povoados, assentamentos rurais espalhados pelo país, e pressupõe também uma ligação deles com as cidades, sem as quais não sobrevivem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA O LUGAR RURAL

Os geógrafos culturalistas adeptos da renovação ocorrida pós-1980 tomam conhecimento das abordagens da etnogeografia. A esse respeito afirma Claval (1999, p. 72): “O método etnogeográfico reconstitui primeiramente a percepção que os homens têm do mundo, aprofunda aquilo que pode explorar e para os valores que norteiam sua ação”. Esse método envolve várias formas de explorar e conhecer a realidade.

OBSERVAÇÃO

A percepção envolve a observação. Já no final do século XVIII, Humboldt destacava a contemplação para aqueles que praticariam a geografia como forma de compreensão da diversidade terrestre. A observação é o instrumento fundamental da descoberta espacial. Ao se realizar o trabalho de campo, a observação é um atributo básico para compreender o visível, afirma Gomes (2013), e ainda captar o invisível, salienta Almeida (2013), pela observação participativa.

A observação participante, sendo uma das modalidades da pesquisa-ação-participante, “pode contribuir para a reinvenção do espaço acadêmico, propiciando para que a construção do saber se dê num espaço multifacetado de troca, de partilha e de negociação cultural”, já afirmou Brandão (2008, p. 18). Ela deve estar presente ao longo dos procedimentos adotados e auxiliar no entendimento da interação das práticas espaciais vividas pelos homens rurais.

DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO – DRP E CARTOGRAFIA COMUNITÁRIA

Justamente com esse entendimento, apoia-se ainda na pesquisa-ação-participativa, defendida por Brandão (1986), Brandão e Streck (2006) e Thiollent (1994), para fortalecer uma pesquisa participante, assim como nas técnicas do Diagnóstico Rural Participativo – DRP –, segundo Verdejo (2006), Souza e Pessoa (2009).

O DRP é utilizado como apoio nas pesquisas de campo, com vistas à interação com produtores rurais, e ainda como possibilidade de melhorar a sistematização gráfica dos resultados, dos produtos cartográficos da descrição densa de Geertz (1989). Além disso, é útil na inserção da pesquisa-ação-participativa. Refere-se a combinações de procedimentos metodológicos que são importantes para apreender a complexidade do lugar.

O importante é considerar esses procedimentos que se abrem para as imagens, os signos, os símbolos, os discursos que foram incorporados como janelas transparentes. Janelas que auxiliaram na análise e tradução dos modos de vida de rurícolas enquanto “um fluxo que une passado, presente e futuro”, nas palavras de Ploeg (2014 p. 8). Ou seja, eles propiciam que a interação entre o conhecimento científico e o conhecimento popular mantenha-se presente.

Rigonato (2017) comenta sua experiência com os estágios de vivência, seja em uma imersão nos povoados de geraizeiros, seja mediante sua participação e acompanhamento em suas práticas espaciais. A vivência, a despeito de sua efemeridade, foi suficiente para romper com as barreiras simbólicas entre o pesquisador e os sujeitos locais. A título de exemplo transcrevemos como ele relata sua experiência:

[...] ao pegar a enxada e capinar durante uma hora no povoado de Currais senti novamente o que é capinar, mas também os geraizeiros começaram a me considerar uma pessoa igual a eles. Com isso, passamos o final de uma tarde trabalhando, trocando experiências e eles contando histórias de como era, como é, e discutindo um prognóstico para o povoado de Currais. (RIGONATO, 2017, p. 40).

Rigonato considerou esse momento como um dos mais importantes das atividades dos trabalhos em campo, dos estágios de vivência e da elaboração dos mapas

mentais e falados. A sua vivência naqueles lugares com os geraizeiros foi uma combinação de silêncios, de falas curtas, algumas delas maliciosas ou de palavras precisas.

Outro procedimento essencial para conhecimento do lugar rural é a elaboração dos mapas mentais e do mapa falado da comunidade, muito das vezes com a colaboração do pesquisador.

Muitas das falas das populações tradicionais expressam o convívio com a natureza, o cotidiano, os medos, as preocupações e alegrias (TUAN, 1983) do universo humano com as paisagens. Essas conversas são mais exitosas durante o almoço, na parte da tarde ou no início das noites. Preferencialmente nos lugares habituais em que as pessoas se reúnem para trocar ideias, debaixo das mangueiras, dos pequizeiros e outras árvores frondosas. Indiretamente, esses momentos de diálogos descontraídos são extremamente valiosos para conhecer a essência dos lugares vividos por eles (Figura 1)

Figura 1 - Diversos procedimentos de campo, com os geraizeiros do Oeste baiano.



A) Elaboração da cartografia falada com participação direta dos geraizeiros do baixo vale do rio Guará; B) Reunião coletiva para construção do primeiro mapa falado; C) Geraizeira apontando os lugares de conflitos de terra; D) Geraizeiros do povoado de Vereda Grande desenhando na areia do seu quintal a desterritorialização das terras de sua família no baixo vale do rio Guará.

Fonte: RIGONATO, 2017, p. 49.

MAPAS MENTAIS

Com base nos princípios do Diagnóstico Rural Participativo apresentados por Verdejo (2006) de cartografia comunitária e de Geografia Comunitária de Tetamanti (2014), os sujeitos elaboram os mapas falados, os cartogramas e os gráficos. Para esse autor, aproximar os princípios da cartografia comunitária que inclui as concepções e observações daqueles valores de memória que emergem desses sujeitos implica um esforço organizado, sistematizado, voluntário e decidido dos rurícolas como cartógrafos sociais (TETAMANTI, 2014).

Ilustra-se essa metodologia com a Figura 2. Nota-se que o mapa é feito no grupo.

Figura 2 - Mapa da Comunidade



Fonte: VERDEJO, 2006, p. 26.

Para completar esses procedimentos, cabe-nos referir também aos mapas. Baseando-se nas contribuições de Joliveau (2008), Tetamanti, (2014), Kozel (2001, 2002, 2007), o pesquisador adquire os fundamentos metodológicos para produzir os mapas falados e os mapas mentais. Entretanto, é útil associar-lhes a leitura integrada de passado-presente-futuro proposta por Massey (2009), na perspectiva de analisar e traduzir as espacialidades e as temporalidades do espaço geográfico rural. Fundamentando-se nas percepções, nos signos, nos símbolos e nos seus saberes e nos conhecimentos geográficos comunitários de pessoas rurais, elaboraram-se as representações cartográficas participativas.

A metodologia dos mapas mentais contribui para a discussão e construção dos conceitos de espaço, lugar, território e paisagem. Nessa perspectiva, o rurícola também é agente das representações e produtor de conhecimentos imprescindíveis para o entendimento das relações estabelecidas na organização espacial. De acordo com Seemann (2001, p. 3), “o mapa (no seu sentido mais amplo possível) exerce a função de tornar visíveis pensamentos, atitudes, sentimentos tanto sobre a realidade (percebida) quanto sobre o mundo da imaginação” e revela experiências.

Sua elaboração pode significar representações do lugar no passado, no presente e prognósticos do futuro. Seja qual for a representação, devem ser criadas situações de interação, de participação e de diálogo com as populações das comunidades rurais envolvidas.

Selecionados os sujeitos para os mapas mentais, são oferecidas para cada um dos rurícolas uma folha de papel A4 e uma caixa de lápis de cor. Depois é solicitado que desenhem o lugar no qual vivem presentemente, o lugar vivido no passado, e previsão do lugar futuro. Uma vez feitos os mapas falados, a autodescrição feita por eles é indispensável para análise e tradução dos discursos contextualizados com as territorialidades daquele que produziu o mapa mental.

No procedimento efetuado por Rigonato (2017), com todos os mapas elaborados e comentados no grupo, foi realizada a classificação de acordo com signos semelhantes no presente, passado e futuro. Posteriormente, uma nova reunião foi feita com os elaboradores dos desenhos, para que eles explicassem mais uma vez o significado daquele conjunto de signos. Durante a realização das exposições orais dos mapas mentais, foi possível observar a corporeidade das pessoas rurais: a timidez, a pouca gesticulação, olhar fugitivo sobre os demais presentes ao falar em público.

Com os mapas mentais, as classificações e as autoexplicações são disponibilizadas em máquinas fotográficas. Com as imagens é possível correlacionar adequadamente os mapas mentais com as práticas espaciais vividas por eles nos povoados e comunidades rurais. De modo geral, os mapas mentais e o mapa falado, juntamente com as autodescrições, explicações, as fotografias, são fundamentais para contextualização das representações socioculturais das práticas espaciais dos lugares rurais.

Por fim, a metodologia de Kozel é amplamente aplicada e serve de referência para inúmeras pesquisas. Ela foi desenvolvida pela professora Salete Kozel em

2001, e aperfeiçoada por Lima e Kozel (2009). Essa metodologia resulta das interlocuções com a geografia fenomenológica de Dardel (2011) e favorece a compreensão de geograficidade, que, entre outros aspectos, inclui: a noção de distância – longe, perto, dentro, fora; a questão do pertencimento, dos laços e limites afetivos; as ações e as intenções humanas.

Com esta metodologia os mapas mentais são analisados de acordo com os seguintes quesitos: interpretação e representação. Na interpretação observam-se: a forma de representação dos elementos na imagem; a distribuição dos elementos na imagem; a especificidade dos ícones. Quanto à representação, verificam-se: os elementos da paisagem natural; os elementos da paisagem construída; os elementos móveis; os elementos humanos, assim como a apresentação de outros aspectos ou particularidades.

Por meio da análise visual dos mapas mentais, avança-se para o momento das entrevistas, visando desvendar o mundo vivido do sujeito, as relações de afetividade e os valores simbólicos do lugar representados nas imagens mentais. Nessa associação, identificam-se os elementos sógnicos de maior relevância para a análise. No terceiro momento, os elementos identificados são analisados por meio da teoria linguística de Bakhtin. Nessa fase de análise, geram-se tabelas e gráficos para confrontar os dados e, por fim, compreender a intencionalidade dos significados das imagens (SANTOS, 2014).

CADERNO DE PESQUISA

Outro procedimento utilizado para melhor intelecção do lugar rural são os registros biogeográficos, culturais e usos da natureza do lugar no caderno de pesquisa. Neste recomendam-se os seguintes levantamentos: das formações e fisionomia vegetais, espécies de árvores em relação ao seu uso (frutífera, madeira, artesanato, alimento para fauna); e sobre a fauna, avifauna, peixes, insetos. Ainda as descrições do modo de vida, do cotidiano, contando com a observação-participativa. A metodologia do trabalho de campo contempla, além de entrevistas, as oficinas com a participação da comunidade rural (SOUZA; PESSOA, 2009).

CARTOGRAFIA CULTURAL E CARTOGRAFIA SOCIAL

Ambas cartografias têm uma participação ativa dos membros da comunidade.

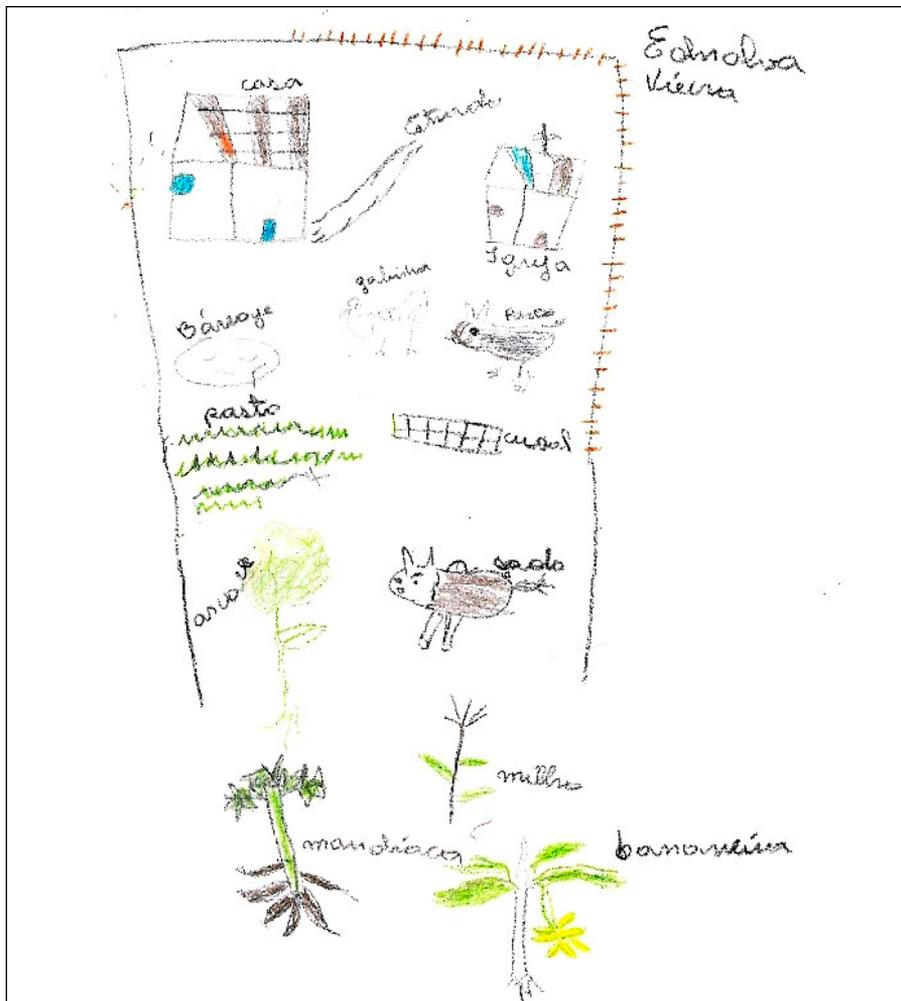
A Cartografia Cultural destaca-se em um conjunto de instrumentais, elaborado por Vargas em 2015, na realização da oficina para o Projeto Japarutuba em Rede como “metodologia Vargas”. A Cartografia Cultural foi concebida com os seguintes eixos de análises, os elementos norteadores e constitutivos do patrimônio e da identidade: Tradição, Herança Rural e Contemporaneidade. Eles traduziram a dimensão cultural das expressões e manifestações pessoas estudadas, aquelas vivenciadas e valorizadas.

No estudo feito por Vargas (2015) os jovens participantes do Projeto demonstraram identidade com o território e com o repertório cultural deste território. Eles se relacionam com grupos e representações que, em meio à identidade com o território, identificamos novas territorialidades.

Cabe salientar que a Vargas elaborou uma das mais inovadoras e originais metodologias que abarca diversos procedimentos desenvolvidos nas oficinas: 1. Conhecimento; 2. Reconhecimento; 3. Práticas e vivências e 4. Pertencimento. Eles se aplicam a levantamentos etnogeográficos (enraizamento, pertencimento, reconhecimento, memória, identidade, patrimônio, dentre outros), tanto quanto a avaliações no âmbito da produção, do sentido, da economia e das políticas de e para a cultura (VARGAS,2017).

No caso da Cartografia Social ela parte do desenvolvimento da autcartografia/mapeamento mental e é uma cartografia etno-histórica e híbrida (GORAYEB; MEIRELES, 2014; SANTOS, 2014) (Figura 3).

Figura 3 - Representação "Minha casa, meu lugar"



Fonte: Atividade desenvolvida na visita de campo realizada pelo projeto de pesquisa "A mulher rural assentada nos espaços da casa e dos quintais: troca de saberes sobre agroecologia, economia social/criativa e saúde no Vão do Paraná-GO" (LABOTER, IESA, UFG), 2017.

Para tanto, recomendamos atividades de: 1) visita exploratória *in loco*, para averiguar o interesse das comunidades tradicionais, especificamente as rurais; 2) diagnóstico do interesse dos participantes nas temáticas cartográficas/tema gerador (mapeamento das suas problemáticas ambiental, conflito social, econômico,

reivindicação de território entre outros) mediante a liderança de grupo e a visão comunitária; 3) realização da oficina cartográfica – disponibilização do material didático para as comunidades envolvidas e reuniões temáticas de forma livre, quando será realizado o mapeamento mental a partir de um tema gerador; 4) cartografia híbrida, para a qual a comunidade participante receberá material didático impresso, proveniente de produtos sensoriais para a elaboração de um produto cartográfico do zoneamento do território – regiões de existência de pequizais, de mangabeiras, baruzeiros, de pesca, de agricultura, tipo de vegetação etc.

Nessa etapa visa-se também o mapa de autorreconhecimento e de potencialização de atividades sociais econômicas e culturais, segundo o conhecimento da identidade do indivíduo e coletiva, referente a situações de territorialidade, conforme cita Brose (2001); 5) oficinas básicas de manuseios de GPS de navegação e VANT; 6) realização de exposição dos trabalhos cartográficos produzidos. Acselrad (2013) aconselha que, dependendo da disponibilidade financeira e tempo, os pesquisadores poderão confeccionar cartilhas, fascículos temáticos em forma de cartilhas, um atlas geográfico das comunidades.

CAMINHADA TRANSVERSAL

Verdejo (2006) menciona a caminhada transversal como uma atividade importante a ser feita na companhia de um morador com profundo conhecimento local. Também chamada de travessia, permite obter informações sobre os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características de solos etc.

O pesquisador deve escolher um percurso valendo-se do mapa de recursos naturais ou da comunidade elaborados anteriormente. A partir dele, vai realizar o percurso pelo trajeto escolhido, anotando as características principais e as mudanças encontradas, usando sempre as denominações utilizadas pelas pessoas. Ao longo da caminhada anotam-se todos os aspectos que surgem pela observação dos participantes, em cada uma das diferentes zonas que se cruzam (Figura 4). A caminhada é realizada de forma linear, percorrendo-se um espaço geográfico com áreas de uso e recursos diferentes.

Posteriormente é elaborado um diagrama, ou transecto, da travessia ou caminhada transversal. É a ferramenta de excelência da primeira fase do diagnóstico

da pesquisa. Frequentemente é a primeira que se utiliza num Diagnóstico Rural Participativo. Por intermédio de uma discussão com os/as participantes, indicam-se sobre o diagrama as informações fundamentais sobre o uso e estado dos recursos em cada área: o uso dado à terra e à vegetação; a qualidade do solo; o relevo; os tipos de animais que são criados; quem trabalha e quem se beneficia dos diferentes recursos; os problemas existentes nessa área; as mudanças ocorridas no passado.

Figura 4 - Caminhada transversal

Travessia



Solo	Argiloso pesado	Arenoso leve	Arenoso argiloso	Argiloso	Argiloso	Argiloso	Arenoso argiloso	Argiloso	Arenoso argiloso
Vegetação	Pasto/mato	Pasto	Mato	Pasto natural/mato	Mato		Mato	Mato	Mato
Cultura	Capim Bufel	Sésamo	Árvores Milho espécie	Árvores	Algodão Árvores	Capim estrela	Algodão Árvores	Árvores/Capim estrela	Algodão
Posse	Assentados	Cooperativa		Particular	Assentados	Assentados	Assentados	Assentados	Assentados
Fonte de água	Açude		Açude	Lagoa		Açude Cisterna	Cisterna	Cisterna	Açude Cisterna
Pecuária			Vacas			Vacas ovelhas aves		Vacas	Vacas aves
Problemas	Pasto degradado		Ervas daninhas	Inços		Formigas grilos	Pragas comercialização	Grilos	Comercialização ervas daninhas

Percurso: 09 km

Referências:  Pasto  Matagal  Cultura  Rio  Casa

Fonte: VERDEJO, 2006, p. 31.

MAPA FALADO

As pessoas se reúnem em grupos para desenhar os aspectos principais que possam representar o lugar em que vivem. Podem ser utilizados materiais diversos, tais como pedras, paus, pedaços de materiais, folhas, papel ou o próprio chão, lápis colorido, giz etc. Todo o processo de representação ocorre de maneira interativa e dialogada. Trata-se de procedimento que possibilita o registro e a

visualização, de forma esquemática, das diferentes partes de uma região (roçados, unidade de conservação, comunidade, povoado...), dos serviços existentes e de sua distribuição nas diversas áreas identificadas, de acordo com a visão e a participação dos próprios moradores e utilitários do lugar. Refere-se às principais utilizações/tipo de informações.

Durante o processo de representação, surgem histórias que dão um sentido mais qualitativo às informações. Fatos da realidade, do cotidiano, são contados com a construção do mapa. Essa atividade permite a identificação dos diferentes locais e problemas de uma dada região quanto aos aspectos geográficos, sociais e de infraestrutura (Figura 5). O mapa facilita a correlação entre os aspectos naturais e sociais. Para Joliveau (2008), o mapa falado é, também, um meio de comunicar as impressões a respeito do meio ambiente local e da maneira como a comunidade organiza e representa o espaço. Além disso, proporciona melhor compreensão do processo histórico – passado, presente e projeções futuras – de um determinado local.

Figura 5 - Mapa falado



Fonte: JIMÉNEZ, 2018, p. 1.

CALENDÁRIO E LINHA DO TEMPO

Ambos podem ser construídos em grupo de pessoas com características diferentes, pois cada um trará informações segundo sua visão e observação. São feitos por meio de representação gráfica (no chão ou no quadro, com papel ou giz/pincel). Essa metodologia propõe a identificação das ações realizadas ao longo do tempo, por épocas do ano, mostrando, entre outras coisas, se há ou não multiplicidade de ações.

O calendário sazonal, por exemplo, serve para avaliar alguns fenômenos e a época em que eles ocorrem, como: fenômenos naturais (enchentes, deslizamentos, pragas na lavoura) ou socioeconômicos (desemprego, fome) e culturais (festas, eventos), fatos relevantes relacionados à infraestrutura e serviços.

O calendário agrícola atenta-se para os eventos relativos à atividade agrícola (Figura 6). Com a cronologia, quando ocorreram, investiga-se que mudanças significativas aconteceram etc. Já a linha de tempo resgata a história do local, dos acontecimentos importantes, criando interesse e união entre os participantes, que se surpreendem com tantos fatos que eles desconheciam.

Figura 6 - Calendário agrícola.

Calendário Agrícola dos principais Produto Agrícolas dos Geraizeiros Baianos, 2013 a 2016

Principais produtos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Arroz		☒	☒		✓	✓		☒	✓			↘
Milho			☒		✓			☒	☒			↘
Feijão						✓						
Feijão de Corda	☒							✓				↘
Mandioca								✓				↘
Cana de açúcar									✓			
Abacaxi								✓				↘
Melancia	☒				✓			☒	✓			↘
Abobara		☒			✓					✓		☒

Legenda

-  Período de Veranicos utilizados para colheita do arroz
-  Período de plantio entre 1970 a 1990
-  Período de plantio nos últimos anos:
-  Abertura
-  Capina
-  Colheita

Fonte: RIGONATO, 2017, p. 260.

Informações adicionais:

-  Há pouco o uso de máquinas agrícolas;
-  Há pessoas que já não observam a lua, devido a demora da primeira chuvas;
-  Uso de agrotóxicos limitado;

Para construir o calendário devem-se traçar duas linhas perpendiculares no papel ou chão. No eixo vertical, registram-se as atividades por meio de símbolos e, no eixo horizontal (definido como linha do tempo), colocam-se os meses do ano. Já a linha do tempo principia desenhando-se uma linha no chão ou no quadro e convida-se o grupo a registrar os principais acontecimentos que marcaram a história do local. Solicita-se aos participantes a reconstrução da história do local ou de um evento ou de um programa, registrando na linha desenhada os principais acontecimentos.

A linha do tempo (Figura 7) pode ser utilizada para identificar e compreender questões como: o processo de mobilização e organização da comunidade; o processo histórico de ocupação do bairro; o surgimento dos recursos sociais; os períodos de crescimento populacional; as festas e locais de lazer no passado; as alterações sociais, ambientais do bairro ou do assentamento nas diferentes etapas do povoamento.

Figura 7 - Linha do tempo

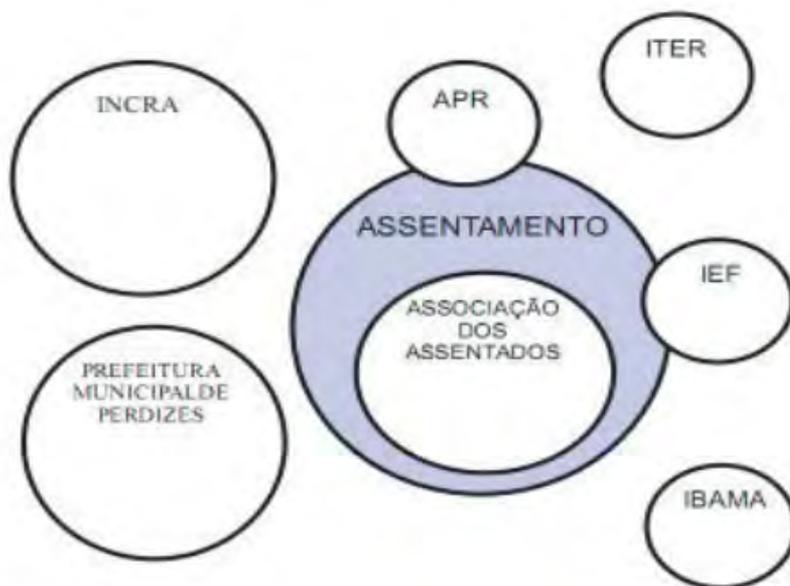


Fonte: Ferramentas de diagnóstico rural participativo. Disponível em: < <http://ispn.org.br/capta/como-fazer-o-diagnostico/ferramentas-de-diagnostico-rural-participativo/> > Acesso em: 31 jul. 2018.

DIAGRAMA DE VENN

De acordo com Souza e Pessoa (2009), o pesquisador, previamente, define com o grupo o ponto ou o foco da avaliação, em relação ao qual as instituições serão representadas e analisadas. Em um papel elas são representadas em círculos de tamanhos escolhidos que consideram a proximidade e a atuação delas na comunidade (Figura 8), O diagrama é um retrato simplificado de um sistema complexo e dinâmico de interações, resultado da percepção, pelos moradores, dos trabalhos específicos de cada instituição. Também, representa a lógica da classificação e da intervenção dos órgãos públicos, repetimos, na ótica da comunidade.

Figura 8 - Diagrama de Venn.



Fonte: SOUZA, 2016, p. 45.

É essencial para identificar o grau de envolvimento e de importância dos órgãos públicos, instituições privadas, grupos comunitários, ONGs, projetos, programas e as relações entre eles. O gráfico serve para comparar, avaliar, verificar a competição, a complementaridade entre os trabalhos por essas entidades desenvolvidos no local. Ao se estabelecer essas relações, é possível compreender o quanto a comunidade

se sente próxima ou distante das entidades comparadas e identificar os principais atores estratégicos da área, seu grau de importância e de envolvimento com a comunidade e, ainda, os conflitos existentes entre os grupos que atuam no local. O pesquisador não deve assumir a situação como sendo estática. Precisa considerar, portanto, que as opiniões são diferentes entre os participantes.

Pode-se também desenhar um mapa-síntese, dando possibilidade aos moradores de enxergarem sua participação e intervenção nos próprios locais onde vivem.

À GUIA DE FINALIZAÇÃO

Os lugares rurais são múltiplos, envolvendo os diversos sujeitos. Os cidadãos demandam uma maior aproximação com a “natureza” como o turismo realizado no espaço rural como chácaras de lazer, pesque-pagues, *spas* etc. e moradias secundárias para a classe média urbana. Essa presença “de quem é da cidade” cria atividades e ocupações ligadas à prestação de serviços como jardineiro, caseiros etc. (SCHNEIDER; VERARDI FILHO, 2000), e o mundo rural torna-se um pouco urbano com essas atividades e sujeitos.

Moreira (2012, p. 18) destaca que as “características das múltiplas funções existentes no espaço rural variam de região para região, dependem das potencialidades naturais, da distância dos centros urbanos e das necessidades socioeconômicas”. Além desses fatores destacados pela autora, podemos acrescentar outros elementos importantes, como a oferta de infraestrutura e equipamentos disponíveis, as condições socioeconômicas dos consumidores urbanos e a maior ou menor valorização dos aspectos culturais.

As preocupações sobre os lugares rurais e aspectos culturais são progressivamente adensadas e os estudos etnogeográficos são progressivamente revalorizados (DEUS, 2005). Nesse sentido, neste texto cuidou-se de trazer à luz procedimentos da geografia humanista e cultural próximos da etnogeografia, na leitura do lugar, evidenciando alguns processos úteis na sua compreensão. Esse lugar é entendido em suas representações, o que permite afirmar que o lugar rural, nelas, pode ser diverso e múltiplo na ótica de quem o vivencia e de quem o representa.

Da metodologia é fundamental compreender que as análises feitas com foco nos mapas mentais, observação, DRP e cartografia social e diagrama de Venn não

se esgotam neste estudo. O estudo do lugar rural amplia-se com as possibilidades metodológicas ofertadas por processos de outras ciências. Como discutimos, detalhadamente, aqui, a fase de realização é o momento da “volta para a realidade”, na qual se tenta definir ações de melhoria locais a serem executadas pelas pessoas presentes. Os resultados das fases anteriores devem ser utilizados e analisados nessa fase. Pode-se chegar mesmo a um “Plano de Ação”. Para tanto, o moderador tem o papel de conduzir o processo da metodologia que utiliza, para um resultado realista, com metas e prazos que ajudem na realização das propostas, em face dos compromissos assumidos.

As representações espaciais de comunidades tradicionais apresentam um potencial na análise dos temas abordados, embora feitas sem as regras rígidas de Cartografia e padronizações cartográficas nos moldes aceitos por uma parte dos cientistas. Contudo, são igualmente ricas para o entendimento do lugar rural. Além disso, os procedimentos que mencionamos aqui ressaltam, sobretudo, o conhecimento dos lugares pelos próprios povos tradicionais. Ao registrá-los em um texto acadêmico, admite-se a participação valiosa dos rurícolas ao querer desvelar o seu lugar e dar-lhes voz e visibilidade. É o que ocorre quando assumimos que eles são sujeitos locais, parceiros do pesquisador, em desvelar o lugar rural.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

ALMEIDA, M. G. Geografia cultural, geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. **Geosul**, n.15, p. 40-52, 1993.

ALMEIDA, M. G. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da Geografia cultural. **Geonordeste**, ano XIX, n.1, p. 33-54, 2008.

ALMEIDA, M. G. Geografia Cultural: contemporaneidade e um *flashback* na sua ascensão no Brasil. In: MENDONÇA, F.; SAHR, C. L.; SILVA, M. (Dir.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Ademadan, 2009. p. 243-260.

ALMEIDA, M. G. A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na Geografia Cultural. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 41-50, 2013.

ALMEIDA, M. G. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. *Communautés traditionnelles de quilombolas dans le nord-*

-est de Goiás: lesarrière-courscomme expressions territoriales. **Confins**, Paris, v. 1, p. 1, 2016.

ALMEIDA, M. G. de. Território quilombola, etnodesenvolvimento e turismo no nordeste de Goiás. **Revista Ra'e Ga: Espaço Geográfico em Análise**, v. 40, p. 130-144, 2017.

BRASIL. Secretaria de Agricultura Familiar – SAF/MDA. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip_2583697-3759191-Guia_Prtico_DRP-7420814.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2018.

BROSE, M. (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-194.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, C. R. **Minha casa, o mundo**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2. ed. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CLAVAL, P. A. A geografia da arte: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. (Série Geografia Cultural).

CLAVAL, P. A. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

CLAVAL, P. A. A “volta do cultural” na geografia. **Mercator**, ano 1, n. 1, p.19-28, 2002.

CLAVAL, P. A. **Geografia Cultural**. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

CRESWELL, T. **Place: an introduction**. Oxford: John Wiley & Sons, 2008.

DARDEL, E. **O homem e a terra**. Trad. de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEUS, J. A. S. Linhas interpretativas e debates atuais no âmbito da Geografia Cultural, Universal e Brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2005.

GOMES, P. C. G. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GORAYEB, A.; MEIRELES, J. Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. Entrevista do Eixo de Meio Ambiente, Clima e Vulnerabilidades. Conce-

dida a Eliane Araújo. Rede Mobilizadores, 9 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GILBERT, A. The new regional Geography in English and French-Speaking Countries. **Progress in Human Geography**, v. 12, n. 2, 1988.

GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Caderno de Ciências e Tecnologia**: Cidade, v. 19 n. 1, p. 37-66, 2002.

GREGORY, D. et al. **The dictionary of Human Geography**. 5th ed. London: Blackwell Publishing, 2009.

JIMÉNEZ, O. N. Riozinho da Libertade y los ‘mapas falados’. Cómo conservar un espacio natural en la selva amazónica. **Fronterad REVISTA DIGITAL** Disponível em: <<http://fronterad.com/index.php?q=15686>>. Acesso em: 5 maio 2018.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

KOZEL, S. Mapas mentais: uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S.; COSTA E SILVA, J.; GIL FILHO, S. F. (Org.). **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007. p. 114-138.

KOZEL, S. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. URPR, 2002.

KOZEL, S. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba, a “capital ecológica”. 2001. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 2001.

LIMA, A. M. L.; KOZEL, S. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Geografia**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v. 18, n. 1, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MACHADO, M. R.; ALBUQUERQUE, M. Z. A. O desafio da atualização dos conceitos de rural e campo nos livros didáticos de Geografia frente às dinâmicas atuais de transformação espacial. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/305645199>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Trad. de Hilda Pareto Maciel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

METODOLOGIA de mapeamento cultural colaborativo. Brasília: ACT Brasil, 2008.

MOREIRA, E. V. **Ruralidade e multifuncionalidade no espaço rural dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, SP**. 2012. Tese (Doutorado) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, 2012.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, n.1, p. 7-14, fev. 2014.

RAIBAUD, Y. **Géographie socioculturelle**. Paris: L'Harmattan, 2011.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JUNIOR E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual é o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

RIGONATO, V. D. **Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re) habitação dos gezeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA**. 2017. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SANTOS, A. M. **Cartografias dos povos e das terras indígenas em Rondônia**. 2014. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor Ciências da Terra, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHNEIDER, S.; VERARDI FILHO, M. A. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, Colombia, v. 1, n. 44, p. 11-44, 2000.

SEEMANN, J. "Cartografia cultural" na geografia cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, n. 21, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4214/3687>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SILVA, A. M.; SANTOS, R. J. A desterritorialização dos lugares pela expansão da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e Sul Goiano. In: SANTOS, R. J.; FERNANDES, P. I. B. (Org.). **Paisagens da cana sem doce**. 1. ed. Ituiutaba, MG: Barlavento, 2015. v. 1, p. 1-305.

SOUZA, M. A. D. Razão global/razão local/razão clandestina/razão migrante: reflexões sobre a cidadania e o migrante: relendo (sempre) e homenageando Milton Santos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 20, p. 64-67, 1995.

SOUZA, M. M. O.; PESSOA, V. L. Diagnóstico Rural Participativo (DRP): um instrumento metodológico qualitativo em geografia. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSOA, V. L. S. A. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia, MG: Assis, 2009. p.199-220.

TETAMANTI, J. M. D. Cartografia social y geografia comunitária. In: TETAMANTI, J. M. D. **Hacia una geografia comunitária geográfica: abordajes desde cartografía social y sistemas de información geográfica**. Comodoro Rivadavia: Ed. UPA, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

TUAN, Y-F. Geography, phenomenology, and the study of Human Nature. **Canadian Geographer**, v.15, n. 3, p. 181-192, 1971.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1976.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Ed. UEL, 1983.

VARGAS, M. A. M. Desvelando Heranças, Tradições e Práticas de Jovens de Japaratuba/SE. Brasil. **Revista Cerrados** – Montes Claros/MG, v.15, n. 1, p.03-29, jan/jun-2017

VARGAS, M. A. M. **Cartografia cultural**: patrimônio cultural e identidade dos jovens do município de Japaratuba/SE. Aracaju: Instituto Banese. 2015.

VERDEJO, M. **Diagnóstico Rural Participativo**: um guia prático. Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org.). **Una nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires: Clocco, 2001. p. 31-44.

PENSAR, VIVER E REFLETIR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS GEOETNOGRÁFICAS

Angela Fagna Gomes de Souza

Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de desaprender, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: *Sapientia* – nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível. (BARTHES, 1977, p. 45).

INTRODUÇÃO

Neste texto pretendemos revisitar estágios, momentos e experiências que nos fizeram pensar, viver e refletir sobre as experiências de pesquisa aqui denominadas geoetnográficas. Defendemos tal nomenclatura dada a forma como encaramos a pesquisa qualitativa e a abordagem que adotamos em sua condução. Temos um entendimento que vai muito além do mero procedimento de realização da pesquisa, pois abarca formas diferenciadas de saberes e fazeres que aqui procuramos sistematizar, na intenção de deixar evidente como pensamos o “fazer/pesquisar”. Para tanto, foi necessário elencarmos as fases, formas e trajetórias que seguimos ao longo do percurso, as mudanças de trajeto e, principalmente, a reflexão sempre inacabada trazida a partir de cada momento experienciado.

Contamos aqui os nossos “rumos”, muitos deles inusitados, que nos fizeram buscar outros entendimentos e estratégias que quase sempre acabaram guiando, mesmo que de forma inesperada, nossos caminhos de pesquisa. Como afirmou Geertz (2001, p. 15), “um bocado de gente não sabe exatamente para onde vai, suponho; mas eu nem sei com certeza onde estive”. Assim, tais acasos, em grande medida, ditaram os nossos caminhos. Isso não implica dizer que pensamos a pesquisa em sua aleatoriedade, mas sim que buscamos refletir com base em nossas vivências e experiências e, ao mesmo tempo, nos preparamos para os obstáculos que ela pode nos colocar.

Descrevemos nos tópicos seguintes os nossos percursos de pesquisa, desde o período da graduação em Geografia na Unimontes de Pirapora, a experiência do mestrado e doutorado na Universidade Federal de Uberlândia e a condução de grupos de pesquisa, orientações e desenvolvimento de projetos de pesquisa como docente da Universidade Federal de Alagoas, da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Uberlândia.

Com foco nessas experiências traçamos uma reflexão sobre a Geoetnografia, seus caminhos e olhares, na intenção de sistematizar a nossa reflexão sobre o processo de construção da/na pesquisa. Traçamos ainda os novos olhares abarcando a fotoetnografia, visto que a pesquisa nunca tem um ponto final, mas sim propicia uma pausa para pensar novas formas de entendê-la e conduzi-la.

O PERCURSO DA PESQUISA

Este texto surge de uma seara de práticas, vivências e reflexões sobre o fazer pesquisa junto aos povos e comunidades tradicionais, mais especificamente as gentes sanfranciscanas do Norte de Minas Gerais, Sergipe e Alagoas. O aprendizado, o diálogo e, acima de tudo, o escutar foram ferramentas fundamentais nesse processo.

Iniciamos nossos estudos, ainda na graduação em Geografia em meados de 2005, participando do projeto “Tempos e Espaços nas Comunidades Rurais no Alto e Médio São Francisco, Minas Gerais: uma pesquisa interdisciplinar sobre permanências e mudanças de modos de vida em comunidades rurais e ribeirinhas”.¹ Na oportunidade desenvolvemos importantes inserções em comunidades

1 Projeto financiado pelo Edital MCT/CNPq 61/2005 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas –, Processo 401205/2006-1, Modalidade APQ, desenvolvido nos anos de 2005 a 2008.

tradicionais dos municípios de Pirapora e Buritizeiro, em um projeto coletivo que envolveu docentes e discentes da Universidade Estadual de Montes Claros e Universidade Federal de Uberlândia, com o objetivo de estudar os modos de vida e trabalho das populações rurais ribeirinhas dos municípios localizados no Alto e Médio São Francisco, em Minas Gerais.

Nesse tempo e nesses espaços aprendemos a pensar a pesquisa em sua coletividade, numa junção de atividades, reflexões e vivências distintas que, ao final, deram a tônica de um grupo coeso e obstinado a contribuir para o debate acadêmico em importantes temáticas de pesquisa relacionadas à Geografia, às Ciências Sociais e áreas afins.

Nesse sentido, começamos a entender a importância e a responsabilidade em pesquisar, a flexibilizar os conceitos e categorias e, o mais importante, a dialogar com as distintas áreas do conhecimento. Foram dois anos de muitas experiências, observações e escuta, em que sentamos juntos à mesa para debater, tomar decisões e pensar estratégias de inserção no campo. Realizamos eventos, oficinas e reuniões que nos ajudaram a conduzir a pesquisa, aproximar os integrantes e dar visibilidade às ações realizadas. Ao final construímos um relatório denso de pesquisa que agregou reflexões e plantou importantes sementes que futuramente foram aos poucos sendo germinadas como, por exemplo, a publicação do livro *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*, organizado por Costa e Oliveira (2012).

Participando do referido projeto foi possível conhecer um pouco mais da realidade local dos municípios de Pirapora e Buritizeiro, em especial do mundo rural desse último. Isso nos motivou a pesquisar a inserção da monocultura do café irrigado que modificava/modifica a paisagem dos Cerrados mineiros. Assim, desenvolvemos como trabalho de conclusão de curso uma pesquisa que analisou a inserção da monocultura do café em substituição à produção de pinos e eucaliptos e soja nessas áreas, consolidando a inserção do meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, M., 1999) com técnicas avançadas de produção, levando à exclusão de populações e comunidades rurais inteiras.

Nesse período foram extremamente importantes a experiência de inserção em campo, a elaboração de roteiros de observação e entrevistas, a confecção de mapas de localização e, mais ainda, as abordagens, adaptações e flexibilidades demandadas pela pesquisa. Entendemos as nuances da pesquisa, que não se res-

tringiu a responder perguntas ou indagações e sim refletir de forma consistente sobre a problemática que propomos estudar. Foi possível compreender que a pesquisa que se faz é diferente da pesquisa que se propõe estudar. “Noto que há uma grande diferença entre a ‘pesquisa que fiz e a pesquisa que pretendi fazer’. As dificuldades que tive e as soluções [delas] se apresentaram ao longo do fazer pesquisar” (SOUZA, 2007, p. 21). A intensidade da pesquisa nos levou a relatar de forma detalhada o acontecer da pesquisa, distinguindo-se da escrita habitual dos trabalhos de conclusão de curso, que costumam apresentar de forma muito breve, quase sempre na introdução, os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Optei por dedicar um capítulo específico sobre a metodologia utilizada na construção do trabalho, relatando o processo de construção da pesquisa, motivada por uma dupla obrigação: em primeiro lugar, relatar a riqueza em que se constituiu esta experiência de pesquisa sistematizada e de longa reflexão de minha parte; em segundo lugar, para dizer ao leitor que este trabalho realmente mostrou-me os desafios que se impõem à vida de um pesquisador. (SOUZA, 2007, p. 21).

No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) relatamos as etapas – os caminhos percorridos –, dado o entendimento de que a pesquisa se faz no fazer pesquisar. Por certo, a essência da pesquisa está justamente na forma como a conduzimos.

A maioria das temáticas tratadas pela geografia e demais áreas do conhecimento não traz em si uma novidade e/ou um ineditismo, uma vez que tem aumentado cada vez mais o número de pesquisadores que se propõem a mergulhar no universo próprio da Geografia. Assim, fica evidente que devemos entender tal universo fazendo uma leitura da paisagem em sua realidade material e imaterial, sendo, portanto, uma “maneira de ver” o mundo (COSGROVE, 1998).

Para Luchiarì (2001), o processo social é capaz de imprimir materialidade ao tempo, produzindo formas/paisagens. Ela é, também, portadora de sentidos, sendo a concretude de suas representações simbólicas. Assim, podemos traduzir a paisagem como uma concepção híbrida, carregada de natureza e cultura.

Tal paisagem “resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. [...] paisagem como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” (SAUER, 1998, p. 9), cabendo a nós

geógrafos decodificá-la. Para tanto, o trabalho de campo torna-se uma ferramenta fundamental nesse percurso, pois proporciona a viabilidade e a singularidade de nossas pesquisas, especialmente no tocante à interpretação dos fenômenos em curso. “É preciso também ser consciente da importância fundamental do trabalho de campo para os geógrafos” (LACOSTE, 2006, p. 87). Isso significa dizer que a ausência das pesquisas de campo não inviabiliza o fazer pesquisa. Acerca disso, vale assinalar que há muitos e importantíssimos estudos que optam por levantamentos bibliográficos e fontes secundárias de pesquisa.

Para os que optam pelas pesquisas de campo, é salutar darmos uma atenção especial à forma como a conduzimos, pensando desde os preparativos, por meio do planejamento, elaboração de roteiros e resumos de informações prévias; as idas e vindas a campo, com o objetivo de reunir as informações necessárias para a pesquisa; o trato da informação, em que codificamos e selecionamos o que será ou não utilizado no momento da escrita; a forma como as informações serão utilizadas durante o processo da escrita, ou seja, como iremos traduzir a realidade pesquisada à luz dos objetivos e problemáticas propostos, e ainda a forma como essa pesquisa será apropriada pelos sujeitos dela. Assim como nos lembra Lacoste (2006, p. 87-88), “é necessário também que as pesquisas coletivas desemboquem cada qual em uma apresentação dos resultados à população que foi objeto de pesquisa, tanto por razões de eficácia, quanto para se habituar a métodos que permitam transformar a relação pesquisador/pesquisado”.

Seguindo nossa trajetória de pesquisa, antes mesmo de finalizar a graduação, em julho de 2007 participamos como aluna especial de uma disciplina denominada “Dinâmicas Socioeconômicas: Antropologia das Comunidades Rurais e Ribeirinhas”, ministrada pelos professores Carlos Rodrigues Brandão e João Batista de Oliveira Costa, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS –, no câmpus da Unimontes de Pirapora. A proposta era estudar a cultura das comunidades tradicionais do Norte de Minas em seu contexto teórico, além de fomentar pesquisas sobre a realidade das comunidades tradicionais locais. Com isso deveríamos propor uma imersão a campo para tratarmos as questões debatidas no contexto da disciplina que, posteriormente, foram sistematizadas e socializadas como trabalho final da disciplina.

A turma foi dividida em grupos e cada um deveria apresentar uma comunidade tradicional para ser pesquisada. Nesse contexto, um grupo heterogêneo

de graduandos em Geografia, Letras e Ciências Sociais propôs analisar uma ilha fluvial do Rio São Francisco, habitada por aproximadamente 23 famílias, distante 22 quilômetros da cidade de Pirapora. Começava aí uma das experiências mais intensas de pesquisa geoetnográfica vivida até então. “Foram três dias intensos de muito aprendizado que me guiaram por uma pesquisa continuada e apaixonante. Minha identificação com o lugar e com as pessoas foi muito intensa e forte. Ela passou a ser uma relação entre iguais e não apenas um ‘eu’ pesquisadora e um ‘eles’ pesquisados” (SOUZA, 2011, p. 31).

Partimos para uma imersão a campo de forma despretensiosa, cada qual com uma proposta. Tivemos o cuidado de fazer análises prévias sobre o local, estabelecer contatos iniciais com alguns moradores, organizar a logística e encontrar um ponto de apoio para nossa estadia durante os dias da pesquisa. Como éramos um grupo de seis pessoas, tomamos o cuidado de não interferir bruscamente na rotina diária dos moradores. Respeitamos o tempo do trabalho, do descanso e do lazer. Estabelecemos contato de forma gradual, tentando nos aproximar aos poucos da realidade de cada família.

Foram muitos os momentos de pausa, reflexão e mudanças de estratégias. Ao final do dia sentávamos para dialogar sobre as experiências vividas em campo, os relatos obtidos, as curiosidades, as angústias e, mais ainda, para compartilhar momentos de ponderações e troca de informações. Nesse tempo construímos croquis coletivos, elaboramos roteiros, dividimos grupos para atividades específicas de campo, montamos oficinas e, também, dividíamos as tarefas domésticas.

Entre diálogos, preparo do jantar ou silêncios, tudo fluía ao som das calmas águas do rio São Francisco, o canto dos pássaros e as raras vozes dos pescadores noturnos. As nossas impressões, indagações e constatações foram aos poucos sendo rabiscadas em cadernos de campo. Em raros momentos utilizamos outros recursos que não fossem o bloco de anotações e a caneta. A câmera fotográfica foi poucas vezes utilizada, apenas uma das integrantes da equipe ficou responsável por fazer os registros e, ao final, as imagens foram socializadas com todos.

Foram dias de pesquisa imersos em uma localidade ao mesmo tempo tão perto e tão longe da nossa realidade, buscando estudar os moradores de uma ilha. Apesar da intensidade e da experiência de campo, voltamos com a sensação de que pouco sabíamos sobre aquela gente de rio e beira-rio. Reunimos material,

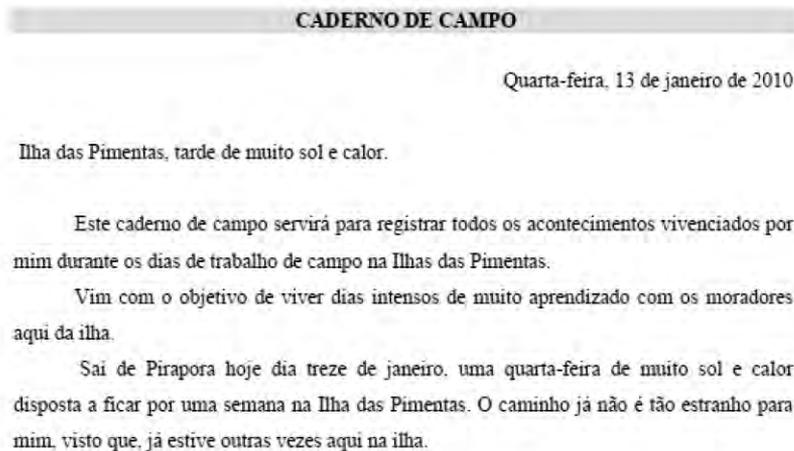
escrevemos, refletimos, produzimos artigos,² compartilhamos ideias, mas percebemos que ainda faltava algo, tínhamos a sensação de que conseguimos decifrar pouca coisa daquele lugar coeso, complexo e multifacetado.

O desejo de retornar, saber mais sobre eles e desvendar novos caminhos nos fez propor um projeto de mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia com o objetivo de analisar a identidade dos moradores da Ilha das Pimentas em Pirapora, MG. Assim, passamos dois anos pesquisando sobre eles. Muitas foram as vezes em que mergulhamos no “mundo” dos moradores da ilha buscando entender as formas de trabalho, as relações cotidianas, as lendas, as memórias, a relação com a natureza, as redes de parentescos e compadrio, os festejos. Tivemos a oportunidade de ouvir relatos memoráveis sobre os períodos de cheias e secas do rio, as grandes enchentes, os alagamentos, as perdas e reconquistas, o sistema de plantio e colheita, as estratégias de construção das moradias, a pesca, a conexão com a terra firme, os conflitos socioambientais etc.

Não apenas elaboramos uma pesquisa acadêmica. Mais que isso, estabelecemos vínculos, vivemos sensações ímpares e entendemos a nossa responsabilidade em fazer pesquisa. Isso porque não nos restringimos a escrever algo sobre alguém ou alguma comunidade. Perpassando o dever de construir uma pesquisa coletiva, por meio dela aprendemos e colaboramos com o outro. Toda essa experiência foi, em parte, registrada no caderno de campo, como no exemplo que segue.

2 Ensaio denominado “Tempos, águas e lugares: vida e trabalho na ilha das Pimentas, Pirapora, MG”. As informações obtidas foram posteriormente incorporadas à redação da dissertação denominada *O tempo das águas: ciclos de vida entre as margens do rio São Francisco, a Ilha das Pimentas – Pirapora, MG*, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2011.

Figura 1 - Fragmentos do caderno de campo realizado na Ilha das Pimentas, Pirapora, MG, de 13 a 20 de janeiro de 2010.



A forma como traduzimos essa vasta experiência foi, de alguma forma, sistematizada na dissertação de mestrado denominada *O tempo das águas: ciclos de vida entre as margens do rio São Francisco, a Ilha das Pimentas – Pirapora, MG* (SOUZA, 2011). No texto tivemos a preocupação de evidenciar as etapas metodológicas da pesquisa, de relatar as intensas experiências de campo e de buscar alternativas para apresentar da forma mais clara possível a voz dos sujeitos. Para tanto, elaboramos um capítulo denominado “Caminhos e momentos da pesquisa”, em que apresentamos uma descrição do tempo, do espaço e das gentes do lugar pesquisado, e um outro intitulado “Lembranças de um viver entre as águas: memórias e imagens”, em que sistematizamos o viver em ilha. Nesse último, por meio de uma sequência de fotografias e falas, produzimos um itinerário a partir das memórias, imagens e fala das pessoas do lugar, pautando-nos na construção de um imaginário fotográfico. Desse modo, traçamos um “caminho pelas imagens”, trilhado a partir do percurso: a chegada, a estadia e o retorno da Ilha das Pimentas.

Fez-se uso, portanto, da fotoetnografia (ACHUTTI, 1997), em que o autor emprega a fotografia não como um mero recurso ilustrativo, mas como uma narrativa, uma forma de evidenciar as fotografias captadas durante a pesquisa. A esse respeito, Achutti e Hassen (2004, p. 276) assinalam:

As formas verbais e escritas seguem preponderando sobre uso da imagem, mantendo-se mais usuais e aceitas e, de certa forma, isso se pode dever também ao fato de as diretrizes metodológicas que envolvem o uso da fotografia ainda não estarem assentadas em práticas convencionadas e reconhecidas como efetivas. Em grande parte dos textos, a fotografia, quando aparece, se restringe a um papel ilustrativo.

Sentimos a necessidade de adotar alternativas metodológicas diferenciadas das usualmente adotadas nas pesquisas geográficas. Apesar de ser constantemente colocada nos textos escritos, na grande maioria das vezes a fotografia não traduz toda a bagagem de símbolos e significados, restringindo-se a um registro, uma figura, uma imagem captada. Assim, a leitura imagética da fotografia não é destacada e imputa-se-lhe apenas o que queremos ou desejamos que compareça como ilustração ao texto escrito. Acerca disso refere Steinke (2014, p. 74):

Mesmo que a “imagem” seja um elemento comum, ou seja, esteja presente em uma infinidade de trabalhos geográficos, nos quais têm sido utilizadas de modo meramente “ilustrativo”, sendo que ‘ilustrar’ significa informar, representar com a devida relevância científica, então é urgente a reflexão acerca do processo de representação imagética no processo de construção do conhecimento geográfico e na difusão desse conhecimento.

Segundo Steinke (2014, p. 65), na geografia “ainda não são consistentes e aceitos os trabalhos de cunho imagético na sua essência, como se tal concepção fosse uma atribuição ‘privada’ (ou privilegiada) das artes”. Desse modo, o autor propõe incentivar tal discussão, mediante o que denomina “Fotogeografia”, como um olhar diferenciado presente na essência formativa do geógrafo.

A nossa intenção ao utilizar a fotografia foi priorizar o uso das imagens de forma preponderante no texto, trazendo leituras e significados outros, dando visibilidade às pessoas pesquisadas, como um “compromisso desafiador”. Assim, em alguns casos optamos por não utilizar legendas, na intenção de deixar o leitor mergulhar, traduzir suas próprias leituras. Propomos um exercício do olhar em seus diversos ângulos e percepções, entre aquilo que é o concreto, registrado por

intermédio da fotografia, e aquilo que é perpassado também pelo imaginário, o que está além do que a vista consegue alcançar, o não visível. Por conseguinte, “ao olhar uma foto, incluo fatalmente em meu olhar o pensamento desse instante, por mais breve que seja, no qual uma coisa real se encontrou imóvel diante do olho” (BARTHES, 1984, p. 117).

Em associação às fotografias foram utilizadas as falas dos entrevistados, buscando cristalizar suas “visões de mundo” em tempos e espaços diferenciados. Não apenas nos atentamos à disposição das falas e/ou fotos, como também utilizamos o processo de descrição visual aliado à narração dos sujeitos pesquisados, o que permitiu agrupar falas e imagens em um processo sincrônico de interpretação, cruzando olhares e buscando novas visões. Os anseios, desejos, protestos e sonhos foram priorizados em gestos, palavras e imagens que, de alguma forma, tentamos evidenciar. Esse processo é descrito com precisão por Achutti e Hassen (2004, p. 277):

É importante ressaltar que a possibilidade de utilização de imagem não implica o seu uso excludente em relação ao texto. Pelo contrário: texto e imagem podem-se articular de forma complementar com seus aportes específicos. A natureza de texto e de imagem naturalmente é diferente. Importa que nos demos conta de que, no limite do texto, a fotografia pode avançar “iluminando” certas passagens e, no limite da fotografia, o texto cumpre um papel analítico insubstituível.

A interface entre falas e fotos teve como principal objetivo proporcionar uma leitura diferenciada da/pela imagem em uma dupla perspectiva que abarca desde a interpretação “que salta aos olhos”, com a leitura das imagens, até a “análise social dos silêncios, ou seja, do que está oculto ao olhar de quem não ‘esteve lá’” (ARAÚJO, 2009, p. 33).



“Eu nasci e criei na beira desse rio. Sei remar, ponho canoa, faço tudo”



“Nosso sonho era ter uma casa na beira do rio”

“Enquanto eu tiver vida e tiver esse pedacinho de terra aqui, é aqui que vou ficar”

Fonte: Souza (2011, p. 164)

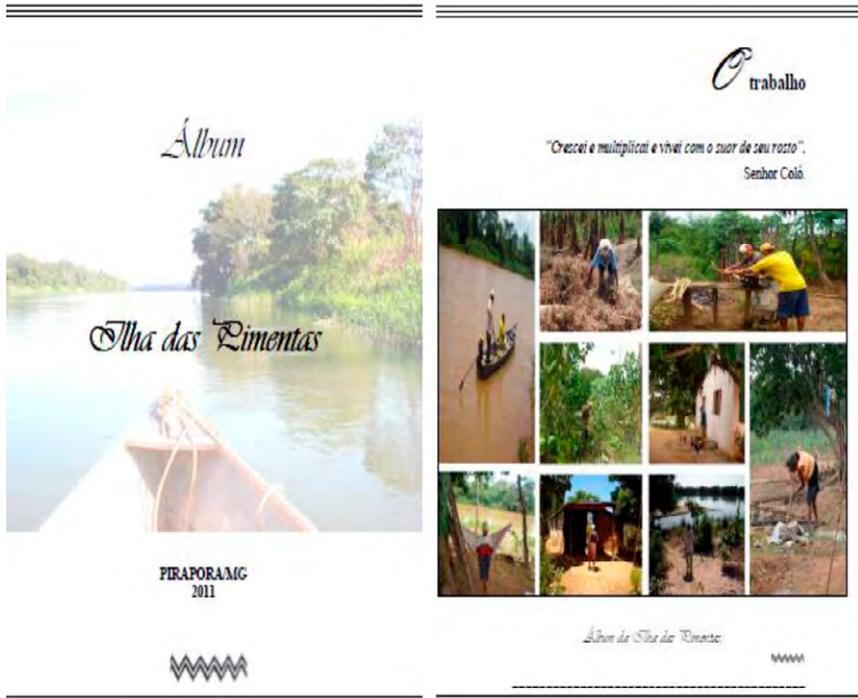
É importante evidenciar que apresentamos uma leitura das imagens registradas pelo olhar do “eu pesquisador” que estava “lá” para pesquisar. Nessa perspectiva, a intenção da fotografia perpassa a interpretação de quem a registrou, sendo definida por meio da vivência, da memória e da percepção dos olhos de quem a vê. Salientamos, portanto, que, por mais que tentamos deixar uma livre interpretação do que se apresenta como falas e fotografias, temos participação como pesquisador que capta, seleciona e dispõe o material com um olhar direcionado e particular imbuído das vivências no ambiente pesquisado. Isso não implica que múltiplas interpretações e pontos de vistas são possíveis a depender da leitura de um outro que não “participou” da pesquisa.

Na verdade, é a competência de quem olha que fornece significados à imagem. Essa compreensão se dá a partir de regras culturais, que fornecem a garantia de que a leitura da imagem não se limite a um sujeito individual, mas que, acima de tudo, seja coletiva. A idéia de competência do leitor pressupõe que este mesmo leitor, na qualidade de destinatário da mensagem fotográfica, detenha uma série de saberes que envolvam outros textos sociais. (MAUAD, 2004, p. 24).

Salientamos, portanto, que a fotografia seja utilizada nas pesquisas geográficas como um recurso importante, capaz de traçar um percurso em que a imagem nos leve a uma trilha guiada por olhares fixos e silenciosos, onde “muitas fotos, infelizmente, permanecem inertes diante de meu olhar” (BARTHES, 1984, p. 47). Portanto, a fotografia traz a possibilidade de expor de forma diferenciada o texto visual, ampliando as alternativas de análise do cenário pesquisado, trazendo uma interpretação singular que requer uma maior interação entre o texto lido, observado e imaginado. Para Sontag (2004), a fotografia pode ser mais memorável do que a própria imagem em movimento, uma vez que é uma nítida fatia do tempo vivido.

Com as vastas e intensas experiências vividas durante as pesquisas de campo, sentimos a necessidade de “retribuir” toda a partilha de saberes. Elaboramos assim um “Álbum de Fotografias”, a partir do material de pesquisa. Pensando sempre que, “se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem ‘respeitos’ – podemos dizer igualmente, ‘cortêsias’. Mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se ‘devem’ – elas e seus bens – aos outros” (MAUSS, 2003, p. 263).

Importante mencionar que a elaboração desse material não foi uma escolha aleatória. Trata-se de trabalho que perpassou observações e momentos de pesquisa vivenciados que nos fizeram perceber o que de fato era significativo para os participantes. Ao longo de toda a pesquisa notamos uma exaltação quando fazíamos os registros fotográficos. Todos queriam ser vistos na tela da máquina digital. Dessa forma, a cada ida a campo levamos algumas fotografias impressas. A entrega delas era motivo de muita alegria entre os moradores que recebiam o material. São imagens marcantes, utilizadas ou não no trabalho, associadas aos fragmentos de falas dos moradores da ilha, como forma de agradecimento ao tempo de colaboração.

Figura 2 - Álbum de fotografias entregue aos moradores da Ilha das Pimentas, Pirapora, MG.

Na entrega do "Álbum de fotografias" a recepção foi muito calorosa e todos mencionaram que guardariam o material como uma recordação. Era o registro de um momento em que eles foram ouvidos e retratados.

Além desse material, disponibilizamos também um CD (Figura 3) com todo o conteúdo da pesquisa (diário de campo, fotografias, roteiros, transcrição completa das entrevistas, calendário de atividades diárias etc.). Como um anexo à dissertação, o CD reúne um vasto acervo capaz de subsidiar pesquisas futuras relacionadas à temática e o local pesquisado.

Figura 3 - CD com o material de campo.



Acreditamos que a pesquisa nunca tem um ponto final. Assim, participamos de alguns outros projetos concomitantes à pesquisa do mestrado, também relacionados às comunidades tradicionais do Norte de Minas, a exemplo do “OPARÁ: tradição, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no sertão roseano”,³ “Etnocartografias do São Francisco: modos culturais de vida cotidiana, culturas locais e patrimônios culturais em/de comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais”⁴ e “Beira Vida, Beira Rio: Cultura, Cultura Popular e Patrimônio Cultural no Alto Médio São Francisco”⁵.

Com essas experiências alargamos ainda mais o nosso olhar sobre as gentes sanfranciscanas. Porém, a todo tempo e para além da finalização de um trabalho, buscamos refletir: qual é o nosso papel na vida dos povos e comunidades que

3 Projeto vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Foi desenvolvido no período de 2008 a 2010, com financiamento da Fapemig e CNPq.

4 Projeto desenvolvido no período de 2009 a 2011 pela equipe do Grupo Opará – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Rio São Francisco, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Foi financiado pelo CNPq, Edital 02/2009.

5 Projeto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Contou com financiamento da Fapemig, Edital MCT/CNPq 14/2010 – Universal, Faixa C – e foi desenvolvido no período de 2010 a 2012.

pesquisamos? De que forma estamos conduzindo as nossas pesquisas? Como traduzir a vida do outro a partir do nosso olhar e nossa vivência? Como estamos conduzindo as nossas pesquisas sobre o outro? Qual o caminho de pesquisa que devemos trilhar para entender a realidade dos povos e comunidades tradicionais?

Com base em tais indagações, buscamos leituras e troca de experiências que nos ajudaram a pensar a pesquisa não apenas como uma etapa de um trabalho, mas sim com a densidade que ela exige. Seguindo essa trajetória, participamos da disciplina “Pesquisa Qualitativa em Geografia”, do PPGeo/UFU, ministrada pelos professores Vera Salazar e Júlio Ramires. Foi uma oportunidade para debater intensamente o processo de construção da pesquisa, os instrumentos metodológicos e as normativas. Surgiu, assim, nossa reflexão sobre a condução das etapas da pesquisa, assentada em uma realidade que enlaça a Geografia e a Etnografia, denominada Geoetnografia (SOUZA, 2013a).

Essa sistematização foi fruto de nossas experiências de pesquisa qualitativa, entendida aqui como:

[...] uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Buscamos, assim, traçar um caminho pensando a pesquisa como um “todo coerente”, (BOAS, 2004), vivenciada de forma densa, compartilhada e, mais ainda, articulada. Isso implica construir um processo de pesquisa que perpassa desde o momento da concepção e do planejamento, passando pela execução, sistematização e reflexões sobre as informações obtidas.

Como afirmamos anteriormente, a pesquisa é sempre um devir, um vir-a-ser. Por conseguinte, uma outra indagação seguiu nos acompanhando: como analisar as comunidades tradicionais do Rio São Francisco? Isso nos fez propor um projeto de doutorado que objetivou entender a realidade das gentes sanfranciscanas, especialmente os povos e comunidades tradicionais do médio curso do rio. O primeiro grande desafio já estava posto, dada a longa extensão territorial que

a pesquisa abarcava, mais de seiscentos quilômetros. Outro grande desafio foi pensar uma estratégia de pesquisa capaz de sistematizar um número muito grande de informações. E, ainda, tentar ler uma realidade tão dinâmica e singular de forma integrada, traduzindo essa linguagem mediante nossa leitura geográfica.

Para isso foi necessário um apurado exercício metodológico que perpassou essencialmente pela forma como pensamos e conduzimos a pesquisa. Notamos que não era apenas uma questão de decodificar códigos, mas sim de dar densidade à pesquisa. Independentemente das ferramentas utilizadas, o mais significativo era pensar a responsabilidade que a pesquisa nos colocava. Assim, cada etapa foi sistematicamente elaborada, refletida, reconstruída e ressignificada. A cada passo um retorno, um olhar, uma forma de conduzir.

E, nesse devir, paralelamente ao prosseguimento da tese de doutorado, de algum modo mudamos de rumo e passamos a participar do projeto “A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe”.⁶ Carinhosamente denominado Projeto Pró-Cultura, foi desenvolvido pela Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal de Sergipe. E, como escreveu Geertz (2001), uma vez que “tudo depende do momento”, passamos a pesquisar as festas juninas e natalinas em Sergipe. Novos olhares, novas perspectivas, novos aprendizados e também novos desafios foram lançados. Buscamos entender outras realidades, adentramos o mundo das festas rurais e urbanas. Um mundo regido pelas cores, pelas fantasias, pela alegria, pela celebração, pelo agradecimento.

Se no sertão mineiro nos interessava entender o viver cotidiano, no litoral, agreste e sertão sergipano o foco principal foi captar a ruptura do cotidiano, os momentos de euforia e de alegria, o festar coletivo, a sociabilidade e a partilha para com “os seus”. Adentar e habitar a festa é uma tarefa que, à primeira vista, pareceu não ser das mais complexas, porém, ao mesmo tempo, tornou-se demasiadamente instigante, uma vez que surgia a nossa volta, em um piscar de olhos,

6 Projeto de pesquisa financiado pela CAPES e Ministério da Cultura – Edital Pró-Cultura/2009. Desenvolvido no período de 2010 a 2012, pela rede Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC, Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais – LABOTER –, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG e Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS.

uma infinidade de códigos, letras, ritmos e cores que dificilmente conseguimos traduzir com a velocidade necessária.

As festas são numerosas, desdobram-se em diversas expressões de cantos, danças e formações, muitas delas singulares, únicas! [...] não apenas diversidade e singularidades, mas, sobretudo, expressões que têm a essência do “fazer a festa”, herdadas e apropriadas pela tradição, um permanente refazer; reproduzindo, renovando e traduzindo os sentidos da festa patrimonial. (VARGAS, 2014, p. 252).

Para conseguir entender pelo menos parte de seu contexto, precisamos viver a festa e festejar junto. Notamos que, além de estar presente no momento de sua culminância, que é talvez o momento menos importante em uma pesquisa sobre festas populares, é necessário saber traduzir o que se passa antes e depois da festa. No caso das festas religiosas, Geertz (1989, p. 143) assinala que se trata de eventos formados “por um conjunto de símbolos sagrados ordenados entre si, uma ordem conhecida pelos seus adeptos”. Logo, a festa acontece em função das pessoas que pensam e organizam a festa.

Aprendemos a pensar as festas como uma forma de “resgate” do passado, “permanência” e também “projeções” futuras. O contexto das festas perpassa lógicas diferenciadas, reinvenções, adaptações e, em alguns casos, revisitas ao passado, porém de forma ressignificada. Aprendemos que as festas mobilizam, criam nuances, estabelecem identidades, territorialidades, enraízam, determinam vínculos, ditam visibilidades, indicam símbolos, patrimonializam, turistificam. Nesse envolvimento de pesquisas, é importante considerar que entender as festas é estar em um universo múltiplo, diverso e multifacetado, revelador de um “todo coerente” que dificilmente conseguimos captar em sua completude.

Cada festa é uma festa. Um jeito novo de fazer, celebrar, rezar, agradecer. Das inúmeras festas que pesquisamos, cada uma delas, mesmo as que celebram o mesmo Santo e aparentemente possuem o mesmo ritual, carrega uma gama plural de significados próprios. A cada ano novos acontecimentos, novos atores, outros compassos. Por meio do embalo das festas, aprendemos a lidar com a dinamicidade da pesquisa. Entendemos que, por mais que tentamos adentrar tal universo, só iremos traduzir uma parte desse “todo coerente”. Será sempre uma

pesquisa pontual, referente àquele momento. A cada retorno um novo olhar, uma nova forma de pensar e também de festar.

O que ficou dessas vastas experiências de pesquisas em tempos e espaços diferenciados foram os momentos de descontração, de partilha e de atividades realizadas com os fazedores de cultura, agentes públicos, grupos de pesquisas, alunos de graduação e pós-graduação, escolas municipais e estaduais. Isso é parte significativa de um constante processo de aprendizado. A cada nova ida a campo, novos debates, organização e participação em eventos, produção de artigos e convites para novos projetos, renovava-se a necessidade de busca por entender o que de fato é a construção de uma pesquisa. Vislumbramos sempre novos aprendizados e também novas possibilidades de entender o “outro”. Não que isso signifique a busca por uma fórmula, um teste de erros e acertos, mas sim a somatória de indagações e diálogos, mesmo sabendo que, “de qualquer forma, aprendi uma coisa ao ir juntando os retalhos da minha carreira acadêmica: tudo depende do momento” (GEERTZ, 2001, p. 15).

Após as citadas experiências de pesquisa como estudante da graduação, mestrado e doutorado, adentramos no universo acadêmico como docente da Universidade Federal de Alagoas e posteriormente da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Uberlândia. Nelas tivemos a oportunidade de desenvolver pesquisas de iniciação científica, orientações de graduação e pós-graduação e também de coordenar o “Gepar – Grupo de Estudo e Pesquisa em Análise Regional”, no qual continuamos adentrando o universo das comunidades tradicionais e suas várias nuances: religiosidades, festas, rituais, modos de vida, identidades, territorialidades etc. Pautamos as nossas pesquisas em uma leitura sobre “outro” em sua singularidade, diversidade e silêncios. A cada trabalho surgem novas reflexões que nos guiam com instrumentos “próprios” de colaboração, como, por exemplo, a elaboração de cartilhas, *baners*, oficinas, croquis e mapas mentais, nominalmente atribuídos às pessoas que fazem parte das nossas reflexões. Seguimos sempre buscando maneiras de pesquisar “os nossos”.

Até aqui o que fizemos foi relatar um pouco da nossa trajetória de aprendizados, reflexões e vivências de pesquisa que acreditamos dizer muito sobre a essência do que somos e/ou do que projetamos ser. A seguir pontuaremos as reflexões da pesquisa geoetnográfica, elaborada com foco em nossas experiências traçadas ao longo desse percurso e sistematizada na tese de doutorado denominada

Ser, estar, permanecer: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do Rio São Francisco (SOUZA, 2013b).

GEOETNOGRAFIA: CAMINHOS E OLHARES DA/NA PESQUISA

A Geoetnografia é, em parte, um termo “inventado” para designar uma interação coesa, consistente e densa de pesquisa que perpassa a vivência entre a geografia e as minúcias da antropologia e, mais de perto, a etnografia, o que requer considerar não apenas uma junção dessas duas áreas de pesquisa, mas sim a colaboração de uma para com a outra. Trata-se da troca, da reciprocidade, do estranhamento, do detalhamento, do olhar, da descrição, da observação, das anotações, das tomadas de decisões, das inconsistências, das contradições, do jogo de poderes. Tudo isso diz respeito a formas que moldam a construção de uma pesquisa para que ela atenda de maneira satisfatória aos seus eloquentes objetivos. Quase sempre somos destinados a seguir um roteiro, definir pontos de partida e de chegada, mas, muitas vezes, nos esquecemos de observar o caminho. A pesquisa muda de rumo e, em alguns casos, perdemos mais tempo tentando colocá-la novamente no eixo do que de fato analisando o porquê das mudanças.

Nessa busca por caminhos, procedimentos e reflexões, somamos experiências que nos motivam, cada vez mais, a pensar o fazer pesquisa. Por certo, não tomamos a realização da pesquisa como algo pronto e acabado, mas sim uma construção coletiva que vai criando forma a cada dia, pensando sempre em agregar saberes, dialogar com o outro. Nesse limiar deparamo-nos com vários obstáculos, mas também somamos muitos aprendizados. Na sequência, apresentamos um roteiro inacabado de pesquisa geoetnográfica.

A premissa inicial é pensarmos sempre que os caminhos da pesquisa começam antes mesmo de ela “de fato” tomar corpo. Carregamos ao longo do nosso transcurso indagações, inquietações, observações e pontos de vistas que, a depender das nossas motivações pessoais e/ou acadêmicas, levamos adiante ou não. A partir do momento em que decidimos pesquisar algo, alguém ou algum lugar, já temos uma certa bagagem de impressões que nos faz optar por qual caminho percorrer. Obviamente, ao longo do processo da pesquisa muitos outros cursos são traçados, novos rumos são tomados e, até mesmo, pausas e mudanças de posições são feitas. Desse modo, devemos ler a pesquisa respaldados pela

trajetória que almejamos percorrer, pelos degraus que podemos transpor e pelo quanto podemos avançar.

Buscamos com tal percurso traçar estratégias de pesquisa, tendo em vista a nossa necessidade de avançarmos alguns degraus. Assim, seguem as nossas indagações sobre as pesquisas em comunidades tradicionais que nos fizeram refletir sobre formas próprias de pensar o desenvolvimento da pesquisa e que trouxeram à tona reflexões sobre a construção de uma pesquisa geoetnográfica. Nosso objetivo é partilhar a experiência de pesquisa pensada graças ao envolvimento com o outro, em sua coletividade e troca de saberes. Nela estão incorporadas desde a essência etnográfica evidenciada no pensamento de Geertz (1989) e muitos outros antropólogos, perpassando ainda a concepção da pesquisa participante presente em Brandão (1999, 2006, 2007), a participação observante abordada por Borges (2009), a convicta “ecologia dos saberes” presente no pensamento de Santos (2005) e, mais ainda, a singularidade das leituras geográficas presentes nas reflexões de Rosselvelt José dos Santos (1999), Suertegaray (2002) e Almeida (2008a, 2008b). Refere-se à cosmologia que não retrata apenas a forma de pensar a pesquisa, mas sim traduz uma “visão de mundo” capaz de convergir e construir outros olhares sobre o processo de elaboração, realização e reflexão de pesquisa.

Por conseguinte, apresentamos a seguir a forma como pensamos a pesquisa geoetnográfica, como dito em outros trabalhos (SOUZA, 2011, 2013a, 2013b), apenas procurando definir um itinerário capaz de auxiliar pesquisadores que trilham e pensam sobre o processo de construção da pesquisa.

“Olá” – o imaginado

Este é o primeiro momento para se pensar a pesquisa de campo. Nessa etapa, o pesquisador procura descrever e/ou imaginar de maneira bem genérica a região e/ou o local a ser pesquisado. Aparecem visões muito amplas e diversificadas dos fatos, com o propósito de direcionar a problemática da pesquisa. É o olhar de fora, o que denominamos como o imaginado.

“O aqui lá” – falando dos de lá

Definido como uma pré-noção daquilo que se sabe sobre o ambiente e as gentes a serem pesquisadas. Momento em que o “eu pesquisador” analisa

de longe como são as pessoas, as casas e o lugar a ser pesquisado. Normalmente, são feitas leituras prévias sobre o que se pesquisa e a forma como se pesquisa. Ainda prevalece uma visão parcial dos fatos, entendida apenas pelo que foi colhido em pesquisas anteriores ou, ainda, pelo que foi dito pelos que já conhecem o local e/ou as gentes pesquisadas.

“O chegar lá” – o primeiro olhar

A partir daqui, contamos com o fato concreto, a chegada ao universo da pesquisa. Realizamos não só o campo de descrição, a vista totalitária, o contato, a descoberta, as indagações, o pensar, mas também o agir, o procurar, o investigar, o analisar e, acima de tudo, o observar. Devemos, inicialmente, ter um olhar atento sobre o local da pesquisa, analisada por uma visão intencionalmente espontânea e genuína dos cenários e fatos a serem pesquisados. O “estranhamento”, a desconstrução, os questionamentos são passos importantes nesta etapa. Tudo o que parece normal e rotineiro passará a ser observado como diferente, desmascarando possíveis julgamentos prévios.

“O estar lá” – o vivido, o sentido e o colhido

É a pesquisa de campo propriamente dita, em que estão relacionadas todas as ferramentas utilizadas na pesquisa: o vivido, o sentido, o colhido, enfim, a pesquisa concreta. Lançamos nossas indagações, nosso olhar crítico sobre o que deverá ser investigado. É neste momento que o pesquisador coloca em prática todas as suas técnicas e instrumentos de pesquisa previamente selecionados. Porém, ele deve estar preparado para os “imponderáveis da vida real”. Muitas previsões podem ser superadas pela vivência em campo. O pesquisador deve saber adaptar-se aos costumes, ao conhecimento local e aos ensinamentos dos pesquisados; afinal, cada grupo ou comunidade se relaciona de forma particular com os “seus” e com os “outros”. Esse contato deve sempre ser cuidadoso e sutil, como forma de respeito e valorização do lugar e das pessoas envolvidas na pesquisa. É importante que o pesquisador tente abarcar uma “descrição densa” daquilo que se vê e, principalmente, que se pesquisa.

“O voltar de lá” – as experiências observadas

São as análises, considerações e mudanças advindas com a vivência no campo que instigam o pesquisador a pensar sobre as contribuições acerca do que foi visto, coletado e das futuras reflexões sobre o que foi pesquisado. Esta é uma etapa de estruturação e tabulação dos dados, em que se procura entender o quanto a pesquisa e o material colhido em campo podem ser significantes para os rumos do trabalho. Todas as experiências vividas servem como reflexões para a construção da pesquisa. Relacionar observações, integrar momentos diferenciados e prever novas perspectivas auxiliam na busca por novas e originais análises.

“O Eu aqui” – as contribuições e reflexões e a geoetnografia

Momento de o pesquisador analisar criticamente todos os dados colhidos pensando nos objetivos propostos pela pesquisa. Fase em que as observações do comportamento e o resgate da memória dos pesquisados são dispostos considerando a interatividade entre o “eu” pesquisador e os “outros” pesquisados. Etapa final da pesquisa, em que é importante estruturá-la e fundamentá-la não apenas em teorias antropológicas, filosóficas e geográficas, mas também em um olhar pautado nos relatos das experiências vividas. A mudança interior adquirida com a vivência com os “outros”, em muitos casos, é incorporada à pesquisa. Lembramos ainda que, além dos resultados acadêmicos esperados, é importante pensar em opções apropriadas de retorno da pesquisa para as pessoas envolvidas. (SOUZA, 2013a, p. 64-66).

A todo tempo refletimos sobre a construção do conhecimento, buscamos técnicas de pesquisas diferenciadas, dialogamos com nossos pares, participamos de eventos e debatemos procedimentos metodológicos, na busca por tecer olhares sobre nossas pesquisas e, mais ainda, fazer com que ela seja cada vez mais compartilhada e colaborativa com as pessoas que participam do fazer/pesquisar.

Nessa reflexão compõem muitos instrumentos metodológicos que despertam a nossa atenção e nos instigam a utilizá-los, a depender das circunstâncias da pesquisa. Surgem, conseqüentemente, novas reflexões, novos olhares como alternativa a esse itinerário.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: NOVOS OLHARES – OS OUTROS SOMOS NÓS

[...] a ecologia dos saberes é a extensão universitária ao contrário. É a universidade preparada para se abrir às práticas sociais, mesmo quando não informadas pelo conhecimento científico, que nunca é único. O conhecimento científico tem de saber dialogar com outros conhecimentos que estão presentes nas práticas sociais e, assim, trazê-los para dentro da universidade. (SANTOS, 2005, s.p.).

Seguimos sempre buscando ferramentas para debater metodologias e criar estratégias de pesquisa que visam responder às seguintes indagações: de que forma podemos analisar os povos e comunidades tradicionais? Como a geografia tem conduzido as pesquisas relacionadas a essa temática? De que forma podemos traduzir a realidade pesquisada?

Essas angústias permanecem ativas. O que fazemos diante de cada realidade de pesquisa é tentar entender o outro a partir de sua realidade local, buscando formas de saber ouvir. Trata-se de atitude que perpassa ferramentas diversas e origina um aprendizado constante. Nunca teremos um protocolo a ser seguido, um itinerário pronto e acabado. A pesquisa é um eterno devir. Traceja pontos de partida e de chegada diferenciados que tecem uma trama de símbolos e significados dinâmicos, heterogêneos e em constante transformação. Estudar povos e comunidades tradicionais requer fôlego, tomada de decisões e, muitas vezes, posicionamentos. Podemos ser apenas mais um que passa pelas pessoas e pelos lugares, ou aquele que mergulha em sua realidade, vivencia e estabelece compromissos com as pessoas do lugar.

Olhar para a pesquisa é pensar os caminhos trilhados antes mesmo de começar a caminhada. Conforme afirma Godoy (1995a, p. 58), ela parte inicialmente de “interesses amplos”, que vão ao longo do tempo se desenvolvendo com a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e com o “contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”.

Uma vez iniciada a pesquisa, devemos sempre observar as pegadas deixadas para trás, ver as nossas marcas, corrigir as curvas e tropeços e avançarmos à medi-

da que somos chamados a prosseguir. Novas rotas, trilhas e caminhos tortuosos fazem parte desse longo percurso. O objetivo maior nunca é o ponto de chegada, mas sim o que colhemos ao longo do caminho. Muitas vezes paramos na sombra de uma árvore e justamente lá nos deliciamos com um apetitoso fruto colhido de sua copa. Outras, desejamos atravessar o mais depressa possível um rio para alcançar a outra margem em busca de novos caminhos. Sabemos que obstáculos podem aparecer pelo caminho e nos impedir de passar, fazendo com que seja necessário mudar de direção, optando por caminhos ora mais curtos, ora mais distantes. Tudo isso compõe os meandros da pesquisa que devemos enfrentar não como barreiras, mas como oportunidades que ela nos oferece para reposicionar os nossos olhares e pontos de vista, de acordo com as pausas, avanços e até mudanças de trajetória.

Não estamos afirmando que a pesquisa deva ser colocada ao sabor do vento, mas sim que devemos pensá-la em sua incompletude, como itinerários sujeitos a mudanças de rota e tomadas de decisões. Nunca terminamos uma etapa de pesquisa da forma como a idealizamos. Isso porque, ao refletirmos sobre ela, ao longo de sua realização, tornamo-la única, singular. A nosso ver, essa é a essência da pesquisa. Porém ela não acaba nesse momento, pois o que ocorre durante e depois da pesquisa de campo é tão importante quanto as demais etapas.

Muitos imaginam que a reflexão deva acontecer em um momento de pausa, de organização das ideias, de retorno, de sistematização, porém, a essência do fazer pesquisa está justamente na nossa capacidade de interpretar a realidade que se apresenta aos nossos olhos. É nesse olhar atento que a reflexão acontece, em que se valoriza “o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. [...] Aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados” (GODOY, 1995, p. 62).

Em alguns momentos incorremos no erro de tentar reunir o máximo possível de informações, fazer todos os registros imagináveis, conversar com todos os presentes, anotar ou gravar tudo, quando de fato o que é essencial passa despercebido aos nossos olhos. Retornamos muitas vezes para tentar encontrar o que buscamos e nada parece satisfatório para a pesquisa. Quando pesquisamos “pessoas outras”, muitas vezes esquecemos que a pesquisa não é puramente nossa, ela é das e com as “gentes” envolvidas. Somos apenas coadjuvantes em um cenário de

protagonismos de um “outro” igual a nós. São eles que nos pesquisam muito mais do que nós os pesquisamos.

Muitas vezes a reflexão é solitária, mas ela pode e deve ser também solidária. Isso significa dizer que a pesquisa que se faz só, nunca é sozinha. Quando pesquisamos povos e comunidades tradicionais, são muitas as vozes, gestos, ritmos, rostos, cores e sabores que habitam a construção da pesquisa. Assim, a reflexão não é um devir em que nos sentamos à mesa para tentar traduzir o que foi coletado em campo. Mais que isso, é um momento de construção, a tradução de uma vivência e de uma experiência que procuramos entender, graças às dimensões da vida do “outro”.

Atualmente somos acionados a dialogar sobre a pesquisa em ambientes acadêmicos e fora dele. Tivemos ricas experiências participando de orientações, projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação, participação em eventos, oficinas e minicursos relacionados a essa temática. Tudo isso nos fez perceber que as nossas experiências e, mais pontualmente, a sistematização da pesquisa geoetnográfica com povos e comunidades tradicionais aqui exposta evidenciam uma demanda emergente de alunos/pesquisadores interessados em debater essa temática. Percebemos que tal demanda, em grande medida, se dá pela necessidade, especialmente de pesquisadores das Ciências Humanas, em conduzir suas pesquisas ainda muito presos a procedimentos e metodologias “acabadas”, incapazes de inovar nos debates, discursos e práticas como ora aqui proposto.

Estamos sempre abertos aos novos diálogos, buscando reflexões sobre o fazer pesquisa, trazendo olhares outros para a Geografia e as Ciências Humanas. Assumir tal postura nos exige usos diferenciados de instrumentos metodológicos, formas de condução, interpretação, descrição e tradução da/na pesquisa, com assento no entendimento da incompletude, da somatória de olhares múltiplos. Para tanto, sempre nos pautamos no vir-a-ser, naquilo que ainda é possível ser descortinado e, mais ainda, na “nossa” retribuição, pensada com fundamento na “ecologia dos saberes”, na coletividade, na partilha de sentidos e significados que a pesquisa nos impõe como pesquisadores/pesquisados.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson; HANSSEN, Maria de Nazareth Agra. Caderno de campo digital: antropologia e novas mídias. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, jan./jun. 2004.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, Ângelo. (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações [on-line]. Salvador: Ed. UFBA, 2008a, p. 312-336.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa. (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008b. p. 47-97.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação ética do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas. 2009, 252 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Departamento de Ciências Sociais, Unimontes, Montes Claros, 2009.

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do colégio de França. São Paulo: Cultrix, 1977.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre fotografia. London: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. In: BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (Org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. São Paulo: Idéias e Letras, 2006. p. 21-54.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2007.

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da Antropologia, 1896. In: CASTRO, Celso (Org.). **Franz Boas**: antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BORGES, Maristela Corrêa. Da observação participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. In: RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 183-198.

- CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 92-123.
- COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de (Org.). **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.
- LACOSTE, Ives. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2006.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p.10-28.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATA, Maria; ALVES, Nilda (Org.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003. p. 184-314.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Entrevista "A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva". **Revista Diversa**, ano 3, n. 8, out. 2005.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Rosselvelt José dos. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 11, p. 111-125, jan./dez. 1999.
- SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 12-74.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Espaço geográfico, um híbrido**: a atividade cafeeira e a utilização do meio técnico-científico nos Cerrados de Buritizeiro, MG. 2007. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, Pirapora, MG, 2007.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **O tempo das águas**: ciclos de vida entre as margens do rio São Francisco, a Ilha das Pimentas – Pirapora, MG. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, PPG-IG/UFU, Uberlândia, 2011.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativa. In: MARAFON, Glaucio José et al. **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013a. p. 55-68.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Ser, estar, permanecer**: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do Rio São Francisco. 2013. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, PPG-IG/UFU, Uberlândia, 2013b.

STEINKE, Valdir Adilson. Imagem e Geografia: o protagonismo da “fotogeografia”. In: STEINKE, Valdir Adilson; REIS JÚNIOR, Dante Flávio; COSTA, Everaldo Batista (Org.). **Geografia e fotografia**: apontamentos teóricos e metodológicos. Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias, UnB, 2014. p. 45-77.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, RJ, v. 4, n. 7, p. 1-5, 2002.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Festas-patrimônio: os ciclos junino e natalino de Sergipe. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 252-273, ago. 2014.



PARTE II | Percursos e caminhos

Notas de pesquisa: da construção do objeto aos percursos teóricos e metodológicos
Geraldo Inácio Martins

Percursos metodológicos para o estudo da (s) identidade (s) nos Assentamentos Rurais de Sergipe
Auceia Matos Dourado

Caminhos metodológicos para o encontro com os maracatus do povoado Brejão – Brejo Grande/SE
Edivaldo Alves de Oliveira



NOTAS DE PESQUISA: DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO AOS PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS¹

Geraldo Inácio Martins

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos dez anos, desenvolvi um conjunto de pesquisas junto às comunidades rurais camponesas e às Unidades de Conservação – UCs, na área que abrange as regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais e Sudoeste da Bahia. Toda esta extensão territorial, em 2009, foi reconhecida como o Mosaico de Áreas Protegidas Sertão Veredas Peruaçu – MSVP, que foi objeto de minha tese de doutorado. Ao realizar estas pesquisas, algumas questões básicas sempre estiveram presentes, entre elas: como se dá a relação entre a sociedade e a natureza sob a interdição das políticas ambientais voltadas à criação de áreas protegidas? De que forma a conservação da natureza modula o espaço geográfico, impõe e restringe usos, enfim, produz uma nova arquitetura espacial?

Assim, considerando tais questionamentos, as principais dificuldades em respondê-los sempre foram de natureza metodológica. Em primeiro lugar, dada a extensão da área escolhida para a seleção das fontes para um pesquisador individual é, sem sombra de dúvidas, um limite importante. A escolha e porquê de usá-las é um ponto crucial em uma investigação e requer muita cautela. Em segundo lugar, considerando, hipoteticamente, que já houve a seleção e justifica-

¹ MARTINS, Geraldo Inácio. **Conservação da natureza e modulação do espaço**: políticas ambientais de conservação e planejamento biorregional no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. 2016. 462f. Tese (Doutorado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2016.

tiva do uso das referências, novas dúvidas surgem: como analisar estas fontes, o que é essencial, quais critérios devo adotar para privilegiar estas informações em detrimento de outras?

É sob a sombra destas questões teóricas e metodológicas que este artigo foi escrito. Trata-se do primeiro capítulo da minha tese de doutorado, que aqui retomo em seus pontos essenciais. A intensão com este texto é demonstrar como construí o objeto de pesquisa, que fontes julguei adequadas para responder as perguntas que me guiavam e, ainda, a forma como realizei a análise das informações obtidas durante as investigações de campo. Ao retomar tais questões, demonstro os percursos, as incursões teóricas e empíricas.

Em Geografia (Humana, sobretudo), torna-se cada vez mais raro falar em objeto de pesquisa. Isto se justifica pelo caráter negativo dado a este termo, remetendo à ideia de supremacia do objeto sobre o sujeito. No entanto, é preciso ultrapassar esta barreira linguística e repensar a própria natureza do que vem a ser o “objeto de uma pesquisa determinada”. Para isto, a incursão a autores, não propriamente geógrafos, revelou-se essencial, dentre os quais vale destacar Pierre Bourdieu e Miriam Limoeiro Cardos e Michel Foucault.

Do ponto de vista da organização, este capítulo está dividido em quatro itens. O primeiro apresenta as reflexões teóricas a respeito da construção do objeto de pesquisa. No segundo, são desenvolvidas as faces teórica e empírica desse objeto de investigação. O terceiro item demonstra de que forma se deu a seleção das fontes, bem como, os critérios técnicos adotados. Por fim, o quarto item dedica-se a esclarecer como se estabeleceram as análises das fontes, sobretudo, a partir da perspectiva da Análise do Discurso – AD.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A ideia da construção de um objeto de pesquisa nem sempre esteve tão clara no desenvolver da investigação. Isto se deve, entre outras coisas, à desconfiança com a palavra “objeto”, receio de coisificação ou mesmo de atitude positivista. Tal suspeita foi construída desde a graduação até o mestrado. No âmbito das ciências humanas, na Geografia em particular, o termo objeto sofre uma constante “demonização”.

Em oposição a esse momento anterior, na disciplina “Análise do Discurso e História”, durante o curso de doutorado, quando tive o contato com outras leituras,

o termo “objeto” começou a tornar-se, inicialmente de forma despercebida, uma orientação chave. A princípio, por acreditar que o empírico tal como é não porta o conhecimento em si e, em seguida, por perceber que este mesmo objeto empírico é complexo demais para ser conhecido em todas as suas nuances. Daí o “mito” de antes, tornou essencial: a construção do objeto de pesquisa.

Desse modo, construir um objeto de pesquisa consiste em tornar o concreto em abstrato e, em seguida, tornar este abstrato novamente em concreto – o duplo caminho, a ida e a vinda do empírico ao teórico e do teórico ao empírico. Conforme Pierre Bourdieu (2010, p. 24), “as opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções mais ‘teóricas’ de construção do objeto”. Isto é necessário porque a aparência fenomênica e a sua essência não se coincidem. Mostrar como isso se processa e como se deu a construção do objeto de pesquisa é a empreitada deste item.

Todo processo de conhecimento tem um par dialético: um sujeito empenhado em conhecer e um objeto a ser conhecido (CARDOSO, 1971). A partir disso, podemos supor que o seio desta relação é composto por um “investigador” (empiricamente determinado, indivíduo concreto e personalizado) e um “pedaço” da realidade (também concreta), escolhida para uma pesquisa determinada. Segundo Cardoso (1971), se seguirmos esta linha de raciocínio, “cada pessoa” é inteiramente responsável pelas formulações e explicações produzidas, haja vista que estas foram elaboradas no contato direto com o objeto, independente do sujeito conhecedor. O rigor metodológico deste modelo de conhecimento se constrói em uma linha tênue: o sujeito do conhecimento não deve deixar se enganar por si mesmo, deve-se neutralizar para evitar influências deformadoras do objeto.

Este modelo empírico de conhecimento tem limitações contundentes, quer quanto ao sujeito, quer quanto ao objeto de conhecimento. Relativo ao sujeito “devemos anotar primeiro que o pensamento não existe independente de alguém que pensa”, o pensar é apreendido socialmente e, portanto, tem contornos históricos e sociais (CARDOSO, 1971, p. 4). E, relativo ao objeto, às pesquisas científicas “organizam-se em torno de objetos construídos que não tem nada em comum com as unidades separadas pela percepção ingênua” (BORDIEU et. al., 2007, p. 46).

Cada ciência elabora seu corpo teórico, categorias e conceitos presentes no ato de pensar – trata-se do processo de teorização do real. Esta teorização “não

é um reflexo direto e mecânico da realidade no plano do pensamento”, mas sim “um trabalho difícil e complexo para conhecer o seu objeto” (CARDOSO, 1971, p. 5). Em resumo: todo esforço de uma pesquisa se dirige a um objeto específico, por exemplo, o estudo sobre o MSVP é um esforço fundamentado por um corpo teórico (aceito no momento como válido). No fundo, “é a realidade que importa”, mas ela só se torna objeto de conhecimento como “coisa pensada”.

A realidade tomada como objeto de pesquisa é sempre mais rica que os instrumentos teóricos usados em sua análise. Apesar desta limitação, “o pesquisador individual tem seu peso no conjunto do processo” de construção (CARDOSO, 1971, p. 6). Ao tomar uma parte da realidade enquanto objeto, o intuito não é a tão propalada “neutralidade” de muitos campos disciplinares, mas sim o desejo de construir uma explicação por meio da “participação crítica, vontade e empenho”; e, além disso, querer colocar a teoria em ação, buscando sempre erigir um novo campo teórico mais amplo do que aquele do que se partiu.

Portanto, é importante esclarecer que a forma como representamos conceitualmente as coisas por meio das práticas históricas concretas – os conceitos práticos que formamos ao agir no/e com o mundo –, nem sempre rompe com o imediato sensível. Ao conhecimento cotidiano basta a imagem das coisas, ou seja, o essencial que as rege, a estrutura de sua composição, enfim, a “lei do fenômeno” não é captada neste movimento (KOSIK, 1976). A aparência do objeto e sua existência real não são suficientes para desvelar as contradições que nele se escondem.

É devido a esta condição insuficiente que se faz necessária a construção do objeto. No entanto, isso não significa que se trata do objeto em si, materialmente, mas a partir do qual se processa as análises. Em outras palavras, o MSVP tem uma existência real, isto é, a “coisa em si”, mas ele, tal como se apresenta, é insuficiente para entender as tramas de sua constituição e de suas contradições. Para compreendê-lo, devemos retirá-lo de sua forma empírica, para depois voltarmos a ela concretamente. Trata-se, portanto, da passagem do objeto real ao abstrato, e depois do abstrato, ao conceitual, ao concreto.

Na prática, o mundo tal como se apresenta ao sujeito não porta o conhecimento em si. Conforme Kosik (1976), os homens agem prática e utilitariamente, todavia não o faz com o desejo de intuir, analisar e compreender teoricamente o mundo. O contraditório não se desvela, haja vista que ante a realidade do sujeito

não age especulativamente, mas sim de forma prática e objetiva. Este trato tem seus meios e seus fins, mas são insuficientes para compreender o *essencial* que percorre junto/e por detrás do imediato cotidiano.

Nesse sentido, Henri Lefebvre (1955), ao discutir o conceito de totalidade, usa o exemplo da espuma e da correnteza de um rio para compreender a dialética do fenômeno tal como ele se apresenta e como ele é. Entre as duas há um jogo de ocultamento e desvelamento sucessivos. A correnteza se revela pela espuma e, ao mesmo tempo, a espuma oculta a essência da correnteza. O conhecimento que quer ultrapassar aquele do cotidiano “parte da espuma, mas é necessário aprofundar para chegar as correntes mais profundas” (LEFEBVRE, 1955, p. 61).

Em outras palavras, é preciso tornar o objeto empírico, concreto, em objeto de conhecimento. Esta transposição não se dá de forma aleatória, ao contrário, ela é a condição para se conhecer a unidade do fenômeno na sua essência e nas suas contradições. Para isto “deve necessariamente possuir uma consciência”, agora em outro grau de compreensão, “do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, distinta do fenômeno que se manifestam imediatamente” (KOSIK, 1976, p. 13).

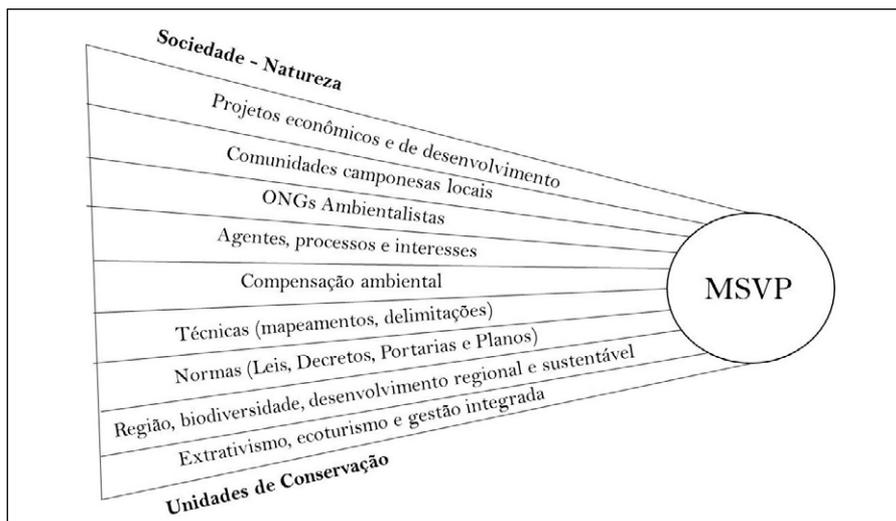
Quando deparamos com certos aspectos da realidade, “a percepção e a experiência prática nos dão seres simples em aparência”, mas é preciso dar um passo adiante e negar “essa simplicidade” no curso da pesquisa, ou seja, “destruímo-la, a fim de atingir e descobrir a complexidade oculta” (LEFEBVRE, 1995, 105). Destarte, considerando tais aspectos, por que esse processo que demanda ir da aparência à essência é importante? Para tanto, recorrer aos exemplos das UCs do MSVP nos ajuda a responder esta questão. A criação de áreas de conservação ambiental aparece como simples expressão de políticas públicas. Esta constatação, porém, não esclarece as nuances, as implicações, as miríades e as contradições subjacentes a este processo. Encontrar as ligações mais sutis, determinar as lógicas deste “ajuste” entre o território e a conservação ambiental, os impasses e os interesses deste processo é, ao mesmo tempo, histórico, político, econômico, espacial, enfim, geográfico e o que se pretende por construção do objeto.

Diante destas questões teóricas, é preciso esclarecer a natureza do MSVP. Este abrange as regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais e o Sudoeste da Bahia. Seu território tem a área total de 1.783,799 hectares (aproximadamente 1.210 km de perímetro), abrangendo 14 Unidades de Conservação, uma comunidade indígena,

cerca de 60 comunidades camponesas e dois Assentamentos de Reforma Agrária. Esta área abriga múltiplos usos, desde os típicos das comunidades camponesas, aqueles que restringem qualquer tipo de uso como, por exemplo, as UCs de proteção integral, até práticas agrícolas intensas em consumo de natureza, tais como o cultivo de soja e capim, atividades de reflorestamento e a pecuária.

Considerando esse contexto, surge nova indagação: Como tornar toda esta extensão territorial em objeto de pesquisa? Para respondê-la, é fundamental observar a figura 1 sobre os eventos, agentes e os processos identificados no MSVP.

Figura 1 - A construção do objeto de pesquisa: MSVP



Org. MARTINS, G. I., 2015.

Logo, pode-se dizer que construir um objeto de pesquisa é: (a) evitar as noções e objetos pré-construídos; (b) construir designações para os recortes específicos na realidade – o processo de pensar os conceitos; (c) abdicar do empirismo ingênuo e da teorização pela teorização; (d) colocar em relações coisas/fatos aparentemente distantes, ou seja, construir novos arranjos e desconstruir os arranjos aparentes. A partir de agora, serão traçadas, em linhas gerais, as características de cada um dos quatro elementos citados como necessários à construção de um objeto de pesquisa.

Evitar os objetos pré-construídos é, para Bourdieu (2010), romper com o senso comum, isto é, com as representações primeiras do objeto. Concordamos com o fato da necessidade da ruptura entre aquilo que se propõe a conhecer enquanto objeto dado. A ruptura não se dá somente sobre o conhecimento “comum” (apesar de haver diferenças de graus e de natureza entre o conhecimento que propõe fazer como ciência e aquele construído no cotidiano, estes estão imbricados), mas, sobretudo, com o conhecimento dito técnico e com aquele imposto pelas normas jurídicas.

Isto quer dizer que, ao começar a desenvolver a pesquisa, tínhamos em mãos conceitos que explicam o processo que desenrolou na região Norte e Noroeste de Minas e Sudoeste da Bahia no que se refere à conservação. Por exemplo, o conceito de mosaico foi estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, segundo o qual haverá um mosaico sempre que houver um conjunto de UCs próximas, justapostas ou sobrepostas gestadas em conjunto, cujo objetivo é o desenvolvimento sustentável em âmbito regional. A questão que se colocou desde o início foi se este conceito era suficiente para compreender e explicar todo o processo que desenrolava, tendo como base a conservação e suas nuances.

Certamente, ao longo do processo, novas questões surgiram e o conceito de mosaico estabelecido juridicamente foi se mostrando insuficiente para explicar a dinâmica que se constituía. Partiu daí a necessidade de romper com os objetos pré-construídos e deixar em segundo plano os conceitos dados na realidade. É claro que isto não aconteceu sem dificuldades teóricas e metodológicas. Conforme a pesquisa se desenvolvia, tornava-se mais claro que “o pré-construído está em toda parte” (BOURDIEU, 2010, p. 34). Surgiu, assim, a necessidade de superar e entender a lógica de um Mosaico de Áreas Protegidas, o enveredamento para o conceito de região e, precisamente, em seu desdobramento, o conceito de biorregião.

Para se chegar a este ponto de análise, procurou-se reconstruir a própria história da conservação da natureza em sua extensão territorial, que hoje compreende o MSVP. Ao mesmo tempo em que se construía esta história, observava-se o papel estratégico das UCs no controle do espaço e, mais, o papel destas no controle daquilo que é chamado de fundo territorial. Este olhar regressivo permitiu também uma postura metodológica. Mais do que refletir sobre os processos de dife-

renciação espacial produzida pelas UCs, buscou-se entender os fenômenos que levaram a estas diferenciações.

Disto ficou claro que a conservação e sua espacialização deveriam ser analisadas a partir de um conjunto de regras, de interesses e, sobretudo, da gestão política do espaço geográfico. Assim, espaços territoriais criados como compensação ambiental, no intuito de preservar parte de importantes ecossistemas integram uma lógica política maior, ou seja, de modulação do espaço por meio de interdições de usos.

Para entender a natureza das UCs, bem como os processos que levam ao reconhecimento do MSVP, não foi suficiente pensar a natureza somente pela face biológica, mas também entender os laços mais sutis como, por exemplo, as relações homem-natureza e, ademais, como a materialização de dispositivos normativos e institucionais produzem recortes no espaço e criam novas relações sociedade-natureza, entre outros aspectos.

Estes recortes espaciais, produzidos institucional e normativamente, ganham relações e inter-relações no tempo e no espaço. Criam a sua própria lógica e a sua historicidade. O mosaico é um conceito jurídico, mas os elementos que perfazem a sua estrutura interna são parte da atividade humana sobre o espaço, deliberada ou não. E como expressão concreta do agir humano sobre o espaço, é uma construção historicamente determinada. Determinar esta construção – os embates e as táticas da transformação histórica da relação sociedade-natureza e como isto se materializa no espaço – é a nossa postura para evitar o empirismo ingênuo e as teorizações pela teorização; além do mecanismo para pensar o encadeamento de coisas/fatos aparentemente distantes.

Deste modo, tomamos o MSVP como objeto empírico, mas indagamos a natureza de sua produção. Este indagar tornou o concreto em abstrato, cujo intuito é desvelar as heranças da conservação deixada no espaço (os recortes), e como tais heranças ganham novos sentidos e engendram novos recortes, isto é, especializam as intenções políticas da ação humana sobre o espaço. Ao analisar os processos que levam a constituição do MSVP estamos colocando em análise a sua própria natureza. E, ao pensar a sua natureza, colocamos a dialética entre sociedade-natureza nas regiões Norte e Noroeste de Minas e Sudoeste da Bahia.

Ao apresentar a questão de como a conservação da natureza produz modulações no espaço geográfico e de ter-se a clareza dos elementos que constituíam

o objeto da pesquisa, o processo de pensar os conceitos tornou-se o principal foco do trabalho. Talvez, advenha daí algumas inquietações que nos seguiram ao longo desta investigação: constituem estes recortes espaciais da conservação da natureza uma nova modalidade de região natural? Dado as interpretações teóricas, a pergunta inicial foi redimensionada? Constitui o MSVP uma estratégia de planejamento? Tais questões se modificaram ao longo do desenvolver da pesquisa, entretanto tornou-se a principal orientação teórica.

Quando pensamos a questão do MSVP como recorte político/ambiental do espaço destinado à conservação da natureza, a “coerência” (ou a coesão) – sempre parcial – daquilo que estamos chamando de edifício regional da conservação, surge do conjunto de normas (Decretos, Leis, Portarias, mas também Planos de Manejos e de desenvolvimento das UCs e do MSVP). A partir disso, um conjunto de espaços que outrora não tinham relações (ou tinha outro conjunto de relações) é chamado a atender um mesmo princípio, devendo seguir o mesmo conjunto de ordens e normas. Já os espaços que outrora seguiam outras ordens se unem sob o princípio da conservação da natureza.

Enfim, do emaranhado complexo territorial e social que é o MSVP, é possível destacar dois elementos mediante as quais focalizamos as nossas reflexões: *as normas e as formas*. Considerando as normas como um conjunto de elementos que guiam as ações sobre o espaço geográfico (tais como as jurídicas e/ou mesmo as sociais), Pereira (2005, s/p) afirma que “As normas são [...] estruturas de regulação territorial implementadas [...] pelo poder público, [...] que, regulando a natureza das ações e o funcionamento dos objetos no espaço geográfico, funcionam como subsídios para a ação [...]”. Em sentido complementar, as formas são as configurações espaciais dadas pela materialização das normas. Vale ressaltar, ainda, que as formas não são só consideradas na aparência, mas também em seu conteúdo, isto é, naqueles eventos e fenômenos que as preenchem e lhe dão densidade.

Isto quer dizer que este estudo partiu das normas estabelecidas pelas políticas ambientais de conservação e a sua materialização sobre o espaço geográfico (das UCs ao MSVP). Em seguida, foram analisadas as formas espaciais engendradas por este processo (as quais, inclusive, têm sua própria lógica de uso do território) para entender o próprio conteúdo e as dinâmicas da conservação da natureza. E, quanto aos recortes espaciais (novamente a forma), buscou-se compreender

a natureza do MSVP e a forma como ele se materializa enquanto estratégia de desenvolvimento e planejamento biorregional.

DA REGIÃO À BIORREGIÃO: CATEGORIA OU CONCEITO?

A partir da clareza inicial do objeto de pesquisa, o passo seguinte foi determinar os conceitos e categorias de análise. Os documentos técnicos e jurídicos relativos ao MSVP sempre se referem à “região do mosaico”. Enquanto no item anterior foi defendida a ideia da construção do objeto, Octávio Ianni defende a “construção de categorias” de pesquisa (IANNI, 2011). Com este aprendizado, as questões de ordem teórica que guiaram este estudo foram: Constitui a categoria região um instrumento eficiente para se analisar e representar o MSVP conforme aponta os documentos técnicos? Que região é esta que emerge da consolidação de pedaços do espaço voltados à conservação?

A ideia de construção da categoria de pesquisa foi exemplarmente explícita em um texto transcrito de uma das aulas de Ianni, em 1985. Abordando, sobretudo, a forma como Marx elabora e explicita as categorias em suas obras, o estudioso lembra que “a construção da categoria é, [...] um desfecho, [...] como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói uma explicação, [...] a construção da categoria é por assim dizer” (IANNI, 2011, p. 397).

A rigor, a construção de uma categoria implica necessariamente uma postura crítica do pesquisador, implica que se coloque diante do fato, ou como estamos aqui, diante do objeto de modo a interrogá-lo sob muitas perspectivas. Em outras palavras, é preciso estar atento à complexidade, às formas heterogêneas e contraditórias que constituem o real. Portanto, tal “reflexão deve observar, deve examinar esta realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica em compreender o fato como um todo” (IANNI, 2011, p. 397).

Ianni (2011, p. 397) também parte da ideia que o real não se dá a conhecer imediatamente, e, para justificar tal reflexão, ele relembra uma passagem de Hegel, segundo o qual diz que “o fato, que é destituído de conceito, que não está categorizado, é um fato que está perdido. Solto no espaço. Esse não está articulado”. Assim sendo, este processo demanda um árduo trabalho de investigação que inclui tanto a pesquisa empírica quanto a reflexão teórica. A empírica ajuda

a mapear, apanhar as relações e registrar os fatos, mas não é suficiente, pois estaríamos condenados à análise das aparências. O fundamental é que realize uma reflexão “obstinada” que desvende do “real aquilo que não está dado”, ou melhor, “uma reflexão sobre as relações que constituem o objeto” (IANNI, 2011, p. 399).

O sentido que a palavra “construção” recebe do autor é o que devemos captar, especificamente, destacando-se dois fatos. O primeiro é que as categorias são datadas historicamente e o autor traz esta reflexão de modo claro ao citar “Bonapartismo”. As categorias são, nesse sentido, “prático-teórico ou prático-crítico” de um dado tempo histórico devido ao fato de guardarem “um compromisso com a realidade sobre a qual refletiu”, isto é, “uma explicação que guarda muito a historicidade daquele momento, daquela configuração” social de sua construção (IANNI, 2011, p. 409). Pode-se dizer, então, que as categorias são criadas para explicar uma dada realidade e um dado tempo e a transposição para outra realidade leva ao risco de engessamento do real.

A segunda questão tratada por Ianni refere-se à importância de captar o sentido reflexivo que a construção da categoria requer. A categoria surge da interrogação de um concreto e, portanto, parte deste para apreendê-lo mais profundamente. Em outras palavras, “o movimento das categorias surge como um ato de produção real” e tem a ver com o real sobre o qual se debruça o pesquisador. Por meio das categorias e da reflexão através delas “desvendam relações, processos e estruturas” que implicam em desvendar as “determinações constitutivas do real” (IANNI, 2011, p. 406).

Partimos do pressuposto que a região é uma categoria fundamental do pensamento geográfico e que reflete as várias incursões da Geografia em busca de explicação do real. A região, enquanto tal, revela os caminhos traçados no conhecimento geográfico. Partilhamos da compreensão de Brito e entendemos a região como categoria estruturante do conhecimento geográfico, e como tal, contém em seu bojo “uma gama de conceitos elaborados ao longo do pensamento não só geográfico, mas também econômico, sociológico, etc.” (BRITO, 2007, p. 10).

Há uma distinção essencial em relação à proposta de Ianni (2011) e Brito (2007), com a qual também concordamos. Enquanto para o primeiro a categoria é o objeto de mediação do conhecimento, o segundo a considera como o resultado do conhecimento apropriado. Por esta diferenciação, a categoria região é formada por vários conceitos: região natural e geográfica, biorregião e ecorregião.

Isto é, os conceitos são considerados como “o conteúdo, o significado contido no símbolo” (BRITO, 2007, p. 10). Isto significa que, enquanto a categoria é universal e perpassa os diversos campos do conhecimento, os conceitos são a “empiricização” – a forma e o modo como às categorias são empregadas na explicação real.

Observando os pontos destacados nos parágrafos precedentes, estamos diante de duas questões decisivas no que se refere à construção teórica do objeto de pesquisa.

O MSVP é, primeiramente, um instrumento de planejamento da gestão das UCs, mas não se restringe a este fator, sobretudo, devido aos recortes espaciais que surgem deste planejamento. Qual (ou quais) conceito(s) pode(m) contribuir para compreender este recorte territorial? Inicialmente, buscamos na concepção de região natural as repostas a esta indagação. Em seguida, recorremos a outras leituras, sobretudo, aquelas referentes à biorregião, ecorregião e ao planejamento biorregional. Deste trabalho, resultou a escolha do conceito de biorregião como instrumento de análise do MSVP².

Para entender o conceito de biorregião, é essencial que se compreenda alguns elementos próprios da concepção de região, como por exemplo, a face política, o sentido de unidade e o encadeamento de fatores humanos, sociais, históricos, ambientais, etc. Para isto, recorreremos a ponderações teóricas e metodológicas de geógrafos regionais e nos apropriamos de algumas de suas contribuições para explicar o que vem a ser biorregião. Entre estas recorrências, situam aquelas que ligam à região a ideia de política, no entanto recorreremos também à concepção da região como uma unidade geográfica e como o resultado do encadeamento de um conjunto de fenômenos. Resta a questão: Por que o conceito de biorregião em detrimento de outros?

A base material do conceito de biorregião, tal como compreendido atualmente entre os planejadores biorregionais, recorre a elementos clássicos na definição conceitual de região em Geografia. A recorrência mais clara refere-se ao sentido político de região, presente, sobretudo, no verbo *regere*, remetendo ao sentido de

2 Dado o limite de páginas estabelecido para este artigo a parte teórica sobre o conceito de biorregião foi suprimida. Ver mais em: MARTINS, Geraldo Inácio. **Conservação da natureza e modulação do espaço:** políticas ambientais de conservação e planejamento biorregional no Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu. 2016. 463 f. Tese (Doutorado em Geografia e Gestão do Território) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2016.

governar. Conforme descreve Bourdieu (2010, p. 113-114), o sentido contido na etimologia da palavra região remete a “di-visão”, “ato” que impõe a descontinuidade via “decreto” na continuidade natural. Ato que consiste em traçar fronteiras entre o “interior” e o “exterior”, a “*régio* e suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do ato da autoridade que consiste em circunscrever a região [...] impor a definição [...] legítima, conhecida e reconhecida”.

Em outros termos, quando compreendemos o MSVP como uma biorregião empiricamente dada e historicamente construída, observamos esta totalidade concreta que congrega em seu interior outras totalidades parciais. A síntese, o encadeamento e a coesão (outros elementos importantes do conceito clássico de região) desta biorregião é de natureza política, sobretudo, devido ao fato de o MSVP ter sua existência mediante as políticas ambientais voltadas à conservação da natureza. Contudo, é também de natureza social, histórica e cultural.

Desse modo, para se entender a biorregião, bem como a dinâmica de sua criação e transformação é preciso considerar como os fenômenos de ordem local (ou aqueles que nascem na região), se ligam (encadeiam) a outros de ordem externa. Faz-se necessário compreender a natureza desta ligação, indagar em que medida estas se modificam mutuamente e criam uma terceira ordem de fenômenos.

O encadeamento opera não só entre fenômenos ou eventos, ele também se dá na relação entre homem-meio. Nesse sentido, no “conceito de região”, ou a forma como se compreendia o edifício regional, “há pleno encontro do homem, da cultura com o ambiente, a natureza”, conforme destaca Gomes (2001, p. 62). A região surge exatamente deste encontro, ou melhor, deste encadeamento; na verdade, é o resultado empírico desta relação. Conforme argumenta o autor, a região – para nós, a biorregião – “é também a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta inter-relação se realiza” (GOMES, 2001, p. 62).

A verdade é que este tipo de tratamento dado à região foi severamente criticado. Na maioria das vezes, o intuito das análises regionais posteriores sempre foi superar esta modalidade de interpretação regional. No entanto, devemos observar o plano ambicioso que se coloca por detrás da região enquanto a síntese concreta de relação homem-meio. Aqui se inclui tanto a Geografia Humana quanto a Geografia Física e se realiza o tão propalado sonho de conexão das duas áreas. Assim sendo, as críticas se devem também ao fato de que, na maioria das vezes, este desejo de união fracassou.

No entanto, no período contemporâneo, quando se discute os mecanismos para o desenvolvimento sustentável ou para padrões mais equilibrados do uso dos recursos naturais, surge um movimento político e ideológico que busca justamente resgatar este sentido de região como a síntese concreta da relação entre o homem e o meio. Entre estes, há os biorregionalistas, para quem a biorregião é o espaço ideal no qual se pode pensar uma relação de “harmonia” entre o homem e a natureza. Eles acreditam na capacidade da biorregião, assim como na Geografia Regional Clássica, de realizar a síntese “harmoniosa” entre o humano e mundo natural, entre o mundo da cultura e o mundo da natureza.

O princípio segundo o qual o ambiente tem um papel fundamental nas ações humanas nasce junto com o conceito de região natural e nunca foi abandonado totalmente, mesmo com as críticas cada vez mais severas. Isso se verifica, sobretudo, nas políticas ditas de desenvolvimento regional, desde o *Tennessee Vale Authority* - TVA, nos Estados Unidos, à criação da superintendência de desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e até as políticas de comitês de bacia hidrográficas, mais recentemente debatidas no Brasil. Em lógica diferente, seja a bacia hidrográfica, a seca, entre outros, há sempre a consideração dos elementos naturais. Isto não isenta tais conceitos e políticas de críticas. Apenas nos alerta que mesmo nos tempos da dita globalização e no qual as relações econômicas são os principais agentes de produção da diferenciação espacial, a natureza e a forma como o homem se relaciona com ela está presente.

Apesar da fragilidade do termo biorregião, acreditamos ser ele o desdobramento de conceitos mais tradicionais da geografia, a região natural e da geografia clássica francesa. No mundo no qual se coloca todos os dias os efeitos do uso espoliativo da natureza, em que se propalam crises hídricas, energéticas, etc., é importante buscar caminhos que coloquem novamente a relação-meio, ou para sermos contemporâneos, homem-natureza no centro do debate.

A biorregião, de acordo com Miller (1997), é um recorte do espaço geográfico constituído por comunidades locais, agências governamentais e científicas, todas voltadas à conservação para criar mecanismos de desenvolvimento “sustentável”. Neste sentido, a primeira questão importante da biorregião é o fato de se considerar os homens e sua história junto à natureza e pensá-los em conjunto. Aliado ao conceito de biorregião tem-se também o de planejamento biorregional (MILLER, 1997). Este modelo se trata das ações em conjunto, de modo a facilitar a re-

solução de problemas, criando alternativas ao desenvolvimento e preservação da natureza. Proceder-se, teoricamente, de uma nova escala de ação, a biorregião, e de um novo olhar sobre esta, considerando a integração entre natureza, homens e desenvolvimento.

Esboçaremos essas análises para compreender o MSVP, visto que os eixos norteadores deste mosaico vêm de encontro com as linhas gerais da teoria da biorregião. Isto é, os eixos de planejamento do MSVP propõem que se faça a conservação da natureza juntamente com a promoção da cultura tradicional da região, o que pode ser entendido tanto como um avanço no que se refere às políticas de conservação e gestão da natureza, como também um avanço no sentido de compreender o imbricamento entre homem e natureza, sobretudo, entre as comunidades camponesas locais.

Por fim, cabe examinar uma questão de orientação metodológica. Os geógrafos clássicos, como, por exemplo, Hastsorne (1978), colocam como objeto da geografia a descrição da diferenciação de áreas. Desse modo, o estudioso afirma que, “a Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da terra” (HASTSORNE, 1978, p. 22). Talvez tenha sido esse o método de trabalho de vários geógrafos, como argumenta o próprio autor, mas a diferenciação de áreas, a sua descrição e a análise não são suficientes. É preciso compreender os eventos, os fenômenos que deram origem a este processo de diferenciação. Portanto, este é o princípio metodológico com qual operamos as nossas análises.

A diferenciação espacial advém de uma série de elementos tanto naturais (ventos, chuvas, climas, geologia, rios, etc.), como também da ação humana de apropriação da natureza. Dizer que uma área é diferente da outra e descrever esta diferença abarca apenas uma parte do problema. É preciso identificar e analisar como se deu tal diferença; os processos históricos e geográficos por detrás; e mais, a quem e a que objetos esta diferenciação atende. Nosso objeto de pesquisa, por exemplo, embora envolva os elementos naturais e sua conservação, abrange também um conjunto de relações humanas de apropriação e manejo desta natureza, bem como os eventos que deram origem a esta diferenciação socioespacial normatizados pelo território.

Ao fim deste percurso inicial, tínhamos em mãos um objeto de pesquisa (as formas e as normas) e um conceito de análise (a biorregião como síntese concreta

entre homem e meio). Restava, por fim, a pesquisa propriamente dita, ou seja, as técnicas, as imersões em campo e o tratamento das fontes.

DAS CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS À PESQUISA: AS FONTES E A PESQUISA DE CAMPO

Compreendemos a pesquisa como um espaço tridimensional que envolve a teoria, a estrutura metodológica (as técnicas de pesquisa) e os instrumentos de interpretação e análise. Estas estruturas não estão isoladas, aliás, é do seu entrecruzamento que se fazem as pesquisas. Os três são pautados em escolhas muito pessoais e envolvem concepções de mundo e um lugar de fala. A estrutura teórica, de forma geral, foi apresentada. Resta agora apresentar a construção metodológica e os instrumentos de análise. É com este desejo que escrevemos este item, cujo objetivo é apresentar como se deu a seleção das fontes de pesquisa – para apresentar aquilo que compreendemos como o esqueleto, a carne e o sangue da pesquisa (MALINOVSKI, XXX).

Quando terminamos a pesquisa de mestrado uma questão ficou clara. Embora tenhamos usado vários instrumentos de pesquisa, sobretudo, a pesquisa empírica, a análise destas fontes não se deu como pretendido. Em grande medida este fator se deve, entre outras coisas, à formação acadêmica. Em Geografia se aprende como fazer pesquisa de campo, mas muito pouco se aprende como tratar as informações obtidas. Em outras palavras, em uma investigação, cuja técnica básica é a entrevista, por exemplo, aprende-se como proceder em campo, a formular as perguntas etc. Todavia, depois da pesquisa, após a transcrição desta entrevista, quando nos deparamos com um texto para analisar – haja vista que houve a transposição da linguagem falada para a escrita –, começam a surgir as dificuldades.

Vivemos isto no curso de mestrado. Desta deficiência tiramos o aprendizado e a necessidade de se conhecer outros recursos metodológicos, sobretudo, no que refere à análise das fontes de pesquisa. Nesse sentido, o curso frequentado no Departamento de Letras e Linguística da UFU – Universidade Federal de Uberlândia, de Análise do Discurso, História e Memória, sob regência do professor Cleudemar Alves Fernandes, em 2012 foi essencial. Aprendemos a olhar de forma diferente para as pesquisas empíricas e para o conteúdo delas, além de ganharmos instru-

mentos para notar outros elementos importantes, tais como documentos históricos e oficiais, nem sempre tratados com o afino necessário.

A partir daí, começamos a estruturar o esqueleto de nossa pesquisa. Inicialmente, a ideia era um grande trabalho de campo em todas as UCs do MVSP. Evidentemente, isto se mostrou inviável dado à dimensão geográfica do local pesquisado e dos esforços necessários para empreendê-lo. Ademais, agendar as entrevistas tornou-se um trabalho sísifo, dada as dificuldades e as múltiplas negativas. Isto nos obrigou a encontrar outra solução para responder as nossas indagações. Na busca por alternativas, surgiu à possibilidade de uma pesquisa documental, incluindo as múltiplas fontes, desde as normas jurídicas de orientação à implementação e gestão das UCs e do Mosaico, aquelas de cunho mais técnico, Planos de Manejo, por exemplo, até as ditas acadêmicas que denominamos aqui como formuladores e ideólogos. Mesmo com uma boa quantidade de documentos, não abrimos mão do levantamento de fontes empíricas, mas elas se tornaram complementares às demais fontes.

Iniciamos o levantamento e seleção dos documentos referentes ao MSVP e a legislação ambiental voltada à conservação. No entanto, surgiu a primeira dificuldade: o enquadramento de tais documentações. Trata-se de uma gama muito diversa, desde Leis e Decretos até os Planos de Manejo e Planos de combate a incêndios. A partir desta realidade, resolvemos agrupar estes documentos entre três grupos: **os normativos oficiais, as técnicas, as acadêmicas, formuladores e ideólogos.**

No primeiro grupo, as fontes normativas oficiais, inserimos os documentos produzidos basicamente por instâncias formalmente reconhecidas como responsáveis pela implementação e gestão das UCs e do MSVP. Trata-se tanto da legislação propriamente dita como dos instrumentos que orientam as ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Conservação dos Recursos Naturais - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, na criação, manejo e regularização das UCs e dos mosaicos. As fontes enquadradas na modalidade normativas oficiais podem ser observadas no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Conjunto de fontes normativas oficiais

Data	Fonte	Agência	Natureza
1979	Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros	Presidência da República	Decreto
1981	Dispõem sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental	Presidência da República	Lei
1992	Convenção sobre Diversidade Biológica	MMA	Decreto
2000	Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza	Presidência da República	Lei
2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Presidência da República	Portaria
2006	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas	MMA	Decreto
2009	Portaria de Reconhecimento do MSVP	MMA	Portaria
2005	Edital 01/2005	FNMA/MMA	Edital
2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Presidência da República	Decreto

Org. MARTINS, G. I., 2014.

O segundo conjunto de fontes analisadas se referem aos documentos de natureza técnica, os quais foram essenciais para se compreender a estruturação do MSVP, as demandas e os entraves do processo. Entre as fontes técnicas há: Atas de reunião do Conselho Consultivo do MSVP; relatórios mais técnicos como Planos de Manejo e o Plano Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista – Plano DTBC; documentos referentes à cooperação entre o Brasil e a França para estruturar uma rede de mosaicos; o regimento interno do MSVP; relatórios parciais, entre outros. Trata-se de um conjunto de documentações de natureza variada, conforme se pode verificar no quadro 2.

Dada a diversidade e a riqueza das fontes técnicas presentes no quadro 2, foi necessário enquadrá-las em um “trajeto temático” – como veremos em detalhe no item seguinte que descreve como procedemos com as análises destes documentos. No entanto, é preciso citar que as Atas do Conselho Consultivo mostrou ser o material com mais detalhes e foram fundamentais na examinação dos demais documentos. Isto porque foi possível observar nelas as relações entre os diferentes grupos e seus interesses na conservação da natureza e no reconhecimento do MSVP, e ainda, notar como as atividades vêm se desenvolvendo e a principal orientação metodológica do grupo gestor do mosaico. A partir desta constatação, a análise dos demais documentos técnicos se tornou mais proveitosa devido à compreensão mais detalhada de seu conteúdo.

Quadro 2 - Conjunto de fontes técnicas

Data	Fonte	Agência	Natureza
2010/ 2014	Jornal do Mosaico (edições de 1 a 7)	Funatura	Jornal
2008	Plano DTBC do MSVP	Funatura	Plano de Desenvolvimento
S/d	Regimento interno do conselho consultivo MSVP	Funatura	Regimento
2010/ 2012	Atas das reuniões do Conselho Consultivo do MSVP (3ª, 5ª, 7ª e 8ª reunião)	Funatura	Atas
2009- 2010	Boletim da Cooperação Brasil-França sobre Áreas Protegidas – n°. 1 - n°. 10	MMA	Boletim
2007	Plano de prevenção e combate aos incêndios florestais no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	IBAMA	Plano
2003	Plano de Manejo do PARNA GSV	IBAMA	Plano de manejo
2005	Plano de Manejo do PARNA CP	IBAMA	Plano de Manejo
2008	RCO-Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. MMA/FNMA –106/2005.	Funatura	Relatório

Org. MARTINS, G. I, 2014.

Por último, há um conjunto de fontes que denominamos de acadêmicas e/ou dos formuladores e ideólogos. Dentre elas, situam-se trabalhos mais estritamente acadêmicos, sobretudo, aqueles que desenvolveram estudos sobre o MSVP ou sobre alguma UC pertencente a ele. Trata-se, assim, de uma reunião de fontes produzidas por diferentes agentes de natureza não governamental. Geralmente, procedem-se de textos (tese e dissertações) de pessoas ligadas às instituições de ensino, cujo discurso referente à conservação tem uma bagagem acadêmica. Trata-se, quase sempre, de um olhar exterior à região, embora carregado de representações sobre a conservação, sobre os modelos ideais e sobre o lugar de sua materialização – o território do MSVP.

O uso do termo “formuladores ideológicos” deve-se ao fato destes trazerem pontos de vistas conceituais e metodológicos referentes à UCs e ao MSVP e também por pautar suas análises naquilo que compreendemos como um discurso formal. O objetivo foi fazer uma leitura destes autores sobre os processos de criação, gestão e manejo e os conflitos socioambientais, visto que deriva-se de uma modalidade de fonte da qual os resultados foram baseados em trabalhos empíricos detalhados e, por isso, trazem um conjunto de informações relevantes.

Além deste aspecto formal, houve outro que chamou atenção quando olhamos estes trabalhos como informantes. Tratá-los enquanto fontes, e não apenas como trabalhos acadêmicos, nos possibilitou a compreensão de uma rede discursiva que informa e constrói uma representação sobre os instrumentos e os modelos de conservação. Como indicado anteriormente, as UCs produzem um recorte espacial. Este, reunido sob a gestão compartilhada do MSVP, produz um mecanismo de coesão, havendo também um processo complementar – uma coesão simbólica de produção de consensos. Isto é, um conjunto de práticas discursivas que vem no intuito de afirmar ou negar os recortes espaciais produzidos pela conservação da natureza. E foi este o olhar dado às fontes acadêmicas e/ou dos formuladores e ideólogos, conforme o quadro 3.

Quadro 3 - Fontes acadêmicas e/ou dos formuladores e ideólogos

Data	Fonte	Instituição	Autor	Natureza
2008	Gestão integrada de áreas protegidas e estratégias de desenvolvimento territorial com base na conservação: da proposta do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	Universidade de Brasília	Vânia Marques Saraiva	Dissertação
2013	Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no Cerrado mineiro: a pecuária de solta na RDS Veredas do Acari/MG	Universidade de Brasília	Sílvia Laine Borges Lúcio	Dissertação
2008	Mosaico de interesses, representações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - MG	Universidade F. de Minas Gerais	Mariana França Mungai	Dissertação
2008	Conservação no cerrado, território e política pública – Mosaico Sertão Veredas Peruaçu	Universidade São Paulo	Nilo Lima	Tese

Org. MARTINS, G. I, 2014.

Apesar das fontes tradicionais, como as oficiais e as técnicas – e incluímos nestas também fontes acadêmicas e/ou dos formuladores e ideólogos – serem objeto tradicional das pesquisas em Geografia, pouco se refletiu sobre o tratamento metodológico, deixando espaços vazios. Neste sentido, depois da seleção das fontes, partimos em busca de elementos para fundamentar as nossas análises.

ses. A este respeito, Berenice Corsetti (2006) destaca que o ponto de partida de análise de um documento deve ser uma indagação, isto é, toda a construção da análise se dá no sentido de responder uma pergunta específica.

Além dos procedimentos citados, a autora sugere a confrontação das fontes, como os documentos tratam o mesmo tema ou o mesmo acontecimento. Isto “nos possibilita uma leitura não apenas literal das informações contidas nos documentos, mas uma compreensão real, contextualizada pelo cruzamento entre fontes que se complementam, em termos explicativos” (CORSETTI, 2006, p. 36). Foi da referida leitura sistematizada e da confrontação entre as diferentes fontes que, mais uma vez, surgiu a necessidade de um trabalho de campo.

Em outros termos, as fontes documentais, embora bastante significativas, foram insuficientes, sendo necessário complementá-las, sobretudo, no que se refere à questão da gestão integrada e da participação das comunidades locais. Os documentos apontam a importância da gestão integrada e da participação, e como se deve atuar, sem, no entanto, demonstrar a real forma deste processo. Nesse sentido, determinamos três grupos focais para a realização das entrevistas com gestores das UCs, Membros do Conselho Consultivo, responsáveis pelos três eixos de desenvolvimento do MSVP (gestão integrada, extrativismo e turismo ecocultural) e representantes das comunidades camponesas.

O primeiro roteiro de entrevista destinou-se aos gestores das UCs, com questões referentes às características da UC gerenciada, problemas e desafios encontrados na conservação, além de questões sobre a gestão integrada e a contribuição do mosaico para efetivação deste processo. A parte final do roteiro destinou-se a compreender a relação das UCs com populações residentes e/ou do entorno, a questão da regularização fundiária e as possibilidades de remanejamento.

O segundo roteiro de entrevista foi direcionado a cada um dos responsáveis pelos eixos de desenvolvimento do MSVP. Neste caso, seriam realizadas mais três entrevistas, uma por linha. As perguntas foram pensadas também em três eixos: o primeiro enfocando as características do MSVP e as contribuições desse mosaico para o desenvolvimento regional; o segundo, com perguntas direcionadas ao eixo em específico, sobre os passos dados, as conquistas e os desafios; e o terceiro, focando a participação das comunidades locais nas decisões no que refere ao desenvolvimento do MSVP. Todavia, é preciso lembrar que as perguntas foram feitas tendo baseando-se na análise das fontes documentais.

No entanto, as sucessivas negativas às entrevistas desde o ano de 2012 obrigaram-nos a abandonar a estratégia das entrevistas diretas. As justificativas para não nos receber sempre foram diversas: falta de tempo; todas as informações estão disponíveis em documentos, etc. Dos responsáveis pelos eixos de desenvolvimento, no final, somente conseguimos entrevistar o responsável pelo extrativismo em bases sustentáveis. Esta recusa, porém, criou a necessidade de mecanismos complementares para obter as informações. Daí adveio a necessidade de participação nas reuniões do Conselho Consultivo do MSVP³. Estar presente permitiu-nos entender o desenrolar das questões envolvidas na implementação das estratégias de desenvolvimento do Plano DTBC.

O terceiro grupo de entrevistados foi justamente o dos representantes das comunidades camponesas no Conselho Consultivo do MSVP, com os quais foram realizadas mais três entrevistas. As perguntas foram direcionadas no intuito de compreender as relações estabelecidas, a participação no Conselho, os conflitos e a ligação entre conservação e uso dos recursos naturais. Um conjunto de questões foi direcionado à participação das comunidades no que se refere às decisões tomadas quanto à conservação, aos eixos de desenvolvimento do MSVP e à questão da regularização fundiária. E foi, sem sombra de dúvidas, as entrevistas que mais se distanciaram do discurso formal dos documentos.

O fato é que os trabalhos de campo realizados tinham um objetivo bem específico, preencher as lacunas dos documentos em análise, contudo, de forma geral, várias outras investigações foram realizadas. Esta pesquisa ultrapassa o período de doutoramento, haja vista que o nosso primeiro trabalho de campo foi realizado ainda em 2009, quando participamos do Encontro dos Povos do Grande Serão Veredas. Desde então, estivemos presentes mais cinco vezes, deste encontro em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Para finalizar, neste item, descrevemos as fontes de pesquisa documental, a escolha e o agrupamento destas. E, no final, demonstramos as características das pesquisas de levantamento de fontes empíricas. No próximo item, o objetivo é descrever como foi feito o trabalho de classificação, tratamento e análise, tanto das fontes escritas como das entrevistas e como procedemos à análise.

3 Houve participação em 5 reuniões. Duas em 2013, duas em 2014 e uma em 2015.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE INTERPRETAÇÃO E A ANÁLISE DAS FONTES DE PESQUISA DOCUMENTAL

Ao finalizar o corpo da pesquisa, ainda faltava um elemento fundamental: a análise. Como proceder, então, diante de tanta variedade de documentos? Optamos por utilizar a Análise do Discurso - AD enquanto instrumento metodológico, e dentro da AD, uma técnica específica, o “trajeto temático” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997). Antes de demonstrar, porém, os mecanismos de análise, é fundamental precisar algumas compreensões, entre elas: **Análise do Discurso, discurso, enunciados, corpus e trajeto temático.**

Portanto, no que consiste propriamente a Análise do Discurso? Para ter-se uma resposta plausível, cabe uma diferenciação entre o seu campo disciplinar e o seu arcabouço teórico metodológico. Primeiramente, como campo disciplinar, a AD tem origem junto a pensadores da linguística, psicanalistas e historiadores. Trata-se de um campo teórico que tem como objeto de reflexão o discurso. A partir deste objeto, surge uma gama conceitual e metodológica de pressupostos para que se realize a análise das materialidades discursivas – AD como instrumento metodológico.

O trabalho de análise situa o discurso em seu próprio nível e busca desvelar as regras de formação de uma prática discursiva. Por outras palavras, trata-se de descrever as condições de existência e, ao mesmo tempo, o modo como se repartem. Para examinar os acontecimentos discursivos é insuficiente constatar um regime de modificações e logo correlacioná-las “ao modelo teológico e estético da criação”. Logo, é preciso antes definir em que consistem tais modificações, ou melhor, compreender o regime das *transformações*. É essencial esclarecer que as práticas discursivas não têm o mesmo regime de historicidade, que não se relacionam no mesmo grau com os mesmos objetos. Faz-se necessário, pois, pensá-las em sua singularidade. Ao refletir o regime das transformações, descrevem-se como os elementos aparecem em que condições reaparecem. E também que neste jogo de transformações, certos objetos, certos conceitos ou estratégias podem permanecer ou mudar de função (FOUCAULT, 2012).

Porém, devemos considerar que um trabalho de análise é sempre parcial. Primeiro porque dentro de uma formação discursiva, o conjunto de relações estabelecidas está muito além da nossa capacidade de trabalho. Depois, a intenção não

é uma análise “total” e exaustiva dos enunciados com os quais envolvemos no trabalho. Nesse sentido, trata-se de descrever, como demonstra Michel Foucault, o porquê deste enunciado e não outro, os pontos de encontro e desencontro, mesmo que isto se mostre de forma frágil. Assim sendo, a preocupação não é encontrar um ponto de origem no qual todos os enunciados se repartem, tentando desvelar todos os percursos e todas as relações, mas quais são as condições para que este “dito” tenha ganhado uma materialidade, uma função e um *status* dentro um contexto histórico e social.

Enfim, a análise tem um objeto concreto – o discurso. O discurso é um complexo de temas, conceitos, estratégias, posições de sujeito, modalidades enunciativas e de objetos. Há uma complexidade inerente ao discurso: em relação à história, à língua, aos sistemas de interdições e ao jogo de sua apropriação. Ele é formado por um conjunto de elementos que dão as possibilidades de correlação com outros discursos e, também, daqueles que impõem limites em sua ação.

Ademais, pode-se dizer que o discurso é construído por um número limitado de enunciados sobre os quais podemos traçar suas condições de existência. O trabalho de análise situa na contextualização dos acontecimentos históricos, mas, ao mesmo tempo, refletindo suas discontinuidades. Trata-se de demonstrar o conjunto “de condições que regem, em um momento dado e uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, [...] laços estabelecidos, **a maneira pela qual agrupamos em conjunto estatutários** [...], a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas” (FOUCAULT, 2000a, p. 95, [grifos nosso]).

O enunciado não é em si uma unidade, mas “função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz [estas] com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 20012, p. 105). É um conjunto de coisas ditas, as quais têm um referente (do qual e a partir de onde se enuncia), uma posição de sujeito (os sujeitos mudam de lugar conforme a inscrição dentro da prática discursiva), um campo associado (enunciados em correlações) e uma materialidade (o regime concreto de existência).

Vejam a seguir, a conceitualização de tais estruturas:

- i. O referente:** a base é o próprio objeto a partir do qual se fala, ou melhor, a partir do qual se estabelece um princípio de correlação. Este correlato, porém, não é um sujeito ou uma frase em específico, mas um campo complexo sobre os quais se traçam certos domínios. Entre estes destacam os

domínios de: a) “objetos materiais”; b) “objetos fictícios”; c) “localizações espaciais e geográficas”; d) objetos que existem “na mesma escala de tempo em que se formula o enunciado”; e, por último, e) “objetos que pertencem a um presente” (FOUCAULT, 2012, p. 110-111).

ii. A posição de sujeito: dentro da função enunciativa, os sujeitos assumem posições distintas conforme os enunciados. As posições são móveis, ganham dinâmica de acordo com as práticas discursivas (quando nos referirmos à formação discursiva e a função enunciativa, a discussão sobre a posição de sujeito é detalhada).

iii. O campo associado: um enunciado tem em suas margens outros enunciados. De outra forma, eles não existem isolados, mas sempre dentro de um campo de correlações. Constitue-se a partir de: (a) “outras formulações” dentro do mesmo campo onde o enunciado se inscreve; (b) um “conjunto de formulações a que o enunciado se refere”; (c) um “conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão” (FOUCAULT, 2012, p. 119-120).

iv. A materialidade: “o enunciado precisa ter substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2012, p. 119-120). É graças a este regime de materialidade que um enunciado pode ser repetido por um ou dois sujeitos distintos ao mesmo tempo, sem, contudo, perder os elementos que lhe configuram.

Logo, a partir desses conceitos se forma um *corpus*, o qual refere-se ao conjunto de enunciados de um discurso selecionado por um analista para realizar fontes de estudo. Nesse sentido, a escolha do *corpus* é a primeira fase do trabalho e, sem sombra de dúvida, a mais importante. Assim, é sobre o conjunto material, este banco de dados construído, que se lança o olhar do analista. Conforme Jeane Medeiros Silva (2009) “o *corpus*, em si, como respaldo empírico e objeto, sustém uma representação, sempre relativa, do fenômeno estudado” (SILVA, 2009, p. 112).

A autora acrescenta que “o *corpus* **reporta-se a uma reunião, sobretudo, de fatos** [...] não apenas de dados. Deste conjunto, o analista recortará **fragmentos** (sequências discursivas) por meio dos quais reconstituirá as singularidades **discursivas do seu objeto**” (SILVA, 2009, p. 112 [grifos da autora]). Evidentemente, dada a natureza específica do *corpus*, este é construído observando os pressu-

postos teóricos, haja vista que é preciso decidir o que é “meu” *corpus* de pesquisa – esta escolha, em outros termos, é uma escolha teórica. Enfim, o *corpus* é um conjunto de enunciados selecionados com um objetivo e com um pressuposto teórico, ele é base de toda análise discursiva. E, conforme estes pressupostos, a construção deste *corpus* segue caminhos distintos.

Quando, no item anterior, foram apresentadas as quatro modalidades de fontes (empíricas por meio das entrevistas, as fontes oficiais, as técnicas e acadêmicas e/ou formuladores e ideólogos), não descrevemos o *corpus* desta pesquisa, apenas os documentos a partir do qual foi selecionado este conjunto de enunciados para proceder as análises. A construção do *corpus* é por si, uma primeira análise, considerando as escolhas realizadas durante o processo de construção do *corpus*. Assim sendo, porque este enunciado e não outro? Esta decisão pressupõe um critério de escolha.

Entre os pressupostos de escolha de enunciados que compõem um *corpus*, encontra-se o “trajeto temático”, perspectiva que exploramos nesta pesquisa. O referido trajeto se refere aos múltiplos sentidos que um termo (palavras, conceitos, expressões, etc.), ou conjunto de termos (teóricas e categorias, por exemplo), assume em um discurso dado. Por exemplo, a palavra conservação poderia ser analisada a partir do trajeto temático, isto é, a análise se daria com a o intuito de especificar o sentido que a conservação assume em diferentes discursos (políticos e ou acadêmicos), considerando o tempo, a orientação teórica e filosófica dos autores ou das correntes de pensamento – isto sem sombra de dúvida seria um trabalho interminável.

O trajeto temático lida diretamente com a questão da historicidade dos enunciados e dos seus enunciadores. Se observarmos o sentido da palavra conservação, exemplo citado acima, com camponeses remanejados de seus territórios por uma UC de proteção integral, certamente, dariam a esta uma feição negativa. Enquanto o mesmo procedimento é realizado com um gestor, a palavra conservação assume o sentido positivo. Conforme muda o sujeito e a sua posição histórica, muda o sentido da atividade discursiva. Seguir a mesma palavra nos vários discursos de um tema permite captar esta singularidade. Por isso, adotou-se aqui este pressuposto metodológico.

Portanto, para finalizar esta apresentação conceitual, cabe precisar alguns pontos:

- i. **Análise do Discurso:** conjunto de teorias, campo disciplinar e instrumental metodológico que tem como objeto de trabalho o discurso. Analisar significa compreender a produção de sentidos atribuída pelos sujeitos sociais a suas atividades discursivas.
- ii. **Discurso:** refere-se a uma materialidade discursiva composta por conceitos, temas, sujeitos e objetos do discurso. Sempre se fala de uma coisa (objeto referente), de um lugar (posição de sujeito), sempre fazendo referência a outros (campo associado) e tem uma materialidade (o suporte, o texto).
- iii. **Enunciado:** recorte de um discurso. Um conjunto de coisas ditas que revela a posição ideológica, histórica social do sujeito. Um enunciado refere-se à historicidade e ao sentido do discurso.
- iv. **Corpus:** é formado por um conjunto de enunciados selecionados por uma analista; é um banco de dados a partir do qual se faz as análises. É uma união de fragmentos discursivos retirados da totalidade com um pressuposto teórico e com uma intenção.
- v. **Trajeto temático:** os múltiplos sentidos que são assumidos por um termo/palavra ou conjunto deles no mesmo discurso. São importantes para saber como diferentes grupos tratam e compreendem um mesmo tema. Seguir o trajeto temático significa seguir os múltiplos sentidos da atividade discursiva.

A partir do conjunto de fontes destacadas, das entrevistas e dos instrumentos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso, seguiu-se a etapa da configuração do *corpus* de pesquisa. Este *corpus* foi configurado a partir de três trajetos temáticos. Segui-los significou uma leitura reflexiva e técnica, pois o objetivo era formar a base para a análise discursiva. Conforme verificamos no quadro 4, os trajetos temáticos foram:

Quadro 4 - Trajetos temáticos

Trajetos temáticos	Objetivo
Conservação, UCs, Norte de Minas Gerais e Degradação.	Observar como os temas conservação, criação de UCs e degradação ambiental produzem uma rede discursiva.
Unidades de Conservação, MSVP, região e desenvolvimento.	Aprender a produção de sentidos nestes temas e como eles unificam discursivamente na conservação, criação de UCs, do MSVP e o desenvolvimento.
Conservação, Mosaico, eixos de desenvolvimento (Extrativismo, turismo ecocultural e gestão integrada), regularização fundiária, biodiversidade e comunidades tradicionais ou camponesas.	Compreender os sentidos atribuídos às comunidades camponesas e à biodiversidade e o quadro de conflitos envolvendo regularização fundiária e conservação da natureza.

Org. MARTINS, G. I. 2013.

A partir de tais trajetos, criamos três pastas para organizar os documentos, tendo seguimento com a leitura e fichamento. Para cada documentação em análise, elaborou-se uma ficha resumo sobre os principais temas em destaque e os conceitos mais recorrentes. Além desta ficha, na leitura já procedíamos a um recorte dos enunciados mais significativos. Com isto, ao final da leitura de cada documento, tínhamos em mãos um *corpus* primário de cada documento.

No que se refere às entrevistas, o primeiro procedimento foi a realização da transcrição dos depoimentos. Em seguida, conforme os critérios de análise definidos, selecionamos os principais enunciados que comporiam o *corpus*. Dado a diversidade de assuntos em uma mesma entrevista, geralmente, há material de análise nos três eixos de trabalho.

Cabe salientar que a prática da análise do discurso não se preocupa com significados de palavras e/ou conceitos em si, mas as condições que estas aparecem e as correlações que estabelecem com outros discursos, isto é, o sentido histórico e social do enunciado. A palavra conservação, por exemplo, dentro do campo discursivo de um gestor de UC tem sentido diverso do utilizado por um camponês. A memória histórica, as recorrências e o campo discursivo que se empregam são essências para que se possa realizar o trajeto temático.

Desse modo, quando o tema “Parques” surgia nas entrevistas com os representantes das comunidades, este tinha caráter empírico, um elemento concreto na sua vida cotidiana. A rigor, a prática discursiva recorria à memória para demar-

car o tempo, ou seja, antes, durante e depois dos Parques. Embora a preocupação não seja a estrutura gramatical ou formal do discurso, observar os seus dêiticos espaciais e temporais foi essencial para perceber a processualidade histórica. Assim, os dêiticos “aqui”, “lá”, “agora”, “antes”, “depois”, etc. ganham tonalidades diferentes no discurso, visto que demarcam o tempo e o espaço de uma prática.

Portanto, esta foi à intenção durante toda a análise na qual procedemos, isto é, compreender o sentido histórico do enunciado a partir do seu lugar de enunciação, seus entrecruzamentos e apagamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo buscamos demonstrar as principais orientações teórico/metodológicas para delimitar um objeto de pesquisa, os critérios de seleção e análise de fontes. É claro que os argumentos defendidos e, sobretudo, os critérios adotados são específicos para um tipo de investigação. A intenção com este manuscrito, portanto, foi apenas de demonstrar as diretrizes, anseios e medos, e como tais experiências contribuíram para definir não só o perfil da pesquisa, mas também do pesquisador.

O grande aprendizado deste processo é que sempre há uma pesquisa que queremos fazer e outra que se faz, quer dizer, aquela que nos foi possível. Isto porque as certezas teóricas e metodológicas iniciais são desconstruídas no processo. Outras questões têm a ver propriamente com as condições de investigação como, por exemplo, o acesso às fontes, aos entrevistados, enfim, ao quadro geográfico em sua totalidade. Diante do imprevisto, há espaço para medos, mas também para experimentar, mudar de rumos, criar novas estratégias, na intenção de entender o objeto por um ângulo ainda não imaginado.

Pensar o mundo do lugar ideológico da Geografia, sobretudo, dentro da grande tradição dos geógrafos tradicionais com a pesquisa de campo, é, sem sombra de dúvidas, um fator positivo. A tradição geográfica de ir ao campo nos oferece uma memória histórica e ferramentas para desvelar parte do real. A Geografia, porém, carece de outros instrumentos, como, por exemplo, metodologias próprias para tratar documentos históricos, técnicos e oficiais; além de um corpo metodológico que nos permita encarar a historicidade e a movência da prática discursiva dos sujeitos históricos.

Esta carência, porém, abre oportunidades para se conhecer novos campos disciplinares, percursos metodológicos, entre os quais, cabe destacar a análise do discurso. Compreender a natureza do discurso, as posições ideológicas subjacentes ao dizer e, sobretudo, a memória histórica por detrás desta prática social foi um dos grandes achados enquanto pesquisador. Ao frequentar os cursos de análise do discurso na Linguística e na História, não tive a pretensão de me tornar um analista do discurso propriamente dito, mas apreender como a Geografia pode se beneficiar deste campo disciplinar e metodológico. Observar como a AD trata o objeto de pesquisa e como constrói seu *corpus* de estudo foi fundamental na construção da arquitetura metodológica da minha tese defendida junto ao PPGEO-UFU.

Destarte, qual foi a pesquisa que todos estes processos descritos concretizou? Uma que retratou o papel da conservação da natureza na modulação do espaço geográfico. Ela demonstrou os diferentes sujeitos e interesses subjacentes a este processo, bem como, os desdobramentos sobre o ordenamento do território e de seus usos. A investigação tratou, ainda, das tentativas de se correlacionar conservação e desenvolvimento econômico e, sobretudo, como o reconhecimento de um mosaico contribui para isso.

REFERÊNCIAS

BRITO, Thiago Macedo Alves de. **Região**: leituras possíveis de Milton Santos. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **O mito do Método**. Seminário de Metodologia Estatística. Rio de Janeiro: PUC, 1971. In: IFCH – UNICAMP. Disponível em: << http://minhateca.com.br/v.voltar/Hist*c3*b3ria/Artigos/CARDOSO*2c+Miriam+L.+O+Mito+do+Metodo,24383088.pdf >>. Acesso em: 11 de abril de 2014.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética Materialista**: as categorias e leis da dialética. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista, São Leopoldo- RS, v. 1, n.º. 1, p 32-46, jan./2006.**

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault: arqueologia das ciências dos sistemas de pensamento.** Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a. p.82-118.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Naves. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos de arquivo. Análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura da história no discurso: homenagem a Denise Maldidier.** São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. p.163-188.

HASTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia.** 2ª ed. Tradução de Fábio M. S Guimarães e L. M. C. Bernardes. São Paulo: HUCITEC, 1978.

LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. **Cahiers Internationaux de Sociologie.** Paris, v.18, p.55-77, jan./jun./1955.

KOSÍK, Karel. **Dialético do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR on-line,** Campinas-SP, n.º. Especial, p. 397-416, abr./2011.

MILLER, K.R. **Em busca de um novo equilíbrio:** diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional. Brasília: IBAMA, 1997.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Agentes e normas na transformação do espaço urbano: a EMBRAER em Gavião Peixoto, SP, Brasil. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Barcelona, v. IX, n.º. 194 (35), s/p, ago./2005.

SILVA, Jeane Medeiros. Análise do discurso e pesquisa qualitativa na Geografia. In: RAMIREZ, Julio Cesar de Lima; PESSÓA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009. p. 91-118.

PERCURSOS METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DA(S) IDENTIDADE(S) NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE¹

Auceia Matos Dourado

INTRODUÇÃO

A diversidade presente no espaço rural brasileiro, com destaque para a criação dos assentamentos de reforma agrária, sinaliza que é necessário pensar as pesquisas sobre esses espaços mediante novos aportes e novos enfoques, tendo em vista o processo histórico que envolve a formação deles. Assim, destaca-se a necessidade de estudá-los para além de sua estrutura econômico-produtiva, somando-se, a essa análise, questões relacionadas à cultura, aos valores que cercam o acesso ao território e os significados das identidades construídas ou reforçadas, com a conquista da terra. Nesse sentido, para compreender essas pluralidades, é necessário também se atentar para as especificidades que envolvem os sentidos, os significados e as representações que circundam a formação dos assentamentos, as identidades e territorialidades, construídas com a vivência no novo território.

Por certo, qualquer metodologia a ser empregada para desvelar essa realidade deve abarcar as particularidades do objeto de estudo e as proposições teóricas que respaldam cada trabalho. Em se tratando dos assentamentos rurais sergipa-

¹ O presente texto é parte da tese de doutorado intitulada *Viver e pertencer: identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe*, sob orientação da profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas, defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Este texto é produto de uma pesquisa de doutorado e recebeu auxílio (bolsa) da Capes no período de 2010 a 2013.

nos, a escolha da pesquisa qualitativa se revelou como essencial, considerando os pressupostos de análise do conceito de território.

Quadro 1 - Pressupostos de análise do conceito de território e seus constitutivos

Território(s)	Concepção de que o território “[...] desdobra-se ao longo de um <i>continuum</i> que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2012, p. 95-96). O poder como componente indispensável na formação dos territórios. O território “[...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).
Identidade(s)	As identidades como “[...] construções históricas e relacionais” (CRUZ, 2011, p. 108). O pertencimento como constituinte das identidades.
Territorialidade(s)	Se traduz pelo sentimento de pertencimento e modo de agir, ou seja, é um conjunto de relações que se origina no sistema sociedade-tempo-espaço. Ação do sujeito sobre o território, ação que vai permitir “[...] fixação, separação, uso, posse, [que] resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço” (HEIDRICH; SPOSITO, 2009, p. 275).

Org.: Auceia Matos Dourado (maio 2018).

Nesse entendimento, a metodologia que respaldou a pesquisa sobre os assentamentos rurais sergipanos, a partir da análise da identidade territorial, constituiu-se, *a priori*, como uma busca por um “porto seguro” que possibilitou desvelar as especificidades do objeto de estudo e descortinar aspectos que só a incursão na vivência cotidiana e a interdisciplinaridade são capazes de revelar. Os questionamentos explicitados e a realidade dos assentamentos estudados apontaram para a necessidade de se realizar uma leitura singular sobre eles, delimitados por suas identidades e territorialidades construídas.

DOS TERRITÓRIOS, DAS IDENTIDADES E DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: QUESTÕES DE PESQUISA

A tarefa inicial de pensar os assentamentos rurais mediante a análise da identidade territorial sempre se apresentou mais como um questionamento do que como certeza. Se no gestar da pesquisa a elucidação do objeto careceu de pressupostos teóricos para balizar seu entendimento, somaram-se, a esses questionamentos iniciais, outras perguntas que derivaram diretamente de uma maior incursão no campo de estudo.

Nessa empreitada, a única certeza, contudo, era que o diálogo entre os conceitos e a realidade é a mais a mais árdua tarefa encarada pelos pesquisadores. Como traduzir o real pelos conceitos? Como explicar o que é dinâmico, tendo como referência algo criado, posto num determinado contexto histórico e que carrega em si a marca de quem produziu, de quem assina e assume um enunciado, uma proposição? Como utilizar corretamente a “caixa de ferramentas”² na explicação de uma realidade? Como pensar territórios “reais” e que dimensões abarcar? Simbolismo ou materialidade? Como explicar o pertencimento a um espaço, a um território, a um assentamento? Como se expressa o valor atribuído à terra conquistada? Como se constrói/constroem identidade(s) num assentamento rural? Quais os critérios que norteiam as noções de pertencimento ao local, construtores da identidade das famílias assentadas? Qual a representação do território: meio de subsistência; meio de trabalho e produção; meio de produzir os aspectos materiais das relações sociais, “abrigo”, “recurso”, elemento fundamental de identificação ou simbolização de grupos por meio de referentes espaciais? (CRUZ, 2006; HAESBAERT, 2005). Como traduzir a representação de uma identidade territorial?

Ainda que guiados pela incerteza, os questionamentos serviram de norte para que, nas andanças pelo espaço rural sergipano, as respostas fossem desveladas e para que a realidade pudesse ser explicada para além do simples entendimento do assentamento como espaço funcional-produtivo.

E foi na perspectiva de se buscar um entendimento sobre os assentamentos como territórios construídos nas dimensões da luta pela terra, onde uma identidade territorial é construída continuamente, que o estudo ganhou corpo. Por meio da articulação entre a categoria território e seus elementos constitutivos, com aporte nos aspectos qualitativos, delineou-se o estudo sobre a construção da(s) identidade(s) nos assentamentos rurais de Sergipe.

2 No livro *Microfísica do poder*, especificamente no capítulo IV – “Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze” –, Deleuze utiliza a expressão caixa de ferramentas, em referência às teorias. Diz o autor: “Uma teoria é uma caixa de ferramentas [...]. É preciso que sirva, é preciso que funcione” (FOUCAULT, 1979, p. 71). A época buscavam-se teorias e métodos capazes de explicar a realidade.

ESTADO DA ARTE: ANCORAGENS

Para o embasamento teórico do trabalho, buscaram-se, no exercício construtivo de uma ampla de uma revisão de literatura, os sedimentos que possibilitaram a construção do quadro analítico que foi usado no trabalho como um todo.

A temática sobre a questão agrária, a reforma agrária e os assentamentos rurais tiveram como referência os trabalhos de Bergamasco e Norder (1996), Guimarães (1979, 1981), Leite et al. (2004), Martins (1990, 1993, 1999), Fernandes e Stedile (1999), Fernandes (2003, 2009), Medeiros (2003), Rangel (1962, 2005), Prado Júnior (1979), Thomaz Júnior (2010), Veiga (2007), Kageyama (1993), Stedile (1997, 2005a, 2005b), Oliveira (1991, 2001, 2009).

A análise sobre a questão agrária e seus desdobramentos no estado de Sergipe foi realizada considerando sujeitos e processos, pois se concorda com a proposição de que “[...] a questão agrária [...] é essencialmente uma questão histórica” (MARTINS, 1999, p. 99), com continuidades e rupturas, avanços e recuos. Os assentamentos são resultado desse processo, territórios forjados pela apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico, permeado por disputas e conflitos sociais. Nessa empreitada, estabeleceu-se um diálogo com os autores Lopes (1996, 2007, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b), Oliveira (1996), Santos (2008), Sousa (2009), Sobral (2006), dentre outros.

No que diz respeito à construção do arcabouço teórico sobre território, os autores de referência foram Haesbaert (1997, 1999, 2004a, 2004b, 2007, 2009a, 2009b, 2012), Bonnemaïson (2002), Moraes (1990, 2002), Raffestin (1993), Santos (1976, 1994, 2000, 2002), Saquet e Gagliotto (2009), Saquet (2010), Souza (2006, 2009), que construíram suas abordagens mediante referenciais distintos (realistas, idealistas, relacionais...). Alguns autores privilegiaram o conceito numa perspectiva integradora do território, priorizando a interface entre o político, o econômico (dimensão material e imaterial) e o cultural. Contudo, o traço comum deles é a concepção de território como resultado da apropriação, quer seja pelas relações de poder, quer seja pela dimensão simbólica, atentando para a existência de diversos territórios (concretos e simbólicos) e territorialidades (individuais e coletivas) que se sobrepõem no espaço geográfico e que são multidimensionais e multiescalares.

Entre esses autores estão Raffestin (1993) e Souza (2006) e Sousa (2009), que concebem o território como relação. Cloude Raffestin, ao esboçar suas ideias em

Geografia do poder, sob a influência de Michel Foucault, projetou o poder numa perspectiva multidimensional, em suas distintas variantes, desde a atuação do Estado até as relações que se estabelecem em outras situações da vida cotidiana.

Também se utilizou de obras e autores que se dedicam ao debate sobre o conceito de identidade social, identidade territorial e territorialidades, dentre os quais se destacam Almeida (2008), Castells (2008), Cruz (2006, 2007, 2011), Claval (1999, 2001), Bonnemaïson (2002), Hall (2000), Haesbaert (1999, 2007), Massey (2000), Medeiros (2009), Raffestin (1993) e Saquet (2010). Esses autores centraram suas análises sobre a identidade considerando seu caráter histórico/contextual e relacional. Ressaltam-se, dentre esses, as considerações de Haesbaert (1999, 2007), que discute o conceito de identidade territorial como “[...] uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto” (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Para delimitação da proposta metodológica e operacionalização da pesquisa de campo, foi essencial estabelecer um diálogo entre a abordagem qualitativa e quantitativa. Nesse sentido, para compreensão dos aspectos relativos à reforma agrária e sua territorialização em Sergipe, a análise quantitativa foi importante para o conhecimento sobre os resultados dessa política no Estado, sem, contudo, se desviar da análise conteudista, ancorada na abordagem qualitativa.

Para Souza (2013), a pesquisa qualitativa vem sendo utilizada atualmente como um instrumento teórico-metodológico importante em estudos nas Ciências Humanas e Sociais e, mais raro, nas Ciências da Natureza, rompendo o paradigma da “quantificação”, como método predominante de apresentação dos resultados das pesquisas, sem a qual haveria um suposto prejuízo à cientificidade dela. Nesse tipo de pesquisa, interessa-se pela:

[...] forma como as informações são coletadas, priorizando o contato direto do pesquisador com o objeto estudado, valorizando instrumentos como a entrevista, análise documental e as observações diretas [...], a abordagem qualitativa possui uma relevante estratégia de pesquisa, pois prioriza os aspectos descritivos perceptíveis e particulares de cada ambiente pesquisado, buscando reflexões por meio dos fatos comuns e rotineiros que se apresentam. (SOUZA, 2013, p. 101-102).

Embora se reconheça a existência de três bases teóricas possíveis para a pesquisa qualitativa – a estrutural-funcionalista, a fenomenologia e a materialista dialética –, “[...] o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apoie o pesquisador” (TRIVIÑOS, 1987, p. 125). Considerando esses aspectos, cabe ao pesquisador captar, por meio da observação, análise e descrição, o entendimento dos fenômenos.

A opção pela abordagem qualitativa e a base teórica que respaldou o trabalho guiou-se pela busca dos significados que envolveram a luta pela terra, a condição de assentado, as identidades e as territorialidades construídas no assentamento como espaço-referência. Significados esses captados por meio da observação, análise e descrição sobre o entendimento do fenômeno.

Soma-se a essa justificativa o delineamento dos objetivos da pesquisa, que buscaram desvelar a construção da(s) identidade(s) nos assentamentos de rurais de Sergipe, tendo como referência a relação que os assentados constroem com seu território, ou seja, as lutas, práticas e vivências que são responsáveis pela construção da(s) identidade(s), as representações que envolveram o acesso ao território.

A identidade no trabalho em questão é concebida como um fenômeno social, segundo as proposições de Triviños (1987, p. 126-127) em referência a Lofland. Para o autor, todo fenômeno social estaria constituído por atos, atividades, significados, participação, relação e situação, como segue:

Os atos. Seriam ações que se desenvolvem em uma situação cujas características principais, em relação ao tempo, estariam representadas por sua brevidade [...].

As atividades. Estão representadas por ações em uma situação mais ou menos prolongada e que poderiam ser estudadas através de dias, semanas, meses.

Os significados. Manifesta-se através das produções verbais das pessoas envolvidas em determinadas situações e que comandam as ações que se realizam.

A participação. É o envolvimento do sujeito ou adaptação do mesmo a uma situação em estudo.

As *relações*. Surgem no intercâmbio que se produz entre várias pessoas que atuam numa situação simultaneamente e toma as características de inter-relação.

As *situações*. Estão constituídas pelo foco em estudo, pela unidade que se pretende analisar. (Grifo nosso).

Por conseguinte, a abordagem qualitativa do estudo teve como base os pressupostos delineados por Triviños (1987) em referência a Bogdan:

- a) *A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave*. Assevera-se a importância do ambiente na configuração da personalidade, dos problemas e situações de existência do sujeito. O chamado “ambiente natural” é observado numa perspectiva que o vincula a realidades sociais maiores. O pesquisador é importante, uma vez que considera essa visão ampla e complexa do real social.
- b) *A pesquisa qualitativa é descritiva*. A pesquisa qualitativa é essencialmente descritiva. Os resultados são expressos em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, com fotografias etc., acompanhados de documentos pessoais, fragmentos de entrevistas.
- c) *Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e produtos*. No caso específico do objeto de estudo, a análise do processo e dos fenômenos não se limitou às circunstâncias imediatas que o envolviam, mas buscou descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos.
- d) *Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente*. Partem do fenômeno social, sem necessariamente verificar as hipóteses empiricamente. Isso significa a presença de uma teoria, uma concepção delimitada *a priori*. Os significados, as interpretações, surgem da percepção do fenômeno visto num contexto.
- e) *O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa*. Um dos postulados da pesquisa qualitativa é a sua atenção preferencial pelos aspectos que servem de fundamento à vida das pessoas. O enfoque fenomenológico privilegiou essa análise, porque considerou que os significados

dados pelos sujeitos aos fenômenos dependiam essencialmente desses aspectos culturais próprios do meio que alimentavam sua existência. Especialmente por meio de entrevistas semiestruturadas e da observação, aprofundaram o estudo a respeito do que pensavam esses sujeitos sobre suas experiências, sua vida, seus projetos. Na busca pelo que estava muitas vezes invisível, os pesquisadores procuraram detectar o significado atribuído pelas pessoas aos fenômenos.

Como mencionado, em função das especificidades do objeto de estudo, buscou-se também uma análise para além da compreensão dos significados, construindo um quadro mais amplo do sujeito como ser social e histórico.

Para definição da amostra, unidade de referência, sujeitos da pesquisa e aspectos relacionados à abordagem qualitativa, foram utilizadas as considerações de Turato (2003), Oliveira (2000), Gil (2008), Triviños (1987), Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), além da consulta aos dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização – INCRA – e das informações colhidas na fase de observação (caderno de campo, registros fotográficos).

Na organização da pesquisa utilizaram-se também dados de fontes primárias e secundárias. Os dados secundários relacionados à reforma agrária e aos assentamentos em Sergipe foram obtidos junto ao INCRA – Superintendência de Sergipe – SR 23, por meio do Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – SIPRA.

Outros dados sobre a questão agrária em Sergipe e informações pontuais sobre os assentamentos foram levantados em trabalhos realizados por Lopes (2007, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b), Oliveira (1996), Santos (2008), Sousa e Cunha (2008), Sousa (2009), Sobral (2006).

Os dados primários foram coletados em duas fases: em visita aos assentamentos no período de observação; na realização das entrevistas semiestruturadas. Na fase de observação, o tema da pesquisa foi introduzido por meio da entrevista não estruturada. Como descrevem Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 168), trata-se de procedimento por meio do qual

[...] o entrevistador introduz o tema da pesquisa, pedindo que o sujeito fale um pouco sobre ele, eventualmente inserindo alguns tópicos de interesse

no fluxo da conversa. Este tipo de entrevista é geralmente usado no início da coleta de dados, quando o pesquisador tem pouca clareza sobre aspectos mais específicos a serem focalizados, e é frequentemente complementada por entrevistas semi-estruturadas.

O roteiro de entrevista semiestruturado foi elaborado buscando responder aos objetivos propostos. Organizado em blocos temáticos, o roteiro contemplou os seguintes aspectos:

- a) Os sujeitos (o eu, o lá): informações gerais sobre o entrevistado, a história de vida e as relações com a terra (pessoal e familiar), a história da luta pela terra;
- b) Os sujeitos (o meu, o nosso): a escolha do assentamento, as relações com o assentamento de uma forma geral, a vivência como assentado;
- c) Organização do assentamento: infraestrutura social;
- d) Formas de produção e trabalho: práticas sociais, caracterização geral do assentamento do ponto de vista da produção e das formas de organização do trabalho; as experiências com o trabalho coletivo;
- e) As vivências: o dia a dia dos assentados; a experiência da vida em comunidade; a solidariedade; as formas de relacionamento entre as famílias;
- f) Relações institucionais: como os assentados se relacionam com as instâncias do poder e como é o acesso a essas instâncias. Relação dos assentados com os movimentos sociais e com as instituições representativas deles;
- g) Sociabilidades: as relações de disputa e de poder entre assentados;
- h) Identidade territorial: relações dos assentados com o território construído; a valorização da terra como espaço de luta e trabalho; os referenciais para construção da identidade territorial; as formas de acesso ao território;
- i) Pertencimento: o processo de luta, a apropriação do território, a valorização do assentamento como espaço de vida, o sentido de pertença construído pelas práticas cotidianas, o território do assentamento como um espaço de identificação, lugar onde se “[...] ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social [...]” (BONNEMAISON, 2000, p. 128);
- j) As tradições: festas, ritos, manifestações culturais, lazer, valores;

- k) As traduções: expectativa em relação ao futuro do assentamento, o futuro dos filhos, a continuidade da luta pela permanência na terra, os desafios, as possibilidades.

ÁREA DE ESTUDO

A presença de assentamentos como territórios institucionalizados no estado de Sergipe data da década de 1980, sendo o primeiro assentamento oficialmente criado em 1982. No período em que a pesquisa foi realizada,³ o estado de Sergipe possuía 216 assentamentos rurais, classificados em Projeto de Assentamentos (PA), Colônia Agrícola (PE), Projeto de Assentamento Casulo (PCA⁴) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS⁵), numa área de 183.240,4423 ha, com 9.879 famílias assentadas.

Os assentamentos são classificados pelo INCRA segundo suas fases, conforme a infraestrutura e os aspectos organizativos que eles apresentam, em uma escala de 01 a 07, a saber: 01 – pré-projeto de assentamento; 02 – assentamento em criação; 03 – assentamento criado; 04 – assentamento em instalação; 05 – assentamento em estruturação; 06 – assentamento em consolidação; 07 – assentamento consolidado (Gráfico 1).

Pelo exposto, enfatiza-se que a maior parte dos projetos de assentamento encontra-se na fase 03 (assentamento criado), com 50 % dos PAs, correspondente a 108 assentamentos. São assentamentos que apresentam os maiores problemas de infraestrutura e de produção, em função da burocracia que envolve especialmente a demarcação dos lotes e a aquisição dos recursos iniciais. Esse período inicial é marcado por muitas dificuldades para os assentados e pelos desafios de organizar o espaço social e produtivo. Na maioria dos casos os beneficiados não têm conhecimento real das condições gerais do solo, do clima, da topografia e do novo mercado local, sem contar a fragilidade da organização social. Para Zam-

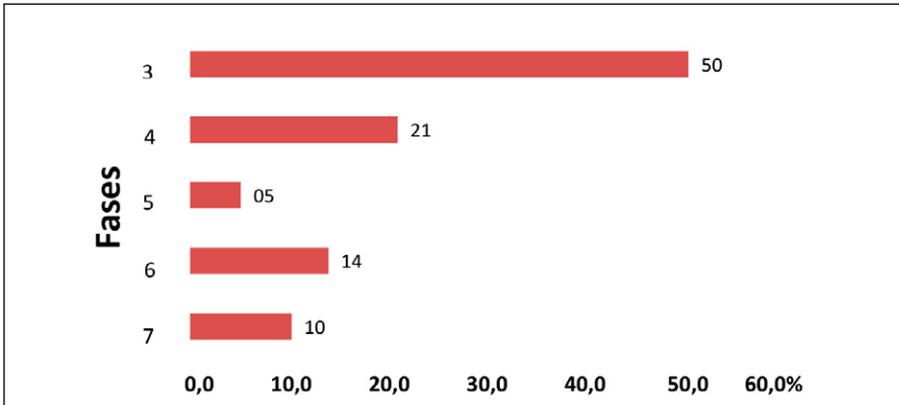
3 A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2012 e 2013. A última atualização foi feita em 2014. Atualmente o estado de Sergipe possui 245 assentamentos rurais.

4 Assentamentos de Reforma Agrária Periurbanos são complementares ao modelo de Reforma Agrária executada pelos estados ou pelo governo federal, para atender à demanda de público de reforma agrária que vive no entorno das cidades.

5 O estado de Sergipe possui somente um PDS, o Território Quilombola Mocambo, localizado no município de Porto da Folha, no Alto Sertão Sergipano.

berlam (1994, p. 271), muitas vezes “[...] os recursos oficiais buscam implementar uma infra-estrutura sem se preocupar com a dimensão econômica da unidade produtiva e sem contextualizá-la no desenvolvimento regional”.

Gráfico 1 - Distribuição dos assentamentos de acordo com as fases de implantação em %, Sergipe (2014)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA (2014).
Org.: Auceia Matos Dourado (jan. 2013).

O segundo grupo é dos assentamentos em instalação fase 04, com 20,8%. Esses assentamentos possuem uma infraestrutura básica (construção da agrovila, instalação de energia elétrica, água encanada ou perfuração de poços), para que os assentados possam se fixar no assentamento.

Os assentamentos em estruturação fase 05 perfazem o menor número no Estado, com 5,1%, e os assentamentos em consolidação fase 06 somam 13,9%. Segundo informações do INCRA, a mudança nas fases, principalmente entre os estratos 05, 06 e 07, depende da capacidade organizativa dos assentados, via elaboração de projetos para captação de recursos e ações desenvolvidas pelas associações e grupos de trabalho.

Os assentamentos consolidados representam 10,2 %, ou seja, 22 assentamentos que possuem entre 18 e 32 anos de criação, com infraestrutura social e produtiva já consolidada. Para tal definição consideraram-se aspectos como: infraestrutura, organização social, mediadores externos do processo de luta, aspectos relativos à forma de ocupação da terra e tempo de moradia dos habitantes. De

modo mais específico, os 22 assentamentos classificados na fase 07 se distribuem por município, com destaque para os municípios de Pacatuba (13,6%) e Santa Luzia do Itanhy (13,6%), com maior percentual de assentamentos (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição dos assentamentos rurais na fase 07, por município – Sergipe (2014)

Município	Nº de assentamentos	Percentual
Pacatuba	3	13,6
Santa Luzia do Itanhy	3	13,6
Indiaroba	2	9,1
Poço Redondo	2	9,1
Canindé do São Francisco	1	4,5
Carira	1	4,5
Cristinápolis	1	4,5
Divina Pastora	1	4,5
Gararu	1	4,5
Japoatã	1	4,5
Monte Alegre de Sergipe	1	4,5
Nossa Senhora do Socorro	1	4,5
Pinhão	1	4,5
Porto da Folha	1	4,5
Propriá	1	4,5
Umbaúba	1	4,5
Total	22	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA (2014).
 Org.: Auceia Matos Dourado (jan. 2013).

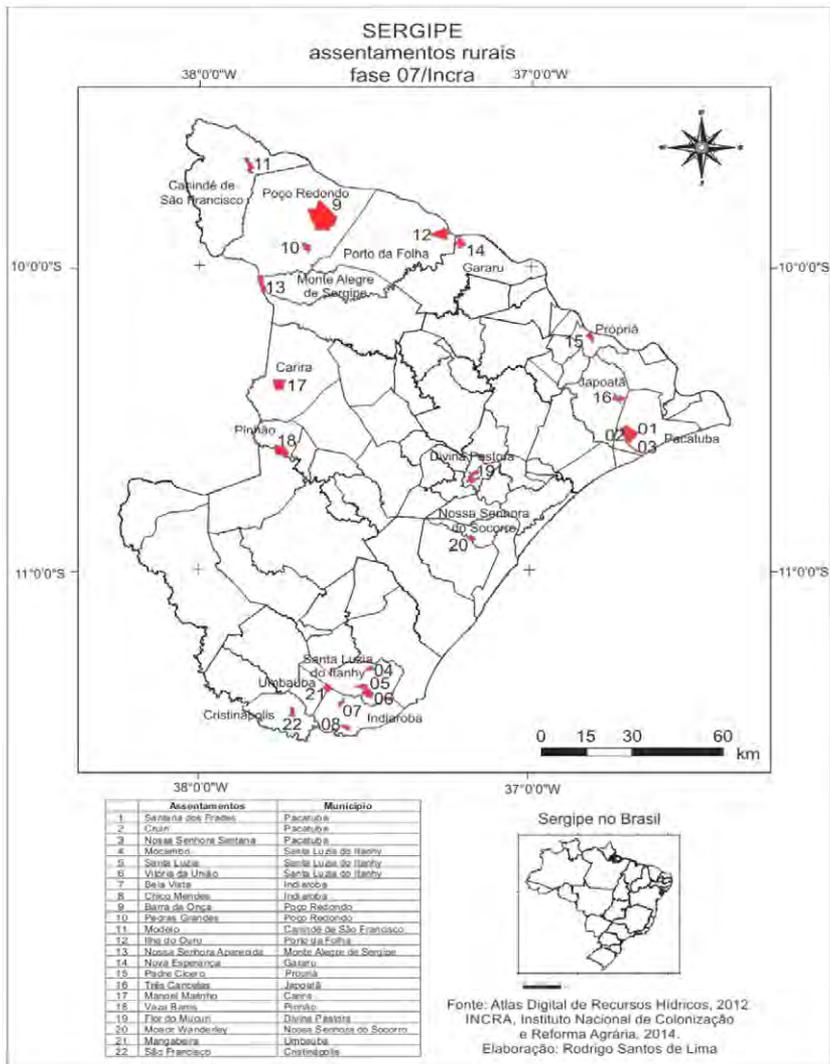
O mapa 1 a seguir demonstra a espacialização dos 22 assentamentos compreendidos na fase 07 no estado de Sergipe, com destaque para a delimitação territorial de cada um deles nos municípios.

Para operacionalização da pesquisa foram selecionados cinco assentamentos distribuídos nos Territórios de Planejamento⁶ do Baixo São Francisco Sergipano,

⁶ Em 2007, por meio do Decreto nº 24.338, de 20 de abril de 2007, o governo do Estado instituiu os Territórios de Planejamento, criando oito Territórios, quais sejam: Alto Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Agreste Central Sergipano, Sul Sergipano, Grande Aracaju e Leste Sergipano, Médio Sertão Sergipano e Centro Sul Sergipano (VARGAS, 2011). Considerou-se neste estudo o critério de regionalização adotado pelo Governo Estadual apenas como recurso para situar cada assentamento. Os assentamentos na fase 07 estão distribuídos em seis dos oito Territórios de Planejamento, exceto no Médio Sertão Sergipano e Centro Sul Sergipano. O conceito de território discutido neste texto não se relaciona ao sentido de regionalização empreendida nos Territórios de Planejamento, sendo estes de controle e de uma política de planejamento, distante da abordagem da apropriação e dos processos identitários defendida por este estudo.

Alto Sertão Sergipano e Sul Sergipano, a saber: Santana dos Frades e Cruiúri (município de Pacatuba), Pedras Grandes (município de Poço Redondo), Vitória da União (município de Santa Luzia do Itanhy) e Mangabeira (município de Umbaúba).

Mapa 1- Espacialização dos assentamentos na fase 07 – Sergipe (2014)



Fonte: Atlas digital de Recursos Hídricos (2012) – INCRA (2014).
Org.: Rodrigo Santos de Lima (jun. 2014).

Considera-se que cada assentamento possui uma história específica que o singulariza em função do processo de luta pela terra, do tempo de existência de cada assentamento e também da localização no território. Para melhor compreensão sobre o critério de seleção dos assentamentos, consideraram-se, além da classificação do INCRA, a história da posse pela terra, o processo de luta e a participação (ou não) de entidades de apoio na mobilização dos trabalhadores para ocupar uma área de terra.

Soma-se a esses critérios a ação dos mediadores externos, entidades da sociedade civil e/ou política, pessoas isoladas ou grupos de pessoas que influenciaram ou interferiram no processo de luta pela posse da terra. Esses mediadores são de fundamental importância na formação dos assentamentos, bem como na definição de suas formas de organização social e econômica. Alguns assentamentos surgiram de forma espontânea, outros em função das ações dos movimentos sociais (mediadores externos) e outros foram criados pelo Estado para atender à demanda por terra.

Acerca deles assim refere Oliveira (2011, p. 164):

[...] os mediadores têm um papel fundamental, pois reforçam a identificação dos participantes no campo de lutas, marcado por diversas relações de poder, além de contribuir para a transformação de uma identidade de grupo ou até mesmo o favorecimento de elementos e símbolos que favorecem a transformação das identidades do grupo.

A eleição desses critérios teve como foco o pressuposto de que a construção da(s) identidade(s) num assentamento rural se vale da história e da apropriação do território pelos sujeitos, identidades que não são fixas ou permanentes, mas que estão sempre em transformação, considerando-se sujeitos, escalas e processos. Para Haesbaert (2004b, p. 3), os territórios se distinguem

[...] de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma "área geográfica", ou seja, o "território", visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos.

Em se tratando dos assentamentos rurais de Sergipe, embora sejam resultado de um conjunto de políticas visando à distribuição de terras e conseqüente apaziguamento dos conflitos surgidos em função dessa luta, eles se configuram como territórios pelo esforço, resistência e luta desses assentados por um projeto de vida.

Acredita-se que nos territórios dos assentamentos as identidades e territorialidades construídas estão em constante mudança, razão por que estarão sempre inacabados e, por conseguinte, sujeitos a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas, territórios apropriados que trazem no seu bojo essas mediações. Trata-se de territórios em movimento, vivos, que experienciam um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação e relações diversas (MOREIRA; TARGINO, 2007), mediante relações que são vividas, construídas, sentidas, percebidas e compreendidas diferentemente. O Quadro 2 apresenta os assentamentos da amostra constituídos pela desapropriação por interesse social, evidenciando, contudo, algumas singularidades, com relação aos mediadores.

Quadro 2 - Assentamentos da amostra – Sergipe, 2012

Nome do assentamento	Município	Território	Mediadores	Data de criação	Forma de acesso à terra
Santana dos Frades	Pacatuba	Baixo São Francisco	Igreja Católica	13/09/1982	Compra e doação
Cruiri	Pacatuba	Baixo São Francisco	MST	16/08/1989	Desapropriação
Vitória da União	Santa Luzia do Itanhhy	Sul Sergipano	MST	02/04/1991	Desapropriação
Mangabeira	Umbaúba	Sul Sergipano	INCRA	10/03/1997	Compra e doação
Pedras Grandes	Poço Redondo	Alto Sertão Sergipano	Ausência de mediadores	30/09/1988	Desapropriação

Fonte: INCRA (2012).

Org.: Auceia Matos Dourado (mar. 2013).

O assentamento Santana dos Frades foi criado em 1982 e localiza-se no município de Pacatuba, no Território do Baixo São Francisco. Trata-se do primeiro assentamento oficial de reforma agrária do estado, com 89 famílias assentadas.

Os moradores de Santana dos Frades são descendentes de posseiros que habitavam áreas desde o tempo da colonização. A luta dos posseiros de Santana dos Frades marca o início do processo de luta pela terra em Sergipe e teve como mediador a Igreja Católica, principal indutora e/ou apoiadora da criação de entidades de representação sindical rural e dos movimentos de organização de trabalhadores rurais. A “Diocese de Propriá [...] teve um papel fundamental na mobilização e organização dos trabalhadores rurais de Sergipe na luta pela conquista da terra” (LOPES, 2008a, p. 16).

Os conflitos que deram origem ao assentamento Cruiri apresentam algumas singularidades em relação aos demais, ocorridos na época, pois decorreram de uma decisão política do MST, sendo um marco na história do MST em Sergipe. Trata-se do primeiro conflito sob a orientação direta do movimento, afirmando-se a partir desse momento como o principal responsável pela orientação política em torno da luta pela terra no Estado.

O assentamento Vitória da União surgiu das lutas iniciadas com a ocupação do imóvel Santana do Cruiri e marca a territorialização das ações do MST no Estado, ao ampliar sua área de influência em direção ao Sul Sergipano. A decisão de ampliar sua área de atuação foi parte de uma estratégia política do movimento, no sentido de se consolidar como uma organização de massa.

Em relação ao assentamento Mangabeira criado em 1997 e localizado no município de Umbaúba, no Sul Sergipano, as ações que levaram às institucionalizações não estiveram diretamente relacionadas aos conflitos de terra. A formação do assentamento resultou da ação do poder público (INCRA), por meio da compra e posterior doação aos agricultores sem-terra da região, uma iniciativa minoritária, não se configurando como uma política efetiva de reforma agrária no estado de Sergipe. A opção em estudar esse assentamento se configurou como uma possibilidade de analisar a construção da identidade territorial num território onde a ocupação se deu de forma institucionalizada.

A ocupação e a conquista do imóvel Pedras Grandes apresentam uma singularidade, pois ocorreram por iniciativa dos próprios trabalhadores, a maioria do Povoado Sítios Novos, localizado no município de Monte Alegre de Sergipe, que se organizaram e ocuparam as terras, diante da solicitação do proprietário interessado em vendê-las.

O imóvel foi desapropriado em 1988 e no mesmo ano foi criado o projeto de assentamento Pedras Grandes, com 27 famílias assentadas. Embora não se considere a ação direta dos mediadores externos, os conflitos em torno da ocupação do imóvel Pedras Grandes se deram em virtude das experiências vivenciadas pelos trabalhadores, em torno da questão da luta pela terra no Alto Sertão e a ação desses mediadores, com destaque para a Diocese de Propriá e os sindicatos rurais.

Convém destacar que, embora se encontre uma grande diversidade de elementos atuando no processo que conduziu à criação dos assentamentos rurais, uma análise histórica da formação dos assentamentos sergipanos nos permite afirmar que o motor das desapropriações foram os conflitos e sob orientação dos movimentos sociais.

Silva e Lopes (1996, p. 21) assinalam que no caso sergipano os conflitos se configuraram:

[...] a partir de uma ocupação de terra, realizada coletivamente, por pessoas necessitadas desse bem para nela morar e produzir e também pela expulsão ou tentativa de expulsão de antigos ocupantes de uma área de terra, por “grileiros” ou proprietários. Não se trata, portanto, de um ato individual e sim de uma ação social no sentido sociológico do termo.

Segundo Leite (2004, p. 41), a existência de conflito não se refere “[...] necessariamente ao uso da violência, mas à disputa pela propriedade da terra [...]”. Mesmo em casos nos quais “[...] os antigos proprietários omitiram-se diante de uma ocupação ou da reivindicação de desapropriação ou demonstraram certa cordialidade diante dos ocupantes [...]” no processo de disputa pela propriedade da terra, ainda assim existe uma situação de conflito.

OLHAR... OBSERVAR... COMPREENDER: O ENCONTRO COM O OBJETO E COM OS SUJEITOS

Por se tratar de uma análise qualitativa, a unidade de referência do estudo considera o que denominamos *sujeitos da amostra*. No caso específico do estudo em questão, a denominação sujeito refere-se “[...] àquele a que se investiga em

qualquer empreendimento em que o ser humano é o objeto de estudo numa acepção filosófica no qual *sujeito* significa [...] o 'eu' enquanto realidade pensante, em contraposição ao objeto pensado" (TURATO, 2003, p. 353, 356).

A opção pela concepção de sujeito nessa perspectiva justifica-se pelas proposições teóricas que respaldam este trabalho no que diz respeito ao processo de constituição dos territórios (material e simbólico) e da construção da(s) identidade(s) (relacional, histórica, estratégica e posicional).

Triviños (1987, p. 132) explica:

A pesquisa qualitativa, de fundamentação teórica, fenomenológica, pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. Isto é, procura uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem. E ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas etc.).

A amostra da pesquisa em questão configura-se como proposital, intencional ou deliberada (não probabilística), definida como "[...] aquela de escolha deliberada de respondentes, sujeitos ou ambientes, oposta à amostragem estatística, preocupada com a representatividade de uma amostra em relação à população total [...]" (TURATO, 2003, p. 357). Ao escolher esse tipo de amostra, "[...] o autor do projeto delibera quem são os sujeitos que comporão seu estudo, segundo seus pressupostos de trabalho [...]" (TURATO, 2003, p. 357). Neste estudo optou-se pela amostragem por variedade de tipos (amostragem por tipicidade), ou seja, "[...] um processo de seleção de amostra de sujeitos escolhidos segundo o arbítrio e interesse científico do pesquisador, cuja resolução, embora definida como livre eleição [...], deve vir acompanhada de suas justificativas [...]" (TURATO, 2003, p. 365).

A inclusão dos sujeitos foi fixada em função de variáveis como sexo, idade, procedência política, além de outras, definidas em razão das especificidades do objeto de estudo (tempo de residência no assentamento, titularidade do lote, liderança política ou comunitária). Segundo Turato (2003), mesmo com uma diver-

sidade de identidades biodemográficas ou psicoculturais, os indivíduos se encontraram reunidos pelo que o autor chama de *homogeneidade fundamental*, ou seja, “[...] pelo menos uma determinada característica ou variável é comum a todos os sujeitos da amostragem: a característica-chave que os une é o próprio tema do trabalho” (TURATO, 2003, p. 365, 366). No estudo considerou-se como uma *homogeneidade fundamental* a condição de assentado (fase 07), o tempo de moradia no assentamento e a história de luta pela posse da terra (pessoal ou familiar).

O delineamento da pesquisa considerou essencial um “mergulho” no universo, inicialmente utilizando-se da observação. Por meio das observações, manteve-se contato com pessoas em diferentes graus de atuação dentro do assentamento (professores, assentados, mulheres, homens, lideranças). Um diário de campo serviu também para registrar os fatos, impressões pessoais e reflexões sobre o observado.

Para Lopes et al. (2002, p. 134), por meio do diário de campo,

[...] o pesquisador ao descrever os dados busca na memória o ambiente no qual os acontecimentos ocorrem, o que lhe permite retomar fatos e a situação captada por seu olhar atento. Um olhar atento que se aprofunda nas questões pertinentes aos dados e, também, nos gestos e situações [...]. Ao descrever fatos, situações, gestos e acontecimentos sobre uma realidade conhecida e mediada pela teoria, já está realizando um processo interpretativo, pois no Diário de Campo os fatos são narrados numa perspectiva que foge ao senso comum – científica, portanto.

Como procedimento metodológico, optou-se pela observação como técnica de coleta de dados. O ato de observar é um dos meios mais frequentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade, por isso se diz que os principais instrumentos do pesquisador nessa fase são “o olho e o ouvido”.

A observação constitui um elemento fundamental para a pesquisa, principalmente com enfoque qualitativo, porque está presente desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpre-

tação dos dados, ou seja, ela desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa.

Uma vantagem da observação, em relação a outras técnicas de pesquisa, é que os fatos são percebidos diretamente, sem intermediação. Desse modo, a subjetividade que permeia todo o processo de investigação tende a ser reduzida. Para garantir o rigor científico, a observação deve ser organizada em função dos objetivos da pesquisa, ser sistematicamente organizada, podendo também ser submetida à verificação e controle de validade e precisão (GIL, 2008).

Nessa etapa específica optou-se pela observação não participante. Entende-se por esse tipo de observação aquela em que o pesquisador permanece alheio à comunidade ou grupo que pretende estudar, ele apenas observa de maneira espontânea, sendo um atento e isento espectador. Não é da natureza desse procedimento a interação ou a vivência comprometida, mas apenas a observação meticulosa e rigorosa do fenômeno a ser desvelado ou compreendido (SOUZA, 2013). Embora essa observação seja considerada espontânea, coloca-se num plano científico, para além da simples constatação dos fatos.

Além dessa possibilidade de inserção no ambiente de estudo, outras vantagens também são atribuídas à observação tais como:

- a) [...] independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos;
- b) permite “checar”, na prática, a sinceridade de certas respostas [...];
- c) permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconsistentes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir;
- d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espa-
cial. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 164).

Essa etapa da pesquisa representou um momento em que a pesquisadora estabeleceu os primeiros contatos com as famílias e os sujeitos da pesquisa. Para Brandão (2007), as famílias representam “as portas abertas” que possibilitam dar continuidade ao trabalho proposto.

A observação direta em campo permitiu vislumbrar aquilo que só é possível ser apreendido por meio do olhar, elemento indissociável da trilogia descrita por

Oliveira (2000) – olhar, ouvir e escrever –, ao tratar do trabalho do antropólogo, mas que serve tão bem a historiadores e geógrafos na busca pela compreensão da história e das relações que os homens estabelecem com o meio.

Nesse sentido, procurou-se observar a organização dos assentamentos, seu cotidiano, as formas de trabalho, a organização social e política, a diversidade cultural, o modo de vida, essenciais para a interpretação dos significados e suas relações com a construção da(s) identidade(s) em cada assentamento.

Essa fase inicial da pesquisa compreendeu a observação simples do objeto de estudo, visitando o maior número de assentamentos na fase 07 e também assentamentos em outras fases. Fez-se uso nesse caso especificamente da amostragem por acessibilidade, definida como o menos rigoroso dos tipos de amostragem, por ser destituída de qualquer rigor estatístico, em que o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso (GIL, 2008), aceitando que estes possam, de alguma forma, representar o universo. A amostragem por acessibilidade, geralmente, é utilizada em estudos exploratórios ou qualitativos.

A observação do objeto de estudo foi realizada com base em um roteiro que contemplava aspectos relacionados à paisagem tais como: a) organização espacial do assentamento: modelo do assentamento, disposição das casas, ruas; b) infraestrutura e organização social; c) elementos religiosos presentes na paisagem; d) elementos da ideologia dos movimentos sociais; e) elementos que indicavam a presença do Estado; f) ações voltadas para a defesa do patrimônio e do meio ambiente; g) elementos da vivência coletiva; rotina e divisão do trabalho; h) atividades de lazer, culturais e outros tipos de sociabilidade; l) atividades produtivas: organização do trabalho e da produção.

Essas observações foram realizadas no período de 30 de março a 18 de junho do ano de 2012. Considerando os objetivos da pesquisa, dos 22 PAs que compõem a fase 07, foram visitados doze assentamentos (Quadro 3), além de serem visitados onze assentamentos fora do universo amostral.

**Quadro 3 - Assentamentos visitados na fase de observação da
 pesquisa de campo (universo amostral) – Sergipe (2012)**

Nome	Nº de famílias	Ato de criação	Município	Território
Santana dos Frades	89	13/09/1982	Pacatuba	Baixo São Francisco
Barra da Onça	211	1/10/1986	Poço Redondo	Alto Sertão
Pedras Grandes	27	30/09/1988	Poço Redondo	Alto Sertão
Cruiri	35	16/08/1989	Pacatuba	Baixo São Francisco
Nova Esperança	40	02/04/1991	Gararu	Alto Sertão
Vitória da União	91	02/04/1991	Santa Luzia do Itanhy	Sul Sergipano
São Francisco	51	02/04/1991	Cristinápolis	Sul Sergipano
Nossa Senhora Santana	37	15/12/1992	Pacatuba	Baixo São Francisco
Moacir Wanderley	37	12/08/1993	Nossa Senhora do Socorro	Grande Aracaju
Flor do Mucuri	80	27/12/1996	Divina Pastora	Leste Sergipano
Mangabeira	49	10/03/1997	Umbaúba	Sul Sergipano
Modelo	30	18/04/1998	Canindé do São Francisco	Alto Sertão

Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA (2012).

Org.: Auceia Matos Dourado (mar. 2013).

A opção por visitar outros assentamentos fora da fase 07 utilizando-se da amostragem por acessibilidade justifica-se pela possibilidade de conhecer um número expressivo de assentamentos, de forma a apreender as diferenças (e/ou semelhanças) entre esses assentamentos, buscando aclarar as questões basilares deste estudo. Essa incursão inicial no campo foi importante, pois se estabeleceram os primeiros contatos com as lideranças e a população local, registrando as primeiras impressões sobre área e o objeto de estudo.

Essa etapa inicial também contribuiu para que os locais da pesquisa e os sujeitos da amostra fossem estabelecidos, uma vez que o contato direto com a realidade a ser estudada ajudou na definição dos pressupostos da pesquisa, diante das especificidades do objeto de estudo. Os questionamentos iniciais formulados ainda no início da pesquisa ao longo das observações foram se descortinando, pela percepção das diferenças que estes possuíam, não só em função da localização geográfica, mas em função da diversidade relacionada à questão agrária.

NO CAMPO E EM CAMPO: O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Com o objetivo de conhecer os referenciais que nortearam a construção da(s) identidade(s) nos assentamentos selecionados, bem como outras questões relativas às formas de organização do assentamento, procedeu-se à realização das entrevistas com os assentados. A ordem de visita a cada assentamento foi definida conforme o plano de trabalho, seguindo a logística de transporte da Universidade Federal de Sergipe.

Definida a ordem, o procedimento padrão era sempre o contato com alguma liderança do assentamento, que agendava as datas e viabilizava o encontro com os entrevistados. O contato com as lideranças dos assentamentos foi essencial, pois facilitou o acesso ao local de estudo e às informações específicas sobre cada assentamento. Esses entrevistados foram escolhidos segundo o arbítrio e interesse científico do pesquisador, levando em conta os objetivos e questionamentos da pesquisa.

Algumas entrevistas e conversas informais realizadas com as lideranças e moradores mais antigos foram consideradas como dados complementares, por ocasião da realização do trabalho de campo. Muitos dados, ainda que em caráter informal, contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a realidade de cada assentamento.

As visitas para realização das entrevistas foram sempre acompanhadas por um morador do assentamento, que deixava seus afazeres e gentilmente nos guiava até as casas dos assentados. Muitas vezes nesse percurso crianças e jovens nos acompanhavam com a cordialidade e predisposição para ajudar.

Embora a entrevista tivesse um roteiro já estabelecido, muitas vezes a sequência das perguntas foi alterada em função da dinâmica da fala do entrevistado, que respondia às perguntas ao seu modo e no tempo de sua memória. O entrevistado era livre para discorrer ou apresentar seus posicionamentos sobre o assunto abordado ou correlacionado.

Na visão de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 168), essa liberdade do entrevistado decorre da natureza interativa da entrevista, pois ela permite:

[...] tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários [...]. De um modo geral as entre-

vistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana.

As falas e o falar de si ou da história coletiva eram sempre acompanhados pela emoção, pelos sentimentos, pois se remetia à história de vida da família: o *antes*, que representava o processo de luta, as incertezas, as dificuldades da vida no acampamento e o processo de posse da terra; o *depois*, com a conquista da terra, a construção do território; o *dever*, o vir a ser, as possibilidades de continuar a descendência, de manter a terra, de viver no território.

Ainda em referência às entrevistas, destaca-se que para sua realização sempre se buscava construir um ambiente propício para que o entrevistado pudesse se sentir seguro ao responder às questões. A pesquisa iniciava-se com uma conversa informal sobre o assentamento, para depois guiar-se pelo roteiro. Destaca-se que, embora a entrevista fosse direcionada a pessoas específicas, às vezes a família e até mesmo vizinhos se envolviam com a atividade, principalmente nas perguntas sobre o processo de luta pela posse da terra (Figura 2).

Figura 1 - Realização de entrevista. Assentado, esposa e vizinhos.



Fonte: Assentamento Pedras Grandes, município de Poço Redondo (Alto Sertão Sergipano, SE), Sergipe (2012).
Foto: Angela Fagna Gomes de Souza – trabalho de campo, 2012.

As entrevistas também foram momentos de reflexão, rememoração, volta ao passado. Momento em que os assentados demonstraram seus desejos de mudança em relação ao assentamento, suas motivações para a luta diária e os ensinamentos que transmitem diariamente aos filhos. Risos, euforia, choro, expressões de tristeza e desapontamento foram sentimentos que acompanharam os entrevistados. Encontramos diversos comportamentos: alguns eram arredios, monossilábicos, principalmente no início da conversa; outros extremamente expansivos; outros envergonhados principalmente por conta da forma como se expressavam, “[...] *do português muito fraco, do estudo ter sido pouco*” (Assentada 5, 55 anos, PA Vitória da União).

Os trabalhos de campo foram realizados no período de março a dezembro de 2012. Os meses de março a julho foram dedicados às visitas aos assentamentos para observação e entre agosto e dezembro procedeu-se à realização das entrevistas. Foram realizadas três ou quatro visitas a cada assentamento, de acordo com as necessidades apontadas durante a realização da pesquisa. Entre os meses de agosto e setembro, foram visitados os PAs Vitória da União (Santa Luzia do Itanhy) e Mangabeira (Umbaúba) no Sul Sergipano. Nos meses de outubro e novembro o trabalho de campo foi realizado nos assentamentos do Baixo São Francisco em Santana dos Frades e Cruiri (Pacatuba). Em dezembro foi realizada a última etapa no PA Pedras Grandes (Poço Redondo) no Alto Sertão.

Como se estabeleceu uma amostra proposital, intencional ou deliberada (não probabilística) em função dos objetivos do trabalho, optou-se por entrevistados que participaram do processo de luta, lideranças, moradores mais antigos e representantes de organizações. Contudo, às vezes outras pessoas do assentamento eram também ouvidas, filhos de assentados, jovens, crianças, moradores mais novos do assentamento, de modo a coletar o maior número de informações sobre a vivência e o cotidiano do assentamento.

DESVELANDO A REALIDADE: OS DADOS DA PESQUISA

As pesquisas qualitativas geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 170), esse procedimento:

[...] se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, relações, desvendando-lhe o significado. Este é um processo complexo, não-linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados [...]. À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando [...] identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores [...].

Na visão de Souza (2013), cada pesquisador pode escolher livremente os seus instrumentos de pesquisa, devendo ser os mais variados possíveis: observação participante, entrevistas livres e/ou semiestruturadas, levantamento de dados primários, questionários, diário de campo, mapas mentais, croquis, fotografias, descrição. Contudo, a organização da pesquisa e o conseqüente tratamento dos dados, o olhar e as reflexões devem ser processados com base no espaço geográfico, pensado com foco nas categorias de análise que sustentam cada estudo.

No caso específico do trabalho em questão, o estudo contemplou a observação do objeto, a realização de entrevistas semiestruturadas e a utilização dos dados das entrevistas.

As informações colhidas nessa fase da pesquisa foram devidamente registradas (diário de campo) e organizadas em relatórios que serviram como subsídio para análise da pesquisa e para a caracterização dos assentamentos que compõem o estudo.

A realização das entrevistas compreendeu a etapa mais longa do trabalho de campo, sempre de acordo com o cronograma elaborado para as visitas. As entrevistas ocorreram nos assentamentos selecionados, totalizando 29, assim distribuídas: sete no assentamento Vitória da União; seis no assentamento Mangabeira; também seis no assentamento Santana dos Frades; cinco no assentamento Cruiri; e igualmente cinco no assentamento Pedras Grandes.

Após o término, as falas foram transcritas e organizadas conforme as categorias que identificam e adjetivam o objeto de estudo. A transcrição das falas foi realizada de forma literal, tal como foram gravadas, conservando na escrita aspectos como pronúncia, contração de vocábulos, subtração de letras, troca de vogais e consoantes e erros de pronúncia. Os sujeitos entrevistados tiveram suas identidades resguardadas e foram numerados e identificados.

Para cada grupo de entrevistado, utilizaram-se as palavras Assentado ou Assentada (indicação de gênero), seguido de um número que indica a ordem, isto é, a sequência em que as entrevistas foram realizadas, a idade, além da identificação do nome do projeto de assentamento. Ex.: Assentado 1, 65 anos, PA Pedras Grandes. Considera-se a identificação do assentamento necessária, pois os fragmentos das falas foram utilizados de forma conjunta, visando compor um quadro conceitual sobre a construção identitária nesses assentamentos. O Quadro 4 a seguir sintetiza a normas utilizadas para transcrição das falas.

Quadro 4 - Normas utilizadas para transcrição das entrevistas

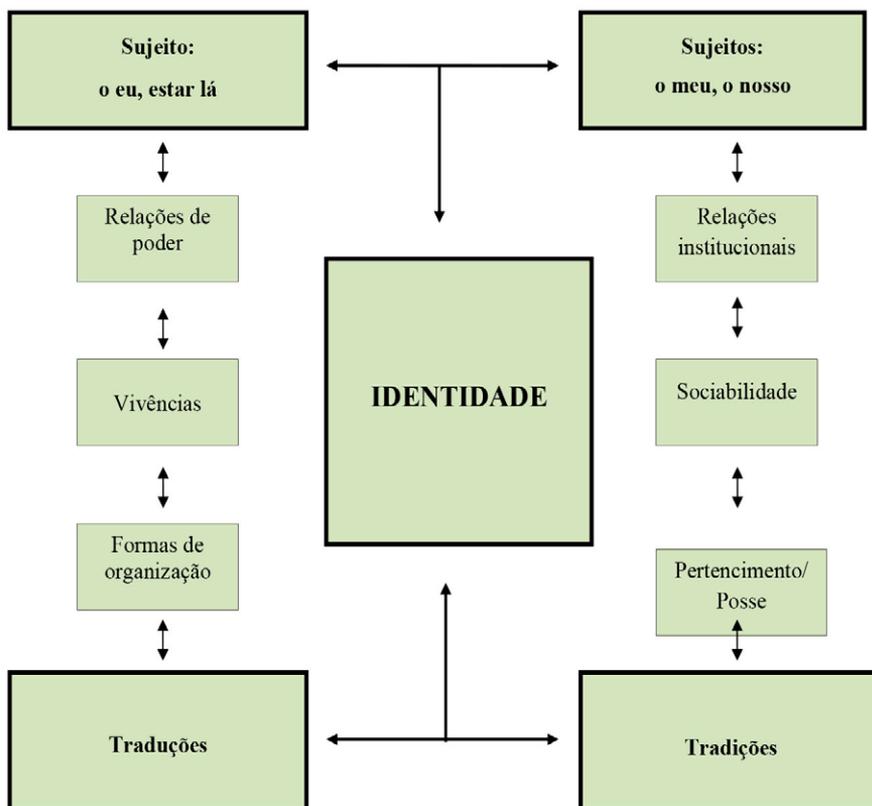
Ocorrências	Sinais	Exemplos
Pausas	...	Por que se tivesse... a gente podia fazer uma praça, assim não tem como fazer uma praça...
Supressão de falas	(...)	(...) a terra pertencia a Santa, a terra era dela.
Interrogação	?	Por que a associação deixou de funcionar?
Comentários do analista	(risos)	E agora que a prefeita perdeu a eleição é que não vai mandar mesmo (risos).
Complemento de fala	[]	(...) o ano passado eles [os técnicos do MST] vieram, mas esse ano não teve ninguém aqui ainda... mas no começo era direto...
Contração de expressão ³	/	Né (NÃO É). Era um momento (...) de batalha e de luta e de uma esperança de um dia melhor n/é?...

Fonte: Adaptado de Fernandes (2007).
Org.: Auceia Matos Dourado (jan. 2013).

Na análise das falas estabeleceu-se uma linha de entendimento sobre os referenciais presentes na construção da(s) identidade(s) em cada assentamento, atentando para as convergências, mas também evidenciando aspectos específicos de cada realidade. A Figura 2 sintetiza os principais aspectos que foram considerados na análise.

³ “Essa medida utilizada visa mostrar a expressão como contração e não como erro” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 119).

Figura 2 - Fluxograma dos aspectos considerados na análise das falas dos entrevistados.



Fonte: Auceia Matos Dourado. Elaborado com base no roteiro de entrevistas (jan. 2013).

As falas foram utilizadas para delinear nosso entendimento sobre as categorias de análise que sustentam nosso estudo, com atenção para o território, os assentamentos rurais como territórios construídos, a identidade territorial e as territorialidades e o sentido de ser assentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais no trabalho em questão foram assumidos como territórios construídos, nas dimensões da luta pela terra, onde identidades são construídas e territorialidades são estabelecidas em função do vivido territorial. Um território que “[...] não tem o seu significado apenas na materialidade visível e no que é mensurável, e sim no conjunto de relações que pode manter com outros elementos da vida social” (ALMEIDA, 2009, p. 186).

Considerando essas assertivas, a opção pela pesquisa qualitativa no estudo sobre a identidade nos assentamentos se revelou como essencial, em função das características desse tipo de pesquisa que abarca a descrição, a preocupação do pesquisador com o processo e não simplesmente com os resultados e produtos, a análise indutiva dos dados e a busca pelos significados e representações.

Como resultados, os elementos descritos e as análises das falas revelaram que os assentamentos rurais de Sergipe podem ser diferenciados, não apenas pela sua organização interna e externa, mas por seu processo de luta pela terra, por suas características gerais, de acordo com o território onde estão inseridos, sistemas produtivos, bem como as redes estabelecidas. Em comum, contudo, está a concepção desse espaço plural como territórios construídos numa dialética que envolve material e imaterial, funcional e simbólico (SAQUET, 2010).

As territorialidades, responsáveis pela consolidação da identidade territorial, se configuraram como um elemento essencial nesses territórios e envolveram num primeiro plano as lutas pelo acesso ao território e depois, num segundo momento, a permanência nele. De natureza funcional e simbólica, tais territorialidades se ancoram nessa dialética: uma dimensão física, material – a posse, o uso, a produção de redes, o consumo e as relações institucionais; e uma dimensão simbólica – a construção de um espaço de vida, de enraizamento de uma cultura, de transmissão dos valores de luta. O assentamento, “[...] mais do que um lugar de produção, é um centro de convivência, onde se realizam sonhos, se criam filhos e inclusive enterram os mortos” (MORISSAWA, 2001, p. 227). Um território que é concreto e abstrato. Concreto como área, fronteira, e abstrato como abrigo e possibilidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: viver entre-territórios e entre-culturas. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 175-195.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BONNEMAISON, Joel. **La Géographie culturelle**. Paris: Éditions du CTHS, 2000.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 83-131.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CLAVAL, Paul. O território na transição da Pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, RJ, ano I, n. 2, 1999.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PósGeo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 93-122.

CRUZ, Valter do Carmo. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF, Niterói, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no Governo Lula**: a esperança. 2003. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **(Re)tratos discursivos do sem-terra**. Uberlândia: Ed. UFU, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói, RJ: Ed. UFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 169-189.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In:_____. RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. 2. ed. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2004a. p. 7-25.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004b. Disponível em:<http://default/files/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009a, p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009b.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiteritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guaraciara Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 271-290.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Superintendência de Sergipe, SR 23). **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação**. Sergipe, 2012.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Superintendência de Sergipe, SR 23). **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação**. Sergipe, 2014.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

LOPES, Dulcelaine Lucia; LIMA, Helton Souto; COSTA, Sidney Alves; RIBEIRO, Vandelei. O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002. p. 131-134.

LOPES, Eliano Sérgio. Um balanço da luta pela terra em Sergipe: 1985-2005. **Scientia Ple-na**, v. 3, n. 1, 2007.

LOPES, Eliano Sérgio. Um balanço da luta pela terra em Sergipe: 1985-2005. In: CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. **Do plural ao singular**: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe. Aracaju/SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008a. p. 11-29.

LOPES, Eliano Sérgio. Um balanço da luta pela terra em Sergipe: 1985-2005. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, v. 35, jan./dez. 2008b.

LOPES, Eliano Sérgio. Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonildo Servolo de (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009a. p. 161 a 187.

LOPES, Eliano Sérgio. **O gosto amargo da fruta**: crise na citricultura sergipana e (des) organização dos produtores. Relatório. 2009b. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/eliano4.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

KAGEYAMA, Ângela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, n. 3, v. 23, set./dez. 1993.

- MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Sousa. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, São Paulo: USP, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.
- MEDEIROS, Leonildo Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217-227.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e história do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista Nera**, ano 10, n. 10, jan./jun. 2007.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A política de reforma agrária no Brasil. In: _____. **Direitos Humanos no Brasil**. Relatório. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009.
- OLIVEIRA, Neilza Barreto de. **Lutando pela terra: abrindo mão de um poder alternativo**. 1996. 455 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, NPGeo/UFS, São Cristóvão, SE, 1996.
- OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. Reflexões sobre o processo de mediação e a transformação de identidades em assentamentos rurais. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XI, p. 161-169, ago. 2011.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. Brasiliense: São Paulo, 1979.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária brasileira**. Recife; PE: CDPE, 1962.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 (v. 1-2).

SANTOS, Milton. **“Relações espaço-temporais”, no mundo subdesenvolvido**. São Paulo: AGB 1, 1976.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. USP, 2002.

SANTOS, Núbia Dias dos. A dialética da reforma agrária de mercado em Sergipe: da luta de classes ao velho/novo jogo ideológico do estado. In: CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. p. 71-99.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; GAGLIOTTO, Ana Rúbia. Abordagens das dimensões do território. In: ALMEIDA, Maria Geralda; CRUZ, Beatriz Nates (Org.). **Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia: Ed. UFG, 2009. p. 42-54.

SILVA, Rosemiro Magno da; LOPES, Eliano Sérgio. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju: EDUFS; Secretaria de Estado e Ação Fundiária, 1996.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional (1500-1960)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

SOBRAL, Maria Neide. **História oral da vida camponesa: assentamentos de reforma agrária em Sergipe (Da prática social à prática da alfabetização)**. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

SOUSA, Júnia Marise Matos de; CUNHA, Bruno Gomes. Do acampamento ao assentamento: um olhar sobre reforma agrária e a qualidade de vida no agreste sergipano. In: CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. p. 101-145.

SOUSA, Júnia Marise Matos de. **Do acampamento ao assentamento**: uma análise da reforma agrária e a qualidade de vida em Sergipe. 2009. 393 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, NPGEO/UFES, São Cristóvão, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Ser, estar, pertencer**: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e as ilhas do Rio São Francisco. 2013. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, Egberto R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Povoando o território da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil contemporâneo. **Revista Pegada**, v. 11, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/01thomaz1102.pdf>>. Acesso em: 1º mar. 2013.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Territórios de identidade nos territórios de planejamento. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 99-109, out. 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs.php/anpege08/article/viewFile/150/RAET5>>. Acesso em: 1º mar. 2014.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 33).

ZAMBERLAM, Jurandir. Reflexões sobre algumas estratégias para viabilização econômica dos assentamentos. In: MEDEIROS, Leonildo Servolo de et al. **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. p. 271-285.

CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA O ENCONTRO COM OS MARACATUS DO POVOADO BREJÃO – BREJO GRANDE/SE

Edivaldo Alves de Oliveira

INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a apresentar os caminhos da pesquisa realizada sobre os territórios dos Maracatus que se manifestam no povoado Brejão, pertencente ao município de Brejo Grande e situado próximo à foz do Rio São Francisco, em Sergipe. As motivações que conduziram a sua realização carecem, todavia, serem expostas. Trazemos parte da dissertação de mestrado¹, pois aqui destacamos a análise decorrente do material colhido em oficina ministrada na única escola estadual do local, que atende a população do ensino fundamental e médio.

O diálogo e os constantes questionamentos conduziram os caminhos e os recortes nos procedimentos e instrumentos adotados na pesquisa e assim, a primeira pessoa nesse texto ora traduz posicionamentos do orientando, ora reflexões e decisões conjuntas. Entendemos que o delineamento de uma abordagem qualitativa deva ser realizado sem perder de vista o planejamento inicial, mas procedido de forma flexível, isto é, aberto à revisão e reavaliação constante dos procedimentos metodológicos de forma a dar visibilidade à construção e à con-

¹ O presente texto é parte da dissertação de mestrado intitulada Os Territórios dos Maracatus do Povoado Brejão – Brejo Grande/SE, defendida em 2017, sob a orientação da Profa. Maria Augusta Mundim Vargas, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

fiabilidade da pesquisa, o que favorece o pesquisador, o orientador e, certamente, a comunidade científica. (VARGAS, 2015).

Após a primeira visita ao povoado ficou claro que antes de iniciar a abordagem etnogeográfica sobre o Maracatu, fazia-se necessário maior entendimento sobre as origens do folguedo no Brasil para entender sua manifestação em Sergipe. Ao passo em que se adentrava e se atualizava com a geografia pelas disciplinas oferecidas pelo Programa, procedeu-se um mergulho em textos históricos sobre a diáspora africana e o cotidiano laboral, religioso e festivo dos africanos de forma a compreender a interface entre o candomblé e a religião católica, mas, sobretudo, na atualidade, os vínculos entre as festividades católicas e a manifestação dos grupos de Maracatus.

As entrevistas realizadas na primeira aproximação de campo, ainda sem roteiro definido, foram importantes para identificar o projeto pedagógico da Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado e a existência de um segundo grupo de Maracatu. Identificou-se, com surpresa, o surgimento recente de um grupo. Ele surge nos primórdios do século XXI capitaneado por parte da população afrodescendente residente no povoado, como um movimento reivindicatório perante o Estado brasileiro para o reconhecimento do povoado Brejão e de outros seis povoados da região como território quilombola, bem como a mudança de seu nome para Brejão dos Negros.

Foi possível apreender ainda, a ocorrência de conflitos entre os habitantes pró e contra o reconhecimento do povoado e arredores como quilombo e, nesse ínterim, ocorreu a ocupação de terras próximas por adeptos à sua institucionalização. Por iniciativa desse grupo, o Maracatu Raízes do Quilombo foi criado em 2006, não só como manifestação identitária dos afrodescendentes, mas também como um dos veículos que dá maior visibilidade à luta pela terra.

Isso nos fez decidir pela condução da pesquisa por trilhas distintas em que pese o universo amostral, os recortes temporais e, também os instrumentais. A leitura de documentos acadêmicos sobre a história dos Maracatus no Brasil foi fundamental para a tomada de decisão de que seria importante presenciar a manifestação dos Maracatus pernambucanos para melhor compreender suas manifestações em Sergipe. Assim, decidiu-se pela realização de uma vivência no barracão do Maracatu Nação Porto Rico, ocorrida no mês de janeiro, no período carnavalesco do ano de 2016, durante as comemorações do seu centenário.

A vivência foi fundamental para apreender a importância das 'brincadeiras' na vida laboral e social dos negros traficados e no significativo sincretismo construído pelos descendentes colonizados, ou seja, para aqueles desterritorializados da pátria África e para os afrodescendentes brasileiros. As danças de senzalas e pátios, bem como rituais religiosos, alcançam os arredores das igrejas católicas e traduzem, dentre muitos folguedos, o Maracatu como uma brincadeira de caráter polissêmico tanto para os estudiosos quanto para seus praticantes.

No entanto, para o babalorixá Mestre Chacon que conduz o Maracatu Nação Porto Rico, o Maracatu "é uma brincadeira séria", pois ele (o Maracatu) é o candomblé nas ruas. Daí o preparo permissional anterior à saída dos brincantes, sobretudo, das calungas, bem como o significado dos instrumentos e do estandarte². Para nós, a observação participante, tal como colocado por Schwartz e Schwartz (1955, p. 89) foi um processo pelo qual o observador manteve-se "numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica".

O Maracatu enquanto folguedo popular é descrito por Cascudo (1965); Real (1967); Pereira da Costa (1974); Guerra-Peixe (1980); Benjamim (2011) como uma verdadeira reminiscência esparsa da vida e dos costumes gerais africanos, por apresentar, provavelmente, até os dias atuais a corte dos reis africanos e elementos totêmicos em seus estandartes em forma de animais. No caso do Maracatu Nação Porto Rico, observou-se uma exceção, pois o símbolo totêmico estampado em seu estandarte é a caravela Santa Maria, uma das embarcações da frota de Cristóvão Colombo que atravessou o oceano Atlântico até alcançar as Antilhas em 1492.

Tinhorão (1972) relata as brincadeiras (dentre elas o Maracatu) e os cantos na vida laboral dos povos africanos e seus descendentes; Lima (2012), Resende

2 OLIVEIRA (2017) diz-nos que o bombo ou tambor ou ainda, alfaia é o instrumento mais importante na percussão dos Maracatus, indispensável para a existência e movimentação dos cortejos. Do ponto de vista material e simbólico, o tambor é o instrumento responsável pela marcação do ritmo e dos passos dos brincantes, possibilitando assim, a evolução do cortejo. No MNPR, o Mestre Jailson Chacon comanda o grupo de percussão observando-se o significativo aumento do quantitativo de percussionistas com a introdução de mulheres instrumentistas de abes ou Agabês, além de atabaques. Observa-se, todavia, quer seja no quantitativo ou na formação dos batuqueiros do grupo, o Mestre Chacon preserva as origens por sua ligação religiosa com o candomblé. As calungas merecem destaque tanto quanto os tambores, pois correspondem aos elementos identitários do plano sagrado que oferecem obrigações para os santos pedindo proteção para o momento do desfile nas ruas. As calungas são portadas pelas Damas do Passo que para merecê-las, exige-se que seja do gênero feminino, que pratique a religião nagô, seja filha de santo e que experiente ritual de recolhimento uma semana antes do carnaval e um dia antes do desfile. (p. 67-70).

(2009) e Soares (2004) esclarecem sobre a distinção entre os Maracatus de ‘baque virado’ em que predominam instrumentos de percussão, daqueles Maracatus ‘de baque solto’ em que os instrumentos de sopro oferecem-lhes o diferencial.

No povoado Brejão, privilegiou-se a realização de entrevistas aleatórias à população focadas na percepção sobre os grupos de Maracatus e, de entrevistas com roteiro preestabelecido, feitas com os dirigentes e os brincantes dos dois grupos, de forma a compreender a histórica, a composição, a estrutura bem como os sentidos que atribuem ao Maracatu.

Para Pessoa (2013), nas pesquisas qualitativas sobre o patrimônio cultural a realização de entrevistas, longas e semiestruturadas, é fundamental para obtenção de depoimentos e informações de pessoas diretamente ligadas aos processos de gestão ou apropriação desses bens culturais que vai dos brincantes aos acompanhantes do folgado. Para Haguette (1987, p. 878), as entrevistas “procuram atribuir significados e relevâncias a objetos cujas ações sociais convergem para as racionalidades do senso comum”. Com esse entendimento, o roteiro curto, aplicado aleatoriamente nas ruas do povoado, constou de três partes: 1 – conhecimento de manifestações culturais no povoado; conhecimento do Maracatu; 2 – Se conhece o Maracatu, se conhece algum brincante; 3 – O que significa para você e para o povoado. E, o roteiro longo, aplicado aos brincantes e dirigentes dos dois Maracatus ocorrentes foi estruturado em dez itens que em última instância abordaram: 1 – História e significado do Maracatu – a história de vida do entrevistado entrelaçada com a história do Maracatu; 2 – Composição (participantes) e estrutura (instrumentos, músicas, prática, organização e figurantes do cortejo); 3 – Os valores, as vivências (o que atribuem importância) e as ressignificações ocorridas desde sua criação.

Para melhor apreensão das manifestações culturais ocorrentes no povoado e do significado dos Maracatus, decidimos pela realização de uma oficina na única escola estadual existente no povoado, para a apreensão do “conhecimento” da população jovem com relação às expressões culturais do povoado e, mais especificamente, sobre o “reconhecimento” aos grupos de Maracatu, tendo como referência os instrumentais sugeridos por Vargas (2017).

De acordo com Merleau-Ponty (2004, p. 5), faz-se necessário acionar a percepção para que se compreenda a ação das pessoas no espaço, pois “a relação da percepção com a ciência é a mesma da aparência com a realidade”. Assim, foi

possível observar alguns aspectos objetivos e subjetivos que além de comporem o cenário territorial, mostraram-se componentes da realidade que, embora em constante mutação, está sempre a obedecer ao próprio ritmo da dinâmica comunitária que envolve as relações materiais e simbólicas dentro do seu próprio espaço cultural (HAGUETTE, 1987).

A Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado atende a população do Ensino Fundamental ao Médio do local bem como de povoados próximos, atuando com um projeto político pedagógico que propõe a valorização da cultura afrodescendente e, como tal, é considerada uma instituição de ensino quilombola pela atual gestão. Por esse motivo, decidiu-se realizar oficina³ sobre o conhecimento e o reconhecimento das expressões culturais do povoado, com o objetivo de avaliar a importância do Maracatu como expressão popular que identifica o lugar.

O material produzido pelos 116 alunos foi intencionalmente colhido com 72 estudantes das 6^a, 7^a e 9^a séries do Ensino Fundamental e 44 estudantes das 1^a e 2^a séries do Ensino Médio. NO que concerne ao perfil dos estudantes, eles tinham, na sua maioria de 10 a 17 anos, sendo que três tinham 18, um 20 e um 29 anos; as mães predominantemente donas de casa, sendo que sete são pescadoras, seis são funcionárias públicas, quatro são professoras, uma é artesã e, o número significativo de quinze não informou. Com relação à ocupação dos pais eles são agricultores e pescadores (68), atuam em serviços urbanos como, por exemplo, pedreiros, eletricitas, carroceiros e motoristas (25), poucos são aposentados (03) tendo sido identificado apenas um com formação universitária (bacharel em direito).

A oficina constou de duas etapas. A primeira constituiu na identificação das expressões culturais ocorrentes no povoado e no registro daquelas que ele (o estudante) e sua família praticam. Para tal foi-lhes distribuída uma matriz com a lista de expressões culturais tradicionais e contemporâneas/ressignificadas ocorrentes em Sergipe, identificadas por Vargas (2009). Dessa matriz pode-se identificar e avaliar a diversidade de manifestações comparativamente com o universo do Estado, mas, também, com relação ao que o estudante e sua família pratica/produzem comparativamente ao que se pratica/produz no povoado.

3 A oficina foi realizada no início do mês de junho coincidindo com uma semana de avaliação pedagógica. No dia em que foi realizada a 8^a série estava liberada de frequência, justificando a não realização da oficina com os alunos dessa série.

A segunda etapa constou da elaboração de desenhos. Foi – lhes distribuído filha A3 e lápis de cores variadas, sendo solicitado que desenhassem o que mais representava o povoado. Na exposição oral eles foram motivados para que expressassem em desenho o que, para eles, representava ‘a cara do povoado’ e, em caso de mudança para outro local, o que guardariam como lembrança, como o mais importante, ou seja, a imagem do lugar. Os desenhos complementaram os resultados da primeira etapa ao demonstrarem as manifestações culturais no contexto dos elementos da paisagem natural e construída que compõem o povoado Brejão, comprovando a diversidade e as expressões que lhes dão sustentação identitária.

A orientação dos roteiros das entrevistas e da oficina foi estabelecida em estreita associação com o encadeamento e a equivalência dos elementos de significação construídos pela comunidade e pelos sujeitos dos Maracatus e, analisados em sintonia com a proposta de Bardin (1977). Assim, foi possível identificar e comparar as semelhanças e diferenças dos Maracatus entre eles e, destes com os Maracatus da cidade do Recife/PE. Nesse contexto, apreenderam-se suas especificidades; os signos e significações contribuintes e constitutivas das identidades e do sentimento de pertencimento da comunidade para com os Maracatus.

POVOADO BREJÃO: REFERÊNCIAS DO LUGAR

A história dos Maracatus como manifestação popular de negros se confunde com a história do povoado Brejão que, embora formado no século XIX, se insere numa região que desde o século XVIII registra a formação de quilombos. Levantou-se na formação socioespacial de Brejo Grande e do povoado Brejão que, em 1854, viviam em Brejo Grande 30% dos escravos do território da Freguesia de Vila Nova do São Francisco que à época, abrangia terras de seis dos atuais municípios⁴ (PALMEIRAS, 2009 e MOTT, 1986). Embora esse quantitativo seja relevante, as condições ambientais dos terrenos salobros e alagadiços permitiam que se associassem a base econômica à pesca e à pecuária, tanto que Mott (1986, p. 75) descreve o Baixo São Francisco Sergipano como zona de “economia de subsistência e secundariamente ao pastoreio e à cultura de cana-de-açúcar” e, continua: “o São Francisco nunca despertou grandes

4 Vila Nova do São Francisco, atual município de Neópolis, desmembrou-se do município de Propriá no início do século XIX, abrangendo à época os atuais municípios de Japoatã, Japaratuba, Pacatuba, Ilha das Flores, Santana do São Francisco e Brejo Grande (SERGIPE, 1979).

interesses econômicos, nem investimentos governamentais no sentido de abertura de melhores vias de comunicação". Essas ideias são corroboradas por Vargas (1999) ao situar a posição marginal do Baixo São Francisco no contexto da economia regional e nacional exportadora, situando a pequena e insignificante vocação para o cultivo de cana-de-açúcar, seja em área, seja no espaço temporal.

Isso posto, a formação do povoado Brejão deve ser ressaltada pela singularidade de ter sido originado por escravos fugitivos dos engenhos das redondezas, mesmo que tal informação permaneça como registro da história oral, e não seja um consenso entre os residentes, pois há defesa por parte de alguns moradores de que o povoado tenha surgido de forma espontânea por pessoas atraídas pelas terras férteis da planície fluvial que corresponde ao sítio do local.

Há consenso, todavia, sobre a época em que se iniciou a povoação, no início do século XIX, com a chegada de alagoanos, pernambucanos e cearenses que se estabeleceram adentrando o Rio São Francisco e, com o apoio do Barão de Melo, se instalaram nas margens direita, iniciando a povoação do Brejo Grande e, possivelmente, do povoado Brejão (IBGE, 2016).

A Figura 1 mostra a situação do município de Brejo Grande, conformando o último trecho de terras do estado de Sergipe antes do Rio São Francisco desembocar no mar e, o povoado Brejão, em meio a um emaranhado de canais e rias comuns aos estuários deltaicos. Brejão traz no nome, uma corruptela de Brejo Grande as características do lugar; terrenos alagadiços com grandes extensões de terras sujeitas aos ciclos das marés, diariamente e, até 1944⁵ (quando o rio é barrado pela represa de Xingó), anualmente, com as cheias do rio, pelo derrame das águas de montante.

Segundo o IBGE (2016), o município possui 8.271 habitantes e destes, aproximadamente, 3.000 habitam o povoado Brejão, ou seja, cerca de 36% da população de Brejo Grande encontra-se neste povoado, bastante populoso para os padrões do estado de Sergipe. No entanto, a economia mantém os padrões dos séculos XIX e XX, com pequenos tratos de terras com cultivos de feijão, mandioca

5 Em 1994, com a construção e operação da barragem de Xingó, situada a 160 Km à montante de Brejo Grande, as águas do rio foram controladas nesse seu último seguimento. As enchentes enriqueciam os solos das várzeas ribeirinhas e garantiam o plantio do arroz, mas, causavam transtornos nas áreas mais baixas e próximas à sua foz, caso de Brejo Grande em toda sua extensão. A esse respeito ver Cunha, Vilar e Pinheiro (2016, p. 440).

-se ainda, a confecção de esteiras que são comercializadas nas feiras da sede e do vizinho município de Ilhas das Flores.

Ao adentrar no povoado, uma larga via surge para conduzir o viajante à igreja católica que reverencia como padroeira, Nossa Senhora do Patrocínio, comemorada no mês de novembro. Nas ruas, a população, diversa em suas fisionomias, denota os traços das matrizes indígenas, branca e africana. Alguns com estatura alta, outros baixa, com feições arredondadas e olhos ‘puxados’, cabelos lisos e crespos; cores brancas, pardas e negras.

Os lotes de pequenas áreas predominam nos arredores da igreja e se avolumam à medida que se dirige para a periferia em sítios ou lotes com quintais onde se encontram, desde criatórios de galináceos e porcos, até fruteiras como mangueiras, principalmente, mas também, mangabeiras, goiabeiras, mamoeiros e tamarindeiros, dentre outros.

Um posto de saúde, mercados de secos e molhados, uma loja de eletrodomésticos e a presença de diversas pequenas residências transformadas em Igrejas pentecostais encerram os prédios funcionais de destaque no povoado. Sua economia é dinamizada pela renda advinda da agricultura, seja por aqueles que trabalham nas descritas atividades de subsistência, incluindo-se também, a pesca artesanal nos canais e manguezais para a cata do caranguejo, a ostreicultura voltada para a comercialização nas feiras das cidades próximas e, o artesanato de palha, do mais simples como a confecção de esteiras ao mais sofisticado com a confecção de chapéus e objetos de decoração.

As festas, por outro lado, são referentes de dinamizadoras das economias de pequenas comunidades e no povoado Brejão, a referência mais remota aponta para a Festa do Mastro que se realizava durante os festejos da primeira padroeira do lugar, a Santa Cruz. O ritual de retirada de mastro se mantém mesmo sendo, atualmente, Nossa Senhora do Patrocínio a padroeira.

Segundo Murray (2008, p. 98), “o encontro das culturas indígenas, europeias e africanas promoveu no Brasil um diversificado repertório de festas, grande parte baseadas no calendário religioso que algumas vezes, coincide com o calendário civil”. No caso do povoado Brejão, seus habitantes construíram riquezas materiais e simbólicas expressadas na forma das manifestações populares, como “uma criação livre e arbitrária do imaginário” (BRANDÃO, 2008, p. 31). As festas e festejos populares juninos e natalinos de Sergipe e também do povoado Brejão “surgiram

em decorrência dos festejos religiosos e se expõem como herança, de geração a geração” (VARGAS, 2014, p. 252). Exemplos dessas expressões são os festejos alusivos à padroeira durante o mês de novembro, aos santos Antônio, João e Pedro, no mês de junho e, o Maracatu que aí se dança durante todo o ano em todas as festas e comemorações cívicas e religiosas. Nesses momentos, o trabalho é suspenso quebrando a rotina de trabalho árduo, na escola instituem-se ensaios e apresentações, também quebrando a rotina, movimentando os alunos, professores e familiares.

EXPRESSÕES CULTURAIS DE SUSTENTAÇÃO IDENTITÁRIA

Tal como as identidades, as manifestações e expressões culturais estão em constante processo de elaboração, reelaboração, criação, recriação, com significação e ressignificação material, imaterial, funcional e simbólica. Com esse entendimento optou-se pela apreensão dos Maracatus no contexto das expressões culturais ocorrentes no povoado, justificando a primeira parte da oficina em que os estudantes mostraram o que conhecem e, na segunda o que reconhecem como expressão e imagem do lugar.

É significativo o nível de conhecimento e participação dos estudantes na manutenção e ressignificação das expressões culturais do povoado, pois as tradições e as novas manifestações demonstram diversidade e o quanto são festeiros.

Dentre as tradições aquelas associadas a religião católica destacam-se, sobretudo, pelo fato das duas mais importantes festas mobilizadoras do povoado serem de seus santos protetores: Nossa Senhora da Boa Hora, realizada no mês de agosto; Nossa Senhora do Patrocínio, a padroeira, e a Santa Cruz, no mês de novembro. Ainda no contexto da religião católica, a comunidade mantém como tradições rituais religiosos e populares, tais como as procissões dos penitentes, a encenação da paixão de Cristo, a queima de Judas, mas, sobretudo, nos ciclos juninos e natalinos, quando os forrós ocorrem juntamente com queima de fogueiras, arraiais, quermesses, apresentações de pastoris, reisados, São Gonçalo e Maracatus.

Afora essas manifestações observou-se a importância das vaquejadas e das cavalgadas que ocorrem sem data fixa, muitas vezes durante o ano. Acredita-se

que a Cavalgada e a Vaquejada sejam reminiscências de práticas ligadas ao período do povoamento uma vez que alguns povoados, a exemplo do Brejão, surgem como “postos de parada para descanso dos animais que, posteriormente tornaram-se pontos de comércio e criação” (VARGAS, 1999, p. 28), servindo de apoio ao cultivo da cana-de-açúcar no Baixo São Francisco, onde a presença de engenhos provocou a interiorização da criação de gado e de cultivos atingindo até o Alto Sertão. O fato é que a Cavalgada e a Vaquejada (Figura 1 - Cavalgada, Vaquejada e Cavalos nos desenhos), atualmente mais um esporte e, portanto, uma prática ressignificada, ainda encerram manifestações associadas à força e destreza do homem sergipano. Observadas sob o ponto de vista da dimensão econômica, essas manifestações são associadas aos dias em que o comércio se aquece pela circulação de gêneros alimentícios e serviços, contribuindo para a economia do lugar.

Figura 1 - Cavalgada, Vaquejada e Cavalos

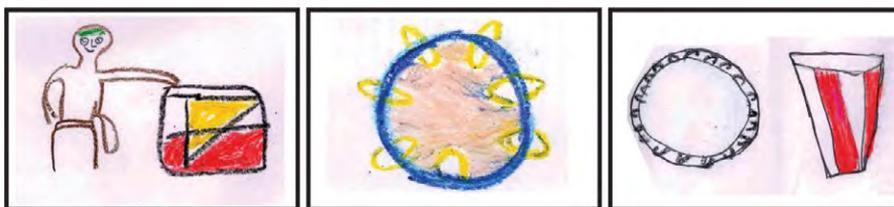


Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016

Organização: Oliveira, E. A. 2017

A capoeira é praticada por 18% dos estudantes e reconhecida como prática do povoado por 39% (Figura 2 - Tambor e roda de capoeira nos desenhos). Ela é aprendida como manifestação tradicional com significativa aceitação e interesse dos jovens pelo fato de encerrar um jogo, mas também luta, dança, música, arte, religião, enfim, “uma filosofia de vida ancorada em valores culturais provenientes das matrizes africanas” (OLIVEIRA, 2009, p. 43).

Figura 2 - Tambor e Roda de Capoeira



Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016

Organização: Oliveira, E. A. 2017

Dentre os cortejos populares derivados das representações do ciclo natalino ocorrem no povoado o Pastoril e o Reisado (Figura 3 – Diana e Pastorinha nos desenhos). O Pastoril evoca em cânticos o nascimento de Cristo e tem a Diana como personagem central, a Mestra, cuja veste, metade azul, metade vermelha, comanda suas pastorinhas.

Figura 3 – A Diana e Pastorinha

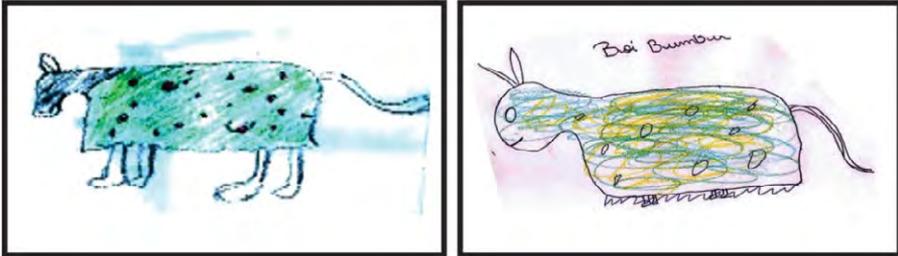


Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016

Organização: Oliveira, E. A. 2017

O Reisado constitui uma representação de Santos Reis, encenado em jornadas com cânticos sacros e profanos. A presença do boi (Figura 4 – Boi do Reisado nos desenhos), é relevante pois com a dramatização de sua morte ocorre a partilha em que as melhores partes são oferecidas para pessoas de destaque da comunidade, enquanto as partes menos desejadas são ofertadas, de forma jocosa, para outras pessoas. O comando é partilhado entre D. Deusa e Mateus (o palhaço) que conduzem os cordões e o andamento das jornadas.

Figura 4 – Boi do Reisado



Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016

Organização: Oliveira, E. A. 2017

Há que assinalar a realização da oficina no mês de maio, em data próxima ao início dos festejos juninos e, por essa razão, verificou-se um número expressivo de desenhos (18,10%) alusivos às manifestações do ciclo. No entanto, observou-se que nas últimas décadas tem ocorrido, no ciclo junino, o deslocamento dos tradicionais arraiais nas portas das casas para a praça da igreja, onde ocorrem shows e arraiais estilizados.

Em conformidade com os estudos de Pessoa (2008) e Castro (2012) apreendemos e identificamos três dimensões simbólicas das fogueiras. A primeira associa o fogo ao elemento natural do sol, propiciando uma ambiência sagrada de fertilidade, saúde e, também mágico. Dessa dimensão, derivam práticas de transportar tijão e cinzas da fogueira para pastos e currais e a esfregar cinzas no corpo para prevenir doenças. A segunda dimensão é de cunho religioso e provém do fato de Izabel, mãe de João Batista, comunicar seu nascimento à Maria, acendendo uma grande fogueira. Dela deriva a prática de acender fogueira para o Santo, mas também defronte às casas onde residem Antônio (no dia 13 de junho), João (no dia 24) e Pedro (no dia 29). A terceira dimensão é um misto das anteriores e envolvem costumes familiares com a prática de 'batizados de fogueiras' com formação de compadrios e de 'casamentos de fogueiras', estes, com encenações jocosas do enlace.

O povoado foi mostrado pelos desenhos que traduziram as tradições e as inovações, com destaque para repetição, dos seguintes elementos: pessoas dançando, fogueiras (Figura 5 – As fogueiras nos desenhos), bandeirolas, balões e arraiais. Esses elementos marcam efetivamente a paisagem do povoado no período e, com isso, as manifestações juninas formam territórios simbólicos festivos com destaque para as fogueiras.

Figura 5 – As fogueiras



Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016
Organização: Oliveira, E. A. 2017

O Maracatu, no entanto, aparece como a manifestação mais conhecida e desenhada pelos estudantes (48,27%) e por todos os entrevistados, (Figura 6 – Conhecimento e Reconhecimento do Maracatu), configurando-se como a manifestação mais importante do povoado com destaque para a Princesa do Maracatu e D. Lila do Maracatu Patrocínio do Brejão.

Figura 6 - Porta Estandarte e Mestre do Maracatu Patrocínio do Brejão: conhecimento e reconhecimento



Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016
Organização: Oliveira, E. A. 2017

Dentre os estudantes, identificou-se muitos com o sobrenome 'Dias Ferreira' e 'Silva Santos', correspondentes a sobrinhos, netos e sobrinhos-netos dos criadores e comandantes do Maracatus Patrocínio do Brejão e Raízes do Quilombo.

Esses e os demais desenhos são representações que, para Kozel (2008, p. 35), “impregnadas de valores provenientes da própria cultura [...] forma de linguagem das diferentes civilizações unindo aspectos objetivos aos subjetivos, práticas e valores”.

OS MARACATUS DO BREJÃO: RAÍZES E REPRESENTAÇÕES

De acordo com D. Maria Dias Ferreira, ou Dona Lila, responsável pela organização e Mestre do Maracatu Patrocínio do Brejão – MPB, ele se inicia com o finado tio Plácido e o senhor Adolfo, que marcaram sua infância com a brincadeira que ocorria à sombra de árvores nos quintais e que “se transformava em uma grande festa”. Povoam suas memórias outros brincantes como Celino, Santinho, Honório e muitas outras crianças que como ela, desfrutavam e aprendiam os passos, as letras e as toadas das músicas. Considerando que D. Lila tem, atualmente, mais de 80 anos, supõe-se que seus relatos remontam aos anos 1930/40. Ela nos diz,

Aí no quintal tinha coqueiros, eu e minhas primas que eram vizinhas e é tudo lá da igreja, prima, amiga, o pessoal parente mesmo... e aí, vamos brincar?... e nisso aí a gente brincava e brincava essas músicas todas né?, um pedacinho de um, um pedacinho de outro e foi assim que a gente começou a brincar... depois já cerca de 50 anos atrás, com a morte do tio Plácido, eu criei o meu Maracatu colocando o nome de Maracatu Patrocínio do Brejão.

Pelas práticas expostas, observa-se que a formação original remonta ao cortejo constituído pelo Mestre Plácido que brincava sem grandes deslocamentos no povoado e arredores. O MPB, formado pela responsável e Mestre D. Lila, herda a brincadeira dissociada do candomblé e consegue mobilizar o grupo para fora do município e do Estado de Sergipe em apresentações em festivais e eventos. Para ela, “para não deixar morrer a tradição da brincadeira do povoado e, ainda, brincar nas festividades religiosas e no carnaval”. (Figura 7 – estandarte do Maracatu Patrocínio do Brejão).

Figura 7 - Estandarte do Maracatu Patrocínio do Brejão



Fonte: Trabalho de campo – 2016

Foto: Oliveira, E. A. 2016

Diferentemente do MPB, o Maracatu Raízes do Quilombo – MRQ, é criado em decorrência de um movimento reivindicatório por parte da população do povoado para que este seja reconhecido como quilombo, iniciado nos primórdios dos anos 2000. Na esteira do movimento ocorreu a ocupação de terras, a celebração da Santa Cruz como padroeira e a nomeação do povoado como Brejão dos Negros de forma a associar o nome da Santa e do lugar às raízes quilombolas. Dentre os integrantes, o Sr. Adalto dos Santos, ex-brincante do MPB e D. Izaltina Silva Santos, criaram em 2006, o Maracatu como uma das bandeiras que traz visibilidade às suas reivindicações, correspondendo ao Rei e a Rainha do folgado. (Figura 8 – Trajes do rei e rainha do Maracatu).

Figura 8 – Trajes do Rei e da Rainha dos Maracatus



Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016

Organização: Oliveira, E. A. 2017

Do ponto de vista ideológico e relacional, o novo Maracatu apresenta-se à sociedade sergipana como o único e legítimo representante do povoado que preserva a ancestralidade dos afrodescendentes brasileiros, honrando assim, com suas práticas, a descendência africana. Ressalta-se, todavia, que o MRQ é criado em um momento em que a comunicação e mídia, já avançados, propiciam maior mobilidade e visibilidade de suas práticas, tanto que o grupo ao se atrelar aos movimentos sociais, traz como bandeira a desapropriação de terras e sua consequente apropriação como remanescentes de quilombo. Até o presente, observa-se que eles ‘ocupam’ espaços com apresentações em festivais, eventos políticos e acadêmicos, com venda de CDs o que favorece a divulgação do grupo e do movimento.

Ambos os Maracatus utilizam tambores construídos artesanalmente confeccionados com tronco do faveiro, “vindo do povoado São José – município de Japarutuba”, embora possuam aqueles mais leves disponíveis no mercado. Mas, para o Sr. Aduino, o melhor tambor é aquele feito com o tronco do coqueiro: “tem que ocar... vai ocando e quando está nessa posição (faz a demonstração), a gente vai com a mão e bota o coro do boi, aí coloca as brochas e estica bem esticado e aí ele toca normal”. Essa descrição corresponde à confecção de uma cuíca rudimentar denominada porca ou onça, instrumento pesado que exige destreza e força para extrair o som de acordo com o comando Mestre.

Para o Sr. Aduino, o tambor é tão importante que a depender do toque: “pode arrepiar algumas pessoas”, sinalizando, segundo D. Izaltina que: “o tambor está chamando a nagô, a nagô aí, com um pouquinho de tempo ela já está virando os olhos e ele tem de mudar o toque e a música”. É importante pontuar que nos Maracatus Nação da cidade do Recife, o tambor é tido como elemento sagrado importante pois antes de ser executado pela primeira vez no terreiro, ‘passa por um ritual de sagração, não devendo ser tocado por mãos profanas quando em função nos cânticos sagrados” (GUERRA-PEIXE, 1980, p. 60).

Os estudantes, tal como os brincantes revelam a importância dos tambores. Os desenhos mostram a diversidade, traduzem a distinção dos tambores entre os grupos MPB e MRQ e, também, a associação como elemento material e simbólico, sagrado e profano, conferindo imagem ao povoado. (Figura 9 - tambores dos Maracatus).

Figura 9 – Tambores dos Maracatus



Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016
Organização: Oliveira, E. A. 2017

Com relação às figuras do cortejo observa-se que as apresentações dos grupos não mostram a composição por completo das figuras, quais sejam: porta estandarte, rei e rainha, príncipe e princesa, vassallos, damas do passo, calungas, baianas, nobres, caboclos, lanceiros, escravos, guardas, pajens e os batuqueiros (GUERRA-PEIXE, 1980). Nesse sentido, procuramos identificar o que os Maracatus do Brejão se distinguem dos recifenses. Em comum eles apresentam o estandarte, as figuras do rei e rainha, vassallos, baianas e, claro, os batuqueiros. (Figura 10 – trajes dos Maracatus do Brejão). Porém, dentre as figuras, o MPB e o MRQ trazem inovações que podemos identificar como *sergipanidade*⁶, pois introduziram um casamento de matuto no cortejo. Tal como nas quadrilhas, as figuras do padre, noivos, pais de noivos e sacristão encenam o casamento ao longo do percurso. E, dentre os instrumentos, apenas os tambores são comuns, pois porca (ou onça), bem como os chocalhos, são especificidades dos Maracatus do Brejão.

Figura 10 - Trajes dos Maracatus: saias de armação



Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016
Organização: Oliveira, E. A. 2017

⁶ Sergipanidade aqui entendida como elemento da identidade, tal como Hall (2015, p. 24), formada ao longo do tempo por processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada.

Os Maracatus sejam eles recifenses ou do Brejão apresentam traços comuns, também, nas músicas ou loas entoadas aos ritmos dos instrumentos de marcação (Figura 11 – instrumentos dos Maracatus do Brejão). É comum abordarem temas referentes ao trabalho escravo, a figuras ilustres, a santos católicos, à pátria brasileira (essas registradas sobretudo, no período do regime militar⁷) e, àqueles temas jocosos próprios da época ou referentes a fatos locais.

Figura 11 - Instrumentos de percussão dos maracatus



Fonte: Oficina na Escola Estadual Amélia Maria Lima Machado - 2016

Organização: Oliveira, E. A. 2017

Segundo Saquet (2015, p. 25) o território e as territorialidades são “vivos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações” e, para Lima (2013, p. 39), os Maracatus “estão em constante diálogo com o presente e a todo tempo incorporam mudanças em sua constituição”. Entendemos, portanto, que os Maracatus são construções coletivas que buscam visibilidade e projeção quando de suas exposições em cortejos que traduzem práticas tradicionais dos negros africanos que aportaram no país, ressignificadas pelas especificidades dos brincantes no tempo e nos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que os procedimentos adotados – vivência em Recife, entrevistas, diário de campo, levantamento documental, registro fotográfico e oficina - possibilitaram a identificação das expressões culturais existentes no povoado, dentre elas, as que dão sustentação identitária, ressaltando o Maracatu como uma das referências do lugar. Das entrevistas com os brincantes, pode-se apre-

⁷ A esse respeito ver Lima, 2005 e 2012.

ender que os Maracatus do Brejão se manifestam, nos momentos de 'folga' do trabalho; têm a mesma origem familiar e brincam com formação de parentes e agregados.

A história do Maracatu no país como manifestação popular de negros se confunde com a história do povoado que, embora formado no século XIX, se insere numa região que desde o século XVIII registra a formação de quilombos. Pela oralidade, até o ano de 2006 existia no povoado apenas o Maracatu Patrocínio do Brejão (MPB), originário da formação do Mestre Plácido e conduzido por sua sobrinha Mestre D. Lila desde 1940.

Com a inserção do povoado Brejão no Território quilombola Brejão dos Negros criado pelo governo Federal ocorreu um cisma no folguedo e o Mestre Sr. Adalto, brincante do MPB, se junta às ideias de D. Izaltina para criar o Maracatu Raízes do Quilombo (MRQ), distinguido, na origem, por ser uma formação que apoia o movimento de incorporação do povoado como quilombo. Ambos se manifestam como o MNPR por já estarem dissociados dos cortejos populares do ciclo natalino, por manterem elementos da corte e os tambores no sentido da brincadeira, porém, são distintos por não associarem a formação aos rituais do candomblé. Foram observados elementos singulares no sentido de brincar, na formação dos territórios e nas práticas dos Maracatus estudados, ambos, referência à cultura do povoado, seja ele Brejão ou Brejão dos Negros.

Compreender a trajetória dos Maracatus nos permitiu apreendê-los no presente, no entanto, há muito ainda para se estudar sobre os seus territórios, como sobre a teia territorial que vem se formando, por exemplo, com a associação do MRQ aos movimentos reivindicatórios de terras. Ao ser recentemente criado como resgate das origens e das tradições pergunta-se se os caminhos do MRQ estão conduzindo para sua conformação como Maracatu Nação? E, o MPB antigo e com suas origens na herança quilombola da ambiência regional, permanecerá com suas performances dissociadas do candomblé ainda como referência da comunidade, como imagem do povoado?

Com efeito, nas últimas décadas, as metodologias que integram a abordagem qualitativa sinalizam com propriedade que a ação social comunitária é fundamental na configuração da sociedade. Estudos qualitativos procuram enfatizar as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Os procedimentos adotados nesse estudo possibilitaram apreender os saberes dos Maracatus imbricados em valores, sentimentos, atitudes e vivências do cotidiano de uma comunidade que busca valorizar suas origens realçando seus sentimentos de pertencimento. Diante disso, os entrelaçamentos da aprendizagem teórica com o enfrentamento dos fatos reais foram decisivos para um bom início da pesquisa.

O delineamento pela abordagem qualitativa foi realizado sem perder de vista o planejamento inicial, mas procedido de forma flexível, isto é, os procedimentos metodológicos foram revistos e reavaliados constantemente de forma a dar visibilidade à construção e confiabilidade à pesquisa, favorecendo o pesquisador e a comunidade científica.

REFERÊNCIAS

- BARDAN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENJAMIM, Roberto. *Cultura Pernambucana*. João Pessoa/PB: Ed. Grafset, 2011.
- BRANDÃO, C. rodrigues. Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação. In: SILVA, René M. da Costa (org.) **Cultura popular e educação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, p. 25-38, 2008.
- CASCUDO, L. da Câmara. *Made in África*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- CASTRO, Jânio R. Barros de. **De casa à praça pública**: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano. Salvador: EDUFBRA, 2012.
- CUNHA, J. C.; VILAR, J. W.; PINHEIRO, L. S. Organização espacial e sustentabilidade de Agroecossistemas no estuário do rio São Francisco – Brasil. In: **Geografia**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 431-351, 2016.
- GUERRA-PEIXE, Cesar. **Maracatus do Recife**. Recife: Prefeitura da cidade do Recife: Irmão Vitale, 1980.
- HAGUETTE, T. M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Rio de Janeiro, 1987.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1992. Tradução Thomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2015.
- IBGE/CIDADES/SERGIPE/BREJO GRANDE/HISTÓRICO. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov/painel/historico.php> acesso em: agosto de 2016.

KOZEL, T. Salete. Representações e ensino da geografia: contribuições metodológicas. In: **Revista Ateliê Geográfico, Goiânia**, v. 2, n. 5, dez., 2008, p. 33-48.

LIMA, Ivaldo M. de França. **Maracatus-Nação**: resignificando velhas histórias. Recife: Ed. Bagaço, 2005.

LIMA, Ivaldo M. de França. **Maracatus do Recife**: novas considerações sobre o olhar do tempo. Recife: Ed. Bagaço, 2012.

LIMA, Ivaldo M. de França. **Mas o que é mesmo maracatu nação?** Salvador: EdUNEB, 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas** (1948). Organização e notas de Stéphanie Nénasé. Tradução de Fábio Landa. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

MOTT, L. Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey. População, economia e sociedade**. Aracaju: Fundesc, 1986.

MURRAY, Charles. As festas populares como objeto de memória In: SILVA, René M. da Costa (org.) **Cultura popular e educação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 95-101, 2008.

OLIVEIRA, Eivaldo Alves de. **Os territórios dos Maracatus do povoado Brejão/Brejo Grande/SE**. Dissertação (metrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2017.

PALMEIRAS V. Nascimento. **Postagens populares: os engenhos de Brejo Grande**. Disponível em: <http://valdenislonascimento.blogspot.com.br/2009> acesso em: agosto de 2016.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Folk-lore, pernambucano**: subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco. Recife: Arquivo público estadual, 1974.

PESSOA, J. de Moraes. Festas Juninas In: SILVA, René M. da Costa (org.) **Cultura popular e educação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 211-217. 2008.

PESSOA, Vera L. Salazar; RAMIRES, Júlio C. de Lima. Pesquisa qualitativa: referências para pesquisa em geografia In: MARAFON, Cláudio José *et. al.* (org.) **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 223-239, 2013.

REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife**. Vol. 2 Rio de Janeiro: Companhia de Defesa do Folclore, 1967.

RESENDE, Tarcísio; SANTOS, C. de Oliveira. **Batuque Book**: maracatu baque virado e baque solto. E ed. Recife: Edição do Autor, 2009.

SAQUET, M. Aurélio. **Abordagens e conceitos sobre territórios**. 4 ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

SERGIPE. SEPLAN- **Atlas de Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Planejamento/Universidade Federal de Sergipe, 1979.

SOARES, Mariza de Carvalho. A 'nação' que se tem e a 'terra' de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no império português, século XVIII. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Ano 26, n. 2, p. 303-330, 2004.

TINHORÃO, Jose Ramos. **Música popular de índios, negros e mestiços**. Petrópolis/RJ: vozes, 1972.

VARGAS, Maria Augusta M. **Desenvolvimento regional em questão: o Baixo São Francisco revisitado**. São Cristóvão/SE: UFS/NPGeo, 1999.

VARGAS, Maria Augusta M. Festas patrimônio: os ciclos junino e natalino de Sergipe. In: **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 2, 2014, p. 252-273.

VARGAS, Maria Augusta M. Práticas e vivências com a Geografia Cultural. In: VARGAS, M. A. M.; DOURADO, Alceia M.; SANTOS, Rodrigo Herles dos. (Org.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: EDISE, p. 11-22, 2015.

VARGAS, Maria Augusta M. Desvelando heranças: tradições e práticas de jovens de Japaratuba/SE In: **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 15, n. 1, p. 03-29, jan/jun. 2017.



PARTE III | Múltiplos olhares

A segunda residência no litoral sergipano e a sinuosidade dos caminhos do caleidoscópio geográfico

Priscila Pereira Santos

José Wellington Carvalho Vilar

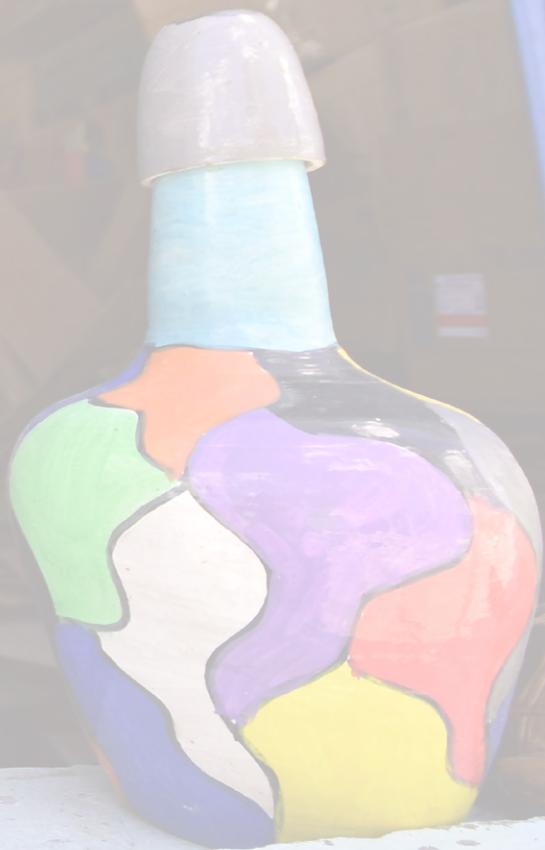
Interfaces da patrimonialização: valores e conflitos na cidade – patrimônio de Penedo –AL

Daniela Pereira de Souza Silva

As cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda/SE: pelos trotes da pesquisa qualitativa

Daniele Luciano Santos





A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO LITORAL SERGIPANO E A SINUOSIDADE DOS CAMINHOS DO CALEIDOSCÓPIO GEOGRÁFICO*

Priscila Pereira Santos
José Wellington Carvalho Vilar

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos, se não fora

A presença distante das estrelas!

(Mário Quintana)

INTRODUÇÃO

Os múltiplos olhares para o espaço geográfico são, sem sombra de dúvida, como as lentes do caleidoscópio, porque mostram diversas combinações e caminhos a seguir no desvelar da realidade territorial. Os passos no “fazer/ser” ciência desenham a relação do(a) pesquisador(a) como ser pensante, sujeito cognoscente, com os sujeitos-objeto em estudo. Assim, propõe-se aqui expor os sinuosos caminhos trilhados durante o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado intitulada *Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo –,

* Este texto é produto da pesquisa de mestrado que recebeu auxílio de bolsa financiada pelo CNPq no período de 2013 a 2015”

na Universidade Federal de Sergipe – UFS –, no ano de 2015, sob a orientação do Professor Doutor José Wellington Carvalho Vilar.

A referida pesquisa tem como sujeitos os veranistas, os turistas de sol e praia e os moradores permanentes das localidades analisadas (Praia do Saco e Praia das Dunas – município de Estância no litoral sul de Sergipe; e Praia da Costa e Atalaia Nova – município de Barra dos Coqueiros no litoral norte de Sergipe), e como objeto de conhecimento a relação territorial desses sujeitos com a segunda residência, comumente denominada casa de praia ou casa de veraneio.

O fio de Ariadne que tece a sinuosidade dos caminhos da pesquisa conduz a uma reflexão inicial sobre a complexidade geográfica da segunda residência no litoral, afinal, foi imprescindível compreender que a representação simbólica e cultural da praia está para a criação de um objeto geográfico (a casa de praia) e de seus conteúdos (veraneio e turismo), assim como a casa de praia está para uma reestruturação do espaço praial. Nos momentos seguintes do texto, são apresentadas algumas discussões teóricas e as técnicas de pesquisa utilizadas que balizaram a busca caleidoscópica pelo significado do litoral, da casa de praia e do veraneio. Foi precisamente nesse jogo dialético entre pensamento-ação e entre objeto-conteúdo que a pesquisa se tornou um desafio para o entendimento geográfico da segunda residência tendo como referência empírica quatro praias sergipanas.

A COMPLEXIDADE GEOGRÁFICA DA SEGUNDA RESIDÊNCIA NO LITORAL: ENTRE “VELHAS” E “NOVAS” FORMAS, A HIBRIDIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

O bailar das ondas sobre a areia e os raios de sol, principalmente nos dias quentes de verão tropical, parece hoje um convite à praia para a diversão. No Brasil, a partir do século XX, as praias marítimas aos poucos deixam de significar local de desprestígio para se tornarem sinônimo de luxo, *status* elevado e de reconhecimento social positivo. As possibilidades de ocupação do espaço litorâneo são inúmeras e variam basicamente do lazer ao labor e abrigo. A apropriação simbólico-cultural das benesses do litoral desperta no imaginário dos brasileiros a necessidade do contato com a praia para a recreação e o lazer, práticas hedonistas.

O morar temporariamente em uma casa de praia durante o verão apresenta-se como o movimento inicial de valorização do litoral para moradia pelas classes

mais abastadas no Brasil. A partir da 2ª Guerra Mundial a classe média também começa a adquirir, alugar e frequentar uma segunda residência no litoral. O desfrutar das férias do verão em uma casa na praia construída especificamente para o veraneio, uma segunda residência, propaga-se na segunda metade do século XX ligada basicamente à cultura, à família e à ascensão social. Ao mesmo tempo, o turismo de sol e praia começa a ser gestado no espaço litorâneo brasileiro. Assim, além das casas de praia, outras materialidades geográficas também passam a ocupar o espaço litorâneo para o desenvolvimento da atividade turística: os hotéis, os restaurantes, a infraestrutura viária, entre outras.

No século XXI, o mercado imobiliário apresenta uma nova forma da segunda residência no litoral, produto da sinergia entre o turismo e o imobiliário (SILVA, 2010a). A busca da diferenciação presente na base da economia flexível atinge o veraneio e molda a segunda residência em novas formas-conteúdos, os imobiliários-turísticos. Essa nova forma da segunda residência se diferencia dos tradicionais condomínios horizontais fechados por oferecer diversos serviços turísticos, os denominados *condo-hotéis* e *condo-resorts*. Além da construção civil e do turismo, vários mercados são movimentados no sentido de tornar a segunda residência um novo produto, conforme a lógica de renovação, invenção e reinvenção típica do capitalismo.

Um conjunto de fatores pode ser atribuído aos investimentos nacionais e internacionais no Nordeste do Brasil para a estruturação de imobiliários turísticos, tais como: valorização dos recursos paisagísticos, terras disponíveis, mão de obra barata, políticas públicas de melhoria da infraestrutura aeroviária e rodoviária, entre outros. Atualmente, o litoral nordestino se encontra “amuralhado” e loteado para segunda residência em complexos residenciais de origem brasileira, portuguesa, espanhola, francesa, entre outras nacionalidades. A expansão de complexos residenciais de alto luxo voltado para segunda residência dispersa a urbanização e altera a relação urbano-rural sob o prisma do desenvolvimento socioeconômico (CORIOLANO, 2007; CRUZ, 1999; DANTAS et al., 2010; FERREIRA; SILVA, 2010; LIMONAD, 2008, 2007; SILVA 2010a, 2010b).

O atual espaço litorâneo do Nordeste brasileiro se encontra marcado por uma diversidade de cenários, que sinalizam diferentes interesses. As duas formas da segunda residência, a “velha” e a “nova”, estão imbricadas no litoral nordestino. Enquanto a “velha” forma da casa de praia pode ser interpretada pela “apropria-

ção” simbólico-cultural dos recursos territoriais e a formação de vínculos psicossociais com o lugar pelos seus proprietários/usuários, a “nova” forma da segunda residência, o imobiliário-turístico, caracteriza-se pelo forte controle dos recursos territoriais e pelos laços efêmeros com o lugar, ou melhor, cria-se um “lugar” fora do lugar: os bairros planejados e autossuficientes.

A tradicional forma da casa de praia está relacionada ao processo de vilegiatura marítima moderna herdada da Europa. Essa forma de segunda residência para vilegiatura marítima está articulada à ideia de *villas* para morar por pouco tempo, com a finalidade principal de sair da rotina e revigorar o corpo e a alma para melhor desempenhar as funções do dia a dia. A vilegiatura marítima no verão faz nascer o veraneio como uma modalidade desse processo mais tradicional. O veraneio, em linhas gerais, realiza-se em praias próximas às residências principais dos vilegiaturistas ou veranistas, como são mais conhecidos os usuários da segunda residência no Brasil.

Para a segunda residência na forma de imobiliário-turístico, apesar das dificuldades conceituais, a literatura nacional e internacional entende que os frequentadores dessa forma de habitação de lazer vivenciam o turismo imobiliário, turismo de segunda residência ou até mesmo o turismo residencial (CRUZ, 2009; DANTAS; FERREIRA; CLEMENTINO, 2010; HIERNAUX-NICOLÁS, 2005; HALL; MULLER, 2004; HUETE; MANTECÓN, 2010). Essa nova modalidade do turismo se refere ao imobiliário-turístico como um alojamento particular e também como motivação para o deslocamento, já que entre os muros são oferecidos os serviços, e a principal paisagem a ser consumida é a artificial, produzida com base na realidade externa. O que não significa dizer que o ambiente praias deixará de ser utilizado, consumido e valorizado. Nas praias próximas aos condomínios são criadas estruturas para o turista imobiliário desfrutar desse ambiente com o mesmo conforto que na parte interna, mas na prática privatiza-se a praia com “muros” invisíveis.

As formas geográficas, as várias ações sociais e os deslocamentos territoriais em função da segunda residência redesenham o litoral nordestino, indicam o nascimento de “novos territórios” e demandam pesquisas para uma geografia da segunda residência. As diferentes manifestações da segunda residência, a tradicional casa de praia e o imobiliário-turístico, produzem, tanto separadas quanto em coexistência, repercussões territoriais e conflitos ambientais. Nesse sentido, acredita-se que a segunda residência provoca o reordenamento do espaço lito-

râneo e, por isso, reivindica estudos de diversas ciências, dentre as quais se destaca a Geografia, pelo seu olhar territorial, preocupado com a paisagem, com o movimento que a produz, com os conflitos inerentes à sua configuração e com os impactos ambientais que provoca. Apesar disso, a segunda residência ainda não é uma temática recorrente nos estudos de geografia regional e de geografia do turismo.

Em Sergipe, a segunda residência no litoral apresenta no mínimo duas formas-conteúdos de manifestação: a tradicional forma da casa de praia, geralmente localizada na linha de costa ou nas proximidades do mar; e a nova forma, que corresponde aos complexos residenciais turísticos, o imobiliário-turístico. Diante disso, problematiza-se a pesquisa com base na seguinte indagação: como a “velha” e a “nova” forma-conteúdo da segunda residência (re)(des)organizaram o litoral sergipano na Barra dos Coqueiros (Praia da Costa e na Praia da Atalaia Nova) e em Estância (Praia das Dunas e Praia do Saco)? Com essa problemática central, as questões que nortearam a pesquisa foram: (i) Qual o perfil socioeconômico dos usuários da segunda residência? (ii) Como se apresentam as feições arquitetônicas e construtivas da segunda residência no litoral sergipano? (iii) Até que ponto a segunda residência influencia os conflitos entre os usuários da segunda residência e os moradores permanentes? (iv) Qual o papel do poder público e do mercado imobiliário no incremento da demanda de veranistas e turistas imobiliários no litoral de Sergipe?

OS SINUOSOS PASSOS DA PESQUISA

Os passos da pesquisa foram sinuosos, mas com pegadas firmes na busca da compreensão da “velha” e da “nova” forma-conteúdo da casa de praia, da essência e da aparência da segunda residência, dos sujeitos e do objeto de conhecimento, da geografia e do turismo, enfim, dos pesquisadores e das relações territoriais pesquisadas. Essa trama científica revela a abordagem qualitativa da pesquisa. As motivações, as crenças, os valores e as representações sociais foram considerados para entender o significado, a amplitude e a complexidade do fenômeno territorial e dos processos sociais articulados à segunda residência. Dito desse modo, os caminhos até a compreensão do enfoque qualitativo da pesquisa parecem simples. Mas a escrita retilínea de “como foi” todo este caminho não revela o suor das

“batalhas”, por isso, convidamos o(a) leitor(a) a um “mergulho” nos passos da vida real, aqueles que estão planejados e nem sempre dão certo e aqueles que dão certo, nem sempre sendo planejados.

Durante as orientações para a monografia de Gestão em Turismo no IFS¹ e a partir das discussões sobre os ambientes costeiros, a segunda residência foi mencionada como uma temática territorial nas pesquisas sobre o litoral de Sergipe que carecia de estudos mais aprofundados. As primeiras reflexões foram assim realizadas: a preposição “de”, presente na expressão casa de praia, naturaliza a existência simbólica e cultural da segunda residência no espaço praiano; a casa está na praia, com várias formas, com uma elasticidade de usos e com repercussões territoriais diversas. As observações preliminares e as discussões impulsionaram, ainda na graduação, a escrita do primeiro artigo sobre a segunda residência no litoral, apresentado em um Congresso no Rio Grande do Norte (RN).² Esse Congresso foi um momento decisivo na paixão científica pela segunda residência. O trabalho de campo nas praias norte-rio-grandenses também instigou o querer conhecer com densidade a segunda residência no litoral de Sergipe.

A paixão pelos estudos territoriais da segunda residência no litoral conduziu ao “casamento” com a geografia. Além de o orientador ser geógrafo, a maioria dos autores pesquisados para o embasamento teórico-metodológico é de estudiosos da ciência geográfica. A geografia transformou-se na ciência-âncora dos estudos iniciados. Ao refletir sobre a segunda residência no litoral de Sergipe sob a perspectiva de um fenômeno territorial, as questões iniciais nas discussões foram as seguintes: onde se registra maior número de segunda residência no litoral sergipano? Após um levantamento estatístico no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se que é em Estância, no litoral sul de Sergipe. Mas o que atraiu os investidores à implantação de imobiliários-turísticos na Barra dos Coqueiros, se tradicionalmente a valorização do espaço para a construção de casas de praia se verifica em Estância? Como se vê, perguntas iam e vinham, mas sem respostas sólidas, apenas especulações. Entre a “velha” e a “nova” forma-

1 “Turismo sexual na orla de Atalaia (Aracaju, SE): um produto ou um crime?”. TCC defendido junto ao curso de Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) em 2011.

2 VI Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação Tecnológica (VI CONNEPI). O título do artigo publicado e apresentado no Congresso é o seguinte: “Impactos socioambientais do turismo de segunda residência: o caso da Praia da Costa (SE)”.

-conteúdo da segunda residência no litoral de Sergipe, as questões delinearão o projeto de pesquisa proposto para o Mestrado em geografia.

Ousou-se propor uma pesquisa comparativa das praias do litoral norte e do litoral sul de Sergipe. O recorte espacial foi o litoral norte, na Barra dos Coqueiros, em especial na Praia da Costa, diante da territorialização do imobiliário-turístico e pela presença da tradicional casa de praia na linha de costa; e na Praia da Atalaia Nova, por ser tradicionalmente território da “velha” forma-conteúdo da segunda residência. No litoral sul, a delimitação espacial foi no município de Estância, em particular na Praia das Dunas, território praticamente exclusivo da casa de praia tradicional; e na Praia do Saco, por ser um conhecido destino de veraneio da elite sergipana.

Essas novas dinâmicas territoriais da segunda residência, que chegam ao litoral sergipano com certo “atraso” em relação aos outros estados nordestinos, trazem à tona mais “porquês” na compreensão espaço-temporal desse objeto de conhecimento e conduz o recorte temporal da pesquisa para o período entre os anos de 2000 e 2013. O ano de 2000 é marcado pelo início das ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I) no litoral de Sergipe. Já no ano de 2013, tem-se em relevo o começo da implantação dos imobiliários-turísticos, a integração rodoviária do litoral sergipano e a conexão territorial entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia.

Em termos gerais, o desenvolvimento da análise proposta estruturou-se, essencialmente, na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental, na pesquisa quantitativa e na pesquisa de campo. As técnicas de pesquisa usadas nos trabalhos de campo foram: observações simples, observações sistemáticas, registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas e entrevistas por pautas.

Em outros termos, o veraneio, o turismo de sol e praia e o imobiliário-turístico são analisados por meio das interdependências de estruturas simbólico-culturais e político-econômicas compreendidas segundo a visão da história crítica, as diferenças territoriais e a possibilidade de “des-continuidade” das estruturas com foco na ação do sujeito histórico e cultural. Vale ressaltar que conflitos são inerentes a essa reflexão. Nesse sentido, a materialização da linguagem constituiu-se na relação histórica com o sistema de ideias, valores e crenças, ou seja, o sistema ideológico.

Nessa pesquisa, os veranistas, os turistas de sol e praia, os turistas imobiliários, os moradores permanentes e os integrantes das comunidades tradicionais, nota-

damente as catadoras de mangaba no litoral sul, são denominados sujeitos, por entendê-los como seres que pensam e atuam no espaço. É válido mencionar que etimologicamente “sujeito” deriva do latim *subjectu*, que significa “posto debaixo”, isto é, aquele que está submetido ou subordinado a algo (TURATO, 2003). No caso proposto para pesquisa, os sujeitos estão submetidos à (re)produção do espaço litorâneo para o lazer. O Estado e o Mercado são tratados nessa pesquisa como “agentes” pela sua ampla capacidade de ação sobre o território. Este par dialético modifica a configuração do lugar, porque “ambos são mediadores entre o externo e o interno, entre o novo e o velho” (SANTOS, 2008, p. 108).

A AÇÃO TEÓRICA: OS ESTÍMULOS PARA A ANÁLISE DA SEGUNDA RESIDÊNCIA NO LITORAL DE SERGIPE

As produções científicas sobre a segunda residência no litoral brasileiro e em outros países são as bases para as reflexões. Tudo o que foi lido é digno de registro e destaque, mas deixariam por demais alongadas as páginas deste texto. Salienta-se, então, a aproximação inicial com a segunda residência no litoral e o uso do espaço público por meio dos trabalhos escritos por Kelson Silva (2010, 2012). Evidencia-se também a clareza do pensamento de Lenilton Assis (2003, 2006, 2009, 2012), para centralizar a segunda residência na geografia do turismo, ao refletir sobre a expressão espacial do fenômeno do turismo de segunda residência, as possibilidades de análise geográfica sob o prisma do território usado, da multiterritorialidade do lazer e do turismo e, principalmente, sobre o turismo e o imobiliário em seus velhos e novos usos sob o enfoque da multiterritorialidade.

Esses estudos foram precursores para a busca de outras referências bibliográficas. No levantamento da bibliografia nacional, destacam-se as pesquisas sobre o litoral paulista e o litoral nordestino. Sobre a Baixada Santista estão em relevo os escritos de Olga Tulik (2001), no livro *Turismo e meio de hospedagem: casas de temporada*; a dissertação de Odette Seabra (1979) intitulada *A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo*; e o capítulo de livro escrito por Diva B. Medeiros (1965) sobre os aspectos geográficos do Guarujá. Para as análises sobre a segunda residência no Nordeste do Brasil, vale destacar as pesquisas de Eustógio Dantas *et al.* (2010) sobre urbanização litorânea e as reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos, no livro *Turismo e imobiliário nas metrópoles*, e ainda em Dantas (2010),

no livro *a Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral*. O entrelaçar das críticas sobre a segunda residência no litoral de São Paulo e no litoral do Nordeste foi objeto de estudo de Rita Cruz (1999, 2007, 2009), na tese *Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*, no livro com o título “Geografias do Turismo”, e também no capítulo de livro em que reflete sobre os novos cenários do turismo residencial no Brasil.

A literatura internacional tornou mais densa a reflexão sobre a segunda residência. O estudo territorial do uso e da tendência da segunda residência na Espanha, evidenciado na tese do geógrafo espanhol Julián López Colás (2003), fez emergir as questões sobre a elasticidade dos usos das casas de veraneio. Sob a perspectiva dos limites do uso da segunda residência na Espanha, Raquel Huete e Alejandro Mantecón (2010) analisam as diferenças conceituais e metodológicas entre o turismo e a migração residencial delineando uma tipologia no uso da segunda residência. Assim, reflete-se sobre as relações territoriais entre os limites teórico-metodológicos do veraneio, do turismo de sol e praia e do turismo imobiliário.

Os desdobramentos territoriais da segunda residência na Suécia, na Finlândia, no Reino Unido, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos abordados no livro organizado por Colin Michael Hall e Dieter Muller (2004), *Tourism, mobility e second homes*, conduziram as análises sobre os conflitos com a população local, o consumo do meio ambiente e o descompasso entre a receita gerada pelos impostos pagos referentes à segunda residência e a demanda dos serviços públicos requerida por esse tipo de habitação. No mesmo diapasão, Daniel Hiernaux-Nicolás (2005) analisa os problemas territoriais do turismo residencial no litoral do México. Na América do Sul, a pesquisa de María Cecilia Rigonat (2012) sobre a urbanização turística por segunda residência e a degradação ambiental influenciou a análise acerca das externalidades ambientais da implantação dos imobiliários-turísticos, o que aguçou o pensamento sobre a justiça ambiental.

Mas é preciso recordar que a maior parte dos fundamentos teóricos da interpretação da segunda residência está na geografia. Concomitantes às pesquisas sobre os sujeitos-objeto de conhecimento estavam os estudos sobre território, territorialidade, lugar, região, rede, enfim, sobre as categorias fundantes da ciência geográfica. Durante o mestrado, as disciplinas foram imprescindíveis no desvelar da geograficidade da segunda residência no litoral. As avaliações das disciplinas significaram a oportunidade de colocar no papel a articulação da segunda

residência com a geografia e, posteriormente, melhorar essas reflexões para publicá-las em eventos e revistas científicas.

A análise do conhecimento dos sujeitos-objeto foi elaborada à luz das categorias geográficas, território e lugar. Os veranistas, os turistas e os moradores foram interpretados pelas suas territorialidades e pelas divergências e convergências territoriais que deram luz, respectivamente, aos conflitos ambientais e à cooperação entre os sujeitos. Os sentidos afetivos dos sujeitos com o espaço praiial e com a segunda residência, as identidades, as trocas simbólicas e a intersubjetividade foram compreendidos sob a perspectiva da categoria lugar.

Nesse momento, vale recordar a importância das discussões no Grupo de pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros – GESTAC – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. Durante um ano foram feitas leituras e análises do livro *A natureza do espaço*, de Milton Santos (2006). O estudo das técnicas, dos sistemas de objetos, dos sistemas de ações e do espaço geográfico como um híbrido constitui-se das noções fundadoras da ontologia do espaço geográfico, que são difíceis de entender na solidão das bibliotecas e mais difíceis ainda de articular com o objeto de conhecimento. Fizemos isso em Grupo! E era comum sair dos encontros com mais dúvidas do que ao chegar, mas as questões faziam pensar e querer cada vez mais entender a geografia da segunda residência. As pesquisas sobre a segunda residência pareceram mais claras na análise da produção das formas-conteúdo no espaço geográfico. A casa de praia mostrou essa forma (objeto geográfico) com vários conteúdos (ações).

Nessa inseparabilidade entre objetos e ações, observou-se que as pesquisas sobre a segunda residência, em geral, não delimitavam, teórica e empiricamente, o veranista, o turista de sol e praia e o turista imobiliário. Assim como também não abordavam as aproximações e as diferenças territoriais da “velha” e da “nova” forma-conteúdo da segunda residência no litoral, da tradicional casa de praia e do imobiliário-turístico. Ao fazer uso da mesma casa de praia, o que diferencia o veranista do turista? Quais aspectos de poder delimitam o veraneio e o turismo? Os desdobramentos territoriais são diferentes conforme os sujeitos? Em caso afirmativo, como e por que se diferenciavam? Na literatura nacional e internacional, as respostas para essas questões deixavam dúvidas teórico-metodológicas. Nessa perspectiva, buscaram-se respostas nos trabalhos de campo no litoral de Sergipe. A multidimensionalidade da segunda residência fez embarcar em uma aventura

geográfica que, por meio dos filtros espaço-temporais, territorializou as práticas marítimas europeias no litoral de Sergipe, propôs metodologias de diferenciação entre veraneio, turismo de sol e praia e turismo imobiliário, analisou as repercussões territoriais da “velha” e da “nova” forma-conteúdo da segunda residência e desvelou o papel do Estado e do mercado na implantação do imobiliário-turístico nas praias sergipanas.

ENTRE O SER CONHECEDOR E O QUE SE QUER CONHECER: AS TÉCNICAS DE PESQUISA

Os trabalhos produzidos no Brasil e em outros países sobre a segunda residência no litoral mostram vários caminhos possíveis. A segunda residência difere em termos de padrões arquitetônicos e nas motivações de uso, apresenta-se como novidade mercadológica em condomínios fechados, em hotéis ou *resorts* com a oferta de serviços turísticos, provoca problemas ambientais e impulsiona conflitos territoriais. Ao mesmo tempo, os veranistas têm vínculos psicoterritoriais com a praia e com os moradores locais, e os turistas de sol e praia representam, em linhas gerais, a possibilidade de geração de emprego e renda. E no litoral sergipano, como manifestava-se a segunda residência? Quais as repercussões territoriais? As diferentes temáticas das leituras realizadas levaram à compreensão de que a pesquisa era mais profunda do que se imaginava.

Ainda no primeiro semestre do mestrado e sob a perspectiva dos fundamentos de território e imagem territorial proposto por Raffestin (1993), o trabalho de campo foi iniciado com observações simples e registros fotográficos nas quatro praias. Os dias ensolarados durante os finais de semana e os feriados foram os ideais para a coleta de dados. Ao caminhar, o olhar conectava-se às leituras. Cada livro, cada artigo, cada dissertação e cada tese lida uniam-se nas possíveis interpretações das relações de poder e da representação simbólica e cultural da praia, seja para o veranista, o turista ou o morador permanente.

Segundo Gil (2010), na observação simples o pesquisador permanece alheio ao fenômeno que estuda e observa de maneira espontânea os fatos que ocorrem. As fotografias, na visão de Corrêa (2003, p. 9), “constituem elementos muito importantes em um trabalho geográfico, às vezes muito comunicando mais facilmente uma ideia que um longo texto”. O geógrafo francês Paul Claval (2011, p. 62)

salienta que “a geografia é uma ciência da observação. Aquele que a prática ama andar, olhar ao redor, cheirar os odores e sentir a atmosfera; é também um homem de contato, sempre pronto a interrogar as pessoas e a escutá-las”. Contudo, antes do contato face a face com os sujeitos pesquisados, se fazia necessário observar de modo mais “organizado”, tendo em vista a quantidade de informações anteriormente observadas.

A observação foi iniciada com base em aspectos sistematizados. A observação sistemática indica que “o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 276). O roteiro de observação baseou-se nos prováveis problemas ambientais e nos conflitos de diversas naturezas. As alterações na paisagem e as relações socioespaciais foram observadas com assente em alguns aspectos, como, por exemplo, as condições da vegetação, o desmonte das dunas, a disposição inadequada dos resíduos sólidos, a ocupação irregular por segundas residências em área de preservação, na mata de restinga, nas lagoas intradunares e na linha de costa, a privatização do espaço público, as condições das vias, o acesso viário, o padrão arquitetônico das casas dos veranistas e dos moradores locais, entre outros.

As observações sistemáticas e os registros fotográficos foram realizados durante o trabalho de campo, no período entre dezembro de 2013 e maio de 2014. Além das praias analisadas, essas técnicas de pesquisa foram estendidas para todo o litoral de Sergipe, em virtude da participação no projeto de pesquisa intitulado: “Atlas digital do litoral sergipano: contribuição ao planejamento ambiental e ao gerenciamento costeiro”, coordenado pelo Professor Dr. José Wellington Carvalho Vilar, com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE). A oportunidade ímpar de participar do projeto ampliou os conhecimentos sobre as manifestações e as repercussões territoriais da segunda residência nos onze municípios costeiros de Sergipe, a saber: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba.

Mas caminhar, observar, anotar, fotografar e mapear foi só o começo. O convite agora é para andar, apertar campainha, bater palmas, chamar “oh de casa!”, explicar o objetivo da pesquisa e, enfim, encontrar pessoas dispostas a responder. Antes disso, vamos ao planejamento desse momento. Conforme as leituras, as

observações e as possibilidades, os roteiros de entrevista começaram a ser pensados e discutidos com o orientador. Depois de muito fazer e refazer e fazer de novo, chegamos juntos a uma proposta de roteiro de entrevista semiestruturado para os veranistas, os turistas de sol e praia, os moradores locais e os representantes de comunidades tradicionais. Vamos pensar juntos? Os sujeitos a serem entrevistados ou estão descansando ou estão trabalhando, então, as entrevistas deveriam ter cerca de dez minutos ou menos. Para ter certeza da aplicabilidade do roteiro elaborado, os roteiros de entrevista com o veranista e a comunidade local foram testados em novembro de 2013, na Praia da Costa. Essas “entrevistas-teste” validaram a clareza e a objetividade do instrumento de pesquisa proposto e confirmaram a duração de aproximadamente dez minutos para a aplicação do roteiro de entrevista.

O roteiro de entrevista com os veranistas e os turistas de sol e praia tiveram perguntas abertas e fechadas em cinco grupos de questões: 1) os veranistas/turistas no litoral sergipano; 2) a segunda residência no litoral sergipano; 3) o uso da segunda residência; 4) o veranista/turista e a comunidade receptora; 5) os conflitos ambientais da segunda residência. Aos moradores permanentes foram realizadas perguntas abertas e fechadas em entrevista semiestruturada com três temas. No primeiro bloco, buscou-se entender a relação do sujeito com o lugar. Os moradores permanentes foram indagados acerca do tempo em que residiam na localidade, da distância da casa para a praia, se já moraram em outro local mais próximo à praia e a razão da mudança. Essas perguntas permitiram identificar e fundamentar um possível processo de segregação socioespacial. Na segunda parte, a relação da comunidade receptora e a segunda residência foram analisadas mediante questões que retrataram os benefícios e os prejuízos socioespaciais que o morador acreditava que fossem trazidos ao lugar pela segunda residência. Por último, foi solicitado ao morador que explicitasse os possíveis problemas/conflitos ambientais provocados pela segunda residência.

Com o roteiro elaborado, o momento agora é de refletir sobre as entrevistas no trabalho de campo. As entrevistas foram anotadas e, posteriormente, digitadas. Os entrevistados foram tratados por números, e desse modo a identificação pessoal desses sujeitos foi desnecessária. Essa foi a opção escolhida, para evitar que os sujeitos ficassem inibidos em responder com espontaneidade às perguntas.

No trabalho de campo na Praia da Costa ficou evidente que o domínio visual da paisagem, vista a partir das casas visitadas, era do muro do Condomínio Alphaville Sergipe, uma das propostas de imobiliário-turístico mais proeminente no litoral sergipano. E o principal conflito territorial abordado pelos entrevistados foi o processo judicial impetrado para a retirada das casas na linha de costa. Durante algumas das entrevistas, a questão do muro ficou evidente e, por essa razão, mais uma pergunta foi acrescentada ao roteiro: “o que você sente quando vê o muro?”.

No campo da Praia da Costa alguns momentos das falas dos entrevistados sobre o “muro” devem ser ressaltados. Em uma das entrevistas, ao indagar a moradora sobre o que se sentia quando via o muro, ela o associou a sentimentos bons, pois o muro significava o progresso! Outro momento marcante também foi quando um dos moradores, com a voz embargada evidenciando uma mistura de raiva e emoção, para a pergunta sobre o muro, respondeu que representava o *apartheid*.

Outras entrevistas assinalaram muitas críticas ao novo momento vivenciado na Praia da Costa. Entretanto, esses mesmos moradores ressaltaram que a chegada dos condomínios de alto luxo pode também ter impulsionado ações judiciais para a retirada das suas casas situadas na linha de costa ou muito próximas a ela.

As entrevistas na Praia da Costa se encerraram com a constatação da repetição das respostas. Em outros termos, a amostra dos sujeitos pesquisados saturou. A amostra por saturação foi a técnica utilizada nas quatro praias analisadas e se processa quando, “após as informações coletadas com um certo número de sujeitos, novas entrevistas passam a apresentar uma quantidade de repetições em seu conteúdo” (TURATO, 2003, p. 363). Nesse primeiro momento na Praia da Costa, vinte e cinco veranistas/turistas e dezesseis moradores permanentes tinham sido entrevistados.

O mês de dezembro para realização das entrevistas foi o ideal, em virtude da estação e dos períodos festivos de natal e ano novo. Na terceira semana de dezembro de 2013 foram iniciadas as entrevistas na Praia da Atalaia Nova. Ao visitar a primeira casa de praia, a veranista entrevistada apresentou outros três possíveis entrevistados. A primeira amostra de veranistas/turistas se deu por indicação da entrevista anterior. Essa situação evidencia uma amostragem por bola-de-neve, mas a amostra principal no desvelar da realidade da segunda residência foi por saturação. A imagem territorial da segunda residência nesta praia apresenta-se

com requinte arquitetônico e construtivo diferente da Praia da Costa, o que revela a relação de poder material e simbólico. Volta-se à reflexão a sensação de insegurança mencionada pelos entrevistados e a tangibilidade disso, nas cercas de arames farpados distribuídos nos muros das casas.

A Praia da Atalaia Nova tem uma estrutura territorial urbana diferente da Praia da Costa. Há uma nítida formação de um bairro, com um desenho urbanístico, com estabelecimentos comerciais, espaço de lazer, entre tantas outras materialidades geográficas.

Os moradores permanentes da Atalaia Nova foram abordados em várias ocasiões. Em algumas das entrevistas, fazer-se audível foi um desafio. Era patente o poder sonoro e territorial do famoso “paredão” de som, citado também por quase todos os entrevistados na Praia da Costa. O que fazer? Voltar outro dia? Não! As entrevistas foram realizadas como se conta segredo, ao “pé” do ouvido. E as respostas foram dadas como se conta um segredo maior ainda, quando a gente “apara” com a mão o ouvido do outro para ter certeza de que o som não está ecoando. E neste desafio entre caminhadas, “oh de casa!” e conversas ao “pé” do ouvido, quatorze entrevistas foram realizadas com os moradores permanentes.

Em janeiro de 2014, estreitaram-se os laços de análise com as praias no litoral sul. O primeiro desafio foi o acesso, porque, caso seja feita pelo transporte público, mostra-se muito difícil, com horas de saída e chegada bem limitadas, somente pelo dia, muitas paradas ao longo do trajeto, baldeação em Estância, além da demora. Na Praia do Saco vinte e quatro usuários de segunda residência e seis famílias de moradores permanentes foram entrevistados.

No início de fevereiro, foram iniciadas as entrevistas na Praia das Dunas, que apresenta uma configuração territorial fundamentalmente alicerçada na segunda residência. É território da segunda residência por excelência. As casas de veraneio na Praia das Dunas são casas suntuosas. Mas, em linhas gerais, as entrevistas foram realizadas na porta das casas, sem contato mais estreito com o interior da residência. Ao total, vinte e cinco usuários foram entrevistados nessa localidade. Sobre os moradores permanentes, não houve entrevistados, visto que não há moradores permanentes. Os moradores locais são os caseiros e suas famílias e habitam em anexo à casa de veraneio.

O trabalho de campo forneceu elementos para o desnudar a “velha” e “nova” forma-conteúdo da segunda residência no litoral. Contudo, os primeiros imobi-

liários-turísticos ainda estavam em implantação, não havia turistas imobiliários para entrevistar. Diante disso, a análise do território do imobiliário-turístico baseou-se em pesquisa documental, fundamentando-se nos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) dos condomínios em implantação, a saber: Alphaville Sergipe e Brisa de Atalaia (comercializado como Dahma Urbanizadora); e o Condomínio Villa das Águas. Conforme Godoy (1995, p. 21), “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental”. Buscaram-se nesses EIAs o *marketing* territorial, o delineamento idealizado do perfil do cliente-turista, o funcionamento da parceria mercado-Estado, os benefícios para a população local, os problemas ambientais previstos, as possíveis medidas mitigadoras e o planejamento futuro para as localidades.

Além da análise dos EIAs, buscou-se uma aproximação direta com o mercado imobiliário por meio da participação no Salão Imobiliário de Sergipe em setembro de 2013. Dos três imobiliários-turísticos estudados, apenas os promotores do Alphaville Sergipe participavam do evento e na oportunidade entrevistas informais foram realizadas com dois deles. As perguntas foram relacionadas ao perfil dos potenciais compradores, à organização territorial dos lotes pelos valores do m² e às possibilidades de diferentes perfis de público adquirirem um lote no Alphaville. Os promotores imobiliários apontaram na maquete do Alphaville os lotes mais próximos ao mar, com valoração e valorização espacial maior, como territórios já vendidos para a construção de casas de veraneio.

Aliadas às ações do mercado estão as forças transformadas do Estado. As políticas públicas direcionadas às melhorias na infraestrutura dos espaços litorâneos de Sergipe, entre outras ações, apresentam-se como forças capazes de transformá-los, tanto no crescimento da “velha” como da “nova” forma-conteúdo da segunda residência. Nesse contexto, a tipologia de pesquisa e as técnicas adotadas foram: pesquisa documental com a análise do discurso dos materiais documentais e pesquisa de campo utilizando a técnica da entrevista por pauta com alguns representantes do poder público. Na pesquisa documental foram estudados os seguintes materiais: Planos Diretores dos municípios da Barra dos Coqueiros e de Estância; Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO/SE); Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/SE); Programa Sergipe Cidades; e Projeto

Orla. Ademais, analisaram-se as ações de investimento do Governo Federal diretamente relacionadas ao veraneio e ao turismo na Barra dos Coqueiros e em Estância pelo *site* do Portal da Transparência.

Com os representantes do governo estadual e municipal foram realizadas entrevistas estruturadas por pontos de interesse, ou seja, entrevista por pauta (GIL, 2010). Quatro Secretarias estaduais foram selecionadas para a aplicação das entrevistas, a saber: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDURB); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (SEDETEC); Secretaria de Estado do Turismo (SETUR); e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). Além das secretarias estaduais, os gestores da prefeitura municipal de Estância também foram entrevistados. É imprescindível mencionar que para explicar os conflitos ambientais nas bordas do mar também foi entrevistado um dos representantes da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Sergipe (SPU/SE). O objetivo das entrevistas foi analisar, a partir do olhar dos gestores, as ações contraditórias e complementares do Estado no processo de limitação do uso e da ocupação do litoral sergipano *pari passu* com políticas propulsoras para o incremento do veraneio e do turismo.

Ao elaborar as pautas das entrevistas, a preocupação com o tempo não foi determinante como nas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da tradicional casa de praia, porque as reflexões dependiam da disposição dos representantes para responder. Assim, as entrevistas com os representantes variaram entre quinze minutos e duas horas.

Nas pautas propostas, os pontos de interesse por vezes evidenciam a mesma problemática. Então, a última pauta pode ser a mesma da primeira ou da segunda, enfim, em quase todos os roteiros as pautas repetem-se em algum momento. Essa técnica foi utilizada para que não houvesse “fuga” da problemática central a ser refletida. O entrevistado pode dizer muito sem refletir sobre o âmago da questão. Os pontos de pauta foram pensados neste vai e vem da problemática central que se quis entender. As entrevistas foram gravadas, mas os nomes dos representantes foram preservados. Colocou-se como identificação o período da gestão em que foi realizada a entrevista.

A entrevista com o representante da SEDURB foi realizada em três pontos: (i) as possíveis influências ou motivações para investimentos regionais, nacionais e

internacionais do mercado imobiliário direcionado ao veraneio no litoral sergipano, especificamente na Barra dos Coqueiros e em Estância; (ii) ações desenvolvidas pela SEDURB que colaboraram com o incremento dos condomínios fechados de segunda residência; (iii) o significado do crescimento de condomínios fechados para o desenvolvimento urbano do litoral sergipano; (iv) o planejamento da SEDURB para agir no sentido de amenizar os problemas urbanos que o incremento dos condomínios fechados de segunda residência e das casas de veraneio nos municípios estudados podem ocasionar. Na oportunidade, o representante entrevistado explicou o funcionamento do Programa Sergipe Cidades e cedeu material documental para análise.

Sobre a relação da “nova” forma-conteúdo da segunda residência no litoral e o Desenvolvimento Econômico em Sergipe, seis pontos de interesse foram colocados ao representante da SEDETEC, a saber: (i) a relação dos condomínios fechados de segunda residência nos municípios da Barra dos Coqueiros e em Estância com o desenvolvimento econômico de Sergipe; (ii) as ações/incentivos do governo do Estado de Sergipe que motivam os investimentos regionais, nacionais e internacionais do mercado imobiliário para a construção de condomínios fechados de segunda residência no litoral, especificamente na Barra dos Coqueiros e em Estância; (iii) os efeitos positivos dos condomínios fechados nos municípios costeiros estudados; (iv) as ações da SEDETEC para que a população participe desse processo; (v) os efeitos negativos do incremento dos condomínios fechados nos dois municípios estudados; (vi) ações da SEDETEC para viabilizar o desenvolvimento sustentável.

Para analisar o surgimento do turismo imobiliário em Sergipe e a relação desse novo segmento com o turismo convencional, o representante da SETUR estruturou o discurso nos quatro momentos que lhe foram propostos: (i) a SETUR e a promoção do turismo imobiliário no litoral de Sergipe; (ii) as ações da SETUR diante dos benefícios e dos prejuízos do turismo imobiliário para o litoral sergipano; (iii) a (in)existência de programa/projeto de consulta à população da Barra dos Coqueiros e Estância sobre o novo direcionamento do turismo nesses municípios; (iv) a SETUR e o turismo imobiliário diante do turismo convencional em termos de benefícios e prejuízos.

Estrategicamente, o último entrevistado foi o representante da SEMARH, visto que esta Secretaria Estadual gerencia os recursos ambientais, a base material

que assenta a segunda residência no litoral. As pautas propostas para discussão foram: (i) o que representa para o meio ambiente a implantação de condomínios fechados de segunda residência nos municípios da Barra dos Coqueiros e Estância; (ii) os efeitos territoriais do crescimento dos condomínios fechados nos municípios estudados; (iii) as ações da SEMARH para conter os problemas ambientais.

Aliados aos problemas ambientais estão os conflitos territoriais que envolvem a segunda residência no terreno de marinha. Para entender as divergências territoriais entre os moradores permanentes, os veranistas e a União, um dos representantes da SPU foi entrevistado. A entrevista foi complexa e os assuntos abordados foram: (i) a base legal da delimitação do terreno de marinha; (ii) o regulamento do ordenamento territorial das construções nos espaços da União; (iii) o histórico das ações da SPU; (iv) os obstáculos para o cumprimento da Lei; (v) os conceitos e as diferenças entre laudêmio, Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) e outros procedimentos administrativos; (vi) a visão da SPU sobre os condomínios fechados na Praia da Costa, na Atalaia Nova, na Praia do Saco e das Dunas.

Vale ressaltar que as entrevistas por pautas com os diferentes agentes do poder público foram elucidativas de várias questões problematizadas nos trabalhos de campo anteriores.

Todas as informações coletadas foram analisadas em conjunto com a pesquisa quantitativa realizada segundo o estudo da Sinopse do Censo de Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE permitem o conhecimento do crescimento das segundas residências, tratadas como domicílio de uso ocasional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o último dia de escrita da redação leu-se mais um pouco. A pesquisa bibliográfica continuou, até mesmo depois da entrega do trabalho para a avaliação da banca examinadora. Sempre se teve a sensação de que a análise poderia ter sido feita por mais um outro prisma, diante da complexidade e amplitude da temática da segunda residência no litoral. E sim, é possível! Mas não caberia na dissertação. Então, vamos ao Doutorado! O estudo geográfico da segunda residência torna-se surpreendente a cada nova leitura. As possibilidades de análise são múltiplas!

Propuseram-se na dissertação várias possibilidades de “verdades” em um constante jogo dialético entre os sujeitos-objeto do conhecimento, mas defendeu-se uma “verdade”. A “verdade” da visão de mundo do “ser” pesquisador(a), uma visão ideologizada sim, contudo (in)consciente da necessidade de flexibilidade no pensar. Respeita-se o pensamento alheio! A ciência não é neutra. O que não significa deixar de agir com ética, e em virtude disso as vozes dos sujeitos foram expostas, mesmo que em discordância com a visão do(a) pesquisador(a). Como se vê, o que a pesquisa apresentou como densidade nas reflexões concebe-se graças à soma dos outros.

REFERÊNCIAS

ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11-13, p. 107-122, set. 2003.

ASSIS, L. F. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In: SILVA, J. B. et al. (Org.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 289-305.

ASSIS, L. F. Do território usado à multiterritorialidade: reflexões sobre o lazer e o turismo em segundas residências no nordeste brasileiro. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 26, p. 45-58, 2009.

ASSIS, L. F. **Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade – Camocim/CE**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse preliminar do censo**. Brasília: IBGE, 1980.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse preliminar do censo**. Brasília: IBGE, 1991.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico de Sergipe**. Brasília: IBGE, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico de Sergipe**. Brasília: IBGE, 2010.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Tradução: Margareth Pimenta e Joana Pimenta. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. **O turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Ed. UECE, 2007. p. 19-43.

CORRÊA, R. L. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **Geo UERJ: Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 14, p. 7-17, 2003.

CRUZ, R. C. A. **Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CRUZ, R. C. A. **Geografias do turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, R. C. A. Los nuevos escenarios del turismo residencial en Brasil: un análisis crítico. In: MAZÓN, T.; HUETE, R.; MANTECÓN, A. (Ed.). **Turismo, urbanización y estilos de vida**: las nuevas formas de movilidad residencial. Barcelona: Icaria, 2009. p. 66-77.

DANTAS, E. W. C. et al. Urbanização litorânea das metrópoles nordestinas brasileiras. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Coord.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 85-113.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia no litoral. Fortaleza: Ed. UFC, 2010.

DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Coord.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 85-113.

FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. A estruturação do turismo e do imobiliário nas metrópoles nordestinas: conceitos básicos e antecedentes. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Coord.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 117-129.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HALL, C. M.; MULLER, D. K. **Tourism, mobility and second homes**: between elite landscape and common ground. Clevedon, UK: Channel View, 2004.

HIERNAUX-NICOLÁS, D. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194, 2005.

HUETE, R.; MANTECÓN, A. Los límites entre el turismo y la migración residencial: una tipología. **Papers**, ano 3, n. 95, p. 781-801, 2010.

LIMONAD, E. "Yes, nós temos bananas!" Praias, condomínios fechados, resorts e problemas sócio-ambientais. **Revista GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 63-88, 2007.

LIMONAD, E. "Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...". Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270, 2008.

LÓPEZ COLÁS, J. **La residencia secundaria en España**: estudio territorial de uso y tenencia. Tese (Doutorado em Geografia) – Facultat de Filosofia i Lletres, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, D. B. Guarujá. In: AZEVEDO, A. **A Baixada Santista**: aspectos geográficos. v. III: Santos e as cidades balneárias. São Paulo: EDUSP, 1965. p. 113-174.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIGONAT, C. R. M. Urbanizaciones turísticas y concentración espacial del deterioro ambiental: el caso de la costa marplatense, Argentina. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 53, p. 129-146, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, P. P. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico**: a segunda residência no litoral sergipano. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

SEABRA, O. C. L. **A muralha que cerca o mar**: uma modalidade de uso do solo urbano. 1979. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1979.

SILVA, A. F. C. Estratégias dos investimentos estrangeiros no Nordeste. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A.; LIVRAMENTO, M. C. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010a. p. 131-169.

SILVA, A. F. C.; Estratégias do mercado e investimento privado imobiliário turístico no Nordeste brasileiro. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A.; LIVRAMENTO, M. C. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010b. p. 171-190.

SILVA, K. **A residência secundária e o uso do espaço público no litoral oriental potiguar**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2010.

SILVA, K. **A residência secundária no Brasil**: dinâmica espacial e contribuições conceituais. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

TULIK, O. **Turismo e meio de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

INTERFACES DA PATRIMONIALIZAÇÃO: VALORES E CONFLITOS NA CIDADE- PATRIMÔNIO DE PENEDO - AL¹

Daniella Pereira de Souza Silva

INTRODUÇÃO

Os anos de 2010 a 2013 consistiram em um período de vivências no qual buscamos compreender as relações e os conflitos existentes na população de um sítio histórico tombado e seu processo de patrimonialização, no município de Penedo - AL. Situações cotidianas, como pequenas reformas em casas e a ocorrência de eventos públicos, invariavelmente, eram motivo de inquietação acerca do que se podia ou não se podia fazer nessa localidade. Pode-se colocar grades nas janelas? Pode-se substituir o piso que precisa encerrar por um outro de mais fácil manutenção? Quantos decibéis são toleráveis de modo a não gerar rachaduras no casario tombado? Apesar da legislação esclarecer qual seria a conduta adequada nessas situações, não raro moradores e comerciantes/empresários mostravam-se desconhecedores dos limites legais aos quais estavam submetidos, não obstante estivessem cientes de morarem/trabalharem em uma área tombada.

As iniciativas em favor da patrimonialização têm como um dos seus principais instrumentos o tombamento, pois, em linhas gerais, ele atende às necessidades de conservação das edificações e as da expansão do desenvolvimento do

¹ O presente texto é parte da tese de doutorado intitulada "Arruando" vejo rio, homens, pedra & cal: a des-re-patrimonialização do sítio histórico tombado de Penedo-AL., sob orientação da profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas, defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

turismo. Desse modo, a patrimonialização se concretiza no discurso desenvolvimentista que incentiva o acionamento dos bens culturais como recurso que cada cidade-patrimônio dispõe. É nessa percepção de patrimônio como recurso que, neste trabalho, apoiaremos a nossa compreensão do significado de patrimonialização atrelado a um processo de ressignificação dos lugares (COSTA, 2011).

No Brasil, vêm ganhando maior atenção os debates sobre os processos que envolvem a patrimonialização de cidades históricas, os propósitos associados a essa política preservacionista, os valores envolvidos nas complexas relações travadas entre quem vive e trabalha nessas áreas e os agentes da patrimonialização. Trata-se de um conflito, pois envolve, a partir das medidas preservacionistas, uma redefinição do papel das cidades reconhecidas como de valor cultural, orientada pelas intervenções urbanísticas que mantêm afastado da discussão a sua principal interessada: a população de residentes e de empresários/autônomos dos sítios tombados. Entendemos ser fundamental compreender como essas cidades e os seus ocupantes se inserem nas especificidades de uma política preservacionista que é, ao mesmo tempo, universalizante e padronizadora.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo evidenciar a natureza dos embates e conflitos suscitados entre a população de um sítio histórico tombado e os agentes patrimonializadores. Como dito anteriormente, elegemos, para fins de análise, o município de Penedo - AL devido: i) às especificidades que a tornaram reconhecida como cidade-patrimônio, apesar de se situar fora do circuito turístico das capitais nordestinas e, portanto, não possui uma inserção mercadológica, o que entendemos ser um dos principais fundamentos da patrimonialização; ii) às relações conflitantes que envolvem a trajetória do tombamento como acontecimento ainda em processo de aceitação e acomodação pela população atingida, mesmo passados quase trinta anos do seu reconhecimento como cidade-patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); iii) à maneira como a população percebe, apreende e se posiciona perante essa paisagem patrimonializada.

Penedo é um município que se situa ao Sul do estado de Alagoas (Mapa 1). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ocupa uma área de aproximadamente 670 km² e limita-se ao Norte com os municípios de São Sebastião, Teotônio Vilela e Coruripe; ao Sul, com o Rio São Francisco e Piaçabuçu; a Leste, com Feliz Deserto, Coruripe e Piaçabuçu, e a Oeste, Igreja

Nova. O acesso a partir da capital do estado, Maceió, é feito através das rodovias pavimentadas BR-316, BR-101 e AL-110, cumprindo-se um percurso em torno de 172 km, ou pela AL-101 e AL 225, conhecida como a rodovia litorânea, que reduz o trajeto a ser percorrido a algo em torno de 145 km.

Mapa 1 - Mapa de localização de Penedo no estado de Alagoas



Fonte: Guia Geográfico - Mapas do Brasil.

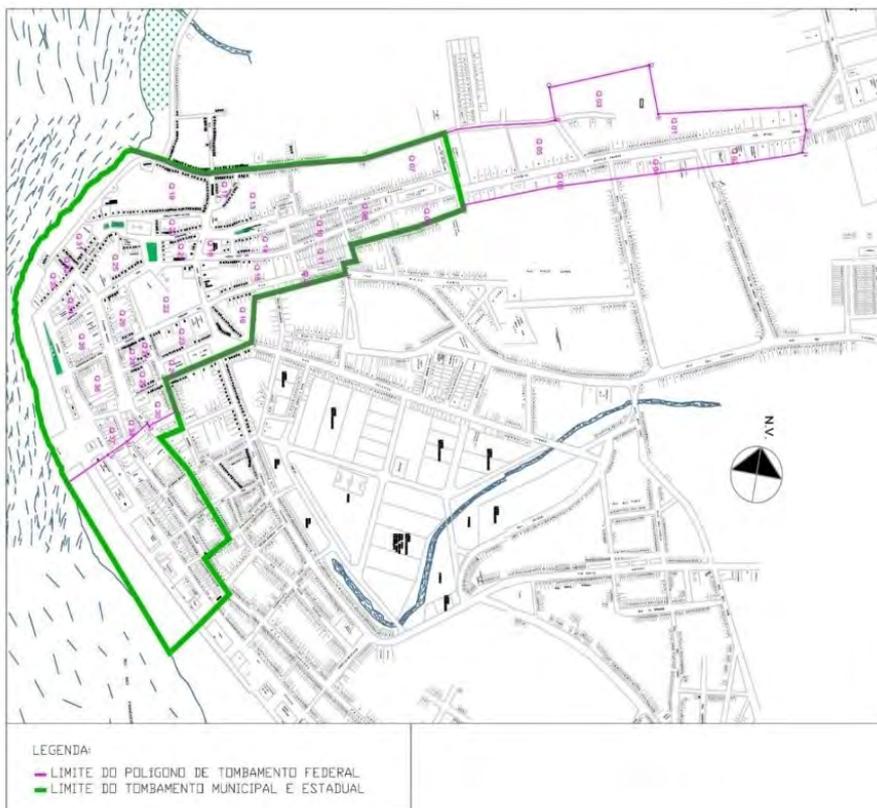
Disponível em: <<http://www.guiageo.com/alagoas.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

O tombamento estadual foi o primeiro a ocorrer, em 08/03/1986, e veio acompanhado da demarcação de um perímetro; em seguida, veio o segundo tombamento, dessa vez na escala municipal, que se deu em 09/11/1989, e acompanhou o mesmo perímetro já definido pelo Governo do Estado de Alagoas. Os limites do polígono de tombamento federal foram os últimos a serem demarcados quando o IPHAN reconheceu Penedo como Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbano, em 30/10/1996.

A área do perímetro tombado, em nível federal, é de 27 hectares (Mapa 2); possui, aproximadamente, 800 imóveis e corresponde ao núcleo original da ocupação do município, que se deu às margens do rio São Francisco e em função do seu porto. Se, por um lado, o centro reúne um acervo arquitetônico do período colonial eclético e exemplares da arquitetura moderna que justificaram o seu tombamento, por outro lado, passa por um processo lento, mas gradual, de

esvaziamento populacional que tem, nas ações de expansão urbana direcionadas para a 'parte alta' do município, um forte concorrente, na medida em que é possível verificar uma ampliação do setor de serviços e de comércio que tem contribuído para o surgimento de novas centralidades.

Mapa 2 - Polígono de tombamento do Sítio Histórico de Penedo



Fonte: IPHAN, Oficina de Projetos, 2015.

De todas as ruas constantes no polígono de tombamento federal, foi necessário adotar uma delimitação mais precisa do lugar de estudo (Mapa 3) a partir de algumas ponderações: ao longo do período analisado, era visível a concentração de obras decorrentes dos programas de reabilitação urbana em uma área conhecida informalmente por algumas pessoas e membros da gestão pública munic-

pal como uma “zona de preservação rigorosa”. Afirmamos ser um reconhecimento informal, pois tal nomenclatura inexistente no plano diretor municipal e recebeu esse “reconhecimento” por se referir basicamente ao núcleo de concentração dos casarões, sobrados e monumentos mais proeminentes do sítio tombado.

Mapa 3 - Demarcação da área estudada



Fonte: Oficina de Projetos, 2015. Autora: Márcia Silva.

Outro motivo para a demarcação da área foi o fato desse núcleo concentrar os principais atrativos, serviços e equipamentos turísticos que justificam boa parte dos investimentos direcionados à refuncionalização da área patrimonializada, constantes no plano diretor, assim como nas propostas do Programa Monumenta/BID e do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas 2 (PAC2), em Penedo.

Por fim, constatou-se que alguns trechos do sítio tombado são pouco frequentados por turistas, possivelmente pela ausência de divulgação sobre essas áreas com arquitetura mais simples e sem sobradões imponentes, reforçando uma espécie de “escolha” deliberada pelo esquecimento. Desse modo, essa talvez seria a razão pela qual tais áreas são menos propensas a uma fiscalização intensiva dos

órgãos competentes. A pouca visibilidade da área também pode estar levando os moradores, empresários/autônomos – especialmente aqueles situados nas proximidades da feira livre – a viverem o seu cotidiano alheios ao tombamento, revelando o desinteresse da patrimonialização por lugares com menor atratividade estética para fins de consumo turístico.

CONTORNOS DA PESQUISA

A pesquisa é de abordagem qualitativa e foi realizada mediante a coleta de informações por meio da observação direta, que, por sua vez, contou com a utilização de caderno de campo, além de registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa entrevistados constituíram-se de moradores do sítio tombado (15) e empresários ou profissionais autônomos que atuam nesse território patrimonializado (13) mantendo com ele vínculos de natureza econômico-cultural. Entrevistamos empresários do setor de hospedagem, de gastronomia, bem como profissionais das seguintes áreas: artesanato e artes plásticas, pesca, comércio de feiras livres e educação musical.

No caso específico dos moradores, observamos a predominância do sexo feminino (60%) em relação ao masculino (40%). Embora a maior parte dos entrevistados tenha informado que é casada (47%), chamou-nos a atenção a quantidade de pessoas viúvas, solteiras e divorciadas que, somadas, totalizam 53%. Segundo as respostas obtidas, em 74% das residências residem apenas 1 ou 2 pessoas, evidenciando um território sem vitalidade, decorrente da diminuição dos núcleos familiares outrora compostos por adultos, filhos e netos. Confirmamos tal situação ao considerar a faixa etária da maioria dos entrevistados, que quando somados revelam que 72% do total de moradores encontra-se na faixa acima dos 56 anos de idade. Destacamos, também, que o nível de escolaridade dos entrevistados no sítio tombado é considerado elevado, pois 60% do total de entrevistados tem o nível superior concluído.

Quanto aos 13 empresários/autônomos entrevistados, ressaltamos que a maior parte é composta por indivíduos do sexo masculino (54%) – embora seja nítido um equilíbrio no tocante ao número de homens e mulheres – sendo que a maioria é casada (77%). A maior parte desses entrevistados se situa na faixa etária de 46 a 55 anos (54%). Entretanto, ao adicionar pessoas pertencentes a outras fai-

xas etárias mais avançadas, chegamos a 85% das pessoas entrevistadas com faixa etária acima dos 46 anos, demonstrando que, ao invés de desacelerarem o ritmo de trabalho, na verdade o mantêm. Nenhum entrevistado enquadrrou-se na faixa dos 26 aos 35 anos, o que sugere que os adultos jovens não estão vendo oportunidades de inserção atraentes em negócios relacionados direta ou indiretamente com o turismo, já que a patrimonialização busca se realizar principalmente nesse setor. Quanto ao nível de escolaridade, embora 46% dos entrevistados tenham nível superior, o quantitativo de 38% de empreendedores apenas com o nível fundamental pode sinalizar para a importância de uma maior qualificação em seus respectivos ramos de atuação.

A definição da amostra desta pesquisa baseou-se em seu caráter proposital ou intencional (não-probabilística). Segundo Turato (2003 apud DOURADO, 2014, p. 55) essa amostra é “[...]aquela de escolha deliberada de respondentes, sujeitos ou ambientes, oposta à amostragem estatística, preocupada com a representatividade de uma amostra em relação à população total [...]”. No caso da população do sítio tombado, especialmente a parte composta por empresários/autônomos, adotamos apenas a estratégia de amostragem e optamos pela maior concentração de entrevistas na área comercial e de serviços, que fica no núcleo original do povoamento de Penedo, mais próximo à orla do rio São Francisco. Fomos diminuindo a quantidade de entrevistas à medida em que nos distanciávamos da orla e adentrávamos na área predominantemente residencial.

Nessa área, adicionamos à amostragem não-probabilística uma adaptação da técnica bola de neve, que me permitiu de maneira mais informal entrevistar os moradores. A bola de neve pode ser descrita como “uma técnica que busca encontrar respondentes para pesquisas. Um respondente diz ao pesquisador o nome de outro respondente, que por sua vez, indica o nome de um terceiro respondente, e assim vai” (ATKINSON, R.; FLINT, J., 2001, p. 02). Fizemos a adaptação no intuito de minimizar um risco comum nessa técnica, que é a tendência de os respondentes fazerem indicações de outros respondentes, tomando como referência a subjetividade e/ou proximidade com os respondentes anteriores, podendo sugerir maior convergência de opiniões e comprometer a sua diversidade.

Assim, selecionamos apenas um respondente principal para nos indicar os demais. Isto é, realizamos uma entrevista, a qual deveria ser aplicada, posterior-

mente, com moradores que residissem na atual moradia há pelo menos 20 anos, recorte que se refere ao tempo de tombamento de Penedo no nível nacional. As ruas onde foi realizada apenas uma entrevista foram aquelas onde contabilizamos, ao longo das nossas incursões ao município durante a etapa de observação, menos de 50 imóveis com função residencial e aparentemente ocupados².

No caso de ruas com um quantitativo superior, foi solicitado ao morador que indicasse outro que residisse há menos de 10 anos naquela rua. Buscamos, com isso, observar eventuais diferenças na relação dos moradores com o patrimônio edificado antes e após o tombamento do sítio.

Integrantes de órgãos públicos, percebidos neste trabalho como agentes da patrimonialização, também foram entrevistados e analisados sob a perspectiva das condutas (ação e comportamento), dos mecanismos adotados (procedimentos) e das relações travadas (tratamento), geradoras de inúmeros conflitos com a população do sítio histórico tombado. Assim sendo, foram entrevistados: 01 gestor municipal integrante da Secretaria de Infraestrutura e Obras (SEINFRO), 01 gestor estadual de Alagoas, especificamente da Secretaria de Estado da Cultura (Pró-Memória) e 01 gestor federal, mais precisamente do IPHAN. Outras entrevistas foram consideradas relevantes para os propósitos da pesquisa, como as seis entrevistas semiestruturadas com membros do Fundo de Preservação do Patrimônio (FUNPATRI) e, entre os entrevistados, incluímos o presidente do conselho curador, que é o atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente. Finalmente, também foram realizadas três entrevistas de abordagem livre, sem estrutura definida e entendidas como fundamentais, por serem representações importantes no tocante à trajetória do início dos programas de reabilitação urbana em Penedo. Essas entrevistas foram realizadas com uma ex-diretora do Pró Memória/Governo de Alagoas e com uma arquiteta que trabalhou no Programa Monumenta/BID, em ambos os casos no período de execução do citado programa, e 01 historiador e poeta penedense.

² Ressaltamos que o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SICG) do IPHAN foi concluído seis meses após a realização das nossas entrevistas e, portanto, reconhecemos que pode haver contrastes na quantificação e qualificação desses imóveis.

PATRIMONIALIZAÇÃO: QUESTÕES E CONFLITOS

Os sítios tombados têm se mostrado bons exemplos para a compreensão da realidade social que vivemos, pois enquanto territórios patrimonializados impulsionam uma reflexão sobre os múltiplos e contraditórios processos de produção espacial que estão em permanente transformação; revelam, portanto, os elementos concretos da reprodução da sociedade. Enfatizamos esse aspecto, sobretudo quando se tratam de processos envoltos numa acepção mercadológica, em que o Estado tem uma participação determinante como principal agente garantidor do processo pioneiro de valorização do espaço.

Essa valorização vem acompanhada de uma resignificação tanto da história quanto da memória na ocorrência dos processos de reabilitação urbana. Como consequência, inúmeras controvérsias e conflitos têm surgido dos desencontros acerca das intencionalidades, elas mesmas percebidas como relações de poder, como determinações calcadas no ato de “definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade” (FERNANDES, 2013, p.183).

Os conflitos no território patrimonializado produzem/resultam de um ambiente de disputas que, segundo Canclini (1984) envolvem três sujeitos/agentes sociais, a saber: o Estado, as empresas e a sociedade civil organizada, dos quais emergem inúmeras contradições. Como pano de fundo, tem-se uma busca incessante junto ao Estado e, por vezes, a outros arranjos de governança locais em Penedo, como o Rotary Club, no princípio, e o FUNPATRI, na atualidade, para o reconhecimento e inserção do município como cidade-patrimônio no universo do consumo turístico nacional.

Entretanto, nem todas as cidades encontram-se nas mesmas condições de competição. Considerando o Ciclo de Vida da destinação turística concebido por Butler (1980) e analisado por Lima e Vilar (2014)³, situamos Penedo no es-

3 Segundo Lima e Vilar (2014), os estágios do ciclo de vida das destinações turísticas concebidos por Butler (1980) são, em ordem crescente: *exploração*, momento da chegada dos primeiros turistas à localidade, normalmente são exploradores ou aventureiros e é quase inexistente qualquer infraestrutura turística; *envolvimento* (já mencionado); *desenvolvimento*, quando há o incremento de organizações de fora da localidade investindo na infraestrutura e serviços turísticos, aumentando o fluxo de visitantes e diminuindo o controle da população local sobre o setor; *consolidação*, momento de estagnação das taxas de crescimento apesar da relevância que adquire o setor na criação de empregos, levando à

tágio de *envolvimento*, que figura na segunda etapa de um total de cinco em trajetória evolutiva, focada principalmente nas repercussões decorrentes do incremento gradual dos fluxos turísticos e dos seus impactos no ordenamento territorial e nas relações sociais. Nesse estágio, os serviços turísticos são prestados quase que exclusivamente pela população local por meio de contatos diretos com os turistas apesar de, no caso penedense, esse público ainda ser escasso, com exceção do turismo pedagógico, percebido pelos empresários locais como de baixa rentabilidade.

Alertamos para o fato de que, ao ilustrarmos o que poderia ser a situação atual de Penedo, apontamos para a irregularidade e incipiência dos fluxos turísticos motivados pelos seus atrativos histórico-culturais e para a tímida infraestrutura turística quando se almejam propósitos mais ousados no futuro.

Os esforços de reabilitação urbana, para além da busca pelo impulso ao setor turístico, sinalizam para a necessidade de compreendermos os conflitos que expõem as maneiras pelas quais a vida em um sítio tombado como Penedo tem se afirmado em um território patrimonializado e em uma paisagem histórica ressignificada. Entendemos que, no contexto da patrimonialização, um olhar mais aproximado da maneira como os sujeitos/agentes sociais mencionados por Canciani (1984) percebem a mútua atuação e se apropriam dos instrumentos e dispositivos da política preservacionista lançará luz sobre as inquietações postas acima.

Assim, por mais que não seja perceptível, a manifestação vinda da população do sítio tombado sobre os usos e a importância do patrimônio cultural em seu cotidiano, somadas às entrevistas e às observações decorrentes do período de moradia naquela cidade, mostraram-nos o seguinte: há uma evidente inquietação em torno do equacionamento dos problemas diários que impõem permanentemente o dilema sobre o que priorizar: a modernização e o bem-estar da sociedade atual ou a história e a memória do lugar? Para os penedenses, a primeira opção tem sido privilegiada.

Uma vez ocorrida a patrimonialização, poucos são aqueles que questionam a natureza das contradições que monumentos ou conjuntos arquitetônicos

necessidade de ampliação do período turístico; *estagnação*, a massificação turística conduz a um intenso desgaste social, ambiental e econômico que leva o destino turístico demandando a lotação dos equipamentos turísticos para viabilizá-los economicamente, a preços mais baixos com consequente atração de público de menor poder aquisitivo.

carregam consigo. Isso significa que, por serem perenes, seriam fonte de “consenso coletivo”? A perenidade leva à reflexão de que o seu valor é inquestionável, mas os fragmentos e divisões existentes na sociedade mostram que a apropriação do patrimônio não se dá de forma homogênea, e inúmeros fatores concorrem para a construção de uma teia de conflitos e disputa de poder que se territorializam no sítio tombado. Por essa razão, através do patrimônio cultural é possível compreender os múltiplos usos do território.

A necessidade do tombamento assume um caráter de interferência normativa do Estado para assegurar a primazia da função social sobre o direito de propriedade. O tombamento pode ocorrer à revelia do proprietário, embora não seja recomendável. Em Alagoas é de responsabilidade do Conselho Estadual de Cultura deflagrar o tombamento e, a depender da orientação política que receba, o mesmo pode ocorrer por determinação do próprio governador. Ainda assim, o tombamento é desencorajado em caso de rejeição absoluta do proprietário. Esse foi o caso do proprietário de um hotel símbolo da arquitetura moderna no sítio tombado, que tinha em suas dependências o saudoso Cine São Francisco. Segue o relato de uma das entrevistadas da nossa pesquisa:

A gente teve lá uma reunião muito difícil, exatamente por isso, porque eles ficam indignados. ‘Como que é uma propriedade privada e a gente está sob a ameaça de não poder fazer tudo o que queremos?’ Mas o cinema...[...] nós levamos o advogado do jurídico da secretaria porque eu já sabia que era uma discussão difícil e aí ele disse: ‘Olha [...], eu acho que a gente antes de avançar com esse tombamento, a gente precisa conversar com o secretário e expor a dificuldade’, porque o Secretário de Cultura, ele era a favor de que tinha que haver um mínimo de consentimento por parte do proprietário. [...] Então ele [o secretário] era absolutamente contra aquele tombamento feito sem o consentimento [...] porque é possível, né? Com o decreto que era aprovado pelo Conselho de Cultura. Então se o proprietário for contra a legislação, o Conselho de Cultura pode mesmo assim. A gente já tinha dificuldade de fiscalizar. Então, na verdade, a gente tinha que ter o proprietário do nosso lado. Ele era um parceiro nessa preservação. Então a gente vinha num processo de convencimento. Tinha muito descrédito. (Ex-Diretora do Pró-Memória).

Ficou explícito, ao final do depoimento, como o reconhecimento do próprio ente público, em não desempenhar a contento o seu papel de agente fiscalizador, orientador e esclarecedor da população do sítio tombado, demandou a criação de estratégias alternativas para garantir o êxito da política preservacionista, manifestada nos esforços de aproximação com os ocupantes. O pioneirismo do tombamento de Penedo, frente aos demais municípios reconhecidos como patrimônio em Alagoas, é entendido como justificativa para a implantação de um escritório técnico do IPHAN e a sua ausência é motivo de críticas. Vejamos o que diz um dos nossos entrevistados, o qual é membro da FUNPATRI: “[...] nem falo do estadual, porque [...] mas o federal, que existe, tinha que ter um escritório aqui, funcionando. Não tem uma estrutura. Penedo foi o primeiro do estado que foi tombado pelo governo federal. É o maior acervo” (Membro do FUNPATRI).

Por outro lado, uma vez que o tombamento e a refuncionalização desses sítios introduzem mudanças não só materiais, mas também simbólicas no território, implementadas a partir do estabelecimento de um conjunto normativo dos novos usos pretendidos para o patrimônio cultural, podemos, com isso, entender que há uma associação na relação entre a forma e o tempo, tendo na forma um resíduo de estruturas que já existiram no passado, mesmo diante da constatação de que “algumas já desapareceram da nossa visão e, às vezes, até mesmo do nosso entendimento” (SANTOS, 2008a, p. 66). O autor observa que os conjuntos e arranjos perceptíveis no presente, a partir da sua própria configuração territorial e que estão visíveis na paisagem, constituem-se como produto das realizações do presente e do passado. São, portanto, um acúmulo de intencionalidades e não uma ruptura.

É daquilo que ficou como legado que a patrimonialização se apropria. Para Nigro (2010), há uma seletividade no que concerne às ações preservacionistas no espaço, pois, ao virem em um processo contínuo de reestruturação, permitem divisar três “escalas” evolutivas e complexas de análise. Fazemos a ressalva de que, nas escalas federal e estadual, a motivação emergiu da realidade europeia, havendo sido apropriada pelo Brasil sobretudo após a criação da UNESCO.

Inicialmente, o foco de análise consistia na ideia de monumento vigente no século XVIII, com a finalidade de fazer reviver um passado mergulhado no tempo. Estava associado a fatos excepcionais, merecedores de comemoração dos feitos dos poderosos e vencedores. No caso de Penedo, essa realidade se materializa

nas igrejas católicas espalhadas em seu núcleo antigo e que são não apenas testemunhos da empreitada colonizadora de sucesso, mas também motivadores do tombamento em nível nacional, no ano de 1941, do primeiro bem considerado monumento no município, o Convento da Ordem Franciscana. A ele se seguiram outras igrejas e alguns poucos sobrados.

O processo de renovação urbana no pós-II Guerra Mundial na década de 1950 ampliou a noção de preservação para os sítios históricos das cidades, sendo que foi nesse momento que o patrimônio passou a integrar os debates acerca do planejamento urbano. Foi um momento em que se desenvolveu todo um corpo teórico que lançou os critérios técnico-científicos e as bases padronizadoras das medidas protetivas.

Mas houve nesse decurso, o esforço em ampliar a discussão preservacionista para o conceito de território e, segundo Nigro (2010, p.73), “[...] a emergência desse ideário ‘territorial’ pressupõe a incorporação das redes de sentido e das vivências sociais dos patrimônios nas práticas de preservação”. Esse foi um avanço que permitiu atrelar eficazmente os conceitos de patrimônio e território a partir dos seus elementos comuns, ou seja, considerando a materialidade e o viés ideológico que lhes são inerentes, portanto, projetam-se como mecanismo de controle no exercício das relações de poder.

Otossim, também os processos de patrimonialização estão associados à função memorial já que se inserem em um imbricado conjunto de relações histórico-sociais. Ponderamos que o patrimônio só existe para as pessoas, mediante a apropriação coletiva. De acordo com Leite (2014)⁴, “[...] o patrimônio não existe em si, ele não é algo, não é uma entidade, ele não fala por si, nós é que falamos através dele”. Descortina-se, então, o patrimônio cultural não como entidade supraorgânica, solta, autossuficiente, dissociada das práticas socioculturais, mas como ideia, estrutura, instrumento através do qual individualidades e grupos sociais constroem e (re) constroem permanentemente as suas experiências com a cidade na atualidade, e, inclusive, arrogam o direito de modificar ou abandonar objetos, edificações e práticas que deixam de fazer sentido em

4 Trecho de fala extraído de uma palestra proferida durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia (2016).

seu cotidiano como consequência de uma série de transformações próprias da dinâmica da vida.

A apropriação se faz através do uso, das vivências e práticas construídas no cotidiano e, portanto, significativas para o indivíduo e a coletividade. A valorização dos usos desses bens culturais e a orientação para o futuro e não para o passado aponta para um dos caminhos do êxito das ações preservacionistas. De acordo com Aloísio Magalhães (1985, p. 192),

Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado. Não tem sentido que esses documentos e bens fiquem apenas porque foram belos e foram úteis no passado. É preciso que voltem a ser úteis, é preciso que estejam à disposição do pessoal moço que precisa entender esses componentes para poder entender o que deve fazer deste país. E é nesse sentido que a tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro.

Há um itinerário repleto de conflitos que nos possibilitaram compreender melhor a patrimonialização em Penedo, uma vez que a realidade das dinâmicas de recuperação dos sítios históricos tombados, não raro, apontam obstáculos de ordem socioeconômica, política e legal, tendentes ao comprometimento do processo. Além das múltiplas escalas político-administrativas de competência nos assuntos patrimoniais já mencionados, observamos os conflitos envolvendo a propriedade do imóvel e a função social do patrimônio; as mudanças político-partidárias resultantes dos processos eleitorais; as conjunturas eleitorais ditando o ritmo e a prioridade das políticas públicas para o patrimônio; a marginalidade, o desemprego e os conflitos sociais acentuados; a crise econômica; a baixa capacidade de mobilização, organização e intervenção participativa e democrática dos cidadãos na gestão dos sítios históricos, entre outros.

Na medida em que o viver em Penedo significa para a população conviver com índices elevados de violência, é esperado que a associação entre patrimônio cultural e emprego, patrimônio cultural e turismo, patrimônio cultural e geração de renda constituam esperança de melhores dias para os moradores.

[...] Doido pra ganhar na mega sena pra arranjar outro lugar melhor pra morar... um lugar como Penedo era na minha infância: um lugar tranquilo, sem violência, arborizado, com um povo educado, com um povo amigo. Então isso tudo eu conheci na minha adolescência, na minha infância. Hoje eu não conheço mais Penedo assim [...]. (M., 49 anos, dono de hotel).

Hoje nós estamos vivendo num clima muito intenso, violento. Pronto, hoje, 21h da noite a gente não fica mais aqui sozinho. Antigamente eram 10 [pessoas] hoje é 3, 4 e fica assim olhando... Porque quando passa uma moto a gente já fica assustada. Porque ultimamente tem muita morte, entendeu? (F., 61 anos, Pça Frei Camilo Lélis).

Depoimentos como esses nos fazem reconhecer a importância da aproximação do debate entre os usos do patrimônio e as políticas de intervenção urbana, avançando para além das tradicionais reflexões circunscritas à identidade, à história e à memória. É preciso compreender como a população do sítio tombado se relaciona com as normas jurídico-legais da política preservacionista, como se relaciona com os agentes patrimonializadores e seus respectivos dispositivos de comunicação e controle, bem como verificar a sua percepção acerca dos benefícios que as obras de reabilitação trarão para si.

Uma interface do tombamento é a manutenção do interior dos imóveis. Trata-se de uma situação cada vez mais dificultada pela evolução tecnológica dos equipamentos e pela busca por um estilo de vida mais prático que demande menos tempo e custos em atividades domésticas. Os equipamentos de outrora caíram em desuso, convertendo-se em mais um motivo para a adequação dos imóveis aos tempos atuais,

[...] você tá querendo mudar porque você vai sentindo necessidade. Por exemplo, isso aqui [o piso] eu ainda encero. A menina vem pra cá uma vez por mês e passa a cêra e a enceradeira. Eu já tô aqui com dificuldade de comprar enceradeira pequena. Eu encontrei na Arno outro dia pela internet. Pedi, mas não veio. Disse que tava em falta. Perguntaram se eu queria mais pra frente. Tô esperando. Você bota pra consertar [a enceradeira], o cara pergunta: 'como é que conserta isso?' E outra dificuldade é pra contratar empregada. Então o que é

que você tem que fazer? Botar as coisas mais práticas, né? Mas se eu for tirar [o piso], não vou nem quebrar. Vou botar outro por cima. (F., 63 anos, rua Barão do Rio Branco).

A demora do IPHAN em emitir os pareceres às consultas feitas pelos moradores e empresários/autônomos são desencadeadoras de obras de reforma à revelia da legislação e motivo de desgaste da relação desse órgão com a população,

[...] Precisamos que os órgãos sejam mais ativos nas suas funções. P.ex: Se a gente tem a dificuldade de convencer a pessoa a manter o patrimônio, geralmente é o empresário, que quer fazer uma reforma na sua loja. Tem que fazer o projeto. Ele concorda, faz a solicitação e passa-se, tem casos que já passou mais de 12 meses pra dar a resposta. Quando passa 1 mês, e o cara [IPHAN] não responde, eles fazem. Porque ele diz: 'o prédio é meu!'. Esta resposta [do IPHAN] é muito lenta. Outra coisa que é muito lenta: a fiscalização. Tem que ser preventiva. Viu alguém mexer? tem que chegar in loco. Principalmente o federal, nem falo do Estadual, porque... mas o federal, que existe, tinha que ter um escritório aqui, funcionando [...]. (Membro do FUNPATRI).

No geral, todos os entrevistados mencionaram saber que moram e/ou trabalham em um sítio tombado, mas não conseguiram precisar a trajetória ou a motivação do ato comprovando o seu distanciamento do processo. Nas suas falas, é comum a alegação de desconhecimento do histórico do tombamento, mas também há esforços pontuais em tentar demonstrar algum conhecimento, mesmo que superficial, sobre a história de Penedo, fazendo alusão ao rio ou ao rochedo que lhe emprestou o nome: "Eu só sei assim... o que eu ouço falar... que foi dado o nome de Penedo por ter muita pedra, aqui o rio São Francisco... e antigamente não tinha muitos moradores naquele tempo das cidades antigas, coloniais e então foram passando a ser patrimônio histórico" (F., 54 anos, R. João Pessoa).

Os nomes de alguns articuladores do processo de tombamento foram lembrados pontualmente, bem como alguns conseguiram traçar uma cronologia aproximada do processo: "[...] o tombamento surgiu de uns 20 anos pra cá, né?" (M., 55 anos, Pça. Mal. Deodoro). Houve quem ampliasse o tombamento à escala mundial, demonstrando ignorar a abrangência do dispositivo legal:

[...] em nível mundial, quem encomendou esse trabalho foi a menina do IPHAN de Aracaju, muito simpática, que vinha muito aqui, isso aí já na primeira administração do Alexandre, ou na segunda [...] a partir de 2001. Ela era presidente do... desse órgão cultural que rege o Brasil, o IPHAN. (H., 72 anos, av. Getúlio Vargas).

Entre os entrevistados não nascidos no município, poucos demonstraram interesse em buscar informações específicas sobre essa particularidade do lugar onde reside e/ou trabalha. Por outro lado, um entrevistado afirmou, embora sem muita convicção, haver recursos financeiros envolvidos quando se trata do tombamento: “Quando a cidade é tombada é porque ela tem uma verba, uma coisa mais ou menos assim... eu acho que eu não tava aqui não, acho que tava viajando. Foi no tempo do Raimundo Marinho” (M., 52 anos, artista).

Um exemplo claro é a percepção do IPHAN acerca das vantagens que beneficiam as cidades que têm em seu território sítios tombados, pois pode-se habilitar a disputa por recursos federais, como foi o caso do PAC2. Durante a entrevista, percebemos que o IPHAN descuidou do fato de Penedo estar envolta em um contexto de fragilidade socioeconômica e cujas especificidades históricas se interpuseram como barreiras à ampla compreensão da população sobre o que vem a ser o tombamento, a sua importância e os ganhos potenciais que acompanham o *status* de cidade-patrimônio. Por fim, o órgão reconheceu que as informações por ele difundidas junto à população são ainda insuficientes e limitadas.

Essa questão do tombamento a nível federal traz também muitas oportunidades de recursos pra cidade. Às vezes as pessoas não enxergam isso, mas o PAC nunca ia acontecer como PAC pra reurbanizar a cidade, tentar requalificar o centro comercial da cidade se não fosse tombado. Porque o tombamento, ele traz muitas oportunidades à cidade. É uma pena que as pessoas não enxerguem isso porque nem todo mundo tem esse acesso... a gente dá o que a gente pode, mas, o acesso a tudo, fica difícil. (Membro do IPHAN).

A percepção do tombamento na perspectiva de alguns entrevistados é a de um ato político encoberto pela ausência de informações; imposto e, portanto, desencadeador de uma nova lógica de relacionamento com o imóvel de sua pro-

priedade que tem como efeito colateral o acirramento dos ânimos, as tensões e os movimentos insurgentes. Por outro lado, as expectativas em torno da valorização da história local para as futuras gerações e o uso desse território como recurso turístico são mencionados como aspectos positivos:

É importante esse tombamento? É. Foi mal divulgado, foi precipitadamente feito sem a divulgação e hoje essa recomposição que vai se fazer... eu quero que faça, quero que conclua nos melhores moldes. É muito importante que o sítio histórico de Penedo seja preservado mesmo. Pra o turismo, para as novas gerações aprenderem o que foi Penedo, né? (M., 56 anos, Rua Fernandes de Barros).

O que a gente sabe é muito pouco, porque esse tombamento foi uma coisa tão sigilosa, que quando veio cair na boca do povo: 'aaah, eu queria fazer uma coisa na minha casa mas não pode porque é tombada', 'o que é tombamento?'. Quer dizer, ninguém foi na rádio falar o que é tombamento. 'Porque o tombamento?'. Então eu sei alguma coisa porque eu participei de algumas reuniões do Iphan porque eu precisei pra fazer a reforma da minha casa. (F., 61 anos, Pça. Mal. Deodoro).

Outra interface recorrente da patrimonialização é a falta de comunicação dos órgãos de cultura com a população, no tocante às obras de reabilitação urbana. Elas têm sido alvo de muitas reclamações por estarem se prolongando demasiadamente, por gerarem incômodo e desconforto aos que se dirigem ao centro comercial, pelas constantes mudanças nos itinerários do transporte público devido à necessidade de interdição das ruas, e pela falta de sinalização. Há muito desconhecimento e especulações sobre o que está acontecendo, especialmente entre os moradores. Os empresários/autônomos, mais concentrados na área comercial do sítio tombado, estão mais informados uma vez que o projeto de reabilitação urbana tem aquela área como alvo. Quem trabalha no sítio tombado reconhece a importância das obras para a cidade, pois ajudarão no escoamento da água das chuvas, na coleta do esgoto e embelezará a cidade para "ter o que mostrar ao turista".

No caso de quem trabalha na feira, existe um componente de baixa autoestima e convicção de segregação socioespacial, por parte dos feirantes. Há um

sentimento de exclusão entre eles por saberem que não serão contemplados pelos futuros benefícios das ações de reabilitação urbana. Embora a feira livre esteja localizada no perímetro de tombamento, não foi contemplada com recursos nem do Programa Monumenta/BID e nem do PAC2. Ao olhar o panorama da feira através da banca que ocupa, uma entrevistada comentou a situação de quem ali trabalha nas mesmas condições que ela: “[...] olhe pra lá, parece uma favela né? Aquelas barraquinhas dos sem-terra, e o que a gente queria era melhorar, né? Melhorar [...]”. (F., 47 anos, feirante).

Uma das medidas impopulares adotadas foi a realocação dos vendedores de artesanato cujas barracas, em precário estado de conservação, concentravam-se em frente ao porto da balsa. A retirada não foi pacífica e, posteriormente, foram acomodados em um pequeno centro de artesanato construído há, aproximadamente, cinco anos na orla do rio, mas que já foi demolido em 2015. Atitudes como essa deixam claro o descaso com o recurso público, mas, principalmente, expõem a flagrante ausência de uma política pública de turismo que se articule com a política patrimonializadora e defina os objetivos do município no intuito de evitar futuros desperdícios e ainda mais desgastes.

Algumas posturas da gestão pública, quando vêm desacompanhadas do necessário diálogo com a população, apenas resultam em acirramento de conflitos. O relato anterior foi uma espécie de reedição do ocorrido por ocasião da reforma do mercado público, durante as obras do Programa Monumenta/BID,

[...] estou observando agora com o PAC. A população quando se vê diante do novo, de algo que supostamente vai mexer com ela, ela se retrai ou então ela entra com tudo pra retaliar, pra exigir, pra não aceitar. Então eu pude perceber em relação à população, ao comércio, por exemplo: o mercado. Então o mercado tinha que ter essa intervenção, as pessoas não compreendiam que tinham que sair, que teriam que arranjar um outro local, então...[queriam]que não tivesse impacto nenhum na sua renda, entendeu? E aí, começaram a... como sempre, os protestos, os falatórios[...]. (Membro do SEINFRO, grifo nosso).

Nesse caso, observamos que é no cotidiano, enquanto lugar de confronto entre o concebido e o vivido, que se encontram as especificidades e os mistérios que regem as sociedades e permite a compreensão do uso (SEABRA, 1996). De um

modo geral, as insurgências e os protestos têm sido percebidos pelos órgãos públicos como reações de incompreensão a uma benfeitoria que se pretende realizar. A incapacidade de prever soluções que atendam minimamente às necessidades dos trabalhadores enquanto durarem as obras demonstra um certo despreparo e o pouco empenho na minimização dos conflitos com a população. Tal conduta independe da escala de atuação do órgão, e, por vezes, levam até alguns representantes de órgãos da cultura a criticarem os seus pares: “[...] em diversos momentos, a gente tentava chamar um pouco a atenção do IPHAN: ‘Olha, se comporta um pouco como o morador, desce um pouco o pé pro chão’”. (Ex-diretora do Pró-Memória).

No curso das entrevistas, percebemos que alguns profissionais que atuaram nos projetos de reabilitação urbana em Penedo viviam um conflito particular resultante de um impasse entre a profissão escolhida por amor, a arquitetura, e as exigências dos cargos que ocupavam quando estiveram à serviço das entidades executoras. Eles puderam acompanhar de perto os conflitos atinentes à conversão do patrimônio cultural em mero recurso e a uma gestão desconcertada entre os órgãos de cultura.

[...] eu acho que os órgãos de preservação do patrimônio ainda não perceberam é que todo mundo que trabalha com patrimônio é absolutamente apaixonado por patrimônio, absolutamente apaixonado pelo que faz, pela história, pela memória, pela identidade. É isso que a gente gosta de ser. [...] Assim, me inquietava aquela política louca, cada um apontava para um lado e a gente ficava lá no meio do tiroteio [...].(ex-diretora do Pró-Memória).

Por outro lado, o relato de outra arquiteta entrevistada neste estudo esclarece os distintos pontos de vista acerca do significado do patrimônio para esse perfil de profissional, pois embora lide diretamente com a memória e a história dos lugares, por vezes há um esvaziamento dos valores imateriais do patrimônio material. Na reabilitação urbana é fundamental reconhecer que o espaço vivido só pode ser adequadamente traduzido por quem habita e trabalha no território patrimonializado, como se pode perceber no trecho que segue: “[...] pra ele não era legal ter uma casa de taipa. Pra mim é lindo ver uma casa de taipa. Mas pra ele não era, é sinônimo de pobreza...Ah! Porque tem o barbeiro!” (Ex-arquiteta do Programa Monumenta/BID).

Nesse depoimento percebemos aquilo que Foucault (1994) intitula como “ideologia do retorno”, e faz questão de nos alertar para os seus perigos ao colocar em relevo uma percepção comumente reproduzida pelos agentes da patrimonialização,

[...] um bom estudo da arquitetura camponesa na Europa, por exemplo, mostraria a total futilidade do desejo de voltar à pequena casa individual feita de sapê. A história na realidade nos protege contra o historicismo – contra um historicismo que recorre ao passado para resolver questões do presente (FOUCAULT, 1994, p. 142).

Situação que evidencia o descompasso detectado por Lefebvre (2006) entre o concebido e o vivido, entre quem planeja e idealiza o espaço, não raro partindo de uma suposta condição de passividade e vacuidade, como se as realidades fossem objetivas e não contraditórias e conflitantes, e quem o vive, o usa, o domina e o sujeita, reconhecendo-o como espaço que a “imaginação tenta modificar e apropriar” (2006, p. 43). Os impasses entre o concebido e o vivido geram mal-estar entre arquitetos e habitantes e amplifica a rejeição de muitos moradores ao tombamento.

Na sequência, outro exemplo de depoimento que traz à tona um novo desgaste entre o arquiteto e o morador, desta vez associado ao monumento recém-restaurado:

[...] Eu tive uma experiência muito triste com essa primeira obra da [igreja de] São Gonçalo. No dia da inauguração a gente tirou todo o tapume, tinha recuperado toda a fachada de pedra. Tava linda, linda, uma coisa maravilhosa! E aí, eu dando uma entrevista pro pessoal e, quando eu virei as costas e olhei, tinha uma carinha pichada na cantaria, de giz! E aí a lágrima desceu porque eu disse: ‘Meu Deus, eu tô fazendo algo que não é bom pra quem tá aqui’. Mas não é essa a questão. A gente vai aprendendo que não é. Foi um trabalho de aprendizado muito grande com a comunidade [...]. (Ex-arquiteta do Programa Monumenta/BID).

Para essa arquiteta, envolvida emocionalmente com o trabalho, aquela atitude impensável simbolizou que o tombamento não tem trazido benefícios concre-

tos para as pessoas. A percepção foi a de que o tombamento estava paralisando o município, mas o que se deve evidenciar é a existência ou não da participação da comunidade nesse processo, em quais condições ela participa e que tipo de mensagens ela passa ao adotar tais condutas. O não envolvimento da população do sítio tombado aliado às desigualdades (socioeconômicas) e às diferenças (culturais), sobre as quais escreve Haesbaert (1999), sinalizam para a compreensão desse fenômeno. De acordo com Magalhães (1985, p. 196),

[...] a consciência da comunidade é o primeiro ponto a ser encarado. O que acontece é que o melhor guardião de um bem cultural é sempre seu dono. Agora, não é possível conscientizar uma comunidade que é pobre, às vezes até miserável, para o valor de uma belíssima igreja e pedir que essa comunidade cuide desse bem. Mas se você entende a comunidade em seu processo histórico, identifica quais eram os fazeres daquela comunidade que a levaram a construir aquele monumento, e procura revitalizar, reanimar esses fazeres, que são geradores de riqueza, capazes de resolver até o problema de sobrevivência, torna possível entender o valor do monumento arquitetônico.

O autor alerta para a importância dos arquitetos e agentes da patrimonialização como um todo se inserirem no universo plural das comunidades envolvidas, identificarem as suas necessidades e contextualizarem o seu universo cultural em tempos de globalização de valores. Destaca as dificuldades no alcance do êxito da preservação, diante do desafio da pobreza e da baixa qualidade de vida, que força os moradores a priorizarem as necessidades mais imediatas de sobrevivência em detrimento do zelo pelo seu bem cultural.

É lamentável que em Penedo inexistam organizações espontâneas oriundas da sociedade civil, capazes de constituírem um processo autônomo, participativo e democrático de discussões e deliberações acerca das possibilidades de uso do seu patrimônio. Concordamos com Souza (2000) quando afirma que qualquer possibilidade de pensar o desenvolvimento social e espacial de uma sociedade dominada pelo Estado, pautado no real interesse de mudança social, deve apoiar-se em forças transformadoras que “devem contar, cedo ou tarde com a reação, inclusive violenta, da ordem vigente, autênticos movimentos sociais podem, de

toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas” (2000, p. 109).

Porém, o contexto prevalecente em Penedo é o de certo conformismo, que não significa necessariamente aquiescência. Observamos que a ausência de uma postura participativa aponta para o fato de uma massa de trabalhadores ter sido, ao longo dos séculos, sistematicamente alijada dos ganhos oriundos do próprio trabalho e preterida pelo Estado. A concentração de uma população de menor poder aquisitivo às margens do rio São Francisco, no Bairro Vermelho, tinha a sua explicação, segundo um entrevistado: “[...] porque o Bairro Vermelho? Rio pra tomar banho e peixe pra comer” (M., 56 anos, rua Fernandes de Barros).

Assim destacamos o descrédito e o desencanto que afastou a população como um todo⁵ de uma eventual postura combativa e questionadora. Tal postura, ao aliar o abandono do Estado com a política da compra de votos, acabou por cimentar eventuais levantes e/ou questionamentos que induzissem a um gradual movimento de ruptura.

Outros aspectos também colaboram e colocam em relevo o processo de mudança social defendido por Souza (2000) quando se propõe a pensar o desenvolvimento. A participação prescinde de determinadas condições para operar, que são próprias a cada localidade e tributárias da sua trajetória socio-histórica. Além do que foi mencionado acima, é fundamental a existência de lideranças comprometidas, de espaços de discussão e debate esclarecedores e propositivos; de familiarização com os mecanismos de participação existentes; de cobrança de encontros regulares entre os gestores públicos, privados, terceiro setor e moradores; da transparência acerca da aplicação dos recursos públicos com projetos e, por fim, da divulgação ampla dos encontros e reuniões destinadas a encaminhamentos de projetos futuros. Em Penedo, algumas dessas sugestões se fazem presentes no tocante à reabilitação urbana e envolvem basicamente o seletivo grupo dos integrantes do FUNPATRI.

O desconhecimento de 100% dos entrevistados sobre a existência do FUNPATRI nos causou perplexidade. Apenas reforça a inexistência de representatividade do

5 Reconhecemos, no entanto, a existência de lideranças combativas como o sr. Toinho Pescador que com mais de 80 anos segue denunciando os problemas e descaso com que o rio São Francisco vem sendo tratado pelo Estado e pelo Comitê Gestor da Bacia do São Francisco.

conselho perante a população do sítio tombado e deslegitima iniciativas da entidade que tenham como justificativa o agir em nome dessa coletividade. Quando questionados sobre a sua relação com o FUNPATRI, os entrevistados informaram:

Eu não sabia da existência e olha que eu tenho um jornal. (M., 56 anos, Rua Fernandes de Barros).

Fica aonde? (M., 55 anos, Pça Mal. Deodoro).

Nunca ouvi falar. (F., 69 anos, dona de pousada).

Não, com certeza não! E se eu ouvi, passou despercebido, não foi mostrado com clareza. (M., 37 anos, dono de restaurante).

A crise de representação tende a ser reforçada na medida em que os entrevistados integrantes do FUNPATRI não demonstram interesse em fazer a divulgação das reuniões, em se reunir com os seus representados para encaminhamentos de pauta, em mobilizar os seus representados a participarem como observadores das reuniões e, muito menos, em repassar-lhes os encaminhamentos de cada reunião. Definitivamente, a população não está sendo informada das reuniões e nem do que é decidido “[...] Não vou lhe afirmar categoricamente que é dito alguma coisa pra alguém. Eu acho que deveria ser divulgado”. (Membro do FUNPATRI).

Durante as nossas pesquisas estivemos atentos, ouvindo os programas de rádio de maior audiência no município, ao menos dois dias antes de cada reunião⁶, buscamos as faixas informativas costumeiramente afixadas no Largo de Fátima, acessamos os principais sites de notícias do município, e em uma ocasião estive na feira livre⁷ no sábado anterior à reunião. Entretanto, nenhum desses recursos foi utilizado.

Em verdade, confirmamos que interesses específicos de um determinado grupo social é que são representados. A participação em quatro reuniões seguidas entre os meses de julho e outubro nos possibilitou detectar condutas condescendentes com um comprometimento insuficiente com as questões do patrimônio: frequentes atrasos em seu início, bocejos, conversas paralelas, manuseio de

⁶ As reuniões do FUNPATRI são mensais e acontecem sempre nas terceiras quartas-feiras de cada mês às 10h.

⁷ É comum o uso do “motosom” na feira livre para a divulgação de notícias, eventos, assuntos de interesse geral da população.

celulares, atendimento a ligações, repetição dos pontos de pauta sem avanços concretos, desconhecimento de alguns membros sobre a sua inserção em comissões criadas internamente, além da ausência da população, à exceção de um entrevistado que, após ser informado por nós, começou a manifestar interesse em frequentá-las. Mais espantoso foi o cancelamento de uma reunião por falta de quórum, considerando que cada entidade ali representada tem um suplente residente no município, à exceção do IPHAN e do Governo do Estado. A seguir, apresentamos dois trechos de entrevistas que mostram visões opostas acerca da representatividade do FUNPATRI:

[...] Eu vou lhe ser muito sincera, o FUNPATRI, quem participa, tirando o _____, ⁸que ele realmente é representante da comunidade, a maioria é instituição pública e burguesia penedense. _____ é uma pessoa muito ligada à parte cultural só que ela é elitista. Ela não vai atuar junto à comunidade. Tô lhe sendo sincera. Esse FUNPATRI não representa Penedo em nenhum momento. Não se iluda, aquilo ali é um pró-forma. (Ex-arquiteta do Programa Monumenta/BID).

[...] no FUNPATRI, existe o segmento dos moradores do centro histórico que representa esses moradores e observa as necessidades em relação ao patrimônio. E traz pras reuniões as demandas que estão ocorrendo e a necessidade de olhar mais apurado em determinado local [...]. (FUNPATRI).

Diante da nossa participação como observadora, conforme mencionado anteriormente, reafirmamos a ausência de representatividade do FUNPATRI, e compactuamos com o primeiro depoimento, segundo o qual estão ali representados os interesses de um grupo seletivo que tomou para si a responsabilidade pelo zelo do patrimônio cultural. São moradores antigos de Penedo, e estamos cientes que agem motivados por amor ao município, mas tendo como fio condutor um entendimento próprio acerca das necessidades do sítio tombado. No que concerne ao segundo depoimento, mais uma vez com base nas nossas observações diretas e entrevistas realizadas com alguns dos membros do conselho, nada su-

8 A fim de ocultar o nome mencionado pelo entrevistado, utilizaremos essas lacunas.

gere que as necessidades dos moradores em sua maioria estão sendo ouvidas, encaminhadas e debatidas durante as reuniões.

Os pontos de pauta mais recorrentes nas reuniões do FUNPATRI durante as nossas pesquisas foram: a aposição de placas com os nomes antigos das ruas do sítio tombado; a alocação de recursos para o reparo da fiação elétrica do Pavilhão da Farinha; a elaboração de um livro didático voltado para a educação patrimonial a ser distribuído nas escolas; a exclusão da Secretaria de Cultura do Governo do Estado de Alagoas daquele Conselho, dadas as ausências sistemáticas de um representante da entidade; a aprovação do Plano de Ações do FUNPATRI para os próximos cinco anos; e discussões acerca de alternativas para trazer recursos adicionais para o fundo administrado pelo conselho.

Não nos surpreende tal conduta, haja vista que o FUNPATRI foi, a princípio, criado por uma imposição, não sendo fruto de uma mobilização social ampla. Por essa razão, contraditoriamente, o PAC2 é a prova cabal do fracasso do Programa Monumenta/BID em Penedo no que diz respeito às intenções de fortalecimento e consolidação da imagem turística do município e na geração dos esperados fluxos de visitantes. Por outro lado, como prova da descontinuidade das políticas públicas federais, o Monumenta foi “esvaziado” e suas metas “dissolvidas” no grandioso PAC,

[...] se o discurso do Programa Monumenta era o de que essas cidades fossem autossustentáveis a partir do primeiro investimento, elas não são, porque já estão fazendo pela segunda vez, através do PAC, e que, de fato, não há uma inter-relação entre os projetos e os programas vinculados à materialidade, ao patrimônio construído e ao imaterial. Eles são meio que divergentes. (Ex-diretora do Pró-Memória).

Os projetos de revitalização, nesses casos, têm buscado firmar parcerias entre o Estado, normalmente o provedor da infraestrutura, e o setor privado, que será incentivado a investir nessas áreas. Espera-se, com isso, que a sociedade “através do consumo de bens e serviços da indústria cultural reintegre estas áreas à malha urbana”, é o que aponta Luchiari (2005, p. 101), ao tratar do patrimônio arquitetônico de áreas urbanas. Um dos entrevistados destaca a expectativa em torno da rentabilidade que um novo aporte de recursos pode trazer através da revitalização.

[...] eu acredito que se não fosse visto como algo rentável, não haveria investimento não e também porque existiu a ideia da importância que isso não se perca dentro do contexto cultural, do turismo...é preciso que as pessoas também venham de lá pra cá pra trazer renda pro município e aproveitar e conhecer a cidade, entendeu? (Membro do FUNPATRI).

Entretanto, a lentidão no repasse dos recursos federais para essas obras tem sido mais um ingrediente na tensa relação entre os órgãos públicos, a população e alguns conselheiros do próprio FUNPATRI, que já teceram críticas sobre o re-trabalho decorrente, segundo eles, de serviços mal feitos por algumas empresas contratadas.

De acordo com um entrevistado, a proposta do PAC 2 de transformar o centro de Penedo em um centro de convenções a céu aberto é inadequada pois não parece se integrar à dinâmica da atividade turística já que, segundo um dos nossos entrevistados, “[...] vai criar um auditório no cinema que ficará às moscas devido à ampliação do calçadão de pedestres que eliminará vagas de estacionamento” (H., 49 anos, dono de hotel), penalizando os ônibus de turismo além da rejeição que a instalação de parquímetros trará para a população.

Os espaços restaurados ainda não foram devidamente integrados à vida das pessoas, os usos não têm sido incentivados pela prefeitura, pelo IPHAN ou pelas associações/entidades responsáveis pela sua gestão, e nem foram sequer debatidos nas reuniões do FUNPATRI. A “entrega” do Círculo Operário e da Biblioteca Pública devidamente restaurados, em 25 de setembro de 2015, teve ampla divulgação na imprensa com o seguinte destaque: “Iphan entrega reformas da Biblioteca e Círculo Operário em Penedo: Inaugurações fazem parte das estratégias de Marcius Beltrão em busca de sua reeleição”. (Matéria publicada por Raul Rodrigues, editor do *site* Correio do Povo de Alagoas).

Tanto o Círculo Operário quanto a Biblioteca Pública conceberam estratégias tímidas de arrecadação de fundos para a manutenção dos espaços. No caso da biblioteca, cobra-se uma taxa pelo aluguel das salas no primeiro andar para a realização de encontros e pequenas reuniões. A ausência de funcionários, em quantidade suficiente nos dois imóveis, tem penalizado quem deseja frequentar a biblioteca pública no turno vespertino. No caso do Círculo Operário, resta apenas a ocasião na qual ocorrem os ensaios do grupo de Capoeira do Mestre Bentinho,

integrante da diretoria do Círculo Operário, e que ocorrem às segundas, quartas e sextas-feiras à noite. O grupo de capoeira já ensaiava há anos no Círculo Operário em condições precárias e, segundo a arquiteta que concebeu o projeto de restauro desse espaço, “[...] o forro tava caindo, cupim comendo no centro. Só tinha poeira, morcego e lixo dentro. A comunidade usava ele assim mesmo”, (Ex-arquiteta do Programa Monumenta/BID).

Falta o plano de sustentabilidade dos espaços recuperados, sem o que “[...] toda política é feita, em parte, com recursos teatrais: as inaugurações do que não se sabe se vai ter fundos para funcionar, as promessas do que não se pode cumprir, o reconhecimento público dos direitos que são negados em privado” (CANCLINI, 2013, p.163).

Problemas enraizados em processos histórico-sociais que engendraram dramaticamente a trajetória de Penedo dificultam ou impedem que a refuncionalização que intenta democratizar esses espaços consiga criar os vínculos desejados e atribuir-lhes usos. O desprezo para com as realidades e valores plurais com que os processos de reabilitação urbana costumam ser implementados pesam negativamente na patrimonialização, pois ignoram a construção da própria vida. Inexiste, portanto, identificação ampla. Ela só é possível a partir da existência de um processo de vinculação com o território, estruturado pela ideia de diferença e construído por oposições simbólicas (MARCON; ENNES, 2014). Se a reabilitação busca uma “(re)vitalização”, um novo sopro de vida para áreas decadentes, de que nova vida se fala e para quem se fala? Está claro que para boa parte dos ocupantes do sítio tombado essa discussão passou ao largo e a seleção e refuncionalização das formas visaram a reavivar novamente na memória social o ideal de sociedade que a patrimonialização em Penedo deseja projetar.

Nenhum dos entrevistados mencionou a intenção de usufruir ou frequentar qualquer dos espaços restaurados, o que nos parece muito grave e sintomático da ausência da apropriação. Canclini (1994, p. 97) enfatiza que “os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos”. Isso mostra claramente como deixaram de ser “lugares de memória” para alguns grupos ou não se consolidaram como lugares de memória para nenhum outro, pois não têm lugar no cotidiano e no modo de vida das pessoas.

Por outro lado, os entrevistados tecem elogios às aguardadas obras de infraestrutura urbana para a melhoria da sua qualidade de vida, especulando a natu-

reza das obras, ora apontadas como de escoamento das águas da chuva ora na expectativa de serem de esgotamento sanitário, e também apontam como efeito positivo a elevação da sua autoestima e, principalmente, o benefício para o turismo da cidade:

A mim? Nada. Agora precisa! O Círculo Operário vez em quando tem festa, tem apresentação de teatro, não sei de quê. Precisa conservar porque senão se acaba, né? As obras de restauro é bom, né? E pra cidade também. Tem que fazer porque senão vai se acabando. Nada era assim... aquela colégio, aquela praça era tão bonita agora foi modificando. Hoje em dia é que não pode mais buli, n/é? (F., 74 anos, av. Getúlio Vargas).

[...] quando chove, a gente tá aqui e provavelmente não haverá mais enchente, né? Do rio... mas quem sabe é Deus, né? Quem manda é Ele. Mas quando chove muito, ali fica muito cheio d'água, então é necessário ser feito. É pra beneficiar toda a população penedense. Principalmente a parte de baixo...[...][Os monumentos] é aquela parte onde a gente vai se sentir orgulhoso, de ter aquilo restaurado, né? De uma forma que vai agradar a nós, penedenses, e aos turistas. (M., 61 anos, Pça Mal. Deodoro).

Esse distanciamento é revelador de um duplo processo. Primeiro, a não participação efetiva da população nas decisões tomadas pelas instituições preservacionistas. Segundo, a ausência de questionamento da representatividade social dos bens selecionados como patrimônio de uma sociedade (NIGRO, 2005).

Para finalizar, no tocante ao aspecto cultural do Círculo Operário, o mestre artífice Claudionor Higino, que há anos trabalhava nas dependências do Círculo e precisou se afastar durante a reforma, ainda não retornou. Os demais mestres-artistas do município, à exceção de um artista plástico, não manifestaram a intenção de ocuparem o espaço ou lá exporem as suas obras. Talvez, razão disso seja o fato de inexistir um plano de gestão esboçado e aprovado, como também o fato de faltar à sua diretoria uma postura pró-ativa que estimule o diálogo com os moradores da cidade para construir um plano de gestão mais propositivo, do que ficar propenso a uma incipiente arrecadação decorrente do aluguel das salas para a realização de cursos de curta duração, como o ocorrido no mês de abril/2016,

destinado a arranjos florais. Isso compromete o êxito da iniciativa do PAC2, que previu a retomada da Escola de Santeiros nesse local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, os sujeitos entrevistados não se mostram contrários à patrimonialização, pois existe a expectativa de conjugar a geração de empregos, percebidos como necessários e urgentes à manutenção de uma paisagem cultural valorizada pela estética que uma parcela considerável admira e se regozija. E essa valorização favorece o processo patrimonializador e ressignifica os próprios agentes patrimonializadores que passam a ser percebidos não só como importantes, mas também como necessários à manutenção da paisagem. A mercantilização da paisagem patrimonializada é estratégica para os empresários/autônomos direta e indiretamente vinculados ao turismo.

Por outro lado, as implicações do processo patrimonializador são fomentadoras de conflitos, sobretudo no tocante ao impasse entre o direito de propriedade dos moradores e usuários e a função social desses imóveis. Percebemos, pela fala de alguns entrevistados, a existência de um conflito entre o interesse na valorização da paisagem colonial e eclética e o entendimento de que, ao integrar esse mesmo conjunto arquitetônico tombado, o seu imóvel é parte do todo. Emergem daí alguns inconformismos decorrentes das medidas restritivas impostas pelos agentes patrimonializadores, que se traduzem em reformas à revelia de tais agentes, ainda que os entrevistados estejam cientes das exigências formais e legais antes de iniciarem as obras. Concorre para essa conduta, o descumprimento dos prazos estabelecidos pelo IPHAN para a emissão dos pareceres sobre os projetos. A ausência de funcionários dessa instituição também é questionada e percebida como requisito para a concretização adequada dos projetos e do intento patrimonializador, endossado sobretudo pelo FUNPATRI.

Essa última organização, por sua vez, por ser constituída por pessoas do município em sua quase totalidade, age por amor a “um certo” patrimônio edificado tombado de Penedo, aquele cujos valores foram cristalizados na paisagem cultural do sítio histórico, garantindo, assim, a perenidade de um modo e de um estilo de vida, assentados nas invisibilidades da paisagem, e na expressão simbólica de determinados valores nacionais. O FUNPATRI se invisibilizou para a totalidade dos

entrevistados, assumindo uma estratégia eficiente de concentração do poder e de ação legitimada “em nome” da população penedense, mostrando-se favorável à patrimonialização.

O FUNPATRI, a Prefeitura Municipal de Penedo e o IPHAN têm realizado uma gestão patrimonializadora de maneira entrosada, embora manifestem divergências pontuais, evidenciando uma aproximação entre esses agentes patrimonializadores, buscada desde a edição do Programa Monumenta/BID. Entretanto, a dependência no repasse de recursos federais põe o município em situação de maior vulnerabilidade, especialmente diante do atual cenário político-econômico de instabilidade, que poderá vir a comprometer o andamento das obras do PAC2 em Penedo. Algumas obras foram entregues, como o Círculo Operário, a Biblioteca Pública e o Montepio dos Artistas; outras estão em andamento, como a do Teatro Sete de Setembro e a polêmica requalificação da área comercial e do Largo de São Gonçalo; e outras sequer começaram, como o Chalé dos Loureiros e a marina náutica.

Um dos principais gargalos identificados é a falta de comunicação entre os agentes patrimonializadores, sejam os externos, sejam os internos ao município, com a população residente e os empresários/autônomos do sítio histórico tombado. Tal lacuna na comunicação seria a razão para maior parte dos conflitos existentes atualmente na área estudada. Evidencio, sobretudo, a ausência de um processo democrático e participativo na definição das ações em prol do patrimônio cultural em Penedo. Enfatiza-se demasiadamente a dimensão funcional e de recurso decorrente da resignificação desse sítio histórico, em detrimento da sua dimensão imaterial. Como um fator agravante, tem-se a ausência de planos de gestão que deveriam ser concebidos e debatidos coletivamente para garantir o uso, a apropriação e a sustentabilidade desses espaços.

Por conseguinte, a população não tem se apropriado a contento e nem pensa em se apropriar efetivamente dos espaços restaurados. Dizem que a cidade está ficando ainda mais bonita para o turista. Por fim, a sua ignorância em torno dos arranjos que ensejam a patrimonialização favorecem o intento da mercantilização dos lugares. Essa conduta não lhes permite divisar que a patrimonialização da paisagem do sítio histórico, pensada para um fluxo turístico que não se concretiza, irá continuar onerando ainda mais os cofres públicos municipais, atingindo a totalidade da população penedense, para garantir a manutenção desses espaços

em detrimento das demandas urgentes que se colocam frente ao cenário de pobreza na qual se encontra Penedo.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. (pp. 95-111) In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – IPHAN, Brasília, n.23., p. 95-111, 1984. Disponível em: <<https://goo.gl/bsiYmT>>. Acesso em: 15 de fev. 2016.

_____. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloiza Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 2013.

COSTA, Everaldo Batista. **Totalidade urbana e totalidade-mundo**: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 2011. 444f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, 2011.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. In: **SOCIOLOGIAS**, Porto Alegre, ano 16, n.35 jan/abr, p. 274-305, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. (Tese de livre-docência). Presidente Prudente: s.n. 2013.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zenny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 169 -190. 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LEITE, Samuel Robério Dias. **A roda das almas**: o transporte público urbano em Campina Grande (1930-1970). 2014. 23 f. Monografia de graduação (Licenciatura em História). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/rxuNyM>>. Acesso em: 03 de mai. 2016.

LIMA, Leticia Bianca Barros de Moraes; VILAR, José Wellington Carvalho. **A aplicação do TALC no destino turístico de sol e praia no litoral sul de Sergipe, Brasil**. Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.219-233, dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/W9bkXw>>. Acesso em: 22 de maio 2016.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEIOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 17, pp. 95 - 105, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Pró-Memória, 1985.

NIGRO, Cinthia. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraijes (Orgs.) **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade? São Paulo: Contexto, 2005.

_____. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Annablume, 2010.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008a.

SEABRA, Odette C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

AS CAVALGADAS DE ITAPORANGA D’AJUDA/SE: PELOS TROTES DA PESQUISA QUALITATIVA

Daniele Luciano Santos

INTRODUÇÃO

A abordagem qualitativa nos dá inúmeras possibilidades de estudo dentro das diversas áreas da ciência. Nesse contexto diverso, o presente texto contempla parte da dissertação de mestrado desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe, sobre as socioespacialidades e ressignificações das cavalgadas. Buscamos contribuir com reflexões sobre os percursos adotados nas pesquisas qualitativas, em especial, nos estudos geográficos do âmbito da Geografia Cultural¹. Para a pesquisa que referimos, a escolha da temática em volta das cavalgadas se deu tanto por motivos pessoais quanto acadêmicos. Pessoalmente, fomos motivadas pela memória dos festejos juninos de Itaporanga d’Ajuda, em Sergipe, e pelo desejo de “mergulhar” em um objeto que tivesse significado pessoal. Em face disso, nossas lembranças do São João no município, desde as mais remotas, revelam as cavalgadas como marca de suas festividades.

Do ponto de vista acadêmico, fomos motivadas pela oportunidade de pesquisar um objeto inédito no âmbito da Geografia. Aliado a isso, compreender

¹ O presente texto é parte da dissertação de mestrado intitulada As sócio-espacialidades e ressignificações das cavalgadas – Itaporanga d’Ajuda/SE, sob orientação da profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Para a execução da pesquisa recebemos auxílio de bolsa financiada pela Capes no período de março de 2017 a março de 2018.

as cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda tornou-se para nós um desafio no que diz respeito à complexidade das práticas, das relações, dos atores e dos sujeitos envolvidos em sua realização e que determinam a multidimensionalidade dos seus territórios. A vivência e posteriormente o aprofundamento teórico-metodológico nos permitiram enxergar as socioespacialidades que garantem a existência e a permanência das cavalgadas no município.

Mesmo havendo certa familiaridade com o objeto de estudo, não dispúnhamos de todo conhecimento acerca das cavalgadas. As pesquisas em gabinete, com o auxílio de livros e mídias digitais, e principalmente as pesquisas de campo, com as entrevistas realizadas junto aos sujeitos locais que convivem com as cavalgadas, nos possibilitaram o resgate do seu histórico desde as Cruzadas da Europa na Idade Média (BETTENCOURT, 2007), seguidas pelas peregrinações a cavalos, perpassando pela sua chegada ao Brasil com os colonizadores, sua expansão associada aos tropeiros, seu processo de resignificação, suas múltiplas faces nas diferentes regiões do Brasil, sua expressividade no estado de Sergipe e suas especificidades no município de Itaporanga d'Ajuda.

Nesse contexto, o planejamento da nossa pesquisa foi direcionado para solucionar questionamentos básicos como: quais as principais mudanças ocorridas na cavalgada? Em que momento cada mudança surgiu? O que motivou a prefeitura a assumir a realização das cavalgadas? Quais os interesses em sua manutenção? E como elas permanecem até o presente? No decorrer deste texto, trazemos as respostas de todas essas indagações na medida em que mostramos o caminho metodológico utilizado para tal fim.

Dessa forma, inicialmente expomos os fundamentos da pesquisa com a intenção de situar o leitor quanto ao método, à pesquisa qualitativa e ao estudo de caso. Em seguida, o percurso metodológico da pesquisa é destacado pela articulação entre os instrumentais, as técnicas utilizadas e os resultados obtidos. Portanto, nossa reflexão é composta pelo diálogo estabelecido entre o que foi feito e o que foi alcançado durante os dois anos de pesquisas. Finalizamos com as considerações a respeito das nossas experiências e da importância do planejamento na realização de pesquisas qualitativas.

CAMINHOS PARA ENTENDER AS CAVALGADAS

As etapas da metodologia que adotamos foram eleitas considerando aquilo que Pessoa (2012, p. 2) afirma sobre a escolha do “caminho” metodológico. A autora destaca que essa tarefa é de responsabilidade do pesquisador e deve estar em “consonância com seus princípios filosóficos e posturas frente à realidade em que vive”. Portanto, o processo investigativo suscita olhares diferenciados de acordo com o propósito da pesquisa.

Primeiramente destacamos que este texto é fruto de um estudo de caso que, segundo Gil (2008), consiste no estudo profundo e exaustivo do objeto ou realidade específica, permitindo seu conhecimento detalhado, ou seja, o estudo de caso “é uma categoria de pesquisa qualitativa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (TRIVIÑOS, 1987, p. 133). No nosso caso, trata-se de uma investigação aprofundada das cavalgadas do município de Itaporanga d’Ajuda, que se localiza no Leste sergipano entre os municípios pertencentes à Grande Aracaju.²

Destacamos que desenvolvemos nossa pesquisa sob a abordagem fenomenológica, que, segundo Heidegger (2005), busca resgatar não só o sujeito e a compreensão do fenômeno, mas também a própria experiência de mundo como um valor a ser agregado à compreensão do mundo e do outro. A fenomenologia enfatiza o mundo da vida cotidiana, valorizando não apenas o observável, mas também o significado e o contexto do objeto de estudo, indo além da aparência por meio da vivência e da experiência. Dessa forma, nossa pesquisa também é de natureza qualitativa, ao eleger o fenômeno cavalgada e ao buscar compreendê-lo por meio das práticas socioespaciais que o mantêm e que se desenrolam no território.

Sobre a pesquisa qualitativa, Godoy (1995, p. 21) destaca que nessa modalidade “um fenômeno pode ser [mais bem] compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”. Assinala ainda que o pesquisador precisa ir a campo “buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”. Essas colocações suscitam que vários tipos de dados devem ser coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

² Grande Aracaju – território de planejamento correspondente aos municípios do entorno da capital, Aracaju.

Os procedimentos metodológicos que utilizamos para investigação científica serão expostos a seguir, didaticamente subdivididos em três categorias que englobam instrumentos e técnicas – i) *procedimentos introdutórios*; ii) *coleta de dados* e iii) *análise de dados* –, cujas técnicas e atividades estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese dos procedimentos da pesquisa

Procedimentos introdutórios		
Primeiras ações	Caracterização do objeto	Ferreira (2002)
	Estado da arte	Mattos (2015)
	Levantamento bibliográfico	Prodanov; Freitas (2013)
	Primeira aproximação	Santos (2007)
Balizamento dos procedimentos	Definição da amostra	Lakatos; Marconi (1991) Fontanella; Ricas; Turato (2008)
	Elaboração das técnicas e instrumentos	
	Pré-teste	
Coleta de dados		
Pesquisa documental	Documentos públicos	Lakatos; Marconi (1991)
	Mídia digital – 72 sites	
Trabalho de campo	Diário de campo	Lakatos; Marconi (1991)
	Observação	Falkembach (1987)
	Registro fotográfico	Belz (2011)
	Realização de entrevistas (10) e questionários (45)	Guran (2012) Triviños (1987)
Análise de dados		
Análise de conteúdo	Pré-análise	Gil (1989) Bardin (1977)
	Exploração do material	
	Tratamento dos resultados: inferência e interpretação	

Fonte: SANTOS (2018).

PROCEDIMENTOS INTRODUTÓRIOS

Nos procedimentos introdutórios realizamos a *caracterização do objeto*, que nos permite o reconhecimento das principais características das cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda. Procuramos identificar quais as práticas socioespaciais que influenciaram e influenciam a ocorrência de mudanças na manifestação, e quais delas são primordialmente ou unicamente referentes aos atos dos atores e dos sujeitos envolvidos com a produção das cavalgadas. Tal como Turato (2003), entendemos por “sujeito” o ser pensante e atuante, na posição de participante como

objeto de qualquer estudo sobre seres humanos, e por “ator” o sujeito enquanto aquele que desempenha seu papel na sociedade. Aqui, referimos como sujeitos os participantes das cavalgadas (cavaleiros, amazonas, vendedores ambulantes, donos de barracas e espectadores) e como atores os produtores das cavalgadas (políticos, gestores públicos e empresários).

Durante a caracterização das cavalgadas de Itaporanga d’Ajuda pudemos identificar os principais marcos e as diferentes tipologias assumidas ao longo do tempo, como, por exemplo, as expressões missa do vaqueiro, casamento caipira, casamento dos tabaréus e por fim cavalgada. Esse procedimento, por ser introdutório, não nos permitiu aprofundar as características do objeto de estudo, porém nos deu o ponto de partida para a pesquisa. Ao descobrirmos que ao longo da história a cavalgada assumiu diferentes tipologias, percebemos que precisaríamos de informações vindas de sujeitos que viveram esses distintos momentos. Nesse contexto, demos início às investigações buscando meios de compreender os distintos momentos referentes às quatro tipologias destacadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Tipologias das manifestações – Itaporanga d’Ajuda

Tipologia	Breve descrição
Missa do vaqueiro	Celebração religiosa com versos e aboios que homenageiam o vaqueiro.
Casamento caipira	Encenação teatral cômica de casamento, tradicional no período junino.
Casamento dos tabaréus	Nome dado à festa que conjuga a missa do vaqueiro e o casamento caipira.
Cavalgada	Nome dado ao casamento dos tabaréus após a institucionalização pela prefeitura.

Fonte: Trabalho de campo, 2016-2017 (SANTOS, 2018).

Após a caracterização inicial, seguimos com o levantamento e a sistematização do *estado da arte*, que foi necessário e nos possibilitou a análise comparativa do nosso objeto com outras pesquisas que abordam ou abordaram o território associado às manifestações tradicionais. Segundo Ferreira (2002), o estado da arte é uma metodologia de caráter inventariante e descritiva da produção acadêmica e científica sobre o tema em investigação. Com ela investigamos se o fenômeno cavalgada havia sido estudado com a abordagem e objetivos que propusemos de início. Identificamos vários trabalhos na Geografia sobre território, mas nenhum que fizesse referência às cavalgadas.

Ampliamos a procura para outras áreas da ciência e encontramos trabalhos sobre as cavalgadas nas Ciências Biológicas, porém com o foco completamente distinto do nosso, debruçando-se sobre os animais usados nas cavalgadas e não sobre as cavalgadas como manifestações e práticas socioespaciais. Quando direcionamos o levantamento do estado da arte para temáticas que se aproximassem da nossa, deparamo-nos com trabalhos que abordam outras manifestações tradicionais/ressignificadas. Entre eles, destacamos duas dissertações orientadas pela professora doutora Maria Geralda de Almeida, da Universidade Federal de Goiás (2012, 2009). A primeira, de Teixeira (2012) – *Espaços e territorialidades do “festar” da catira no estado de Goiás* –, contém discussões envolvendo a categoria território e territorialidade e nos forneceu referências sobre cultura, territorialidade e tradição. A segunda, de Lagares (2009) – *A festa de São João Batista: da genealogia dos lugares às redes sociais e a (re)conformação do território* –, também apresenta discussões envolvendo a categoria território e territorialidade e contribuiu com referências sobre a festa de São João em que determinadas localidades são realizadas cavalgadas.

Também encontramos os artigos de: Rodrigues (2015), “A cavalgada de São Sebastião em Cambira, PR”; Bispo (2012), “Das cavalgadas do Divino de zonas rurais inglesas à música de banda em Manchester e na integração de portugueses no universo britânico de Hong Kong”; e Silva (2012), “Cavalaria jacuba e a valorização da identidade camponesa: patrimônio cultural e imaterial de Iporá, GO”. Todos eles contribuíram com reflexões sobre a origem das cavalgadas.

Identificamos ainda a produção de Vargas e Neves – o relatório *Inventário Cultural de cada um dos oito territórios de Sergipe e elaboração de um Atlas da Cultura Sergipana* (2009) –, que nos ajudou com a tipologia de manifestações tradicionais enraizadas e resignificadas/contemporâneas em Sergipe; os artigos “Territórios de identidade nos territórios de planejamento” (VARGAS, 2011), que traz a exposição de metodologia de inventário; e “Olhares sobre identidade e festas em Sergipe” (VARGAS; NEVES, 2011), que foca a representatividade de manifestações e festas em Sergipe. Assim, consideramos que o estado da arte foi fundamental para o estudo, porque por meio dele percebemos o caráter de ineditismo da nossa proposta e pudemos dar sequência à pesquisa com a revisão bibliográfica.

Sobre a *revisão bibliográfica* ou literária, Mattos (2015) destaca que se trata do processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em procura

de resposta a uma pergunta específica. Essa busca cobre todo o material relevante que é escrito em livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e entre outros. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a revisão bibliográfica permite situar o trabalho dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte. Portanto, essa atividade foi fundamental durante todo o processo de execução da pesquisa sobre as cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda.

Sequencial e imbricada a todos os momentos da pesquisa, a revisão bibliográfica é apresentada como um dos procedimentos iniciais. No entanto, ela nos esclarece os fundamentos teóricos e nos direciona durante toda a pesquisa. Para nós a compreensão sobre território e socioespacialidade enquanto categorias foi necessária para “descortinarmos” o quê e como queríamos pesquisar.

Ao refletirmos a cavalgada com suas socioespacialidades e pela materialização no território, pudemos compreender o espaço indissociado das relações de diferentes dimensões, empreendidas na realização desta manifestação, que por sua vez constituem territórios. No tocante à socioespacialidade, fundamentamos em Souza (2013), usando o conceito como indicativo de que estamos nos referindo ao espaço e às relações sociais de forma inseparável. Sobre o território, consideramos que sua constituição envolve aspectos tanto da materialidade quanto da imaterialidade. Por esse motivo, pautamos nossas discussões nas ideias de autores que reconhecem o território em sua multidimensionalidade, preponderantemente em Haesbaert (2012).

Ao considerar tais discussões teóricas, entendemos as cavalgadas como manifestação tradicional ressignificada, tal como expõem Vargas e Neves (2009). Cabe assinalar que, ao longo da sua história, as cavalgadas sofreram variações em sua finalidade, estrutura e forma, se desprenderam de determinadas características como a religiosidade e aderiram novas como a mercantilização. Para compreendermos essa manifestação, foi necessário discutirmos sobre festa popular, segundo Castro (2012) e Brandão (1974, 1989), e sobre evento político, de acordo com as ideias de Santos (2006) e Fonseca (2012). A primeira ligada à espontaneidade e de cunho cultural e identitário, e o segundo ligado a estratégias que objetivam a homogeneização de culturas e a visibilidade político-partidária.

Por certo, o fenômeno cavalgada constitui-se como manifestação tradicional ressignificada, e assumimos esses caminhos metodológicos com o interesse de

desvelar as práticas socioespaciais que contribuíram e contribuem para esse processo e, com alicerce na revisão bibliográfica, compreender seus territórios.

Finalizamos com a *primeira aproximação* ao objeto de estudo. Em outubro de 2016, pudemos conhecer a secretária e o diretor de cultura de Itaporanga d'Ajuda, para os quais apresentamos a pesquisa e deles obtivemos as primeiras informações oficiais sobre as cavalgadas no município. Santos (2007) destaca que a primeira aproximação visa criar familiaridade em relação ao fenômeno. Essa familiaridade pode ser estabelecida por meio da sondagem de materiais que possam informar acerca da real importância do problema e estágio das informações já disponíveis, bem como encontrar novas fontes de informações. Portanto, na primeira aproximação estabelecemos contatos com representantes dos órgãos públicos municipais, assim como conseguimos indicações para entrevistas e informações importantes para darmos continuidade à pesquisa.

COLETA DE DADOS

Após as primeiras imersões empíricas com os sujeitos e atores das cavalgadas, demos início ao balizamento dos procedimentos com a definição do *universo e amostra da pesquisa*. Segundo Lakatos e Marconi (1991), o universo é o conjunto de seres que possuem pelo menos uma característica em comum, que no nosso caso foram os produtores (prefeitura, vereadores e empresários) e os participantes (cavaleiros, amazonas, vendedores ambulantes, donos de barracas e espectadores) das cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda. Referente à amostra, porção ou parcela convenientemente selecionada do universo, *a priori* não estabelecemos um número preciso, por entendermos que não se mede a qualidade da pesquisa por meio da expressividade numérica dos dados obtidos. Por esse motivo, escolhemos a técnica de saturação para estabelecimento da amostra. Sobre o fechamento amostral por saturação, fundamentamo-nos em Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 17), pois estes enfatizam que "é a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição". Nesse contexto, a amostra foi definida no decorrer da pesquisa de campo.

Depois da determinação da amostra, demos continuidade ao planejamento da pesquisa, com a elaboração e organização das *técnicas e instrumentais*. Nessa fase construímos o roteiro de observação, o roteiro de entrevista, o questionário

da festa e preparamos os instrumentos de observação e registro das informações como gravador, câmera fotográfica e diário de campo. É importante destacar que, antes da realização dos trabalhos de campo, todos os roteiros passaram por determinados aprimoramentos, até chegarmos às versões definitivas, visando atender aos objetivos traçados.

Após a definição das técnicas e dos instrumentais, realizamos o *pré-teste*, que consistiu em testar os instrumentos da pesquisa sobre uma pequena parte da população do “universo” ou da amostra. Apesar de simples, essa etapa pode revelar possíveis fragilidades do material elaborado com tempo hábil para correção. Para Lakatos e Marconi (1991), a realização do *pré-teste* pode evitar que a pesquisa chegue a um resultado falso, portanto, o seu objetivo é verificar até que ponto esses instrumentos têm, realmente, condições de garantir resultados isentos de erros. Por meio do *pré-teste*, averiguamos a validade das questões postas no roteiro de entrevista e de questionário, se elas eram pertinentes a cada um dos grupos da amostra (produtores e participantes), e se estavam encadeados com os objetivos traçados. Estendemos o *pré-teste* ao roteiro de observação para sabermos se conseguiríamos compreender as diferentes dinâmicas entre o cotidiano e as cavalgadas. Esse momento nos foi revelado como um dos mais importantes durante a pesquisa, porque o que era para ser a entrevista de *pré-teste* tornou-se para nós uma rica fonte de informação sobre o histórico das cavalgadas de Itaporanga d’Ajuda, pois começamos a identificar os marcos da manifestação no município.

De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SMCT –, não há registro exato de quando as cavalgadas começaram ocorrer no município de Itaporanga d’Ajuda. Mas durante o *pré-teste* descobrimos que elas tiveram origem na junção entre o casamento caipira e a missa do vaqueiro, práticas tradicionais no município durante o período das festas juninas. No casamento caipira as pessoas ornamentavam suas carroças, charretes e cavalos com adereços coloridos e de palha, improvisavam fantasias rústicas e seguiam em comitiva até o local da encenação do casamento. Na missa do vaqueiro homens e mulheres iam até a igreja expressar a sua fé vestidos com indumentárias e acessórios de couros, cuja celebração era marcada por versos e aboios típicos dos vaqueiros. Até a década de 1960 ambos ocorriam em circunstâncias distintas, mas passaram a ser realizados no mesmo dia, e em sequência deram origem à festa do casamento dos tabaréus no município.

Segundo a SMCT, na década de 1980 o casamento dos tabaréus assumiu um formato que se assemelha ao das atuais cavalgadas. No final do cortejo introduziram pequenas apresentações de trios pé de serra em meio a campos e praças onde as pessoas se aglomeravam. Com todas essas mudanças, os padres começaram a se recusar a celebrar a missa do vaqueiro, alegando que a festa havia se tornado mundana e, aos poucos, com o falecimento de alguns dos moradores mais antigos e a diminuição do envolvimento dos mais jovens, a encenação do casamento caipira também foi desaparecendo no município de Itaporanga d'Ajuda.

Até 1996 os casamentos dos tabaréus eram organizados e realizados pelos líderes comunitários e sujeitos locais que habitavam a sede e os povoados do município. A prefeitura participava com apoio, disponibilizando, por exemplo, iluminação, palanque e liberação do uso de espaços públicos como as praças. Após 1997 a prefeitura assume todo o processo de organização, produção, divulgação, realização e pagamento das atrações. Segundo a SMCT, o envolvimento da prefeitura favoreceu o aumento do número de cavalgadas, crescendo a cada ano.

Em 1997, ano do primeiro mandato do então prefeito César Fonseca Mandarino, a prefeitura do município assumiu oficialmente a promoção do casamento dos tabaréus, com o objetivo de marcar, no sentido de singularizar, os festejos juninos do município. Após sua institucionalização pela prefeitura, o casamento dos tabaréus passou a ser chamado de cavalgada. Em 1998 foi criado o I Circuito de Cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda, composto por treze distintos percursos realizados pela prefeitura em vários povoados e sede municipal. A institucionalização das cavalgadas também foi marcada pelas mudanças nas atrações que passam a vir de outros municípios e estados, sempre organizadas e financiadas pela prefeitura.

Ainda na fase de pré-teste dos instrumentais da pesquisa, identificamos que, em 2006, o empresário Bruno Sobral, com a produtora BS Produções e Eventos, realizou a I Cavalgada d'Ajuda, a única de natureza particular no município. Nela os cavaleiros e amazonas não são cobrados financeiramente para participar do trajeto do povoado Salvador até a sede, mas para ter acesso à área do show após a cavalgada pagam uma taxa no valor médio de 10 reais. A produtora conta com apoio funcional da prefeitura (concessão do espaço da praça de eventos) e apoio financeiro de empresas, empresários e vereadores. Esse fato nos revelou a importância lucrativa das cavalgadas no município.

As informações referentes às mudanças no contexto cronológico, funcional e estrutural das cavalgadas de Itaporanga d’Ajuda nos revelaram a importância do pré-teste, que passou de procedimento avaliativo dos instrumentais para etapa de levantamento do histórico do objeto de estudo. Com o pré-teste, o que antes eram suposições tornaram-se certezas e ponto de partida para reflexões em torno das cavalgadas.

Efetivamos a *coleta de dados* por meio de pesquisa documental e pesquisa de campo com diário de campo, observação, registro fotográfico e realização de entrevistas e questionários. Conforme Lakatos e Marconi (1991), na *pesquisa documental* a fonte de coleta de dados é restrita a documentos, e pode ser realizada no momento ou depois que o fenômeno ocorre. Definimos que investigaríamos documentos com informações históricas, bibliográficas e estatísticas em arquivos públicos e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); panfletos e mídias digitais, ou seja, qualquer documento acessível referente às cavalgadas de Itaporanga d’Ajuda e que pudessem contribuir para a pesquisa. Porém, na prática, encontramos inúmeras dificuldades para ter acesso a esses documentos, posto que a prefeitura de Itaporanga d’Ajuda não possui nenhum documento oficial sobre as cavalgadas do município. Nem mesmo na Secretaria de Cultura e Turismo e na Biblioteca Municipal foi-nos possível encontrar registro das cavalgadas. Constatamos que a memória não é prática das gestões municipais, sobretudo quando registram os feitos da gestão anterior. Como alternativa, procedemos às buscas na plataforma digital da prefeitura e em *sites* de notícias como o *Infonet Notícias de Sergipe*, *SE Notícias* e *Folha Laranjeirense*.

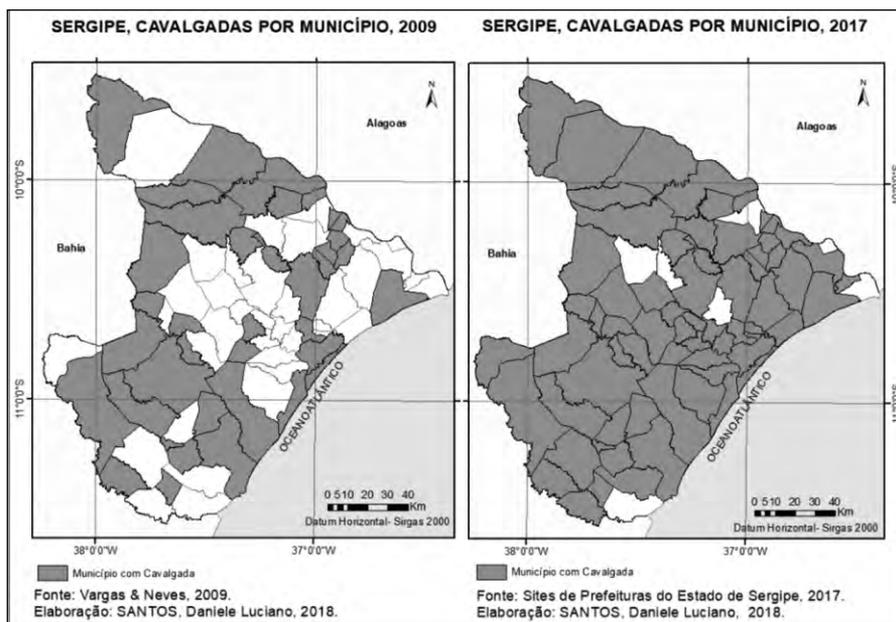
O levantamento de informações na internet sobre as cavalgadas de Itaporanga d’Ajuda e do estado de Sergipe ocorreu entre outubro de 2016 e janeiro de 2017. Durante os três meses, visitamos 72 *sites*, com destaque para as 69 prefeituras que dispõem desse veículo, e descobrimos a ocorrência de cavalgadas em pelo menos 68 dos 75 municípios sergipanos. Areladas à pesquisa em mídias digitais, utilizamos as informações disponíveis no inventário cultural do estado de Sergipe (VARGAS; NEVES, 2009), anteriormente citado, que registrou a ocorrência de cavalgadas em 38 municípios.

O levantamento que realizamos em *sites*, por sua vez, teve como objetivo avaliar se a espacialização das cavalgadas permaneceu significativa no estado e se

ampliou o quantitativo de prefeituras patrocinadoras desses eventos. Todavia, nossas intenções foram frustradas, por conta da insuficiência e da discrepância de informações, não nos sendo possível, assim, precisar o aumento de patrocínio das cavalgadas pelas prefeituras.

A diferença do número de cavalgadas de 2009 para 2017 se deu por dois motivos. Primeiro porque a metodologia da pesquisa de 2009 baseou-se em enquete, realizada nas prefeituras, com lideranças e pessoas reconhecidas do lugar, direcionada para os eixos de realização que considerou desde a mobilização como imagem do lugar até a sua realização pelas prefeituras. Nesse contexto, realizações de cavalgadas podem não ter sido consideradas. Segundo, porque o aumento do interesse das cavalgadas pelos produtores (particulares ou dos governos municipais) foi observado pelo empenho em divulgá-las e apoiá-las conforme textos e fotos nos *sites* visitados. Para visualização, representamos de forma comparativa essas informações no Mapa 1.

Mapa 1 - Espacialização das Cavalgadas em Sergipe: 2009 e 2017



Vargas e Neves (2009) destacam que em Sergipe as cavalgadas, assim como as vaquejadas, traduzem o modo de vida dos sertanejos e dos interioranos marcado pelas duras lidas com o cavalo, com o gado e com a roça. Ou seja, a produção agrícola e a pecuária remetem às manifestações de expressão de destreza e força dos vaqueiros e cavaleiros e, por esse motivo, vaquejadas e cavalgadas permanecem como tradição ressignificada, pois os shows, as camisas (abadás), as ornamentações exageradas dos cavalos e a descaracterização dos cavaleiros e amazonas são apontados como elementos que aos poucos vêm redefinindo a forma e estrutura de suas cavalgadas.

As cavalgadas também possuem importância no setor econômico, beneficiando a circulação de dinheiro no comércio, garantindo renda para aqueles que trabalham como ambulantes nos pontos iniciais e finais do cortejo, assim como nos segmentos de montagem da infraestrutura do palco, som, trio elétrico, iluminação, e propaganda, apontados na referida pesquisa de 2009 e constatados nas propagandas, fotos e textos dos *sites* visitados.

O *trabalho de campo* foi uma etapa fundamental para a nossa pesquisa e, como referem Lakatos e Marconi (1991, p. 186), “é utilizado com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Consistiu na observação direta do fenômeno, na coleta de dados a ele referentes e no registro de informações consideradas relevantes para a análise. Havíamos planejado pesquisa de campo em todas as cavalgadas realizadas nos povoados e sede de Itaporanga d’Ajuda, porém em 2017 a prefeitura municipal manteve apenas um dos treze percursos identificados, além do que é realizado pela Produtora de Eventos BS Produções. Diante dos contratemplos readequamos nosso planejamento, realizamos visitas de campo entre outubro de 2016 e agosto de 2017: i) *antes* das cavalgadas nas repartições públicas de Itaporanga d’Ajuda (Prefeitura, Câmara de Vereadores e Secretaria de Cultura e Turismo); ii) *durante* a cavalgada junina da sede municipal (pública) e a Cavalgada d’Ajuda (privada); e em treze povoados do município; iii) *após* a realização das cavalgadas pública e privada.

No trabalho de campo, utilizamos o *diário* para anotações de informações. De acordo com Falkembach (1987), esse recurso possibilita o registro completo e preciso das observações dos fatos concretos, acontecimentos, relações verifi-

çadas, experiências pessoais do pesquisador, suas reflexões e comentários. Com o diário de campo criamos o hábito da observação, da descrição e da reflexão atenta dos acontecimentos envolvidos com as cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda. Sobre a *observação* dos fatos e das correlações entre eles, Lakatos e Marconi (1991) ressaltam que é uma fonte rica para a construção de hipóteses, uma técnica de coleta de dados para conseguir informações, que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Para nós consistiu em ver, ouvir e examinar as cavalgadas em seu contexto. Entendemos o diário de campo e a observação como distintos, porém complementares. Enquanto a observação foi realizada seguindo um roteiro previamente construído, o registro no diário de campo acontecia de forma espontânea sobre qualquer coisa que fugia do roteiro de observação, como, por exemplo, reações, sensações e dificuldades encontradas envolvendo tanto sujeitos e atores quanto nós, pesquisadores.

O *registro fotográfico* foi útil na demonstração e análise das cavalgadas em Itaporanga d'Ajuda. Segundo Belz (2011), seu uso é constante e em larga escala como forma de apoio às diversas esferas da pesquisa e no processo de produção científica. Outros autores, como Guran (2012), destacam que a fotografia pode ser o ponto de partida ou o resultado de uma reflexão, e por natureza é eminentemente descritiva, sem prejuízo das suas dimensões simbólicas e opinativas. Por esse motivo utilizamos as fotografias não apenas como ilustração, mas também como conteúdo analisado. A nossa experiência em campo com as fotografias foi desafiadora. Tivemos inúmeras dificuldades em conciliar a aplicação do questionário da festa, a observação, o uso do diário de campo e o registro fotográfico, principalmente em meio ao ambiente festivo das cavalgadas com todas as suas dinâmicas em ação.

No tocante às *entrevistas*, Lakatos e Marconi (1991) destacam que se trata de uma conversação de natureza profissional utilizada na investigação social com o objetivo principal de obter informações sobre determinado assunto ou problema. Nesse contexto, utilizamos entrevistas semiestruturadas com roteiro previamente elaborado, acrescido de perguntas conforme surgiam a pertinência e necessidade do momento. Esse tipo de entrevista tem como característica fazer emergir informações de forma mais livre, pois as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Triviños (1987) destaca que na linha teórica fenomenológica o objetivo da entrevista semiestruturada é o de atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais. Assim, as perguntas descritivas tiveram grande importância para a descoberta dos territórios, dos significados da cavalgada para atores e sujeitos, dos comportamentos, e das relações. Todas as entrevistas foram realizadas em dias anteriores ou após as cavalgadas, como uma estratégia para otimizar nossa interação com o informante. A princípio iríamos direcionar as entrevistas aos produtores das cavalgadas, porém, com as dificuldades em contatá-los e pela indisponibilidade, decidimos entrevistar os sujeitos nos povoados. Os sujeitos, residentes nos povoados onde ocorrem as cavalgadas, são os detentores de conhecimento sobre sua origem, realização, composição, mudanças, dentre outros. Chegamos ao quantitativo de uma entrevista na Secretaria de Cultura e Turismo, três entrevistas no povoado Tapera, duas no povoado Rio Fundo do Abaís e uma em cada um dos povoados de Sapé, Nova Descoberta, Caueira e Gravatá, totalizando dez entrevistas realizadas.

Como complemento ao roteiro de entrevistas, utilizamos quadro dos elementos das Cavalgadas, ambos (roteiro e quadro) construídos de forma associada. Em cada povoado escolhemos, entre os entrevistados, aquele que dispôs de mais conhecimento para preencher o quadro. Com isso, tivemos o objetivo de detalharmos a composição da cavalgada, suas características, seus espaços, as músicas, as vestimentas, entre outros elementos. Além disso, tivemos a preocupação ética de adotar um termo de consentimento e autorização do uso das informações cedidas em entrevistas, que resguarda tanto os informantes quanto nós pesquisadores.

No Quadro 3 especificamos o perfil dos entrevistados. Salientamos que os dez sujeitos apresentados no quadro são os que assinaram o termo de consentimento citado anteriormente. Em muitos povoados, tais como Tapera, Nova Descoberta, Caueira, Rio Fundo do Abaís e Sapé, outras pessoas, que já estavam no local ou foram chegando à medida que a entrevista evoluía, participaram com comentários, informações e até mesmo com correção de informação.

Quadro 3 - Perfil dos Entrevistados

Tempo de residência no local	Ocupação	Sexo	Quantidade
55	Diretor de Cultura do Município	Masculino	1
57	Dono de haras	Masculino	1
53	Dono de bar	Masculino	1
56	Comerciante	Masculino	1
33	Sanfoneiro	Masculino	1
46/50	Lavrador	Masculino	2
20	Balconista	Feminino	1
30	Enfermeira	Feminino	1
42	Desempregado	Masculino	1
Total			10

Organização: Daniele Luciano Santos, 2017.

O último instrumental que utilizamos foi o *questionário* aberto, para conseguir informações junto aos participantes, os cavaleiros e as amazonas, durante as cavalgadas. Fizemos esta escolha em virtude das experiências de pesquisas anteriores e pelo conhecimento de que normalmente em ambientes festivos os sujeitos resistem responder aos roteiros longos. Segundo Triviños (1987), o questionário aberto deve ser composto por poucas perguntas, claras, precisas e expressas numa linguagem natural, adequada ao ambiente no qual se realiza a pesquisa, e devem apontar os assuntos essenciais do problema. Aplicamos 49 questionários, com sete perguntas sobre a forma de participação, o significado da cavalgada e do show para participantes com idades entre 15 e 62 anos. Findada a etapa de coleta das informações, demos sequência à pesquisa com a análise.

ANÁLISE DOS DADOS

Na análise de dados, que, segundo Gil (2008, p. 156), tem por “objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”, seguimos a metodologia de *análise de conteúdo* desenvolvida por Bardin (1977), em três momentos básicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados por meio da inferência e interpretação.

Na pré-análise organizamos o material a ser analisado, que coletamos por meio da pesquisa documental, da revisão bibliográfica, das entrevistas e dos questionários. Para isso, foi necessária a leitura flutuante (dinâmica), com o ob-

jetivo de apreender e organizar de forma estruturada aspectos importantes para as fases seguintes da análise. Organizamos o material de forma intuitiva, seguindo critérios como o tema (cavalgada, ressignificação, festa, evento, entre outros), o conteúdo (político, econômico, cultural) e a relevância para a nossa pesquisa (tradição, ressignificação, novo). Sobre a exploração do material, explica Bardin (1977, p.101):

Não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas [...] mecanicamente. Esta fase [...] consiste essencialmente de operações de codificação, e enumeração, em função de regras previamente formuladas.

Ou seja, consistiu em operações de codificação, quantificação, refutação justificada de determinado conteúdo, ordenamento das respostas das entrevistas e questionários sobre as cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda, considerando o passado e o presente.

Acerca da etapa do tratamento dos resultados por meio da inferência e interpretação, Bardin (1977) afirma que nós, pesquisadores, precisamos tornar os resultados brutos significativos e válidos. Segundo a autora, a interpretação deve ir além do conteúdo manifesto dos documentos e o que nos interessa é o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido; por sua vez a inferência é uma técnica de tratamento dos resultados que busca indicadores sobre o tema pesquisado. Durante a interpretação dos dados foi preciso retornar às reflexões teóricas, para fundamentarmos a análise e darmos sentido à interpretação. Desse modo, por exemplo, conseguimos identificar nos relatos dos entrevistados elementos que indicam quando, onde e como começaram a ocorrer mudanças nas cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda, assim como identificamos os territórios das cavalgadas e os territórios de influência de cada um dos produtores das cavalgadas.

O tratamento dos dados nos permitiu visualizar a diversidade dos sujeitos e das relações empreendidas na produção e manutenção das cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda ao longo dos anos. Ou seja, trata-se dos sujeitos e relações que aparecem na linha do tempo na posição de realizadores, de apoiadores e de participantes como espectadores, vendedores, atrações artísticas, cavaleiros e Amazonas. Para compreender a complexidade dessas relações, sejam elas de

natureza religiosa (passado), política, econômica e simbólica, foi preciso levar em consideração a multidimensionalidade das relações e do poder em disputa que determinam os territórios das cavalgadas no município.

A análise dos dados nos permitiu compreender como os povoados tornam-se territórios políticos, econômicos e/ou simbólicos, a depender dos sujeitos envolvidos e das práticas empreendidas na realização das cavalgadas. Observamos que a influência de determinadas famílias ou grupos políticos, dos vereadores ou ex-vereadores e da prefeitura nos povoados demarcam os territórios do poder e determinam a ocorrência ou não das cavalgadas em benefício dos seus interesses políticos. Há também a ação da iniciativa privada, que por meio da produção de evento encontrou na cavalgada potencial lucrativo correspondente aos seus interesses econômicos. E, ainda, os sujeitos locais presentes em todos os territórios atribuem diferentes sentidos às cavalgadas. Conforme a maneira como participa delas, há quem as vejam como fonte de renda, como tradição, como esporte, como diversão, ou até mesmo de forma negativa.

A complexidade das cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda perpassa a multidimensionalidade das relações, dos interesses e dos territórios, multidimensionalidade que, segundo Haesbaert (2012, p. 95), “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica”. Nesse sentido, analisamos os sujeitos, as relações e os territórios onde a cavalgada se manifesta atrelados a suas dimensões materiais e imateriais.

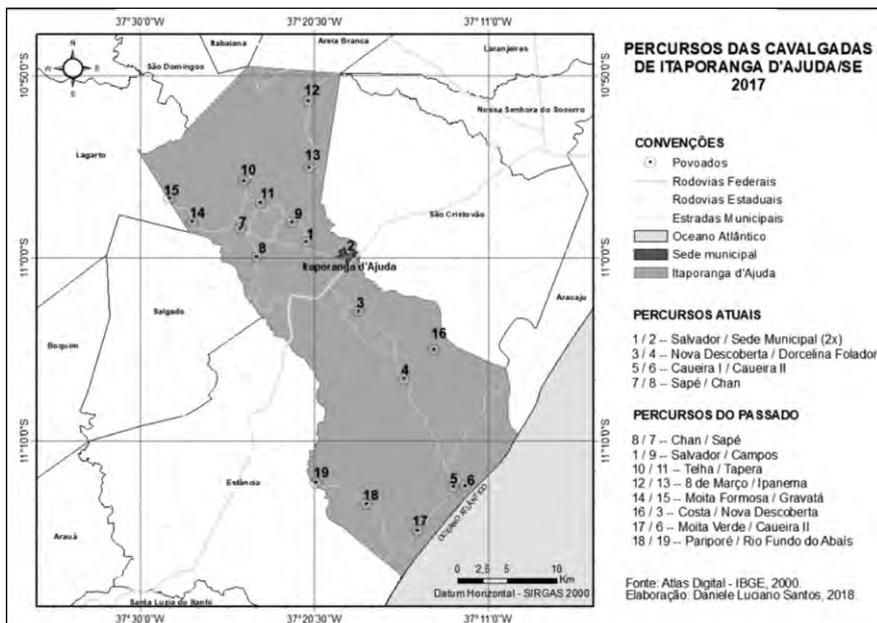
No contexto político, Itaporanga d'Ajuda sempre foi palco de disputas entre determinados grupos que correspondiam a famílias tradicionais locais. Entre elas destacam-se a família Mandarino, a Garcez e a Sobral. Durante a história houve uma alternância entre esses três grupos políticos na gestão municipal, e ao longo dos anos cada um deles foi conquistando admiradores e estabelecendo seus territórios de influência. Esses territórios vêm sendo mantidos por ações de cunho político que, em determinados momentos, eram e são revestidos por justificativas filantrópicas, culturais e festivas. Cada grupo político possui um território-foco de suas ações, que normalmente é onde detêm mais seguidores (eleitores), e para mantê-lo utiliza-se de mecanismos e estratégias que agradam o maior quantitativo possível de pessoas. Assim, as festas e os eventos patrocinados são oportunidades indispensáveis a esse fim. Dessa forma, identificamos a cavalgada não só

como festa popular de cunho cultural e tradicional, ainda que ressignificada, mas como festa popular que sempre foi apropriada pela política itaporanguense.

Os territórios fortalecem, ou não, a depender da família que está na gestão do município e das alianças que são estabelecidas, as cavalgadas. Entre uma gestão e outra, entre alianças e disputas, as cavalgadas se reinventam em decorrência dos interesses políticos, da quantidade de investimento público e esforços que são destinados à sua realização.

As entrevistas e posteriormente a análise nos permitiram identificar que os interesses na manutenção das cavalgadas não são apenas de natureza política, mas também como potencial econômico e geradoras de renda pelos vendedores e comerciantes ambulantes e, como exposto anteriormente, pela produtora BS Produções e Eventos. Com essas informações, fruto da análise dos dados, mapeamos os territórios e os percursos das cavalgadas de Itaporanga d'Ajuda do passado e do presente (Mapa 2). Destacamos que, independentemente de quem promove, a ação da prefeitura sempre perpassa a organização das cavalgadas, seja como apoio seja como realizadora.

Mapa 2 - Percursos das Cavalgadas



O mapeamento nos mostra a expressividade das cavalgadas no município de Itaporanga d'Ajuda. Por trás desse fato estão os interesses políticos que determinaram em parte a sua realização em até treze distintos percursos. As alianças firmadas entre os políticos locais e as lideranças dos povoados são uma forma de conquistar seguidores (eleitores) por meio da realização das cavalgadas. Portanto, esses possíveis seguidores também configuram o motivo da realização e manutenção das cavalgadas.

Mediante a análise dos dados também identificamos que a cavalgada possui distintos significados para cada sujeito. Ou seja, os significados variam conforme a forma de participação: se como realizador, como espectador, como vendedor, como cavaleiro ou amazona. Também variam entre os que viveram e não viveram a época do casamento caipira, entre aqueles que apenas cavalgam, aqueles que vão para o show e aqueles que vão para ambos.

Famílias ou grupos políticos, empresários, comerciantes, vendedores ambulantes, cavaleiros, amazonas e no passado também a igreja deram e dão formas, sentidos e significados distintos à cavalgada. De acordo com seus interesses, cada um a seu modo contribui para a ressignificação da cavalgada como festa popular ligada a tradições religiosas para condição de festa-espetáculo ligada a tradições inventadas e reinventadas. Destacamos o papel e a participação da prefeitura de Itaporanga d'Ajuda que perpassa por todas as cavalgadas, sejam elas públicas ou privadas, do passado ou do presente, como apoio ou realizadora.

A análise dos dados nos revelou que a "evolução" da cavalgada em Itaporanga d'Ajuda demarca a sua realização não mais como uma expressão da cultura de indivíduos interioranos, com modo de vida típico do ambiente rural, nem sequer dos vaqueiros do campo, pois atualmente, em sua organização, intervem líderes comunitários, vereadores, empresários e principalmente os gestores municipais. A institucionalização das cavalgadas pela prefeitura do município se dá quando a manifestação tradicional ressignificada é enquadrada nas normas da organização pública em benefício de interesses coletivos, políticos, econômicos e/ou culturais. Essa multi-intervenção movimenta e possibilita aos produtores e participantes da festa novos usos, interesses e percepções que podem alterar o seu sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das inúmeras possibilidades que a pesquisa qualitativa põe à nossa disposição, procuramos mostrar a importância do planejamento que adotamos, bem como nosso esforço para a condução teórico-metodológica coerente com o alcance de nossos objetivos. Esperamos despertar no leitor a possibilidade de reflexão sobre as suas possíveis escolhas durante o processo de planejamento e realização de outras pesquisas.

Destacamos que, mesmo com o planejamento, assumimos a liberdade de alterá-lo diante das necessidades que surgiam, como ato de responsabilidade na produção do conhecimento. É interessante destacar que o pesquisador possui essa liberdade, desde que as decisões sejam tomadas coerentemente. Em outras palavras, o planejamento é importante para toda e qualquer pesquisa, mas não deve ser proposto como um encadeamento a ser cumprido sem alterações, evitando, assim, o engessamento da pesquisa.

Por fim, entendemos que planejar significa organizar as atividades a serem cumpridas, criar as técnicas, os instrumentais, e vislumbrar seu percurso e sua finalização. Todavia, planejar não garante por completo um percurso sem contratempos e dificuldades. Por isso nós pesquisadores devemos estar preparados, sermos criativos e flexíveis para lidarmos com situações inesperadas.

Contudo, no quesito metodologia de pesquisa qualitativa a palavra de ordem é coerência. Coerência com os objetivos, as questões de pesquisa, a abordagem teórico-metodológica. É indiscutível a importância para a pesquisa dos instrumentais e técnicas que descrevemos, mas os resultados com eles alcançados só foram possíveis por levarmos em conta a coerência entre eles e aquilo que propusemos de início.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELZ Carlos Eduardo. **A fotografia científica**. Site Fotografia Científica, 2011. Disponível em: <<http://www.fotocientifica.com/2011/08/fotografia-cientifica.html>>. Acesso em: maio 2016.

BETTENCOURT, Dom Estevão Tavares. **As Cruzadas e a Terra Santa**. Santa Sé Vaticano: Congregação Para o Clero. 2007. Disponível em: <<http://www.clerus.org/clerus/dati/2007-11/23-13/02CruzadasTerraSanta.html>>. Acesso em: set. 2017.

BISPO, Antonio Alexandre. Migrações a centros de comércio e mudanças de práticas tradicionais: das cavalgadas do Divino de zonas rurais inglesas à música de banda em Manchester e na integração de portugueses no universo britânico de Hong Kong. **Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira**, v. 137, n. 15, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cavalhadas de Pirenópolis**: um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás. Goiânia: Oriente, 1974.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Papyrus, 1989.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. Concepções de festa, os sentidos do festejar e as dimensões socioeconômicas, culturais e lúdicas das festas juninas. In: _____. **Da casa à praça pública**: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano [on-line]. Salvador: Ed. UFBA, 2012. p. 39-84.

COSTA, Sergio Paulo Muniz. **Idade Média**: mil anos no presente. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2017.

FALKEMBACH, Elza M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e Educação**, Ijuí, RS: Universidade de Ijuí, ano 2, n. 7, p. 19-24, jul./set. 1987. FERREIRA, Norma S. D. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FONSECA, Tiago Miguel Pereira Martins da. **A cultura na rua**: estratégia ou entretenimento cultural. 2012. Dissertação (Mestrado em Práticas Culturais para Municípios) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2012.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, maio/jun. 1995.

GURAN, Milton. Documentação fotográfica: a pesquisa científica: notas e reflexões. In: **XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia**. Rio de Janeiro: Funarte, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidades. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LAGARES, Mirne-Gleyde. **A festa de São João Batista**: da genealogia dos lugares às redes sociais e a (re)conformação do território. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

- MATTOS, Paulo de Carvalho. **Tipos de revisão de literatura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
- PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, ano 14, n. 23, v. 1, p. 4-18, 1º sem. 2012.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernane César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Ed. Universidade Feevale, 2013.
- RODRIGUES, João Paulo Pacheco. A cavalgada de São Sebastião em Cambira, PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7.; ENCUENTRO DE GEO-HISTÓRIA REGIONAL, 35.; SEMANA DE HISTÓRIA, 20., 2015, Maringá, PR. **Anais...** Maringá, PR, 2015.
- SANTOS, Daniele Luciano. **As socioespacialidades e ressignificações das cavalgadas – Itaporanga d’Ajuda/SE**. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.
- SANTOS, Milton. O tempo (os eventos) e o espaço. In: _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. USP, 2006. p. 93-108.
- SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- SILVA, Paula Junqueira da. **Cavalaria jacuba e a valorização da identidade camponesa: patrimônio cultural e imaterial de Iporá, GO**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: TERRITÓRIO EM DISPUTA: OS DESAFIOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, 21., 2012, Uberlândia, MG. **Anais...**, Uberlândia, MG, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- TEIXEIRA, Maisa França. **Espaços e territorialidades do “festejar” da catira no estado de Goiás**. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- TURATO, Egberto Ribeiro. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.
- VARGAS, Maria Augusta Mundim. Territórios de identidade nos territórios de planejamento. **Revista Anpege**, n. 1, v. 7, p. 99-109, out. 2011.
- VARGAS, Maria Augusta Mundim; NEVES, Paulo Sergio da Costa. **Inventário cultural dos territórios de Sergipe e elaboração de um atlas da cultura sergipana**. Relatório. Aracaju, SE: Seplan/SE, 2009.
- VARGAS, Maria Augusta Mundim; NEVES, Paulo Sergio da Costa. Olhares sobre identidade e festas em Sergipe. **Revista Geográfica de América Central**, n. 47, v. 2, p. 1-15, 2. sem. 2011.



PARTE IV | Memórias de projetos de pesquisa

**Metodologias qualitativas aplicadas ao estudo da
paisagem no Vale do Jequitinhonha/MG-Brasil**

José Antônio Souza de Deus

Ludimila de Miranda Rodrigues Silva

Mariana Rodrigues da Costa Neves

Liliane de Deus Barbosa

**Caminhos Metodológicos no Estudo de Festas
Populares**

Maria Augusta Mundim Vargas



METODOLOGIAS QUALITATIVAS APLICADAS AO ESTUDO DA PAISAGEM NO VALE DO JEQUITINHONHA/ MG- BRASIL

José Antônio Souza de Deus
Ludimila de Miranda Rodrigues Silva
Mariana Rodrigues da Costa Neves
Liliane de Deus Barbosa

INTRODUÇÃO

A abordagem ou pesquisa qualitativa é definida por Oliveira (2016, p.37) como “um processo de reflexão e análise da realidade, através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. Problematiza-se, aqui, a respeito das metodologias qualitativas vinculadas ao projeto: *“Etnogeografia, Paisagens Culturais e Gestão do Território em Comunidades Tradicionais do Vale do Rio Jequitinhonha/ MG¹”*, desenvolvido de fevereiro/2014 a fevereiro/2016, no recorte territorial de Minas Novas, Turmalina, Capelinha e Angelândia, na Mesorregião do Jequitinho-

1 O Vale do Rio Jequitinhonha está situado no nordeste de Minas Gerais e extremo-sul da Bahia. A área do Vale localizada em território mineiro tem aproximadamente 85 mil km² e população de um milhão de habitantes, distribuídos por 80 municípios, agrupados em sete microrregiões: Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina, Grão Mogol, Pedra Azul e Salinas. “A região caracteriza-se por intenso fluxo migratório, pequena oferta de emprego e baixa taxa de urbanização (DEUS & CASTRO, 2014). O Vale é uma das regiões de formação territorial e identidade cultural mais marcantes de Minas Gerais. Observamos, ali, uma realidade social e cultural densa e contraditória, continuamente reelaborada pelos atores sociais locais.

nha/MG. O projeto² teve seu Termo de Outorga assinado em 17/02/2014 e viabilizou a orientação de dissertações e teses direcionadas aos Estudos da Paisagem e desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia- IGC/UFMG. Tais pesquisas utilizaram categorias de análise e paradigmas de interpretação explicitamente geográficos e assumiram caráter interdisciplinar por estabelecerem diálogos com outras áreas das Geociências. O trabalho objetivou investigar as comunidades tradicionais nas óticas etnoambiental/etnopolítica, particularmente na perspectiva da identificação das paisagens culturais do Jequitinhonha em geral, e da localidade de Alto dos Bois (Angelândia/ MG³), em particular; buscando rastrear, ainda, as estratégias das comunidades que conduziram à emergência e redesenho de novas territorialidades quilombolas e que gestam paisagens culturais particulares no Vale⁴. Ressalte-se que no Jequitinhonha há comunidades quilombolas, segundo o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva/CEDEFES (SANTOS, CAMARGO, 2008), em 23 municípios. Destaca-se, como pode ser observado no mapa a seguir, a presença de núcleos no médio Jequitinhonha, nas

2 O projeto foi coordenado pelo Prof. José Antônio S. Deus (Departamento de Geologia- Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais- IGC/ UFMG) e patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/ FAPEMIG, tendo tido seu relatório aprovado em 06/12/2016. Artigos publicados em periódicos divulgaram resultados do projeto (DEUS *et al.*, 2018), que foi precedido de pesquisas similares, com comunidades tradicionais (índios, quilombolas...), no Jequitinhonha e noutros recortes do estado como o Vale do Rio Doce e o Quadrilátero Ferrífero (ALVES, DEUS & GOMES, 2013; DEUS, 2011, 2015). Antecederam estas pesquisas, investigações desenvolvidas na Amazônia, investigando, a territorialidade e cultura de índios do Acre e Rondônia (DEUS, BARBOSA & TUBALDINI, 2011).

3 O município localiza-se no Alto Jequitinhonha, nordeste/ MG. Possui extensão de 185,21 km² e população de 8 mil habitantes, dos quais, mais da metade, na zona rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ IBGE, 2010). O relevo local é plano com regiões onduladas, encontrando-se a sede a 891 m de altitude. A cidade é servida pelas rodovias BR-120 e BR-381, distando 454 km de Belo Horizonte). O clima é tropical com período seco (abril a setembro). O Cerrado é o principal tipo de vegetação local. As principais atividades econômicas são a cafeicultura e a pecuária. O município produz anualmente, 130 mil sacas de café beneficiado. Um dos sítios onde o patrimônio cultural integra-se à paisagem é a **Fazenda Alto dos Bois** (tombada como Patrimônio Público Municipal pela Lei n.º 058/1999, em 06/ 07/ 1999). Localizado na porção NW do município, próximo aos limites de Capelinha e Minas Novas, Alto dos Bois compreende um terreno medianamente acidentado, no qual há rede hidrográfica densa e transformou-se em marco histórico regional porque ficou aquartelado aí (a partir de 1729), destacamento da 3ª. Companhia de Dragões da Independência, destinado a "proteger" os mineradores das investidas dos índios botocudos nos caminhos entre Minas Gerais e Bahia. O sítio foi visitado, no século XIX, por viajantes como: Pohl (1976), Saint Hilaire (2004), D'Orbigny (1976), Spix & Martius (2005) e Tschudi (2006).

4 A investigação contemplou ainda, questões ligadas ao ordenamento territorial acopladas aos interesses e necessidades dos atores sociais locais e seus arranjos produtivos.

microrregiões de Capelinha e Araçuaí, nos municípios de Berilo (20); Chapada do Norte (15); Minas Novas (16) e Virgem da Lapa (12).

Mapa 1- Municípios com Ocorrência de Comunidades Quilombolas no Vale do Jequitinhonha – MG



UMA PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE AS METODOLOGIAS ADOTADAS

Como procedimentos metodológicos, foram executados: trabalhos de campo com observação participante, entrevistas semi-estruturadas e mapas mentais, precedidos de pesquisa bibliográfica/cartográfica/documental (a partir de dados obtidos na literatura científica e levantamentos do CEDEFES - SANTOS, CAMARGO, 2008), além de inventário toponímico. Uma vertente importante das metodologias quali-quantitativas desenvolvidas (georreferenciamento de geossímbolos,

entrevistas, travessias com elementos-chave da comunidade, mapas mentais...), foi viabilizada pela execução de trabalhos de campo⁵. A fim de estabelecer uma interação dos pesquisadores com as comunidades partiu-se da observação participante na vida cotidiana desses atores, estabelecendo com eles uma relação menos formal e buscando resgatar as essências dos signos e significados que compõem seus espaços de vivência que se materializam nas paisagens. Schwartz e Schwartz (1995, p. 355 *apud* CICOUREL, 1980, p. 89), apontam que:

[...] definimos observação participante como um processo pelo qual se mantém a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, modificando e sendo modificado por este contexto.

Além da utilização, cada vez maior, desta técnica na Geografia, em trabalhos que buscam a identificação e análise das culturas, a escolha dessa metodologia partiu das distintas áreas do conhecimento que a incorporam em seu escopo metodológico, com a inserção do pesquisador em um grupo “analisando-o de dentro para fora, por meio de vivências e convivências cotidianas” (BORGES, 2009, p.186). Para tal, é preciso haver clareza quanto aos objetivos da pesquisa, associada, ainda, à atitude de “estar aberto”:

A atitude de “estar aberto” deve ser compreendida como, antes mesmo de dar início às atividades de pesquisa, “ver”, “sentir”, “analisar” o lugar aonde se chega, seja uma cidade, uma comunidade, uma tribo indígena, ou até mesmo à casa de alguém, uma empresa, ou uma organização. É preciso que o pesquisador se identifique com esse lugar, que ele “sinta” e consiga “ler”, nesse lugar, os caminhos por onde deve andar, para construir seu pro-

5 O primeiro reconhecimento de campo aí empreendido se deu entre 20 e 22/10/2014, nos municípios de Angelândia (zonas rural e urbana) e Capelinha; e àquele seguiram-se incursões de campo, em 2015, nos seguintes períodos e locais: 18 a 24/04 (Angelândia/ MG- zonas rural e urbana); 14 a 21/07 (Angelândia e Minas Novas, zonas rural e urbana); 03 a 07/08 (Angelândia- zonas rural e urbana) e 04 a 08/12 (Turmalina/ MG).

cesso de pesquisa de campo. Numa pesquisa em que se queira trabalhar com a observação participante, identificar-se com o lugar, gostar de estar lá, é um passo pertinente e, muitas das vezes, imprescindível. Dessa forma, “estar aberto” pode ser entendido como estar disposto a gostar, se identificar, a acolher os lugares por onde anda e, sobretudo, as pessoas deste lugar (BORGES, 2009, p. 190-191).

Percebe-se, contudo, que o desenvolvimento de uma pesquisa de caráter participante demanda uma série de esforços, tanto do pesquisador, como dos pesquisados; por isso não há um único modelo de pesquisa participante; cada processo demanda interferências específicas, cujos momentos para desenvolvimento das práticas de pesquisa devem respeitar a dinâmica social e política das comunidades. É preciso considerar, ainda, que, apesar do conceito de comunidade carregar um significado associado à homogeneidade do grupo, há diferenças internas que devem ser consideradas, tanto no desenvolvimento das atividades de campo, como na análise das informações coletadas. Diferentemente da antropologia, em que a utilização desta metodologia atém-se ao “sentido das coisas para melhor compreender o funcionamento de uma sociedade”, na sociologia, a observação participante inicia-se no princípio de que “toda a organização societal está assentada nos ‘sentidos’, nas ‘definições’ e nas ‘ações’ que indivíduos e grupos elaboram ao longo do processo de ‘interação simbólica’ do dia-a-dia” (HAGUETTE, 2007, p. 67). William Foote-Whyte (1980), além de desenvolver trabalhos com jovens de comunidades pobres em Boston, consolidou a adoção de importantes pressupostos para a observação participante, como destaca Borges (2009, p. 188-189):

a observação participante requer a disponibilidade de um longo tempo para a pesquisa de campo; de início, para preparar a inserção do pesquisador, depois, para conseguir, por meio da convivência demorada, coletar os dados necessários; o pesquisador deve estar ciente de que ele será um estranho no grupo e que deve encontrar ali o seu próprio lugar, ser aceito; deve-se dar prioridade para a relação pesquisador-pesquisado, pois é a partir dele que se conseguirá atingir os objetivos da pesquisa; para isso é importante justificar sua presença no grupo, muito mais do que elaborar explicações para isso, encontrar nas explicações do grupo sobre sua pre-

sença, o seu próprio lugar no grupo; o pesquisador nunca deve deixar de ser um alguém “de fora”, realizando um trabalho estranho ao grupo, deve, portanto, usar isso a seu favor; a participação de um “informante-chave” é imprescindível, em todas as etapas do trabalho, inclusive nos momentos de interpretação dos dados; o pesquisador deve compreender que ele não passa despercebido e é constantemente observado pelo grupo que está observando; o pesquisador deve estar atento às várias formas de informação que podem lhe chegar através de todos os sentidos (ouvir, sentir, ver...) e que, na maioria das vezes, uma entrevista formal é desnecessária, pois essa atenção dos sentidos vai lhe indicar os passos a serem dados, as perguntas a serem feitas, os dados a serem coletados. Com o tempo, muitas informações chegam ao pesquisador sem que ele as procure; o pesquisador deve estabelecer uma rotina de trabalho, manter um cotidiano de atividades de pesquisa rígido, utilizando-se sempre de um “diário de campo” para suas anotações. A presença rotineira do pesquisador é um dos meios para se alcançar a confiança do grupo; os erros cometidos no campo podem servir para mostrar novos rumos à pesquisa, eles devem ser vistos como diretrizes para novas perguntas, novas buscas de informações e possibilitar a reflexão sobre o porquê dos desacertos; o resultado de todo o esforço de uma pesquisa, na maioria das vezes, não vai servir em nada para o grupo pesquisado, então, o que pode ficar de “recompensa” será muito mais a amizade ali construída.

Um dos aspectos mais abordados nas pesquisas que realizam uma observação participante é a “disponibilidade de um longo tempo” e “a convivência demorada”, como destacou a autora. Contudo, segundo Macedo (2010, p. 92) este aspecto está diretamente relacionado “ao grau de envolvimento necessário à abordagem do objeto, ou mesmo da inspiração teórico-epistemológica e política do pesquisador”, ou seja, “é o objeto da pesquisa que vai fornecer as evidências capazes de fomentar uma decisão quanto à dimensão do período da observação e ao grau de envolvimento necessário”. Malinowski (1980, p. 42) destaca a importância de se sistematizar claramente as etapas da observação ao salientar que é preciso delimitar bem os objetivos e os princípios da metodologia a ser utilizada; compreender a convivência com os “nativos” como uma prática fundamental nos trabalhos

de campo e, ainda, conhecer e aplicar um escopo de métodos particulares para a coleta, manipulação e construção dos dados, tanto em campo, como em escritório. Outra forma de sistematização da observação participante é destacada por Becker (1958, p. 652-653 *apud* CICOUREL, 1980, p. 96-97) que define, na implementação dessa metodologia, quatro estágios: "(1) a seleção de problemas, conceitos e índices e a sua definição; (2) uma estimativa da frequência e da distribuição dos fenômenos em estudo; (3) a articulação de descobertas individuais com o modelo da organização em estudo; (4) os problemas de inferência e prova". O primeiro momento está relacionado à observação do grau de veracidade das informações obtidas, das decisões e observações, as quais o pesquisador deve observar durante a obtenção das informações, através, por exemplo, da tentativa de "aferição" da credibilidade e/ou espontaneidade dos informantes. E, à medida que o observador for desenvolvendo a pesquisa, ele começa a observar a frequência como alguns fenômenos ou características são mencionados, o que, a partir desse momento, que já constituiria um segundo estágio, leva o pesquisador a algumas considerações mais quantitativas. O somatório de observações qualitativas e quantitativas leva o observador, num terceiro momento, a começar a "procurar o modelo que melhor se adapte aos dados que obteve". E, por fim, o quarto estágio, no qual:

[...] o observador verifica de novo e reconstrói o modelo onde for necessário, segundo os seus dados. Aqui ele deve decidir como irá apresentar seus resultados. Como observa Becker, o problema de apresentar os dados após a pesquisa de campo há muito tempo incomoda os cientistas sociais. Ele propõe a seguinte solução: apresentar uma descrição da história natural das conclusões, permitindo, ao leitor, seguir a evidência tal como veio a chamar a atenção do observador no decorrer da pesquisa e tal como o problema sob investigação foi sendo conceituado durante esse tempo. A idéia de uma "história natural" não significa que qualquer dado será apresentado; apenas os tipos gerais de dados obtidos em cada estágio da pesquisa o serão. Estariam incluídas as exceções significativas dos dados e a sua correspondência às concepções teóricas utilizadas. O ponto crucial das sugestões de Becker está em abrir a possibilidade, para o leitor, de verificar pormenores da análise, assim como a oportunidade de examinar a base de qualquer conclusão já alcançada (CICOUREL, 1980, p. 97).

Essa metodologia é reconhecida também por Quivy e Campenhoudt (1998, p. 164) como uma observação indireta, ou seja, é aquela em que o pesquisador recorre ao sujeito para adquirir a informação desejada, utilizando, para isso, outros instrumentos como questionários, entrevistas, etc. Ressalte-se que uma pesquisa etnográfica parte do princípio de enxergar, perceber, compreender e, acima de tudo, descrever o mundo a partir da observação que o *outro* faz de seu espaço vivido, das paisagens nele inseridas, do lugar de morada e trabalho, do território que se materializa em relações políticas, sociais e culturais. Claval, a propósito, ressalta que:

O mundo que os homens constroem, transformam e organizam depende da imagem que eles têm do meio, das técnicas que permitem ter domínio sobre ele e os modelos ideais que eles gostariam de impor. O mundo que os homens desenham coloca em jogo deuses, espíritos e forças cósmicas: sua topografia mistura espaços profanos e sagrados (CLAVAL, 1999, p. 71).

Para que compreendêssemos o mundo através do(s) olhar(es) com que os sujeitos da pesquisa o percebem, fez-se necessário o uso de ferramentas, técnicas e métodos de pesquisa mais flexíveis, abertos e dialógicos, fundamentados em metodologias que são adjetivadas pelo seu caráter “étnico”, ou seja, **etnometodologias** (DEUS & SILVA, 2015). Propusemo-nos a tornar a pesquisa de campo um momento de diálogo e participação com os sujeitos investigados, os quais tiveram condições de nos relatar como percebem o mundo onde vivem, suas crenças e tradições, anseios e angústias. Para isso, as ferramentas, técnicas e métodos da pesquisa basearam-se, inicialmente, na proposta do **Diagnóstico Rápido/ Rural Participativo** – DRP (CHAMBERS, 1994; CHAMBERS & GUIJT, 1995, FARIA & FERREIRA NETO, 2006), o qual tem sido considerado como um conjunto variado de abordagens e métodos que possibilitam às comunidades expressar, valorizar, compartilhar e analisar seus conhecimentos de vida, criando, assim, condições para se planejar e agir sobre seus espaços (CHAMBERS, 1994). Embasados na perspectiva do Mapeamento Participativo (FRANCO, RUCHKYS & DEUS, 2016), realizamos interpretações acerca da organização territorial dos sujeitos, construída através dos conhecimentos que eles têm do ambiente. Inserimos perguntas-chave relacionadas aos elos afetivos estabelecidos pelas pessoas com os lugares, buscando resgatar suas experiências de vida relacionadas à valorização de elementos naturais e imateriais e que podem caracterizar o que existe de mais impor-

tante nesses lugares (“espaços vivos/“percebidos”). Tal mapeamento levou à produção de mapas etno-ambientais, onde se localizam as fontes de recursos naturais mais importantes para a construção e manutenção da identidade quilombola, os sítios paisagísticos de grande beleza cênica, bem como aqueles com significado mítico-afetivo, simbólico e/ou ecológico para a coletividade. Para auxiliar na identificação dessas espacialidades, recorreu-se a outra metodologia – as travessias - que constituem atividades nas quais os pesquisadores, junto com “informantes-chave” das comunidades (CHAMBERS, 1994; CHAMBERS & GUIJT, 1995), percorrem trechos do território para conhecer os diversos componentes e lugares desenhados, bem como obter explicações sobre eles. Considerando, ainda, que o uso apenas do DRP como metodologia de pesquisa não seria suficiente para criarmos inteligibilidade acerca das visões de mundo dos sujeitos investigados, adotamos outras ferramentas de trabalho tais como a história de vida e entrevistas semi-estruturadas, as quais nos permitiram construir diálogos mais profundos com os sujeitos. Tais metodologias nos auxiliaram, também, na reconstrução da árvore genealógica da comunidade, baseada na estruturação familiar e, a partir da mesma emergiram relatos que complementaram a compreensão da territorialidade e geograficidades das comunidades quilombolas do Alto dos Bois. A genealogia, além de revelar elevado grau de parentesco entre as três comunidades que configuram aquele núcleo, elucidou questões históricas sobre o início da ocupação daquele território por índios, negros e portugueses.

As entrevistas semi-estruturadas foram teoricamente fundamentadas na perspectiva de Quivy e Campenhout (2008, p.192), que denominam essa metodologia como semi-diretiva ou semi-dirigida, “no sentido de que não é inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas”, como nos questionários. Os autores destacam alguns objetivos, para os quais o método é especialmente adequado:

A análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações, conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc.

A análise de um problema específico: os dados do problema, os pontos de vista presentes, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização, etc.

A reconstituição de um processo de ação, de experiências ou de acontecimentos do passado (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2008, p. 193).

Segundo Triviños (1987, p. 146) as entrevistas semi-estruturadas, além de valorizar a presença do pesquisador, abrem diversas possibilidades para o informante alcançar a liberdade e espontaneidade necessárias para o enriquecimento da investigação. Para o autor:

[...] podemos entender por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas constituíram importante recurso no esforço de apreensão dos sentidos e significados das percepções e/ou realidades locais, “visando à compreensão das perspectivas que as pessoas entrevistadas têm sobre sua vida, suas experiências e sobre suas realizações, expressas em sua linguagem própria” (MACEDO, 2010, p. 105). As entrevistas foram direcionadas a uma narrativa de vida, a partir da qual foram apreendidas experiências, situações ou momentos, vivenciados pela comunidade, que se revelam apenas da fala de determinado grupo etário, político ou de gênero. Macedo (2010, p.107) conclui que:

[...] a entrevista de inspiração etnográfica, como recurso fecundo para a etnopesquisa, é um encontro social constitutivo de realidades, porque fundado em edificações pela linguagem, pelo ato comunicativo, definidor de significados. Nesse sentido, a entrevista é um dos recursos quase indispensáveis para a apreensão – de forma indexal (encarnada, enraizada segundo a etnometodologia) – do significado social pelos etnopesquisadores.

Outra metodologia que também nos auxiliou na compreensão da interação dessas comunidades com suas paisagens culturais foi a elaboração de mapas mentais que constituem uma metodologia que busca construir, a partir da percepção da comunidade, suas representações sociais, suas imagens espaciais dos lugares experienciados, com destaque para suas formas de pensamento, organização e visualização de conhecimentos sobre o território e sua própria identidade. Mapas mentais correspondem a ferramentas fundamentais para a compreensão do território, buscando demonstrar não somente sua forma de ocupação, como também os diversos processos, conflitos e incongruências imbricados a ele, auxiliando, assim, na leitura do conhecimento espacial. Para Anjos (2009, p. 8):

Os mapas, principais produtos da cartografia são, por sua vez, as representações e interpretações gráficas do mundo real, que se firmam como ferramentas eficazes de leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço, e justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Eles possibilitam revelar geograficamente o que acontece na dinâmica do espaço, tornando-se cada vez mais imprescindíveis por constituírem uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução e a explicação, além de fornecerem pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas. Desse modo, a ferramenta da cartografia tem se constituído em um meio poderoso, estratégico e eficaz no vasto universo da representação gráfica, e de comunicação visual da informação geográfica.

Desenvolvemos, no Alto dos Bois, 30 mapas⁶, nos quais pudemos observar a ligação dos entrevistados com o Casarão e com a fauna e flora nativas. E foram realizadas, na região, 516 entrevistas⁷: 51, no Alto dos Bois; e 465 entrevistas efe-

6 Com crianças/ jovens nas faixas etárias de 6 a 18 anos

7 Quanto ao perfil, observou-se equilíbrio entre os sexos (quilombolas: sexos masculino- 39% e feminino- 61%; no entorno: sexos masculino- 49,5%; e feminino: 50,5%), sendo, a maioria deles, adultos (entre 30 e 59 anos- 51% entre os quilombolas e 49%, na "sociedade envolvente") ou jovens (até 29 anos - 29% entre os quilombolas e 42% no entorno); incluindo, também, idosos (mais de 60 anos - 20%, em Alto dos Bois; e 9%, na "sociedade envolvente") que cursaram no máximo, o ensino fundamental (79% dos quilombolas; e 45,6%, no entorno) ou médio (21% dos quilombolas e 46,7% na "sociedade envolvente"). Apenas 7,7%, no entorno possui formação de nível superior (e nenhum, no Alto dos Bois).

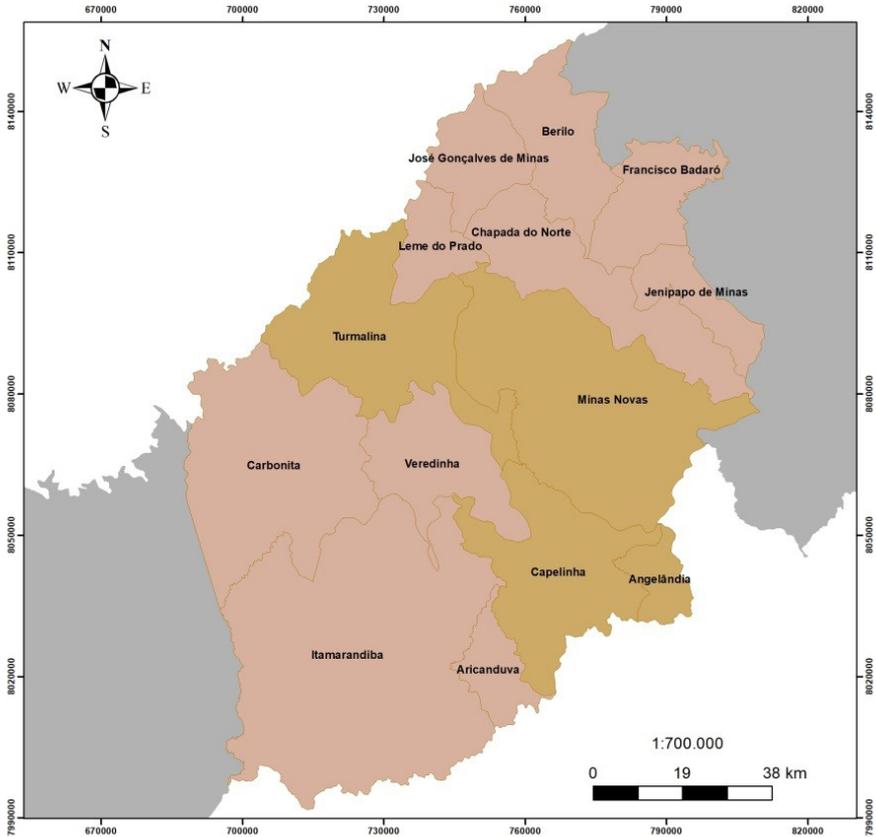
tuadas em seu entorno; tanto na zona rural (29), como na zona urbana (436) dos municípios próximos⁸. Para avaliar a percepção da sociedade regional, foram selecionados municípios do entorno (Minas Novas, Capelinha e Turmalina), com contingente populacional superior a 15 mil habitantes. A partir dessa amostragem significativa de entrevistados⁹, chegamos a considerações relevantes para a contextualização da percepção dos atores sobre a questão quilombola. Outro procedimento adotado foi o inventário toponímico (COSTA, 1997)- que corresponde ao estudo interdisciplinar/ etimológico dos nomes dos lugares e que corresponde a um atributo mapeável do território, que começa a tomar forma quando os núcleos humanos se consolidam, impondo identificações ao território, pela atribuição de significados a ele.

Verdadeiros testemunhos históricos de ocorrências registradas nos diversos momentos da vida de uma população encerram, em si, um valor que transcende o próprio ato da nomeação: se a toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é um instrumento de projeção temporal, que consegue se espalhar além de seu foco original, dilatando as fronteiras políticas e criando raízes em sítios distantes. Uma pesquisa toponímica concretiza-se a partir de uma reconstituição etimológica, complementada por uma pesquisa em documentos históricos, como cartas de sesmarias da região, escrituras de terras, correspondência familiar, livros paroquiais ou relatórios, livros cartoriais e relatos de viajantes. Para o desenvolvimento de tais análises, deve-se considerar a diversidade interna de cada área, considerando seus diversos grupos sociais. Posteriormente, verifica-se a diversidade cultural entre essas áreas e por último analisa-se cada um dos aspectos socio-culturais selecionados, considerando os registros de todas as áreas em questão. Os registros toponímicos corresponderiam a importantes testemunhos históricos da vida social de um povo (cujo estudo corresponderia a uma alternativa para o conhecimento sobre a cosmovisão das comunidades que ocupam ou ocuparam determinado território).

8 Dos quais: 94, em Angelândia (zona urbana: 88; zona rural: 06); 117, em Capelinha (zona urbana); 127, em Minas Novas (zona urbana: 116; zona rural: 11); e 127, em Turmalina (zona urbana: 115; zona rural: 12).

9 Nas comunidades quilombolas, a maioria dos entrevistados identificou-se como agricultores familiares ou, no caso de algumas mulheres, como donas de casa ("do lar"). Já na "sociedade envolvente", os profissionais discriminaram um série de atividades profissionais por eles exercidas.

Mapa 2: Recorte Territorial Investigado na Microrregião de Capelinha – Vale do Jequitinhonha (MG)



Legenda

-  Recorte Territorial Investigado
-  Microrregião de Capelinha
-  Mesoregião do Jequitinhonha

Sistema de Coordenadas UTM
Datum: SAD 69 - 23S
Fonte: Base Cartográfica IBGE
Elaborado por: Ludimila de Miranda Rodrigues Silva, 02/2016.

Encarte de Localização da Microrregião de Capelinha na Mesoregião do Vale do Jequitinhonha/ MG



E o inventário toponímico corresponde a um procedimento que permite resgatar aspectos da memória social de um povo em termos históricos, geográficos e etnológicos (DEUS, 2015). O procedimento clássico de análise toponímica conjuga o levantamento de determinado recorte através de cartas, com pesquisa documental. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço (CLAVAL, 2001). Segundo NÉGRE (1963 apud CLAVAL, 2001, p. 202), ela corresponderia a um traço da cultura e uma herança cultural. Ela constituiria ainda relevante marca cultural, expressando “uma efetiva apropriação do espaço por determinado grupo cultural”; e constituiria poderoso elemento identitário. O levantamento partiu da coleta e classificação dos registros toponímicos dos municípios do Jequitinhonha, coletados a partir de cartas topográficas do IBGE, além de mapas e malhas disponíveis no *Google Maps* e *Google Earth*. Registros toponímicos regionais e locais (Joáima, Gentio, Toca do Índio, Serra do Bugre, Cachoeira dos Aranãs, Córrego dos Bugres, Córrego do Caboclo...), testemunham a antiga presença das sociedades indígenas aí. O mesmo acontece com os negros e quilombolas (Quilombo, Mocaminho, Quilombolas, Capão do Negro, Córrego do Quilombo, Brejo dos Crioulos, Ribeirão dos Crioulos...). E é relevante assinalar que o inventário toponímico regional permitiu ainda o rastreamento da antiga localização de muitos quilombos¹⁰.

Em síntese, os reconhecimentos de campo e realização de entrevistas semi-estruturadas (avaliações de percepção), a sistematização e contextualização das informações proporcionaram análise e reflexão críticas sobre os conceitos e temas discutidos a partir do conjunto de informações obtidas (que incluíram o inventário de lutas de cunho político-territorial, iniciativas de gerenciamento econômico-ecológico dos territórios, parcerias estabelecidas com diferentes atores no cenário regional, etc.). A pesquisa resultou, assim, num diagnóstico da atual situação das comunidades quilombolas locais, alimentado por amplo espectro de informações garimpadas em pesquisas sobre a problemática quilombola em Minas Gerais, no âmbito geral; e no Jequitinhonha, em particular. Ressalte-se que a pesquisa emergiu de incursões anteriores ao Jequitinhonha, ou seja, em trabalhos de campo, nos quais se efetivaram contatos com gestores municipais e população,

10 Nos municípios de Diamantina, Minas Novas, Carbonita, Genipapo, Salinas, Grão Mogol, Itacambira, Itaobim, Botumirim, Novo Cruzeiro, Presidente Kubitscheck e Rio Vermelho (COSTA, 1997).

e onde se percebeu uma demanda, daqueles agentes, pelo desenvolvimento de estudos e ações na região, que pudessem lhes proporcionar maior visibilidade¹¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização preferencial de metodologias qualitativas (ainda que, secundariamente, acopladas a técnicas quantitativas) mostrou-se adequada e coerente para as investigações (de caráter etnográfico) que realizamos no projeto, levando-se em consideração o caráter subjetivo/intersubjetivo de muitas das experiências investigadas e concernentes à dinâmica das comunidades tradicionais do recorte territorial do Jequitinhonha. O acionamento e articulação de diferentes procedimentos de natureza qualitativa mostraram-se, a propósito, úteis e eficazes, por se mostrarem complementares e por se interconectarem e interdigitarem. Percebeu-se que tais metodologias precisam ser adaptadas às realidades locais e regionais, tendo em vista suas especificidades e singularidades, o que exige flexibilidade, além de uma postura atenta e despojada da equipe, no campo, que necessita estar consciente da diferenciação de posturas inerentes às condições de *insiders* ou *outsiders* e interagir num clima de permanente interlocução, tendo em mente que, como assinala Oliveira (2016, p. 38), “em pesquisas de abordagem qualitativa, todos os fatos e fenômenos são significativos e relevantes...”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline Neves Rodrigues, DEUS, José Antônio Souza, GOMES, Nilma Lino. Comunidades quilombolas: uma possível interpretação do lugar com o uso de mapas mentais. In: OLIVEIRA, Gledson, Ribeiro, RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain, OKOUDOEWA, Bruno. **Cá e Acolá: Experiências e Debates Multiculturais**. Fortaleza: Edições UFC, 2013, p. 27-57.

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo. **Quilombos: Geografia africana – Cartografia étnica, territórios tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

BORGES, Maristela Corrêa. Da Observação Participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia

11 Obtivemos, com esses atores, inclusive, o **Termo Livre de Consentimento Esclarecido para Participação na Pesquisa**, assinado pelo representante da Associação Comunitária Quilombola de Alto dos Bois, Barra do Capão e Córrego do Engenho e a **Carta de Anuência da Prefeitura Municipal de Angelândia**, acordando com o desenvolvimento da pesquisa na área-foco de investigação.

Salazar. **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 183-198.

CHAMBERS, R. Participatory Rural Appraisal (PRA): analysis of experience. **World Development**, v. 22, n. 9, p. 1253-1268, 1994.

CHAMBERS, R.; GUIJT, I. DRP: Depois de cinco anos, como estamos agora? **Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais**, Quito/ Equador, n. 26, p. 04-15, mar. 1995.

CICOUREL, Aaron. Teoria e Método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 87-121.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. Etnogeografias: Conclusão. **Espaço & Cultura**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 69-74, jan./ jun. 1999.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa**. 2 Ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

DEUS, José Antônio Souza. Identidade, etnicidade e paisagens culturais alternativas no Vale do Rio Doce/Minas Gerais- Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, San José (Costa Rica), nº especial/ EGAL 2011, p. 1-14, 2º. sem. 2011.

_____. Inventário toponímico e abordagem etnogeográfica do Mundo Agrário e Alimentos Tradicionais no Quadrilátero Ferrífero e Vales do Jequitinhonha e Mucuri/ MG. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 6- 22, dez. 2015.

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Realidades culturais na Organização do Espaço: lutas pela terra e emergência de identidades coletivas no contexto da Amazônia Sul-Americana e Brasileira. **Geografia**, Rio Claro, v. 36 (nº especial), p. 157-167, set. 2011.

DEUS, José Antônio Souza; CASTRO, Henrique Moreira. Protagonismo político, etnodesenvolvimento e processos de reterritorialização de comunidades quilombolas, em curso, no Vale do Jequitinhonha/ MG. In: LIMA, Ismar Borges. **Etnodesenvolvimento e gestão territorial**: comunidades indígenas e quilombolas. Curitiba: Ed. CRV, 2014, p. 141-153.

DEUS, José Antônio Souza *et al.* Os processos comunitários de reafirmação identitária e a constituição de paisagens culturais alternativas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha/ MG – Brasil. **GeoNordeste**, São Cristóvão, v. 29, n. 1, jan./ jun. 2018.

D'ORBIGNY, Alcide. **Viagem pitoresca através do Brasil - 1802/ 1857**. Belo Horizonte: Itatiaia/ EdUSP, 1976.

FARIA, Andréa Alice da Cunha; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. **Ferramentas de diálogo**: qualificando o uso das técnicas de DRP/ Diagnóstico Rural Participativo. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ IIEB, 2006.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a Observação Participante. In: ZALUAR, A. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 77-86.

FRANCO, André Rocha; RUCHKYS, Úrsula; DEUS, José Antônio Souza. Mapeamento Participativo e análise dos valores da Geodiversidade com artesãos em pedra-sabão da região de Ouro Preto–Minas Gerais. **Brazilian Journal of Cartography**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 457-469, mar./ abr. 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ IBGE. **Cidades**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=310285>. Acesso em: 28/ 01/ 2015.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica** - Etnopesquisa formação. 2 Ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2010, 179 p.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objetivo, método e alcance dessa pesquisa. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 39-61.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2016.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/ EdUSP, 1976.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências**. Rio de Janeiro: Gra-diva, 1998.

SAINT HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. 2 Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo, CAMARGO, Pablo Matos. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI** - história e resistência. Belo Horizonte: CEDEFES/ Autêntica Editora, 2008.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip. **Viagem pelo Brasil** - 1817/1820 - Volume II. São Paulo: Edições Melhoramentos, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo, Atlas, 1987.

TSCHUDI, Johann Jacob. **Viagens através da América do Sul**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2006.

APÊNDICE 1- AS PRODUÇÕES

Nossa trajetória de pesquisa no estratégico- e emblemático-, recorte territorial do Vale do Jequitinhonha/ MG¹ antecede a experiência de desenvolvimento do projeto aqui explicitado e discutido (tendo- se imbricado com a implementação, *in loco*, de outros projetos, anteriores a ele)- desdobrando-se e reverberando, até hoje, na produção de artigos científicos, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado que se alinham, sobretudo, com conceitos e temas concernentes à problemática das comunidades tradicionais locais nas óticas da Geografia Cultural e do Etnoturismo (com enfoques que remetem, também, a interlocuções com as Geografias Política, Agrária, etc.); e incidentes em diferentes municípios da mesorregião (Angelândia, Berilo, Capelinha, Minas Novas, Turmalina...). São contempladas, nessas abordagens principalmente, a dinâmica sociocultural, o protagonismo etnopolítico e o exercício de novas territorialidades dos núcleos quilombolas aí sediados².

EM 2014: CAPÍTULOS DE LIVROS, ARTIGOS EM PERIÓDICOS/ ANAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS E PARTICIPAÇÕES COMO MODERADOR DE MESAS REDONDAS DE EVENTOS

BATISTA, Sidney Daniel; DEUS, José Antônio Souza; NEVES, Mariana Rodrigues da Costa. *Uma abordagem etnogeográfica do papel das comunidades quilombolas na preservação dos alimentos tradicionais no Vale do Jequitinhonha/ MG*. Anais II Seminário sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais. São Cristóvão (SE), Universidade Federal de Sergipe/ UFS, maio 2014.

BATISTA, Sidney Daniel; PAULA, Viviane Cristina. *Estudo sobre as paisagens culturais das comunidades quilombolas Alto dos Bois e as possibilidades do desenvolvimento da atividade turística*. RTC/ Revista de Turismo Contemporâneo, Natal, v. 2, n. 2, p. 266-282, jul./dez. 2014.

DEUS, José Antônio Souza. Participação como moderador na Mesa-Redonda: *Propiedad y apropiación social de los bienes comunes: desafíos para el turismo rural*, no II Coloquio de

1 E nas regiões contíguas dos vales dos rios Doce e Mucuri.

2 Investigadas através de entrevista semi-estruturada anexa. No Vale do Rio Doce, nossas pesquisas contemplaram também as sociedades indígenas regionais.

Terras Indígenas y Comunidades Rurales, Universidad Autónoma del Estado de México/ UAEM, Toluca (México), junho 2014.

DEUS, José Antônio Souza; CASTRO, Henrique Moreira. *Protagonismo político, etnodesenvolvimento e processos de reterritorialização de comunidades quilombolas, em curso, no Vale do Jequitinhonha/ MG*. In: LIMA, Ismar Borges. *Etnodesenvolvimento e Gestão Territorial: Comunidades Indígenas e Quilombolas*. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 141-153.

DEUS, José Antônio Souza; CASTRO, Henrique Moreira; BARBOSA, Liliane de Deus. *Uma problematização sobre as contribuições indígena e africana à construção das identidades culinárias mineira e brasileira numa perspectiva etnogeográfica*. Anais II Seminário sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais, São Cristóvão (SE), Universidade Federal de Sergipe/ UFS, maio 2014.

EM 2015: DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E ARTIGOS EM PERIÓDICOS/ ANAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS

DEUS, José Antônio Souza. *Inventário toponímico e abordagem etnogeográfica do mundo agrário e alimentos tradicionais no Quadrilátero Ferrífero e vales do Jequitinhonha e Mucuri/ MG*. Geografias, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 6- 22, dez. 2015.

DEUS, José Antônio Souza. Participação na Mesa-Redonda: *O turismo em terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais: o papel das pesquisas acadêmicas*. II Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e Comunidades Tradicionais, Manaus, Universidade do Estado do Amazonas/ UEA, novembro 2015.

DEUS, José Antônio Souza; SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues. *Uma abordagem do mundo agrário e do universo dos alimentos tradicionais no hinterland mineiro lastreada em inventários toponímicos (com ênfase na contribuição das vertentes afro-descendente e indígena à construção de um substrato cultural regional)*. Anais VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Goiânia, Universidade Federal de Goiás/ UFG, novembro 2015.

BATISTA, Sidney Daniel. *Etnogeografia, Etnopolítica e o Estudo da Paisagem nas comunidades quilombolas da Fazenda Alto dos Bois - Angelândia/ Vale do Jequitinhonha/ MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: José Antônio Souza de Deus. 2015.

SANTOS, Tatiane Campos. *Relações entre território e educação na comunidade quilombola Vila Santo Isidoro – Berilo/ MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: José Antônio Souza de Deus/ Co-Orientadora: Shirley Aparecida de Miranda. 2015.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; DEUS, José Antônio Souza. O papel das festas populares nos processos de reterritorialização e reafirmação da identidade cultural de comunidades quilombolas no Vale do Jequitinhonha/ MG. Anais XI Encontro Nacional ANPEGE, Presidente Prudente/ SP, UNESP, outubro 2015.

EM 2016: ARTIGOS EM ANAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS E PARTICIPAÇÕES COMO MODERADOR DE MESAS REDONDAS E EXPOSITOR EM ESPAÇOS DE DIÁLOGO DE EVENTOS CIENTÍFICOS

DEUS, José Antônio Souza. Participação como moderador na Mesa-Redonda: *O turismo como aliado das comunidades tradicionais*, na XIII Semana do Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, setembro 2016.

_____. Participação no “Espaço de Diálogo”: Alimentos Tradicionais- Territorialidade como estratégia de reprodução de grupos familiares nos territórios rurais e urbanos. XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Cristóvão/ SE, Universidade Federal de Sergipe/ UFS, novembro 2016.

DEUS, José Antônio Souza; CARMO, Luciana Priscila. *Rota dos Quilombos: identidade quilombola, etnodesenvolvimento e paisagens culturais do Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais/ Brasil*. Anais IV Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio & Projeto, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, setembro 2016.

NEVES, Mariana Rodrigues da Costa; DEUS, José Antônio Souza. *O papel das manifestações culturais tradicionais nos processos de reafirmação da identidade cultural de agricultores familiares quilombolas do Vale do Jequitinhonha/ MG*. Anais XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Cristóvão/ SE, Universidade Federal de Sergipe/ UFS, novembro 2016.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; DEUS, José Antônio Souza. *A evolução conceitual das concepções teóricas sobre a categoria Paisagem na história do pensamento geográfico*. Anais IV Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, dezembro 2016.

_____. *Do Vale do Ribeira ao Jequitinhonha: Paisagens Culturais Brasileiras como uma nova concepção de proteção ao patrimônio natural e cultural*. Anais VII Fórum Mestres & Conselheiros, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, setembro 2016.

_____. *Multi-funcionalidade no Espaço Rural e as novas fronteiras para o etnoturismo em regiões deprimidas: estudo de caso de agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha/ MG*. Anais XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Cristóvão/ SE, Universidade Federal de Sergipe/ UFS, novembro 2016.

_____. *Vale do Jequitinhonha- Paisagem Cultura Brasileira: um olhar sobre o Patrimônio e Projeto*. Anais IV Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio & Projeto, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, setembro 2016.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues *et al.* *Multifuncionalidades da paisagem rural: etno-geografia e identidade cultural da comunidade quilombola de Alto dos Bois - Vale do Jequitinhonha (MG)*. Anais IV Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, setembro 2016.

_____. *Os alimentos tradicionais na construção identitária quilombola do Vale do Jequitinhonha/ Minas Gerais - Brasil: um olhar sobre a memória e vivência alimentar da comunidade afro-descendente de Alto dos Bois*. Anais II Simpósio Internacional Alimentação e Cultura, Vila Real/ Portugal, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/ UTAD, julho 2016.

EM 2017: QUALIFICAÇÕES DE DOUTORADO, ARTIGOS EM ANAIS/ COMUNICAÇÕES ORAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS E PARTICIPAÇÕES COMO EXPOSITOR EM MESAS REDONDAS DE EVENTOS

CARMO, Luciana Priscila; DEUS, José Antônio Souza. *Quitandas quilombolas: identidade, estratégia de reprodução social e apropriação do território por comunidades do Semiárido mineiro envolvidas com a "Rota dos Quilombos"*. Anais VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Curitiba, Universidade Federal do Paraná/ UFPR, novembro 2017.

DEUS, José Antônio Souza. *A prática do geoturismo no Vale do Jequitinhonha como alternativa de etnodesenvolvimento*. Comunicação Oral. II Seminário Mineiro de Pesquisa e Inovação em Turismo, Belo Horizonte, novembro 2017.

_____. Participação como expositor na Mesa-Redonda: Diferentes Campos da Geografia: mobilidade das fronteiras, no V Colóquio Cidade & Região, Montes Claros (MG), Unimontes, novembro 2017.

_____. Participação como expositor na Mesa-Redonda: Turismo e outros projetos de desenvolvimento em terras indígenas e comunidades tradicionais, no IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará/ UFC, novembro 2017.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues. *A "Chancela de Paisagem Cultural Brasileira" e sua contextualização no Vale do Jequitinhonha: a constituição identitário-regional da emergência quilombola e o patrimônio vivido do sítio histórico-geográfico de Alto dos Bois*. Tese (Qualificação de Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: José Antônio Souza de Deus. 2017.

EM 2018: DISSERTAÇÕES DE MESTRADO, ARTIGOS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E ANAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS

CARMO, Luciana Priscila. *Quitandas Quilombolas: identidade & resistência em paisagens culturais do Médio Jequitinhonha*. Dissertação (Seminário de Dissertação de Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: José Antônio Souza de Deus. 2018.

DEUS, José Antônio Souza. Participação como expositor na Mesa-Redonda: Potências e perspectivas epistemológicas (teóricas e metodológicas), no VII Colóquio do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações/ NEER, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, outubro de 2018.

DEUS, José Antônio Souza *et al.* *Os processos comunitários de reafirmação identitária e a constituição de paisagens culturais alternativas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha/ MG-Brasil*. GeoNordeste, São Cristóvão/ SE, v. 24, n. 1, p. 73-90, jan./jun. 2018.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues *et al.* *Construções identitárias no cotidiano das mulheres quitadeiras no entorno das cidades de Angelândia, Turmalina e Minas Novas – Vale do Jequitinhonha/ MG*. Anais IV Seminário Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais, São Cristóvão/ SE, Universidade Federal de Sergipe/ UFS, maio 2018.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues; DEUS, José Antônio Souza; SILVA, Adília Jardim. *O protagonismo etnopolítico e sociocultural da Comissão das Comunidades Quilombolas do Médio Jequitinhonha (COQUIVALE) no estado de Minas Gerais*. Anais Seminário Franco-Brasileiro Riquezas Compartilhadas, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, maio 2018.

CARMO, Luciana Priscila; DEUS, José Antônio Souza. *Alimentos Tradicionais: elementos identitários de paisagens culturais e territorialidades festivas de comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha*. Anais IV Seminário Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais, São Cristóvão/ SE, Universidade Federal de Sergipe/ UFS, maio 2018.

NASCIMENTO, Cláudio Henrique *et al.* *Rotas culturais no Alto Jequitinhonha/ MG: o patrimônio histórico e geomineiro do distrito de Extração - Diamantina/ MG - territorialidade, identidade e turismo*. Anais X Fórum Mestres & Conselheiros, Belo Horizonte/ MG, agosto 2018.

PESQUISA- PERCEÇÃO DA QUESTÃO AFRODESCENDENTE

LOCAL/ DATA DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA:

PERFIL DO ENTREVISTADO:

I. PROFISSÃO:

II. ESCOLARIDADE COMPLETA: () ENSINO FUNDAMENTAL
() ENSINO MÉDIO () ENSINO SUPERIOR

III. IDADE

IV. SEXO: () M () F

QUESTÕES

1. EM SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS MAIORES PROBLEMAS ATUALMENTE ENFRENTADOS PELOS NEGROS/ AFRODESCENDENTES NO BRASIL?
2. EM SUA OPINIÃO, NOS ÚLTIMOS ANOS A VIDA DOS NEGROS/ AFRODESCENDENTES... () MELHOROU () PIOROU?
POR QUÊ ?
3. QUEM TEM ATUALMENTE AJUDADO/ COLABORADO/ CONTRIBUÍDO MAIS COM AS COMUNIDADES NEGRAS/ AFRODESCENDENTES NA REGIÃO?
4. E QUEM TEM PREJUDICADO/ ATRAPALHADO MAIS A VIDA DOS NEGROS/ AFRODESCENDENTES AÍ?
5. O FUTURO DOS NEGROS/ AFRODESCENDENTES NO BRASIL SERÁ BOM ?
() SIM () NÃO
POR QUÊ ?
6. PARA VOCÊ A CULTURA DOS NEGROS/ AFRODESCENDENTES É ALGO PRESENTE NOS DIAS DE HOJE OU VOCÊ ACHA QUE ELA SE PERDEU NO PASSADO? E POR QUÊ?

7. VOCÊ PODERIA DEFINIR PRA MIM AS PALAVRAS/ VOCÁBULOS: “QUILOMBO” E “QUILOMBOLA”?
8. VOCÊ CONHECE ALGUMA ASSOCIAÇÃO, ONG (OU OUTRAS ENTIDADES) QUE ATUA(M) NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS? VOCÊ SABE QUAL É O PAPEL EXERCIDO POR ELAS?

ASPECTOS TURÍSTICOS

9. SÃO REALIZADAS FESTAS EM SUA COMUNIDADE? () SIM () NÃO
QUAL/ QUAIS?
EM QUE ÉPOCA ELA(S) ACONTECE(M)?:
10. QUEM A(S) FREQUENTA?
() TURISTAS
() COMUNIDADE LOCAL
() PARENTES QUE MORAM FORA
() PESSOAS DE COMUNIDADES VIZINHAS
() OUTROS
11. O QUE É TURISMO PARA VOCÊ?
12. O QUE EXISTE AQUI QUE ATRAI (OU PODERIA ATRAIR) O TURISTA?
() IGREJA/ CAPELA () FAUNA () PLANTAS MEDICINAIS
() FLORA () CACHOEIRA () RIOS
() SERRA () PINTURAS RUPESTRES () OUTROS:
- VOCÊ FREQUENTA ESSES LOCAIS? () SIM () NÃO
POR QUÊ?
13. VOCÊ ACHA QUE O AUMENTO DO NÚMERO DE TURISTAS NA REGIÃO PODERIA MELHORAR A SUA VIDA?
() SIM () NÃO
POR QUÊ?

QUESTÕES RESPONDIDAS EXCLUSIVAMENTE PELOS INTEGRANTES DA “SOCIEDADE ENVOLVENTE”

I. O QUE CARACTERIZA A CULTURA NEGRA/ AFRODESCENDENTE/ QUILOMBO-
LA EM SUA OPINIÃO?

II. VOCÊ JÁ FOI A ALGUMA COMUNIDADE QUILOMBOLA?

EM CASO POSITIVO: QUAL? ONDE ELA FICA? O QUE VOCÊ OBSERVOU LÁ?

EM CASO NEGATIVO, COMO VOCÊ IMAGINA QUE ELAS SEJAM?

CAMINHOS METODOLÓGICOS NO ESTUDO DE FESTAS POPULARES

Maria Augusta Mundim Vargas

INTRODUÇÃO

Este texto traz a memória do projeto *A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial nos estados de Goiás, Ceará e Sergipe*, executado por grupos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia de suas respectivas Universidades. Consideramos que o fazer e o agir acadêmico desse projeto guardam especificidades merecedoras de registro, uma vez que ele proporcionou a reunião de pesquisadores de diferentes formações, idades, vivências, enfim, carrega bagagens e motivações diversas.

Mas importa salientar que a realização de estudos que envolvem pesquisadores de várias instituições enfrenta obstáculos a serem vencidos, situados no leque de problemas entre as distâncias físicas, como também teórico-metodológicas. Apresentamos, pois, uma breve retrospectiva com a intenção de expor a interlocução e a ação da equipe sergipana no processo de execução das atividades que transcorreram entre 2009 e 2012. Sua consecução foi possível devido ao acesso às atas de reuniões com as equipes e aos relatórios anuais produzidos em Sergipe.

O projeto reuniu peculiaridades de caráter interinstitucional, interdisciplinar e inter-regional ao agregar três grupos de pesquisa de três universidades, coordenados por geógrafos atuantes em linhas de pesquisa com recortes da geografia cultural, mas com histórico de pesquisas e composição de equipes diferenciadas e com conhecimento acumulado sobre as realidades dos três Estados.

O Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Territórios e Identidade, vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER) da Universidade Federal de Goiás, liderado pela Profa. Maria Geralda de Almeida, capitaneou a proposta do projeto e o encontro com os grupos das demais instituições, quais sejam: o Grupo de Pesquisa Educação Patrimonial e Representações do Imaginário Geográfico, vinculado ao Laboratório de Estudos Geoeducacionais (LEGE) da Universidade Federal do Ceará, e o Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura, vinculado ao Laboratório de Dinâmica Ambiental da Universidade Federal de Sergipe. Por iniciativa do grupo de pesquisa de Goiás foi possível o atendimento ao Edital Pró-Cultura nº 07/2008 publicado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com o Ministério da Cultura. Para a sua consecução ocorreram muitas trocas de e-mails, em que se deliberou acerca da elaboração do texto, do organograma, dos custos, etc., bem como se emitiram documentos oficiais de comprometimento das equipes e das instituições. Nesse momento, discutiu-se bastante sobre “festa popular”; “turismo e festa” e “patrimônio”, até a formatação final da proposta encaminhada à CAPES/MINC.

Assim que a proposta foi contemplada, em meados de 2009, os encontros físicos ocorreram em “momentos extras” de nossas atividades. Cada vez que participávamos de uma atividade didática, ministrando cursos ou participando de bancas, ocorria uma rodada de discussão sobre o projeto. Nesse período, o prof. Eustógio Wanderley Correia Dantas respondia interinamente pela UFC, no aguardo da chegada do prof. Christian Dennys Monteiro de Oliveira e da minha chegada, representando a UFS.

Os encontros ocorreram nas três universidades e todos coordenados pela Profa. Maria Geralda de Almeida. Procurávamos ainda formatar pormenores de infraestrutura e de pessoal. Ademais, discutíamos a preparação das equipes, a fim de iniciar o projeto assim que os recursos fossem liberados e o remanejamento de recursos financeiros fosse efetuado resguardando-se as discrepâncias areais dos três estados, sobretudo no que se referia ao trabalho de campo.

Ressalte-se que esses encontros se constituíram nos momentos de apresentação do projeto aos estudantes de graduação e pós-graduação; pesquisadores e técnicos dos laboratórios e dos grupos de pesquisa. Assim, as reuniões foram iniciadas com a apresentação do projeto, momentos ricos de observações, em

que as experiências foram expostas, sejam nos recortes teórico-metodológicos, sejam nos instrumentais da pesquisa.

Após a liberação dos recursos em meados de 2010, realizamos, em setembro, uma reunião na Universidade Federal de Sergipe, com a participação da quase totalidade das equipes, que nos dois anos seguintes executaram o projeto. Para tal, nos valem da realização de um evento internacional em Aracaju¹, o que permitiu aos pesquisadores buscarem outras fontes de financiamento para a vinda ao evento, garantindo a participação de 7 (sete) pesquisadores de Goiás, 03 (três) do Ceará e 11 (onze) de Sergipe. Entendemos o encontro como um seminário, pois teve duração de mais de 30 horas de discussões/exposições, que resultaram no balizamento do projeto, com a compatibilização metodológica, a definição das responsabilidades gerais e específicas de cada equipe e, até mesmo, a criação da logomarca do Projeto² (Figura 1).

Figura 1 – Logomarca do Projeto



Projeto A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe, 2010.

1 O III Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade (III EDUCON).

2 Da Universidade Federal de Goiás: Maria Geralda de Almeida (coordenadora Geral do Projeto), Jorгеany Moreira, Luana Lima, Maisa Teixeira, Maria Idelma D'Abadia, Mary Anne Silva, Rosiani Mota. Da Universidade Federal do Ceará: Christian Dennys Monteiro de Oliveira (coordenador), Maryvone Moura Gomes e Glaumer Fernandes de Souza. Da Universidade Federal de Sergipe: Maria Augusta Mundim Vargas (coordenadora), Benizario Correia de Souza Junior, Solimar Guindo M. Bonjardim, Rodrigo Santos Lima, Ronilse P. Aquino Torres, Angela Fagna Gomes de Souza, Roseane Cristina Santos Gomes, Izabella Cristina Chagas Correa, Maryane Meneses Silveira, Adriane Alvaro Damascena, Auceia Matos Dourado, Jorgenaldo Calazans Santos e Denize Santos.

Nessa retrospectiva, vale registrar que as categorias-chave do projeto, quais sejam políticas públicas, festas, manifestações culturais, dimensão cultural, mídia e turismo, foram as condutoras dos instrumentais da pesquisa. Assim, tais instrumentos deveriam ser executados de forma a proporcionar um estudo comparativo das festas, tidas como patrimônio imaterial, nos estados de Goiás, Ceará e Sergipe, ou seja, levantar, compreender, discutir e expor a dimensão territorial das festas populares e do turismo.

Ademais, nos comprometemos com a consecução dos seguintes produtos: i) realização de três fóruns, com o objetivo de proporcionar espaço de diálogo entre a sociedade, a academia e os produtores de cultura. ii) construção de um portal para abrigar a produção do projeto, dar visibilidade à pesquisa e constituir um espaço de diálogo com outras instituições e com produtores de cultura; iii) elaboração de uma cartilha com uma linguagem voltada para escolas e, iv) elaboração de um atlas, como linguagem visual das festas.

Considerando, portanto, a complexidade do projeto pela diversidade de temas e produtos a serem apresentados, elaborou-se um Caderno do Pesquisador com todos os roteiros de entrevistas, questionários e observações, de forma a guiar as equipes no campo e proporcionar o estudo comparativo a que se propôs entre a realidade dos três estados. Definiu-se também, nesse momento, pelo estudo dos ciclos junino e natalino, o que resultou no estabelecimento de uma tipologia para as festas a serem levantadas, do período de levantamento e das fontes de consulta. Feita essa delimitação, desenharam-se os prazos e as responsabilidades gerais do projeto e, especificamente, foram delegadas as responsabilidades de execução dos Fóruns (um em cada estado), que ocorreram nos anos de 2011 (Ceará) e 2012 (Sergipe e Goiás); do Portal (da UFG), finalizado em 2013 e abrigado no site do Laboter; da Cartilha (da UFC), com elaboração de metodologia participativa com escolas e comunidade em 2014 e do Atlas (da UFS), com publicação e-book em 2016.

Os encadeamentos institucionais registrados estão anunciados na estrutura deste texto. Dentre os produtos elencados, apresentamos o balizamento metodológico para a execução do levantamento e da análise das festas ocorrentes nos ciclos junino e natalino em Sergipe. Na sequência, são expostos os instrumentais utilizados na pesquisa, bem como o tratamento das informações com exemplos do campo de Sergipe. Na última parte, apresentam-se os instrumentais da pes-

quisa reunidos no Caderno do Pesquisador e, na impossibilidade de trazer aqui as dimensões analíticas transversais da pesquisa sobre os aspectos intervenientes das políticas públicas, da mídia e do turismo, finalizamos o texto apresentando os títulos dos trabalhos produzidos pelo projeto ou decorrentes de sua execução.

A DIMENSÃO TERRITORIAL DE FESTAS POPULARES

Tal como expresso na proposta do projeto, a carência de sistematização e o amplo campo vislumbrado pela Geografia corroboraram para o encontro e o esforço das equipes se debruçarem sobre a dimensão territorial das festas populares.

A abordagem assumida posicionou as manifestações culturais populares dos ciclos junino e natalino como objetos da análise da cultura. Desse modo, essas festividades foram entendidas como uma “rede tecida pelas sociedades” (GEERTZ, 1989, p. 43), em suas múltiplas formas de manifestação e de interpretação, ou seja, o universo simbólico das festas é tido como plural.

No que concerne aos limites da pesquisa, as indagações que nortearam nossas reflexões situaram-se, portanto, na apreensão dos eixos simbólicos e das lógicas racionais em que se encontram as tradições, as ressignificações e as novas práticas nas festas populares sergipanas dos ciclos junino e natalino. Nesse sentido, abordamos as festas sob dois aspectos. Elas são apreendidas como rituais simbólicos carregados de sentimentos e significados e os lugares dos festejos como “geossímbolos” (BONNEMAISON, 2002) apropriados pelos valores da tradição cultural.

Sendo assim, as festas são tratadas como momentos de encontro e de confraternização, momentos de valorização dos brincantes que vêm guardando, em suas danças e rimas, a memória de valores tradicionais. Sob esse aspecto apreendemos suas origens ao observarmos a forma festiva e criativa do povo brasileiro manifestar sua devoção aos santos com consentimento da Igreja, desde o início da colonização portuguesa, inserindo em seus tempos litúrgicos festas populares, também nomeadas de festas de fé, festas profanas ou, ainda, festas sacroprofanas.

A distinção entre festa religiosa e festa popular derivada dos festejos cristãos foi o que nos conduziu a estabelecer uma tipologia de forma a facilitar a análise e, também, o diálogo entre as equipes. Assim, nomeamos “festa de referência”, para identificar aquelas estritamente religiosas; “festa de entorno”, para singularizar as

festas populares e “outras festas”, para distinguir as festas ocorrentes nos ciclos estudados que não se associam a eles. Essa tipologia é mais explicitada no tópico seguinte, que trata do balizamento metodológico.

Por outro lado, nas últimas décadas, vêm-se observando significativas mudanças nas paisagens festivas, que nos conduziram à observação da racionalidade da produção das festas analisadas. Sob esse aspecto, foi intencionado um olhar sobre as políticas públicas e o turismo, de modo que, no contexto da economia da cultura, *grosso modo*, possibilitou-nos enxergar uma *produção de consumo*, uma *produção de excedente* e uma *produção de mercado*³ das festas populares.

A *produção de consumo* consiste naquela em que o grupo brinca e reproduz sua história; se reproduz revivendo os sentidos e os sentimentos de geração em geração. Ainda é possível encontrar inúmeros grupos que mantêm a apresentação de suas performances associadas aos ciclos, como reisados e cheganças no ciclo natalino e batalhões no ciclo junino, e brincam somente nos dias dos santos. “Brincar”, nesse contexto, tem a ver com o sentido de construção e renovação lúdica da manifestação que proporciona o rompimento do elo entre imaginário e realidade; daí muitos participantes se reconhecerem “brincantes”. O lúdico é definido por Cascudo (2000, p. 339-340) como brincadeiras tradicionais que constituem elementos da cultura popular. Esses brincantes constituem, em sua grande maioria, grupos familiares cuja manifestação remonta a um ancestral e, de geração a geração, preservam a memória, o respeito e o prazer de se renovar a tradição.

A *produção de excedente* encerra os grupos que mantêm os sentidos e os sentimentos dos valores atribuídos às suas práticas de brincantes, mas que atendem à demandas para se apresentarem “fora” do tempo de brincar, isto é, fora do ciclo em que a manifestação é brincada, e se apresentam em eventos, gerando assim um excedente da brincadeira e uma economia (renda) para o grupo. “Apresentar”, nesse contexto, vai além do sentido da simples participação em uma brincadeira, e estende-se a uma obrigação dos grupos e participantes, que são incumbidos de tal ação como uma atividade profissional. Esse processo de apropriação não é recente, mas tornou-se mais generaliza-

3 Paralelo inspirado em Brandão (2007) que trata dos tempos e espaços rurais no Brasil. Ver Vargas (2014)

do após a década de 1980, com as facilidades proporcionadas pelos meios de comunicação, e pode ser observado nas manifestações populares, sejam elas religiosas ou não.

A *produção de mercado* concerne àqueles grupos já apropriados pela lógica da racionalidade, com estrutura voltada para o atendimento das demandas de mercado. Um exemplo basilar é o grupo Olodum do estado da Bahia, que se transformou em grife, isto é a imaterialidade do rufar de seus tambores se converte em inúmeros produtos comercializados com sua marca⁴. Exemplo dessa categoria em Sergipe são as quadrilhas impulsionadas por concursos e apresentações em forrós, iniciadas na década de 1990 e que já foram incorporadas como produto da tradição nordestina. Suas produções encerram grandes eventos com envolvimento de mídias e agências de turismo.

Ainda, observando-se a dimensão econômica da produção da cultura, registram-se a estrutura produtora do turismo e as políticas governamentais como agentes de fomento das festas populares com maior visibilidade e valorização de determinados lugares, determinados grupos, determinadas comunidades, determinadas tradições culturais. Isso nos levou a uma postura interpretativa de um todo que não se mostra coerente, por sua expressão tradicional e pelo caráter de manifestação popular, mas sim dinâmico, cuja essência do fazer é encontrada em um permanente refazer que se reproduz, se renova e se ressignifica.

Observamos e registramos, dessa maneira, as festas que vêm sendo objeto de interesse e de resguardo pelo turismo e pelas políticas governamentais, respectivamente. Em muitos municípios e povoados, as festas dos ciclos junino e natalino são os principais eventos das localidades, mas nem todas essas festas recebem incentivos, apenas algumas são “consumidas” pelo turismo cultural.

Não nos atemos às políticas culturais e sim aos instrumentos usados para as escolhas de lugares, de festas e de grupos produtores. Igualmente, não nos ate-

4 Citando-se um exemplo de manifestação advinda da religião católica tem-se a encenação da Paixão de Cristo na cidade pernambucana de Fazenda Nova; em um grande cenário aberto, artistas de renome atraem multidões. Tal manifestação já se conformou como uma tradição. O evento já está incorporado aos interesses de agências de turismo e o comércio e os serviços locais atendem às demandas dos milhares de visitantes.

mos ao turismo cultural, mas às dimensões interativas⁵ que proporcionaram o consumo da festa para além dos festejos populares religiosos.

Com tais aportes, as festas estudadas são tomadas como patrimônio, pois expressam a cultura. Cultura e patrimônio se interpenetram e se complementam, pois a cultura revela aspectos da identidade de uma comunidade, de uma sociedade ou povo; já o patrimônio, como expressão dessa cultura, manifesta aspectos materiais e imateriais que se complementam. O conceito de bem patrimônio assume contemporaneamente a ideia de acumulação de bens herdados, construídos ou em construção, mesclando, portanto, diferentes temporalidades, que se transformam em valores e signos de acordo com a apreensão de seu conteúdo e de sua trajetória histórica (AZEVEDO, 2002). E, assim, entendemos restrito o entendimento compartimentado do bem patrimônio, seja pela distinção entre material e imaterial, seja pela categorização de tombamento, registro ou preservação do mesmo⁶.

Em suma, a concepção de que as festas populares dos ciclos junino e natalino inserem-se como meio de organização social; de que, embora possuidoras de características religiosas, elas geram estados de efervescência e transgressão das normas coletivas (DURKHEIM, 2008); de que, tal como os espaços sagrados ou “pontos fixos” relatados por Rosendahl (1996), elas possuem um lugar real de localização característico da cultura cristã; de que se manifestam mesclando várias temporalidades, constitui os vértices instigadores que conduziram a realização da nossa pesquisa.

Se for possível traduzir (e reduzir) nossos questionamentos em premissas assinalamos que: i) as festas são apropriadas como patrimônio tanto pelos caminhos da pertença, quanto pela lógica de consumo do turismo cultural e ii) que a produção das festas se insere tanto no tempo da herança (da tradição), quanto no presente/futuro que a ressignifica e cria novas festas, novas paisagens, novas culturas.

5 Dimensões essas que envolvem os aportes simbólicos e materiais dos grupos produtores, a inserção social e política e os referentes dos cenários das festas, tais como paisagem, ecossistema, infraestrutura, dentre outros.

6 A estrutura institucional e normativa brasileira “tomba” o bem material; “registra” o bem imaterial e “preserva” o bem natural. Ver Bonjardim et. al. (2009).

BALIZAMENTO METODOLÓGICO

Pelo encaminhamento de pesquisa proposto, buscamos valorizar as festas populares tomando-as como patrimônio. A noção de patrimônio, objeto maior de nossa pesquisa, confunde-se com a de propriedade, especificamente uma propriedade que é herdada, constituída por bens materiais vinculados a um proprietário. No caso, esses bens podem ter ou não um caráter utilitário, servindo a propósitos práticos e, ao mesmo tempo, possuindo significados mágico-religiosos e sociais. Não são simples objetos. Comparados a entidades dotadas de espírito, personalidade e vontade, tanto podem ser apreendidos como componentes de totalidades cósmicas e sociais, quanto expressam extensões morais e simbólicas de seus proprietários, sejam indivíduos ou coletividade.

Todavia, como a festa patrimônio foi tomada como objeto que possibilita abordagens e ações diversas entre o universo acadêmico e as manifestações festivas as serem estudadas, assumimos a intenção de refletir e agir em eixos temáticos conectivos entre o conhecimento científico e as práticas dos produtores das festas, expressos como eixos transversais pelas intenções de se realizar fóruns, cartilha e atlas.

É certo que a combinação de temas e vivências propicia a construção de conceitos mais significativos e transformadores para os sujeitos e para a sociedade, pois permite uma relação mais direta entre teoria e prática. Ao atribuir sentido aos conceitos, o sujeito acrescenta novos elementos na construção de sua rede de conhecimentos. Assim, a partir do estabelecimento dessas pontes, os sujeitos podem manejar os conceitos para além dos exemplos apresentados. Isso nos permitiu pensar a pesquisa não apenas como um instrumento de colheita de informações de um objeto temporal e espacialmente delimitado, mas, sobretudo, como a plantação de possibilidades de intervenção com o que se pesquisou.

Outrossim, a complexidade imposta pelos eixos transversais⁷ e a pretensa interação com os sujeitos-fonte (pelos fóruns) demandou esforços dos pesquisadores no momento do balizamento metodológico, seja pelo engajamento com múltiplos órgãos, atores e sujeitos; no levantamento de fontes diferenciadas; seja

⁷ Os eixos temáticos estão explícitos na diversidade de produtos que impuseram procedimentos metodológicos diferenciados, quais sejam: levantamento e banco de dados, portal, cursos, cartilha, atlas, produção de artigos e formação acadêmica de mestres e doutores.

pela necessária destreza com formas distintas de registrar, conversar e olhar as festas, os festeiros, os lugares, os agentes de turismo e as políticas.

Operativamente, o citado seminário realizado em Aracaju, em 2010, e as oficinas de balizamento metodológico realizadas pelos coordenadores das três equipes foram fundamentais para o direcionamento da pesquisa e o alcance de uma tipologia que atendesse aos objetivos do projeto, bem como à realização do trabalho de campo em compatibilidade com a realidade das festas em ciclos distintos e em lugares diferentes. No grupo Sociedade e Cultura, realizamos oficinas preparatórias para o campo de cada um dos ciclos, considerando suas especificidades e, ainda, promovemos discussões de textos teóricos e o acolhimento de outros pesquisadores como expositores de suas experiências. Tais atividades implementaram rotina ao grupo, auxiliando positivamente na qualidade do material levantado.

Dessa feita, didaticamente, apresentamos a tipologia norteadora do levantamento das informações, os instrumentos utilizados na pesquisa, os dados do trabalho de campo, a forma como os dados foram tratados e, finalmente, os produtos elaborados.

Ao definirmos como limites do objeto as festas dos ciclos junino e natalino, tomamos as festas religiosas manifestadas nos templos e rigorosamente no calendário litúrgico como *festas de referência*; aquelas conduzidas por grupos da comunidade e manifestadas em decorrência do ciclo como *festas de entorno* e aquelas captadas durante a pesquisa sem associação aos ciclos como *outras festas*.

As *festas de referência* são, portanto, aquelas relacionadas aos ciclos de caráter eminentemente religioso, produzidas pelas paróquias e comunidades cristãs e que encerram, sobretudo, missas solenes, procissões e novenas. Elas ocorrem, segundo Rosendahl (1996, p. 234) em “pontos fixos”, ou seja, em espaços sagrados “que reconhecidamente possuem um lugar real de localização”, no caso em questão, são voltadas para os cristãos.

Numa perspectiva antropológica, Da Matta (1980) assevera que a Igreja, enquanto instituição monopolizadora de relações espirituais, tem o “controle social” durante os festejos religiosos ao congregar, lado a lado, o povo e as autoridades, santos e pecadores, pobres e ricos, sadios e doentes. Mas, desde a colônia, observa-se o caráter político, religioso e simbólico das celebrações religiosas e, como salienta Del Priore (2000, p. 26), “procuravam moldar a população à aliança entre Igreja e o Estado”.

É nesse “controle”, mas também na permissividade do povo festejar “à sua maneira” a devoção aos santos, que o espaço sagrado se vincula ao espaço profano (ou sacroprofano) no entorno das igrejas, nas praças, no “centro” dos sítios urbanos e rurais. A criação, a reprodução e a multiplicação de folguedos deram-se como extensão às procissões, peregrinações e romarias, acompanhando o calendário litúrgico e associando-o aos tempos de fatura das colheitas, aos tempos de plantio, aos tempos de agradecer e de pedir aos santos. As celebrações se avolumam no que nomeamos de *festas de entorno*.

As *festas de entorno* são o foco de maior interesse da pesquisa. Embora não constituam um todo coerente, apresentam-se diversas, singulares e tradicionais; resistem; perseveram, mas também se resignificam no tempo. Elas surgiram em decorrência dos festejos religiosos e extrapolaram os templos em autos, rimas, cânticos e formações diversas, coloridas, alegres e ruidosas. Possuidoras de características religiosas, têm em sua essência a reverência lúdica e o “brincar” como forma de expressão da devoção e da fé e, em assim fazer, rompem com o cotidiano, transgredem normas sociais⁸.

As *outras festas* são merecedoras de registro por constituírem um leque diverso de comemorações identificadas no período em que, mesmo dissociadas do ciclo natalino, encerram manifestações religiosas e populares significativas em Sergipe.

OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

De acordo com as tipologias de procedimentos de pesquisa, nosso estudo pode ser classificado como de cunho etnogeográfico. Para Godoy (1995, p. 28), os estudos etnográficos descrevem fatos/fenômenos culturais, e têm no campo o coração da pesquisa. Para Triviños (1987, p.121), esses estudos baseiam suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessam para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade.

Toda pesquisa qualitativa se dá pela estreita relação entre o pesquisador e seu campo de investigação. Por esse motivo, impõe exposição clara dos procedimentos, pois são esses que fornecem os conteúdos a serem analisados, sejam eles le-

8 A esse respeito ver Durkheim (2008); Del Priori (2000); Caillois (1988).

vantados por entrevistas, documentos ou observação. Daí a importância de, previamente, explicitar as questões e estabelecer as categorias e as abordagens da pesquisa, de forma a fornecer conteúdos substanciais e passíveis de serem bem sistematizados na fase de análise⁹ (GIL, 1994; LAKATOS & MARCONI, 2003). Por esse motivo, foi dada ênfase ao seminário ocorrido em outubro de 2009, quando as três equipes definiram o escopo da pesquisa.

Em decorrência das manifestações culturais dos ciclos junino e natalino em Sergipe serem diversas, especialmente significativas e, ainda, marcantes em significados e sentidos, foram confeccionados vários instrumentos de coleta, reunidos em um Caderno do Pesquisador (Apêndice 2). No entanto, serão expostos a seguir os conteúdos norteadores dos roteiros definidos em comum entre as três equipes, correspondentes aos itens 1 a 4, e aqueles específicos para levantamento da realidade sergipana, correspondentes aos itens 5 a 9. É oportuno destacar que a confecção e o aprimoramento dos roteiros são fruto de oficinas e pré-testes.

1. Cabeçalho padrão: contém informações sobre o local (município, povoado, órgão), data, pesquisador, ciclo da festa (junina ou natalina), tipo da festa (referência, entorno, outra), tipo de coleta (observação, documento, entrevista, questionário), dados gerais sobre o entrevistado (profissão, ocupação, sexo, idade, etc.), situação/função do entrevistado da festa (organizador, patrocinador, assistente, curioso, outra).
2. Roteiro (I) de Observação: consta de um texto motivador que fornece elementos para a descrição da paisagem do cotidiano e da paisagem da festa (nomes, marcos, pontos, referências, sons, percursos, cores, dentre outros). O roteiro proporcionou a elaboração de relatórios sobre todos os locais visitados.

9 Essas afirmações decorrem da, ainda, dificuldade em se definir pesquisa qualitativa, pela abrangência do conceito e, conseqüentemente, pela dificuldade de uma concepção precisa (TRIVIÑOS, 1987). Todavia, “[...] os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem por novas vias investigativas, não pretenderam, nem pretendem furta-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la” (CHIZZOTTI, 2003). Manteve-se a observação feita no momento de planejamento da pesquisa ocorrido entre 2009 e 2010. A abordagem qualitativa em estudos geográficos vem sendo aprofundada e difundida com destaque para a realização pelo Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura, em 2015, decorrente dos debates iniciados no decorrer do ProCultura, o I Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa. Destacam-se, nesse novo contexto, as produções de Vera Lucia Salazar Pessoa com outros geógrafos (2017).

3. Roteiro (II) de entrevista para *feira de referência*: contém encadeamento dos conteúdos a serem abordados, quais sejam: i) data e local de ocorrência; ii) organização e patrocínio; iii) descrição de cada ritual; iv) origem e evolução; v) situação atual (importância e alcance da festa); vi) geração de renda (se os rituais ocorrentes geram renda, comércio); vii) papel e orientação da Diocese com relação à festa; viii) outras informações. Essas entrevistas foram realizadas com os párocos e paroquianos organizadores das festas.
4. Roteiro (III) de entrevista para *feira de entorno*: contém encadeamento dos conteúdos a serem abordados, quais sejam: i) data e local de ocorrência; ii) encarregado (s) da organização/produção, participante, número, gênero, idade; iii) período/época da apresentação; iv) estratégias de organização (patrocínio, incentivos, outros); v) descrição da manifestação (definição, componentes, músicos, músicas, cortejo, dança, dentre outros); vi) origem, evolução, mudanças; vii) geração de renda; viii) papel da prefeitura, da Secretaria de Estado da Cultura, de outros órgãos, ix) outras informações. Essas entrevistas foram realizadas com mestres, organizadores e integrantes de grupos de manifestações dos ciclos junino e natalino.
5. Questionário para participante das festas: i) Identificação da festa; ii) Identificação do entrevistado; iii) Motivação (desde quando, de que mais gosta); iv) Sugestões e observações.
6. Roteiro (IV) de entrevista para *outras festas*: contém encadeamento dos conteúdos a serem abordados, quais sejam: i) data e local de ocorrência; se cíclica ou acíclica; ii) organização e patrocínio; iii) descrição do evento/manifestação; iv) origem/evolução; v) geração de renda; vi) papel das instituições – incentivo, patrocínio; vii) outras informações. As festas registradas foram diversas, desde religiosas até micaretas.
7. Roteiro (V) de entrevista para agentes de turismo: contém encadeamento dos conteúdos a serem abordados, quais sejam: i) identificação (agência ou responsável); ii) tempo de funcionamento; iii) tipo de turismo motivador da abertura; iv) atuação nas festas dos ciclos junino e natalino (especificar se de referência, entorno ou outras); v) produção de material de divulgação; vi) em quais festas/eventos atua em Sergipe; vii) qual papel da agência no sucesso da festa/evento; viii) política de cultura nas festa/evento.

tos. Essas entrevistas foram realizadas em agências de turismo sediadas em Aracaju.

8. Roteiro (VI) de entrevista para órgãos de política de cultura: contém encadeamento dos conteúdos a serem abordados, quais sejam: i) pontos fortes e fracos de atuação do órgão; ii) processo de conhecimento, reconhecimento, preservação e promoção/valorização de um bem cultural; iii) situação do órgão no sistema nacional de cultura; iv) vínculo – subordinação, relações, convênios, parcerias do órgão; v) principais mudanças nas políticas de cultura desde a criação do órgão e marcos dessas políticas; vi) impacto das ações políticas do órgão para as comunidades; vii) locais de aplicação dos projetos/ações, município (s), região (ões); viii) envolvimento da sociedade nas ações do órgão; como e desde quando ocorre; ix) principais áreas de atuação do órgão; x) principais políticas do órgão; xi) existência de ações (projetos/políticas) específicas para as festas (A - festas em geral; B - festas rurais); xii) tipo de evento em que a atuação/participação do órgão é mais efetiva (realização, patrocínio, apoio).
9. Ficha para registro das matérias dos jornais: contém encadeamento dos conteúdos a serem abordados, quais sejam: i) jornal; ii) data do jornal; iii) seção; iv) título da matéria; v) evento; vi) quando acontece; vii) desde quando; viii) cidade; ix) programação; x) sinopse da matéria.

A pesquisa documental foi ampla, incluindo textos (teses e dissertações, livros, artigos e jornais) e material iconográfico (folders, cartazes, fotos, vídeos e sites das prefeituras, secretarias de cultura e agências de turismo). Em particular nos jornais, a pesquisa procurou identificar as festas na última década, o que resultou em procedimento que demandou esforços de toda a equipe, conforme explicitado a seguir. Vale ressaltar que a escolha de jornais como fonte de pesquisa foi definida com a intenção de corroborar com o estudo comparativo pretendido pelo projeto e apreender a visibilidade das festas dos ciclos junino e natalino em Sergipe, Goiás e Ceará. As imagens (fotos e vídeos) foram produzidas pelos pesquisadores, mas também recolhidas (doadas, emprestadas) durante o trabalho de campo.

O CAMPO

O trabalho de campo ocorreu, em Sergipe, entre dezembro de 2010 a junho de 2012, com empreitadas nos meses de dezembro, janeiro, março e junho, correspondentes às ocorrências das festas dos ciclos natalino e junino, respectivamente. O mês de março foi destacado em Sergipe devido a São José ser o santo com grande número de templos no estado, significativamente reverenciado.

Nesses meses, priorizou-se a aplicação de questionários e entrevistas e a confecção de relatórios sobre as festas e os lugares (roteiros I, II, III e IV). Como mostra o Quadro 1, chegou a 868 o número total de aplicações de instrumentos (questionário, entrevista e relatório), tendo sido cobertos 60% (45) dos municípios do estado, sendo 37% (28) no ciclo natalino e 48% (36) no ciclo junino, observando-se paridade entre os totais de instrumentos nos dois ciclos.

Quadro 1- Instrumentais da pesquisa de campo por ciclo – 2010-2012

Instrumentais					
Ciclos	Questionário	Entrevista	Relatório	Totais	Nº Munic.
Natalino	273	99	42	414	28
Junino	293	119	42	454	36
Totais	566	218	84	868	*

Fonte: Projeto A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe – Subprojeto Sergipe, 2012.

*A pesquisa cobriu 45 dos 75 municípios do estado de Sergipe

A abordagem aos entrevistados deu-se de forma intencional. Geralmente, a equipe se apresentava nas paróquias, onde foram realizadas todas as entrevistas do roteiro voltado para as *festas de referência*, com os párocos ou com paroquianos responsáveis por atividades na paróquia. Na maioria dos casos, foram eles os informantes de nomes de pessoas responsáveis pelas danças e pelos folguedos associados às *festas de entorno*.

Quando a pesquisa ocorreu nas ocasiões festivas, os grupos e brincantes, tanto das festas de referência como de entorno e até mesmo de outras festas, foram facilmente identificados considerando a espacialidade dos rituais. No entanto, nesses momentos festivos, ocorreram novos agendamentos de entrevistas, pois os responsáveis, muitas das vezes, apresentaram-se impossibilitados de serem

entrevistados. Isso ocorreu nos municípios que realizam grandes festas, como Lagarto, Estância, Capela, no ciclo junino, e Laranjeiras e Japarutuba no ciclo natalino.

Já os questionários foram aplicados nas ruas e praças e de forma aleatória, com a intenção de captar a origem e as motivações dos entrevistados para estarem na festa. Isto é, buscou-se avaliar o fluxo turístico naquele momento. O quantitativo variou de acordo com o número de pesquisadores envolvidos com cada pesquisa, mas também, de acordo com o horário de aplicação, ou seja, se antes, durante ou após a festa. Destarte, nos 15 (quinze) municípios visitados não foram aplicados questionários fora do período de festejo.

Foram realizadas cinco entrevistas com agências de turismo receptivo sediadas em Aracaju (roteiro V) e três entrevistas aos órgãos voltados para políticas de cultura (roteiro VI), quais sejam: Secretaria de Estado da Cultura; Empresa Estadual de Turismo e Secretaria de Cultura do Município de Laranjeiras. Contudo, ressaltou-se o questionamento sobre o papel da prefeitura, Secretaria de Estado da Cultura e outros órgãos inseridos, nas entrevistas dos roteiros II, III e IV. As entrevistas foram previamente agendadas e ocorreram nos órgãos e nas agências. O intuito foi obter informações acerca de como as festas e as manifestações são tratadas enquanto atrativo turístico para o estado de Sergipe.

No levantamento realizado na internet, o propósito foi identificar a divulgação de festas que fazem parte dos ciclos junino e natalino, nos 75 municípios sergipanos. Constatou-se registro de divulgação desde o ano de 2005 até o ano de 2011.

Os critérios adotados para coleta de informações foram os mesmos para as fichas em jornais, quais sejam: data de ocorrência da festa, título da notícia relacionada à festa, desde quando a mesma ocorre (caso conste na divulgação), nome do evento/manifestação cultural, local do evento, programação (caso tenha sido divulgada), apoio, patrocínio, organização. Essas informações foram obtidas por meio da ferramenta online de busca do Google. O intuito foi identificar a existência de *site* oficial das prefeituras de cada município pesquisado. Em seguida, identificar o *site* das Secretarias de Cultura e Turismo e *links* de notícias gerais para o levantamento das festas divulgadas.

Não sendo encontrado *site* oficial de algum desses órgãos, recorreu-se a uma pesquisa geral no Google acerca do município. Foram identificados 32 municípios com *sites* oficiais e nos demais 43 não foram encontradas sequer informações so-

bre festas. Dos municípios investigados, observou-se a discrepância de informações entre Aracaju e os demais municípios. Todas as divulgações registradas nos sites foram levadas consideração.

Mas, foi a pesquisa nos jornais que proporcionou maior visibilidade às festas, sobretudo, pelo recorte temporal definido entre o período de 1999 a 2010. A pesquisa foi realizada nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico e da Biblioteca Epifânio Dórea, inicialmente nos Jornais Correio de Sergipe e Jornal da Cidade, com levantamento de todas as edições do ano de 1999.

Todavia, a morosidade do levantamento em decorrência de não encontramos fontes digitalizadas do período, aliada à constatação de que as matérias sobre as festas se repetiam nos jornais selecionados – na realidade, as matérias eram veiculadas somente no período de ocorrência e a edição do Caderno dos Municípios do Jornal da Cidade, editada nos finais de semana, já apresentava uma boa cobertura sobre suas ocorrências –, fez com que reduzíssemos a busca para apenas o período dos ciclos no Jornal da Cidade na sua edição de final de semana. Assim, as buscas foram feitas nesse periódico com levantamento de todas as edições do ano de 1999 e todas as edições de final de semana para o período de 2000-2010¹⁰.

A pesquisa foi iniciada em outubro de 2010 e finalizada em outubro de 2011. Foram registradas 1058 fichas e levantadas 47 *festas de referência*, 523 *festas de entorno* e 488 *outras festas*, totalizando 1058 matérias veiculadas no período. Dessas, algumas merecem destaque, e são expostas no Quadro 2.

10 No início do levantamento foi definida a busca também no Jornal Correio de Sergipe. Todavia, ao término do levantamento de todas as edições do ano de 1999, foi observada a repetição com relação ao Jornal da Cidade. Nesse sentido, decidiu-se pela subtração de suas matérias na estatística que compõe os resultados da pesquisa.

Quadro 2- Total de matérias: festas de referência e de entorno por ciclo – 1999-2010

FESTAS NA IMPRENSA – 1999-2010			
Ciclo Natalino	Quant.	Ciclo Junino	Quant.
Reis	41	Forró	310
Natal	24	Quadrilha	92
Reisado	24	São João	91
Cacumbi	10	Santo Antônio	35
Chegança	8	São Pedro	34
Pastoril	6	Arraial	23
		São José	13
		Bacamarteiro	9
Totais	133		607

Fonte: Jornal da Cidade

Projeto A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe – Subprojeto Sergipe, 2012.

O volume de matérias sobre o ciclo junino denota a importância dos festejos desse ciclo em Sergipe, sobretudo com a ampla cobertura dos forrós, versão mais contemporânea de se comemorar no período.

As informações das matérias dos jornais, acrescidas do levantamento¹¹ do número de paróquias e capelas existentes em Sergipe e seus respectivos padroeiros, foram fundamentais para a decisão de se realizar, em 2011 e 2012, pesquisa de campo no mês de março, comemorativo de São José. Como já exposto, os dados desse levantamento demonstraram que São José, no dia 19 de março, é o santo mais festejado em todo o Estado de Sergipe, quando os devotos pedem para que as chuvas sejam suficientes para uma boa colheita do milho, principalmente, por ser o alimento tradicional dos festejos de São João. O Quadro 3 apresenta os santos mais festejados nos dois ciclos estudados.

11 Levantamento realizado por Solimar G. M. Bonjardim, concomitante ao campo da pesquisa, mas referente aos dados básicos de sua tese de doutoramento, defendida em 2014.

Quadro 3- Número de Padroeiros das igrejas e capelas de Sergipe, por ciclo

PADROEIROS DAS IGREJAS E CAPELAS			
CICLO NATALINO	Quant.	CICLO JUNINO	Quant.
N. Sra. Imaculada Conceição	101	São José	101
Santa Luzia	49	Santo Antônio	97
Sagrado Coração de Jesus	29	São João	48
Sagrada Família	17	São Pedro*	32
Outros**	12	São Pedro São Paulo	04
Totais	208		282

Fonte: Bonjardim e Almeida (2011); Projeto A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe – Subprojeto Sergipe, 2012.

(*) Desses, dois são de São Pedro Pescador.

(**) Menino Jesus, Menino Deus, Menino Jesus de Praga, Santíssima Trindade, Jesus Maria José e Sagrado Coração de Maria.

Distintamente dos festejos populares em que se destacam as festas juninas, observa-se, em relação às *festas de referência*, certo equilíbrio entre os padroeiros reverenciados no período dos ciclos. No ciclo natalino registram-se, além desses expostos, 16 templos dedicados a: Nossa Senhora de Guadalupe (09), Nossa Senhora da Saúde (06) e Santa Barbara (01), todas reverenciadas no mês de dezembro, no período do Advento.

O farto e amplo material colhido durante o trabalho de campo constituído de cartazes, folders, DVDs, monografias sobre as festas produzidas por pessoas do lugar e, sobretudo, do registro fotográfico realizado pelos pesquisadores. Este, pela expressividade, constituiu um volume do relatório final e, portanto, acervo iconográfico sobre as festas populares dos ciclos junino e natalino de Sergipe.

TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES E OS PRODUTOS

No que se refere à compilação e tratamento do amplo e diverso material, registra-se que os encaminhamentos foram definidos em oficina realizada em outubro de 2010, em Aracaju. Isso se deu logo após a realização do seminário balizador, definindo-se pela confecção de uma matriz que resultaria no banco de dados do Projeto que, por sua vez, alimentaria o Portal.

No entanto, as dificuldades enfrentadas pelas equipes conduziram a caminhos diferenciados, o que resultou na compatibilidade de dados apenas entre os estados de Goiás e Sergipe, por terem realizado a pesquisa em todos os municípios. Por esse motivo, o Atlas das Celebrações não apresenta os festejos juninos e natalinos ocorrentes no Ceará, cujos dados alcançaram a capital Fortaleza e municípios vizinhos. Assim, as informações geradas foram agrupadas em um banco de dados. As relacionadas às entrevistas foram compiladas em documento de texto e as referentes aos jornais e aos questionários no software Microsoft Access. Os dados levantados são demonstrativos da grandeza do projeto, como exposto no Quadro 4.

Quadro 4 - Goiás e Sergipe: Quantidade e distribuição das festas nos ciclos natalino e junino

Características Estados	Municípios	Festas de referência	Festas de entorno	Outras festas	TOTAIS
Goiás	246	292	462	658	1412
Sergipe	75	119	578	78	775
TOTAIS	331	471	1040	736	2187

Fonte: Acervo do Projeto A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe – Subprojeto Sergipe, 2012.

O banco de dados foi fundamental para a elaboração de uma matriz síntese com o registro das festas por ciclos e por município dos estados de Sergipe e Goiás, o que resultou na exposição privilegiada da linguagem visual e, conseqüentemente, na elaboração do *Atlas das Celebrações: as festas dos ciclos junino e natalino em Goiás e Sergipe*. Mapas, fotos e pequenos textos ilustrativos encerram essa produção com foco nos espaços culturais das festas populares que mostraram as singularidades de suas manifestações nos dois estados.

A despeito dos encaminhamentos metodológicos distintos, as equipes alcançaram a produção prevista pelo projeto, como dito, banco de dados, portal e atlas, e superaram as expectativas, a exemplo da realização de fóruns com a comunidade, da ministração de cursos, da produção de artigos e da formação de mestres e doutores (Apêndice 1). Em Sergipe, o Fórum Patrimônio e Festas foi inserido como atividade do Encontro Cultural de Laranjeiras, ocorrido em 2018, em sua oitava edição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é tarefa fácil encerrar o relato do desenvolvimento de um projeto, até porque trouxemos aqui o desenrolar sob um olhar sergipano. Procuramos, no entanto, fazer um percurso etnogeográfico, inspirados na etnografia de Clifford Geertz (1989), sobretudo quando esse autor nos traz apontamentos sobre a realização de uma descrição densa e, Paul Claval (2013), sobre a importância da informação para que se proceda a interpretação.

Procuramos expor a organização reflexiva entre o corpo teórico e o objeto, com as questões, limites e propósitos que permearam a construção de tantos e diversos procedimentos e técnicas de investigação. Nesse contexto, a produção de relatórios, teses, dissertações e artigos que trazemos como Apêndice 1, faz parte desse relato com intuito de se vislumbrar o alcance e importância desse projeto, mas também, de expor uma fonte de consulta. A produção está organizada por data, desde 2010, e pela natureza da produção, distinguindo textos (artigos, capítulo de livros, organização de livros, resumos em anais), palestras e mesas redondas, orientações/defesa de teses e dissertações e organização de eventos.

Para além das investigações documentais, encerramos nossa exposição ao incorporarmos os roteiros elaborados e reunidos no Caderno do Pesquisador no Apêndice 2.

É nossa expectativa que, ao grafar as memórias do projeto *A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe*, tenhamos produzido conteúdo dialógico com teorias, conceitos e abordagens. Portanto, esperamos ter contribuído para o planejamento e execução de pesquisas qualitativas, sobretudo, de pesquisas sobre festas.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. Cultura, patrimônio e turismo. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.
- BONJARDIM, S.G. M.; VARGAS, M. A. M.; ALMEIDA, M. G. de. Patrimônio e educação: recortes para a educação cidadã. **III Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão, SE: UFS, 2009.
- BONJARDIM, S.G. M.; ALMEIDA, M.G. As Territorialidades das Festas Religiosas em Sergipe. **IV Colóquio do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações**. Santa Maria – RS: Campus UFSM, 2011.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território In: ROSENDAHL, Z.; CORREA R. L. (orgs.). **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, pp. 83-116.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. In: **Revista Ruris**, vol.1, nº 1, março 2007, pp. 37-64.
- CASCUDO, Luis da Camara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9ª Ed. São Paulo: Global, 2000.
- CLAVAL, Paul. A festa religiosa. In: Simpósio Internacional e Nacional sobre Espacialidades e Temporalidades de Festas Populares, I, II, 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2013.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulus, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- CAILLOIS, Roger. **O homem e o sagrado**. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. In: **Revista Portuguesa de Educação**: Braga, Universidade do Minho, ano/vol. 16, nº 002, 2003, pp. 221-236.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, nº 3, mai./jun., 1995, pp. 20-29.
- LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PESSOA, Vera Lúcia Salazar et. al. (org). **Pesquisa qualitativa**: aplicações em geografia. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; NEVES, Paulo Sergio da Costa. **Inventário Cultural dos territórios de Sergipe e elaboração de um atlas da cultura sergipana**. Relatório. Seplan/SE: Aracaju, 2009.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Festas Patrimônio: os ciclos junino e natalino de Sergipe. In: **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia/Go, v. 8, n. 2, 2014, pp. 252-273.

APÊNDICE 1 – AS PRODUÇÕES

EM 2010: ARTIGOS, PALESTRAS, TESES E DISSERTAÇÕES CONCLUÍDAS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias. *Abordagem de patrimônio na formação do cidadão*. In: Anais IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão /SE: Universidade Federal de Sergipe, setembro, 2010.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Abordagem de patrimônio na formação do cidadão*. In Anais IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão /SE: Universidade Federal de Sergipe, setembro, 2010.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *O trabalho de campo em geografia*. Palestra In: II Colóquio de formação de profissionais em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, setembro, 2010.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Organização dos espaços e relações sócio-culturais de Sergipe*. Palestra In: I Fórum da Sergipanidade, Aracaju, agosto 2010.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Patrimônio Cultural: pilar do desenvolvimento*. Palestra In: XXXV Encontro Cultural de Laranjeiras, Laranjeiras/SE, janeiro, 2010.

TEIXEIRA, Maísa França. *As espacialidades da manifestação cultural da Catira no Estado de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Geralda de Almeida. 2010.

Simpósio do XXXVI Encontro Cultural de Laranjeiras e I Fórum Nacional Patrimônio e Festas de Sergipe. 2012.

EM 2011: ARTIGOS, LIVROS, RESUMOS, PALESTRAS, TESES E DISSERTAÇÕES CONCLUÍDAS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

ALMEIDA, M.G.; VARGAS, Maria Augusta Mundim; OLIVEIRA, C. D. *A dimensão territorial das festas populares natalinas e do turismo: estudo comparativo Goiás, Ceara e Sergipe*. In: Anais XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL), julho, San José-Heredia, Costa Rica, 2011.

ALMEIDA, Maria Geralda de. *Quando as tradições reinventadas se tornam atrações turísticas - o caso da folia de Santo Antonio nos Kalunga - Goiás*. In Anais: Primer Congreso Iberoamericano del Patrimonio Turístico, Santiago, 2011.

ALMEIDA, Maria Geralda de; VARGAS, Maria Augusta Mundim; MENDES, Geisa Flores. *Territórios, paisagens e representações: um diálogo em construção* (Territories, landscapes and representations). Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 23 a 35, june 2011.

ALMEIDA, Maria Geralda. *Festas rurais e turismo em territórios emergentes*. Biblio 3w (Barcelona), v. XV, p. 919, 2011.

BONJARDIM, Solimar G.M. *Patrimônio cultural religioso: território e paisagem da igreja católica de Sergipe*. In: Anais IX ENANPEGE: A pesquisa e a produção geográficas: o pulsar no tempo e no espaço. Goiânia/GO – UFG, outubro de 2011.

BONJARDIM, Solimar G.M.; ALMEIDA, Maria Geralda de. *As territorialidades das festas religiosas em Sergipe*. In: Anais IV Colóquio Nacional do NEER. Santa Maria/RS – UFSM, novembro de 2011.

BONJARDIM, Solimar G.M.; ALMEIDA, Maria Geralda de. *Expansão do sagrado: a territorialidade da igreja católica em Sergipe – Brasil*. In: Anais XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL). San José-Heredia, Costa Rica, julio, 2011.

BONJARDIM, Solimar G.M.; JÚNIOR SOUZA, Benizário C de; DOURADO, Auceia M. *Seguindo a procissão: a paisagem e o território das festas religiosas no Estado de Sergipe*. In: Anais XI CONLAB - Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. SALVADOR/BA – UFBA, agosto de 2011.

CORRÊA, Isabella Cristina Chagas; VARGAS, Maria Augusta Mundim *A relação homem-natureza nas manifestações religiosas: a festa de Bom Jesus dos Navegantes*. In: Anais XVI seminário integrador/rede PRODEMA. João Pessoa/PB – UFPB, outubro de 2011.

CORRÊA, Isabella Cristina Chagas; VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Memória e identidade: traços da festa de bom Jesus dos navegantes no bairro Atalaia, Aracaju/SE*. In: Anais XI CONLAB - Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. SALVADOR/BA – UFBA, agosto de 2011.

LIMA, Rodrigo Santos de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. In: Anais XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL). *As representações sociais na configuração da identidade territorial*. San José-Heredia, Costa Rica, julio, 2011.

LIMA, Rodrigo Santos de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. In: Anais XI CONLAB - Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. *A festa de Nossa Senhora Aparecida no Bugio-Aracaju/SE: Sentidos, Ritmos e formas*. SALVADOR/BA – UFBA, agosto de 2011.

LIMA, Rodrigo Santos de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. In: Anais IV Colóquio Nacional do NEER. *Representações e Identidade: o Bairro Bugio em Aracaju/SE*. Apresentação de trabalho, Santa Maria/RS – UFSM, novembro de 2011.

LIMA, Rodrigo Santos de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. *O território identitário do Bugio-Aracaju/SE*. In: Anais I congresso nacional Educação e diversidade. Itabaiana/SE – UFS, setembro de 2011.

MOREIRA, J.F.R.; ALMEIDA, M. G.. *Rituais festivos produzidos pela comunidade Kalunga no Cerrado Goiano*. In Anais: VI Encontro Regional Povos do Cerrado, Pirapora, 2011.

OLIVEIRA, Christian D. M. de. *Festas religiosas, santuários naturais e vetores de lugares simbólicos*. Revista da ANPEGE, v. 7, p. 93-106, 2011.

SIQUEIRA, Rosana R.; LOBÃO, Laurindo M.M.; SANTOS, Gilmagno A.; SANTOS, Tamires de Lima. *Mapeamento do Patrimônio Histórico de Lagarto/SE*. In: Anais Semana Nacional de Tecnologia. Lagarto/SE - IFS Campus Lagarto, outubro de 2011.

SOUZA, Ângela. F. G.; BONJARDIM, Solimar G.M. *Cantos, ritmos e cores: as festas juninas de Sergipe*. In: Anais IV Colóquio Nacional do NEER. Santa Maria/RS – UFSM, novembro de 2011.

TEIXEIRA, M.F.; ALMEIDA, M. G.. *A identidade cultural goiana nos meandros da tradição e permanência da catira associada a fins turísticos*. In Anais: Primer Congreso Iberoamericano del Patrimonio Turístico, Santiago, 2011.

VARGAS, Maria Augusta Mundim, NEVES, Paulo M. da Costa. *Olhares sobre identidade e festas em sergipe*. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, v. 2, n. 47E, julho 2011.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Territorios de identidade nos territórios de planejamento: heranças e construções em Sergipe*. In: Revista da Anpege, v. 7, n. 1, número especial, p. 99-109, out. 2011.

ALMEIDA, Maria Geralda de. *O patrimônio festivo e a reinvenção da ruralidade e territórios emergentes de turismo no espaço rural*. In: SOUZA, M. de; ELESBÃO, I. (Org.). Turismo rural - iniciativas e inovações. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

ALMEIDA, Maria Geralda de. *As tradições reinventadas e pretensões de serem objetos turísticos: a folia de Santo Antônio nos Kalunga - Goiás*. In: IGLESIAS, M.C.C. (Org.). Patrimônio turísticos en Iberoamérica: experiencias de investigación, desarrollo e innovación. 1ed. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Central de Chile, 2011.

VARGAS, M. A. M.. *A festa: outra cara do patrimônio cultural - considerações sobre as festas do ciclo natalino em Sergipe*. In Anais: I Congresso Estadual de Memória e Patrimônio Cultural, Aracaju, 2011.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *MESA: Teorias, métodos e práticas de pesquisa e Ensino em Geografia Cultural*. (mesa redonda) In: IV Colóquio Nacional do NEER. Santa Maria/RS – UFSM, novembro de 2011.

LIMA, Rodrigo Santos. *Atitudes e percepções na construção de territórios identitários: o bairro Bugio em Aracaju/SE*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. Orientador: Maria Augusta Mundim Vargas.

Simpósio do XXXVII Encontro Cultural de Laranjeiras e II Fórum Nacional Patrimônio e Festas de Sergipe. 2013.

EM 2012: ARTIGOS, LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES CONCLUÍDAS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

CAVALCANTE, T. V. ; OLIVEIRA, Christian D. M. de . *Geografias relacionais: a festa no Santuário de Fátima em Fortaleza-CE*. Geotextos (Online), v. 8, p. 123-148, 2012.

CORREA, I C C ; VARGAS, M. A. M. . *A festa, o ritual: manifestações da relação homem-natureza na devoção a Bom Jesus dos Navegantes*. In: I Seminário sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais, 2012, São Cristóvão/SE. Anais: I Seminário sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012. v. 00. p. 1-14.

MOTA, R. D. ; ALMEIDA, M. G. . *A representação dos aspectos simbólicos das festas de Santos Reis de Goiânia por meio de mapas mentais*. Ra'e ga (UFPR), v. 25, p. 92-110, 2012.

OLIVEIRA, Christian D. M. de. *Caminos de La Fiesta en Patrimonio Geoeducacional cómo Educar sin Escenar Geografía*. Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 6, p. 123-238, 2012.

SILVA, E. F. C. E. ; VARGAS, M. A. M. . *Turismo Religioso e as Faces da Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição em Aracaju/Sergipe*. In: I Seminário Sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais, 2012, São Cristóvão. Anais do I Seminário Sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais, 2012. p. 1-12.

ALMEIDA, Maria Geralda de; BONJARDIM, Solimar G. M.. *Apropriação simbólica do território: o catolicismo em Sergipe*. Anais do III Seminário Regional Norte-Nordeste de Pós-graduação em Geografia, 2012.

ALMEIDA, Maria Geralda. *Sentidos das Festas no Território Patrimonial e Turístico*. Anais In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIM, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo. (Org.). Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. , p. 157-171.

OLIVEIRA, Christian D. M. de. *Caminhos da festa ao patrimônio geoeducacional*. 1. ed. Fortaleza: EDUFC, 2012. v. 1. 200 p.

GOMES, Maryvone Moura. *Entre a Festa de Nossa Senhora da Conceição e a encenação da Paixão de Cristo: desafios ao lugar do patrimônio imaterial e religioso em Pacatuba -CE*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Christian Denny Monteiro de Oliveira, 2012.

LIMA, Luana Nunes Martins de. *Manifestação da Cultura e da Religiosidade no Espaço e na Construção da Identidade Territorial: A Festa Kalunga de Nossa Senhora Aparecida*. Disserta-

ção (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Orientador: Maria Geralda de Almeida, 2012.

MOTA, Rosiane Dias. *Senhor dono da casa, se não for muito custoso, vem abrir a vossa porta que nós viemos de pouso: as territorialidades produzidas pelos Grupos das Folias de Reis em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Geralda de Almeida, 2012.

SOUZA JUNIOR, Benizario Correia de. *Dívidas e Dúvidas: A reforma agrária de mercado em Lagarto/SE*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Augusta Mundim Vargas.

Simpósio do XXXVI Encontro Cultural de Laranjeiras e I Fórum Nacional Patrimônio e Festas de Sergipe. 2012.

EM 2013: ARTIGOS, LIVRO, RESUMOS, TESES E DISSERTAÇÕES CONCLUÍDAS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

VARGAS, M. A. M.. *Os tempos plurais das festas em Sergipe*. Cumbuca, Aracaju, p. 14 - 21, 01 jul. 2013.

VARGAS, M. A. M.. *Atlas das celebrações: as festas dos ciclos junino e natalino em Goiás e Sergipe*. In: XIV Encuentro de Geografos de America Latina, 2013, Lima. Dcimocuarto Encuentro de Geografos de America Latina: Reencuentro de saberes territoriais latinoamericanos. Lima: UGI Uniao Geografica Internacional - Comite Peru, 2013. v. 00. p. 1-15.

SILVA, E. F. C. E. ; VARGAS, M. A. M. . *Potencialidades do turismo religioso nas festas católicas do Estado de Sergipe*. In: ANAIS I Simpósio Internacional e II Nacional sobre Espacialidades e Temporalidades de Festas Populares - Manifestações do Catolicismo, 2013, Goiânia/GO. I Simpósio Internacional e II Nacional sobre Espacialidades e Temporalidades de Festas Populares - Manifestações do Catolicismo, 2013. p. 107.8.

ARAGAO, I. R. ; VARGAS, M. A. M. . *Imagem, divulgação e consumo dos festejos do ciclo junino em Sergipe/Brasil*. In: I Simpósio Internacional e II Nacional sobre espacialidades e temporalidades de festas populares? Manifestação do Catolicismo, 2013, Goiânia/GO. ANAIS do I Simpósio Internacional e II Nacional sobre espacialidades e temporalidades de festas populares? Manifestação do Catolicismo, 2013. p. 261-279.

ALMEIDA, M. G.; LIMA, Luana Nunes Martins de . *O catolicismo popular e as festas religiosas das comunidades quilombolas Kalunga*. In: Simpósio Internacional e II Nacional sobre Espacialidades e Temporalidades de Festas Populares (SIMCA), 2013, Goiânia. Anais do I

Simpósio Internacional e II Nacional sobre Espacialidades e Temporalidades de Festas Populares (SIMCA).

ALMEIDA, M. G.; LIMA, Luana Nunes Martins de . *Território e Identidade na Romaria de Nossa Senhora Aparecida: as comunidades Kalunga Diadema e Ribeirão*. In: VI Seminário Interno da Pós-Graduação em Geografia, 2013, Goiânia. Anais do VI Seminário Interno da Pós-Graduação em Geografia.

OLIVEIRA, Christian D. M. de. *Representações de santuários festivos em espaços escolares*. In: X ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2013, Campinas. Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais. Dourados: UFGD Editora, 2013. v. 1. p. 3266-3278.

SILVA, Luiz Rafael T. da ; OLIVEIRA, Christian D. M. de . *Um possível patrimônio imaterial evangélico na região metropolitana de fortaleza*. In: II SINECGEO ? Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais, 2013, Crato-CE. Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais, II; Encontro Cearense de Geografia da Educação, V.. Fortaleza: Edições UFC, 2013. v. 1. p. 518-531.

ALMEIDA, M. G.. *Culturas, Paisagens e Patrimônio Cultural: Reflexões desde o Brasil Central*. Espaço e Geografia (UnB), v. 16, p. 417-441, 2013.

GOMES, M. M. ; OLIVEIRA, Christian D. M. de . *As Festas de Nossa Senhora da Conceição e a encenação da Paixão de Cristo: os desafios ao lugar do patrimônio imaterial e turístico em Pacatuba (CE)*. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 6, p. 674-691, 2013.

OLIVEIRA, Christian D. M. de. PEREGRINAÇÃO RURAL AO SANTUÁRIO METROPOLITANO: O LUGAR DA RELIGIOSIDADE TURÍSTICA DE NATÉRCIA-MG EM APARECIDA-SP. In: Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior; Jörn Seemann; Josier Ferreira da Silva; Christian Dennys Monteiro de Oliveira; Stanley Braz de Oliveira. (Org.). Hierópolis: o Sagrado, o Profano e o Urbano. 1ed.Fortaleza: Edições UFC, 2013, v. 1, p. 146-164.

ALMEIDA, M. G.. PAISAGENS CULTURAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES INTRODUTÓRIAS PARA REFLEXÕES. In: Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Luisa Zeferino Pires (organizadores). (Org.). Maneiras de ler : geografia e cultura [recurso eletrônico]. 1ed.Porto Alegre: Imprensa Livre : Compasso Lugar Cultura, 2013, v. 1, p. 1-267.

ALMEIDA, M. G.. O Catolicismo Popular e as Festas Religiosas das Comunidades Quilombolas Kalunga: Singularidades de um espaço camponês. In: Maria Geralda de Almeida. (Org.). Manifestações do Catolicismo. 1ed.Goiânia: Funape, 2013, v. , p. 399-419.

ALMEIDA, M. G.; MAIA, C. E. S. (Org.) ; LIMA, L. N. M. (Org.) . Manifestações do Catolicismo. 1. ed. Goiânia Goiás: LABOTER/FUNAPE, 2013. 998p .

VASCONCELOS JR., R. E. (Org.) ; SEEMANN, J. (Org.) ; SILVA, J. F. (Org.) ; OLIVEIRA, Christian D. M. de (Org.) ; OLIVEIRA, S. B. (Org.) . Hierópolis: o Sagrado, o Profano e o Urbano. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2013. v. 1. 486p .

ALMEIDA, M. G.; BONJARDIM, S.G.M. . Patrimônio Cultural: Território e Poder da Igreja Católica em Sergipe. In: NPGeo, 2013, São Cristóvão. Anais dos 30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA: NPGeo ? UFS.

MOURA, Marcos Roberto Pereira. A Romaria de Santa Luzia: Configurações Artificiais de um Espaço Religioso de Peregrinação no Município de Porangatu-GO. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação Em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Orientador: Maria Geralda de Almeida.

BRETAS, Isabella de Faria. Um olhar para o interior do Estado de Goiás: a Caçada da Rainha em Colinas do Sul, Cavalcante e Monte Alegre de Goiás. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação Em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Orientador: Maria Geralda de Almeida.

II Colóquio do Divino, Indiaroba – SE, maio de 2013.

I Simpósio Internacional e II Nacional Sobre Espacialidades e Temporalidades de Festas Populares – Manifestações do Catolicismo - Goiás, setembro de 2013

Simpósio do XXXVII Encontro Cultural de Laranjeiras e II Fórum Nacional Patrimônio e Festas de Sergipe. Laranjeiras – SE, 2013.

EM 2014: ARTIGOS, LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES CONCLUÍDAS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Festas Patrimônio: os ciclos junino e natalino de Sergipe. In: *Ateliê Geográfico* (UFG), v. 8, p. 252-273, 2014.

ARAGAO, Ivan Rego; VARGAS, Maria Augusta Mudim . A Utilização do Tempo-Espaço-Mobilidade Sagrados na Festa/Procissão ao Nosso Senhor dos Passos em São Cristóvão-Sergipe. *Geosaberes Revista de Estudos Geoeducacionais*, v. 5, p. 86-100, 2014.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Festas Rurais Tradicionais: novas destinações turísticas?. In: Artur Cristóvão; Xerardo Pereira; Marcelino de Souza; Ivo Elesbão. (Org.). Turismo rural em tempos de novas ruralidades. 1ed.Porto Alegre: UFRGS, 2014, v. , p. 123-147.

OLIVEIRA, Christian D. M. de. Caminhos da festa ao patrimônio geoeeducacional: como educar sem encenar geografia?. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014, 2014. v. 1. 237p .

GUIMARÃES, Esmeraldo Victor Cavalcante. *Entre janelas e camarotes: o sagrado e o profano na festa do Bom Jesus dos Navegantes de Penedo/AL*. Dissertação (Mestrado - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2014.

GOMES, Roseane Cristina Santos. *Apropriação do espaço pelo turismo: uma análise acerca do espaço vivido e concebido nas comunidades tradicionais do litoral de Sergipe*. 2014. Tese

(Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Geralda de Almeida.

GOMES, Aline Honório Araújo da Silva. *Território e identidade na construção da socioespacialidade do povoado Sapé, Itaporanga D'Ajuda/Se*. 2014. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. Orientador: Maria Augusta Mundim Vargas.

I Encontro Nacional e III Simpósio Regional "Vozes Alternativas: Uma Discussão Sobre Poder, Identidades, Educação, Patrimônio, Cultura E Excluídos". Local: Faculdade São Luis de França. Data: 05 A 08 de Novembro 2014.

II Seminário Sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais I Simpósio Internacional Alimentação e Cultura: Aproximando o Diálogo Entre Produção e Consumo 2014.

III Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Identidade, Território E Cultura; Sociobiodiversidade e Sustentabilidade. 2014.

IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da Anpuh/SE.

Simpósio do XXXVIII Encontro Cultural de Laranjeiras e III Fórum Nacional Patrimônio e Festas de Sergipe. Laranjeiras – SE, 2014.

EM 2015: ARTIGOS, LIVROS, PALESTRAS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

GOMES, Roseane Cristina Santos; RIBEIRO, César Augusto França; SANTOS, Daniele Luciano. *Cores, cantos e ritos da cultura popular: Um olhar Fenomenológico sobre o encontro cultural de Laranjeiras/SE*. In: Geosaberes, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 341 - 352, jul. 2015.

SILVA, Eliete Furtado Cecílio, VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Espaços de Dialogo na Feira Vocacional da Jornada Mundial da Juventude*. In: IV Congreso Internacional: Ciencias, tecnologías y culturas: dialogos entre las disciplinas del conocimiento hacia una internacional del conocimiento. Santiago do Chile - 2015.

ALMEIDA, Maria Geralda. *As espacialidades do patrimonio festivo, e ressignificações contemporâneas no Brasil, Colombia e no México*. In: Romancini, Sonia Regina; Rossetto, Onélia Carmem; Nora, Giseli Dalla. (Org.). Neer - as representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia. 1ed.Porto Alegre - RS: Editora Imprensa Livre, 2015, v. 1, p. 106-138.

SILVA, Daniella Pereira S. *Patrimonialismo e processos identitários em centros históricos tombados: o caso de Penedo/AL*. In: VARGAS, Maria Augusta Mudim; DOURADO, Auceia Matos; SOUZA, Rodrigo Helles (Orgs.). Práticas e Vivências com a Geografia Cultural. Aracaju, SE: Ed. Segrase, 2015.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Cartografia cultural - Patrimônio cultural e identidade dos jovens do município de Japaratuba/SE*. 1. ed. Aracaju: Instituto Banese, 2015. v. 1. 20p.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Palestrante da Mesa: Produtos culturais*. In: Simpósios do Encontro do XXXVIII Encontro Cultural de Laranjeiras. Laranjeira – SE, 2015.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Palestrante da Mesa: Experiências em Pesquisa Qualitativa*. In: I seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa. São Cristóvão – SE, 2015.

GOMES, Roseane Cristina Santos; SOUZA, Angela Fagna Gomes de; VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Auceia Matos. *Palestrantes da Mesa: Instrumentais da Pesquisa Qualitativa*. In: I seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa. São Cristóvão – SE, 2015.

DOURADO, Auceia Matos. *Palestrantes da Mesa: Análises em Pesquisa Qualitativa*. In: I Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa. São Cristóvão – SE, 2015.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Palestrante da Mesa: Estudos Integrados "Patrimônio e Identidades"*. In: VII Seminário Nacional de Ações Integradas em Folclore: Cores, Cantos e Mitos. Aracaju –SE, 2015.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Palestra: "Japaratuba em redes: Juventude, cultura e cadeias produtivas"*. In: Descobrimo a Cultura Popular. Aracaju, 2015.

Simpósio do XL Encontro Cultural de Laranjeiras "O pulsar da Cultura: 40 anos do Encontro Cultural de Laranjeiras". Laranjeiras – SE, 2015.

II Jornada Nacional de Estudos do XIV Festival Arthur Bispo do Rosário: "A Feira – Encontro de Saberes e Sabores". Japaratuba – SE, 2015.

Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa. São Cristóvão – SE, 2015.

EM 2016: ARTIGOS, LIVROS, RESUMOS, TESES E DISSERTAÇÕES CONCLUÍDAS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, DOCUMENTÁRIO

SILVA, Eliete Furtado Cecílio; VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Dimensão da vida: turismo religioso na jornada mundial da juventude 2013*. In: 10º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. Foz do Iguaçu, 2016.

OLIVEIRA, Eivaldo Alves; VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Os Natais do ano de 1960 no sertão de Sergipe/Brasil*. In: III Seminário alimentos e manifestações tradicionais. Lisboa, 2016.

SILVA, E. F. C. VARGAS, M. A. M. *Sergipanos na jornada mundial da juventude/2013. Turismo religioso e o trilhar dos peregrinos*. In: X Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristóvão – SE, 2016.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; OLIVEIRA, Edivaldo Alves. *Geografia da Culinária: os natais de 1960 no sertão de Sergipe/Brasil*. In: III Seminário 'Alimentações e Manifestações Culturais Tradicionais' II Simpósio Internacional "Alimentação e Inovação na Produção e Consumo de Alimentos". Vila Real, 2016.

SOUZA DE DEUS, José Antônio; TORRES, Marcos Alberto ; ALMEIDA, Maria Geralda de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. Territorialidades de Festas Populares: Espaço-tempo Cognitivo, Conectivo e Conflitivo. In: *Revista da ANPEGE*, v. 12, p. 347-362, 2016.

SILVA, Eliete Furtado Cecílio; VARGAS, Maria Augusta Mundim. "Peregrinação e turismo religioso: a fé no peito e o pé na estrada". In: VII Congreso Latinoamericano de Investigación Turística "Responsabilidad y ética del turismo para la preservación del patrimonio natural y cultural". Ecuador - 2016.

SILVA, E. F. C. VARGAS, M. A. M. *O ir o vir e o recomeçar: peregrinos sergipanos na jornada mundial da juventude 2013*. In: VI Colóquio do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (VI NEER) – "Os outros somos nós" – Dez Anos de NEER– Fortaleza- CE, 2016.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Atlas das celebrações: as festas dos ciclos junino e natalino em Goiás e Sergipe*. 1. ed. Aracaju: Instituto Banese, 2016. v. 1. 92p .

GOMES, Roseane Cristina Santos; SANTOS, Daniele Luciano. *Senso de pertencimento e lugaridade: um tour fenomenológico em torno dos folguedos de Laranjeiras/SE*. In: Simpósios do Encontro do XLI Encontro Cultural de Laranjeiras. Laranjeiras – SE, 2016.

SILVA, Hebert Ruan Conceição; SOUZA, Ana. Claudia. B.; RAMOS, Luan Lacerda. *São Gonçalo, Cacumbi e Taieiras: Os sentidos de ser, pertencer e viver a cultura popular no município de Laranjeiras/SE*. In: Simpósio do XLI Encontro Cultural de Laranjeiras. Laranjeiras – SE, 2016.

SILVA, Hebert Ruan Conceição; SANTOS, Jorginaldo Calazans; GOMES, Roseane Cristina Santos. *O folguedo São Gonçalo Do Amarante/Mussuca-Se e o lugar: reflexões a partir da Topofilia*. In: Encontro de iniciação científica. São Cristóvão – SE 2016.

SILVA, Hebert Ruan Conceição; RAMOS, Luan Lacerda; SOUZA, Ana. Claudia. B.; SANTOS, Jorginaldo Calazans. *O folguedo São Gonçalo de Amarante Laranjeiras/Se e suas nuances Topofílicas*. In: Encontro de iniciação científica. São Cristóvão – SE 2016.

SOUZA, Ana. Claudia. B.; SILVA, Hebert Ruan Conceição; Luan Lacerda; SOUZA. *As Taieiras de Laranjeiras/SE: sentidos, singularidades e pertencimento*. In: Encontro de iniciação científica. São Cristóvão – SE 2016.

SILVA, Daniella Pereira de Souza. *Arruando" vejo rio, homens, pedra & cal: a des-re-patrimonialização do sítio histórico tombado de Penedo-AL*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Augusta Mundim Vargas.

SILVA, Eliete Furtado Cecílio e. *Campo da Fé: Território e Territorialidades dos peregrinos sergipanos na Jornada Mundial da Juventude*, 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Augusta Mundim Vargas.

MOTA, Rosiane Dias. *O protestantismo nas territorialidades e na identidade territorial da comunidade Quilombola Kalunga - Goiás*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Geralda de Almeida.

Simpósio do XLII Encontro Cultural de Laranjeiras. Laranjeiras – SE, 2016.

III Jornada Nacional de Estudos Do XV Festival Arthur Bispo do Rosário – Japaratinga/SE, 2016.

II Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa. São Cristóvão – SE, 2016.

SILVA, Eliete Furtado Cecílio. *O recomçar*. In: FIACULT Festival internacional audiovisual de cultura e turismo. Florianópolis SC, 2016.

EM 2017: ARTIGOS, LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES CONCLUÍDAS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

DOURADO, Aucéia Matos. *Territorialidades da festa: um olhar a partir da 2ª caminhada em devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira de Vila Bananeiras, Arapiraca / AL*. XI Colóquio Internacional “educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão – SE, 2017.

OLIVEIRA, Edivaldo Alves de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Espacialidades e Práticas do Maracatu Nação Porto Rico - Recife/Brasil*. In: XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina. La PAZ, 2017.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; ALMEIDA, Maria Geralda de. *Festas populares dos ciclos junino e natalino em Goiás e Sergipe/Brasil*. In: VI Encuentro Internacional sobre estudios de fiesta, nación y cultura, 2017, La Plata, Argentina. In: Anais do VI Encuentro Internacional sobre estudios de fiesta, nación y cultura. La Plata, Argentina, 2017.

OLIVEIRA, Edivaldo Alves de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Os Territórios dos Maracatus do Brejão – Brejo Grande/Sergipe - Brasil*. In: Encontro Nacional da Associação Nacional da Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre: UFGD Editora, 2017.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. *Desvelando heranças, tradições e práticas de jovens de Japaratinga/SE-Brasil*. Revista Cerrados (Unimontes), v. 15, p. 03-29, 2017.

FREITAS, J. S.; ALMEIDA, Maria Geralda. *Implicações do uso das mídias sociais nas festas tradicionais e as (re)significações do lugar*. In: Anais do XII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Porto Alegre, 2017.

SILVA, E. F. C. VARGAS, M. A. M. *O ir o vir e o recomeçar: peregrinos sergipanos na jornada mundial da juventude 2013*. In: VI Colóquio do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (VI NEER) – “Os outros somos nós” – Dez Anos de NEER– Fortaleza- CE, 2016.

OLIVEIRA, Eivaldo Alves. *Os territórios dos Maracatus do povoado Brejão - Brejo Grande/SE*, 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Augusta Mundim Vargas.

Simpósio do XLIII Encontro Cultural de Laranjeiras. Laranjeiras – SE, 2017.

APÊNDICE 2 – CADERNO DO PESQUISADOR¹²

A necessidade de elaborar um caderno do pesquisador surgiu no seminário realizado na Universidade Federal de Sergipe em setembro de 2010, que reuniu grande parte das equipes dos estados, como já referenciado na apresentação da evolução da pesquisa. A seguir, apresentamos o primeiro roteiro elaborado que, para fins didáticos, o nomeamos de Roteiro Norteador da pesquisa de campo, elaborado pelo prof. Christian Dennys Oliveira.

ROTEIRO NORTEADOR DA PESQUISA DE CAMPO

A presente proposta de roteiro – a ser finalizada antes da execução de visitas às festas do primeiro ciclo em estudo (Natalino) – requer das coordenações estaduais uma avaliação detalhada, a fim de contemplar o padrão de observações, entrevistas e coleta fundamental a todas as manifestações estudadas.

Para execução dos trabalhos, propomos que os pesquisadores/entrevistadores considerem o preenchimento de um formulário capaz de identificar o conjunto de dados recolhidos sobre a festa (durante e após sua realização). Assim será possível verificar – a partir das Coordenações – em qual nível qualitativo tais informações se encontram. São eles:

Nível	Denominação	Condições
1	Básico	Quando nenhuma atividade de campo foi realizada
2	Intermediário	Quando se visitou festa e registrou suas imagens
3	Satisfatório	Quando, após a visita, é feita uma entrevista completa ou, mesmo sem visita, a entrevista é complementada por outras fontes
4	Pleno Realizado	Quando visita, imagens, entrevistas e outras fonte completam todo levantamento atualizado da festa

O formulário a seguir deverá compor uma pasta de documentação – inicialmente em papel e posteriormente digitalizada – a fim de garantir o acesso às

¹² Salientamos que todos os roteiros estão, aqui, apresentados na íntegra.

informações a mais de um pesquisador e o avanço da avaliação qualitativa dos dados.

Festa							Nº BD (CE/GO/SE)	
Ciclo	Natalino		Junino		Referencial		Coligada	Outra
Nível	1	2	3	4			Atividades	Data
Pesquisador							Visita	
Pesquisador							Entrevista(s)	
Pesquisador							Imagens/Documentos	
Pesquisador							Outra Fonte	
Observação								

A partir dessa identificação, propõe-se o seguinte detalhamento para a visita de campo.

a) Visita ao local da festa

- a) Contato com acompanhante do local;
- b) Verificação prévia dos locais de realização da festa;
- c) Observação dessas localidades em horários e dias distintos (dia/noite);
- d) Percurso a pé no trajeto de um cortejo ou celebração da festa;
- e) Anotações de contatos (e-mails e telefones) de instituições, direta ou indiretamente vinculadas;
- f) Curiosidades e ocorrências tidas como extraordinárias (daquele ano);
- g) Recolhimento da programação (anotação ou impresso);
- h) Acompanhamento de um período de festa (aproximadamente 6 horas);
- i) Acertos com o acompanhante para o fornecimento posterior de informações relevantes, incluindo possível contato em uma escola no trajeto da festa.

b) Entrevista com Interlocutores:

- A - Agentes (organizadores/lideranças)
- B - Atores (participantes) da Festa

OBS: Para cada entrevista deve ser feito um breve esboço de identificação do interlocutor, reunindo informações pessoais como: NOME, IDADE, OCUPAÇÃO, ESCOLARIZAÇÃO, ORIGEM, TIPO DE ENVOLVIMENTO COM A FESTA E CONDIÇÕES EM QUE A ENTREVISTA FOI CONCEDIDA.

a) Indagar sobre

- a) O significado da festa – pessoal e à comunidade
- b) Os aspectos que ele(a) considera mais relevantes para identificar a festa
- c) No contexto atual quais os prós e contras
- d) Sua visão quanto à participação dos diferentes atores sociais
- e) Sua visão quanto ao apoio institucional e/ou financeiro
- f) As modificações da festa ao longo do tempo e nos últimos tempos
- g) Sua opinião a respeito desse conjunto de modificações
- h) A perspectiva de futuro e as a variáveis mais relevantes para que a festa continue ou se desenvolva mais.
- i) A participação da Prefeitura, da Mídia e das Escolas e dos Visitantes (turistas).
- j) A interação da festa com outras festas e eventos culturais.

b) Pedir que ele(a) narre alguma situação exemplar de como a festa está atualmente.

- a) Aos AGENTES => narrativa vinculada ao apoio institucional, incluindo aspectos econômicos, ambientais, de gestão e marketing, colendo, portanto, a qualificação organizativa da festa em seu discurso.
- b) Aos ATORES => narrativa vinculada a um ou um conjunto de episódios vivenciados; seja para mostra curiosamente o envolvimento dos personagens seja para caracterizar as dificuldades enfrentadas.

c) Imagens /Documentos

Fotos autorais

- a) Registros fotográficos da preparação, ocorrência e conseqüências dos festejos na localidade – destaque para ângulos mais detalhados e interações pessoais.

- b) Registros do contexto no qual a festa se realiza – destaque para tomada panorâmica e valorização dos elementos espaciais que mostram a localidade em festa.
- c) Registros orientados pelo acompanhante que possam colaborar, futuramente, na interlocução com o agente/ator entrevistado.
- d) Registro de placas de materiais com informações escritas representativas da dinâmica da festa na localidade.

d) Documentos

- a) Recolher registros fotográficos dos festejos, feito por outro autor, e cedido ou adquirido a partir do trabalho de campo – Solicitar que o autor assine termo de concessão direcionado especificamente à Pesquisa em Curso.
- b) Recolher Jornais, folders e folhetos impressos ligados aos festejos ou a orientações institucionais que represente a organização/divulgação dessas ou outras versões da festa.
- c) Recolher materiais de cânticos e eventos paralelos por ocasião do aumento do número de pessoas no lugar.

e) Outra Fonte

- a) Estudos de pesquisadores locais
- b) Publicações sobre o lugar que documentam a festa em algum nível de destaque (original ou cópia)
- c) Textos produzidos pelos interlocutores.

De posse desse amplo roteiro as equipes em cada estado, desenvolveram seus Cadernos do Pesquisador, priorizaram seus levantamentos e, sobretudo, adequaram à realidade de infraestrutura, participantes, facilidade de acesso às informações, dentre outros.

Nesse contexto, os roteiros aqui apresentados correspondem ao Caderno do pesquisador do subprojeto da Universidade Federal de Sergipe, mas ressaltando, correspondem à conteúdos balizadores do projeto e aprovados em reunião.

ROTEIRO I: DA OBSERVAÇÃO: EXPLORANDO A PAISAGEM

A elaboração desse roteiro é fruto de oficinas, leituras e discussões realizadas nos seminários internos, com a colaboração de textos e sugestões das equipes de Goiás e Ceará. Consideramos que o levantamento das festas, estrategicamente, deveria ocorrer em dois momentos: i) anterior ou posterior, com o objetivo de apreender sua história, conversar com seus organizadores, captar seus sentidos para a comunidade e, ii) durante a festa, de forma a possibilitar ao pesquisador realizar enquête com poucas questões, registrar fotos, aguçar sua percepção e avaliar a festa em suas dimensões cultural, social, política e econômica e, ainda posteriormente, proceder anotações em seu diário de campo.

Ao apreender a paisagem como categoria de análise, deve-se ter em conta não primeiramente a subjetividade, mas a curiosidade do pesquisador em tê-la como subjetiva e culturalmente construída.

Didaticamente as formas e os componentes da paisagem podem ser distinguidos observando no primeiro momento a paisagem do cotidiano e, no segundo momento, a paisagem da festa.

A PAISAGEM DO COTIDIANO

O cotidiano fornece *nomes impressos na paisagem*. Ao adentrar numa cidade ou até mesmo no percurso para o local da festa vale observar placas de sinalização, toponímia de propriedades, lojas, bares, restaurantes, ruas, praças, edifícios, etc, e toma-los como referentes, por exemplo, da importância ou não do santo padroeiro ou ainda, do ciclo natalino ou junino.

A observação da paisagem fornece *objetos e elementos* relacionados às festas, sejam elas festas de santos ou populares. Há que se observar a situação, por exemplo, do sítio das igrejas (se no alto, se ao fim de alameda, se defronte de rio, praça, etc, e seu contexto na paisagem do lugar); a situação de praças de eventos e ruas em que ocorrem as festas (centrais, distantes, centro antigo, etc.).

A observação da paisagem fornece os *signos visíveis* ao longe e aqueles observados a curta distância. Grandes estátuas, templos em relevo proeminente, cruzeiros sobressaem na paisagem e deve ser observada sua relação com a festa / ciclo estudado. Pinturas interiores, objetos e estátuas em praças, objetos miniaturas à venda no comércio merecem igual atenção.

A observação das impressões da paisagem do cotidiano é, com efeito, *motivadora*. A curiosidade e a criticidade do pesquisador são ativadas. Merecem anotações claras quanto a visibilidade dos nomes, objetos, elementos e signos relacionados ao objeto de estudo: a festa. Em sentido contrário, observar se nomes, objetos, elementos e signos estão sendo ‘escondidos’ por cartazes, faixas, tapumes etc.

A PAISAGEM DA FESTA

A paisagem da festa, objeto de nosso estudo, é em grande parte, *uma paisagem de rua ou uma paisagem em movimento*. Ela pode ser observada e vivenciada de longe, de perto, de dentro ou de fora pela televisão.

A festa promove uma centralidade e a construção de territórios flexíveis. Esses, os territórios, com certeza serão objeto de nossas análises. Mas, voltemos à paisagem.

A paisagem da festa é *experienciada pelo pesquisador, porém, vivenciada, vivida e revivida pela comunidade produtora*. Ela é comum àqueles que visitamos. Embora estejam vivenciando um dia (s) especial.

Ao observar a paisagem da festa o pesquisador procura *apreender a configuração total do ambiente, a imagem perceptiva em relação à sua localização na festa* (MERLEAU-PONTY, 1999). Se dia ou noite; trânsito do local; roupas das pessoas, se alimentos especiais. Tão importante quanto a apreensão desses elementos, é a percepção dos cheiros, das cores, dos modos das pessoas, se sozinhos ou em grupo, se a festa traz alegria, regozijo, penitência, etc., se há compartilhamento, conagraamento.

Ao observar a paisagem o pesquisador procura apreender em meio a eferescência e transgressão do cotidiano observada (DURKHEIM, 2008), para além do “volume e das formas’ da festa, elementos e *características da materialidade e do simbolismo* da festa, em que pese o significado e o sentido percebidos no ambiente da festa.

Ao posicionar-se na festa, o pesquisador pode observar na paisagem as manifestações tradicionais, ressignificadas, novos rituais, novos elementos (VARGAS; NEVES, 2009) e apreende-los como um esquema totalizador da festa (MERLEAU-PONTY, 1999).

Importante: o pesquisador deve ter em conta que esse roteiro possibilita a *apreensão da festa por essa trilha ou caminho aqui proposto*. O que se queremos lembrar? Não abarcamos tudo nem tampouco de todas as maneiras, leia-se todos os caminhos metodológicos.

O MAPA DA FESTA

Se possível coletar panfletos e material de todo tipo sobre a festa.

Se possível, acrescentar às anotações do diário de campo um esquema ou croqui do lugar da festa, assinalando elementos e objetos importantes – roteiro, prédios, praças, mas também impressões visuais, auditivas, olfativas, tátil, gustativo e, também, sinestésicas.

ROTEIRO II: ENTREVISTA PARA FESTA DE REFERÊNCIA (AOS PÁROCOS E PAROQUIANOS ORGANIZADORES DAS FESTAS)

1. Data e local de ocorrência (data fixa ou móvel; onde: no templo, praça, procissão); se é festa de referência do ciclo, se outro santo, se na sede ou no povoado.
2. Quem organiza (antecedência)
3. Patrocínio: como arrecada (rifa, doações, quermesses, prefeitura, gov. Estado, particulares, etc.)
4. Descrição de cada ritual/atividade: missa, alvorada festiva, procissão, novena/trezena, batizados, casamentos, quermesse, etc.

Descrever, se possível, na ordem dos dias de festa. Ex. Missa do dia tal com alvorada (descrever o que consiste a alvorada), segue missa (dia tal, hora, se todos os dias, quantas missas por dia - missas ou uma missa, etc.), assim para os demais rituais/ atividades. Ex1: Novena: 1º dia: homens (descrever que homens); 2º dia mulheres (descrever quais mulheres); 3º dia: "fazendeiros"; 4º dia: "paulistas", etc. Ao término fazer uma análise geral dessa distribuição. Ex2: quermesse (descrever o que consiste, com barracas, parquinho, shows, etc.). Ex3: Procissão: percurso, quem carrega o andor, quem orna, se reza, se canta, tempo de duração, etc.

5. Origem/Evolução: Ocorre desde quando, quais rituais/atividades foram introduzidas e desde quando. Por que foram introduzidas (significado). A organização e patrocínio mudaram como?
6. Situação atual: importância para região, estado, município, só sede ou só povoado; o que significa para quem organiza, para os participantes do lugar (visitantes é significativo? De onde?), enfrenta dificuldades? Quais?
7. Geração de renda: Os rituais/atividades descritos no item 4 geram renda? Quais? Para quem? Há comércio de artigos religiosos ligados à festa? Quais? Quem vende?
8. Papel e orientação da Igreja (Diocese) com relação à festa em pauta.
9. Outras informações:
 - Estilo do templo
 - Situação (no urbano – relevo, centralidade, com praça ou não)
 - Posição da porta (N/S/E/W) e também voltada para que: praça, rio rua, prefeitura, órgão público, etc.)
 - Descrição da paisagem (entorno do templo; do município ou povoado; do percurso da procissão, da praça da quermesse – ver roteiro I - de observação)
 - Turismo: de agências, espontâneo, hospedagem, alimentação, quem são os turistas?

ROTEIRO COMPLEMENTAR (NAS PREFEITURAS, ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PRODUTORES DE CULTURA)

1 – Dentre as comemorações do município pode-se destacar os ciclos festivos da Igreja Católica? (natalino, carnaval, quaresmal e junino). Em qual deles ocorrem as festas mais importantes e de maior prestígio no município? Quais são essas festas?

(Distinguir as festas religiosas das festas populares; se mais de uma ordenar pela importância e observar que cada questão seja respondida para cada festa)

2 – Sobre os ciclos natalino e junino (caso ocorram mais de uma festa importante as questões devem ser respondidas para cada festa; fazer roteiro separadamente)

- a) Como é festejado na igreja,
Como é festejado nas famílias,
Se ocorre junto com manifestação sincrética sincréticas
- b) No contexto da festa qual ou quais manifestações são mais importantes (destaque justificando a percepção do entrevistado).
- c) Ocorreram mudanças no modo (forma, maneira, composição, tempo) na realização dessas manifestações mais importantes?
- d) Como explicar as mudanças (caso tenha ocorrido).
- e) A festa está melhor em que; pior em que?
- f) Há presença de turistas no período da festa? Que tipo de turista: quem, de onde, quantos, se hospedam onde, etc.
- g) Qual a participação do município na realização da festa?
- h) Qual a participação do governo do estado na realização da festa?
- i) Qual a participação dos políticos na realização da festa?

ROTEIRO III: ENTREVISTA - ASSISTENTES E TURISTAS DA FESTA

1. Data e local de ocorrência.
2. Quem organiza/produz; número de participantes, gênero, idade, apresenta apenas nesta festa, principalmente, não é em função desta festa apresentando durante o ano, quando convidado.
3. Se o grupo tem patrocínio, ajuda, como sobrevive (estratégias), local de ensaio. Quantos membros; são todos que se apresentam ou tem grupo menor (ex: tem 50 participantes mas apresentam normalmente com 20; ou tem associado o grupo infantil/de crianças).
4. Descrição da manifestação:
 - O que significa?
 - Componentes, posição (em uma fila ou duas, dança com arranjos de posição, etc.).
 - Músicos – quantos e por que estes?
 - Músicas – letras
 - Cortejo ou palco – descrever

5. Origem/evolução: desde quando, quem introduziu? Tem movimento, letras, músicas, roupa, novo? O que tem de novo (diferente do original) e por que foi introduzido?
6. Situação Atual: O que significa para o líder e para o grupo? Apresenta só no município? Onde mais. Desde quando? Quem financia deslocamento? O que significa sair? O que significa participar desta festa religiosa? Qual a importância dela para o grupo?
7. Geração de renda = especificar caso ocorra, cachê, taxa de “associado”, rifa, etc. Há venda de artigos alusivos ao grupo? Quem produz? Quais? Quem vende? Onde?
8. Papel da Sec. De Cultura do município e do Estado na produção da manifestação.
9. Outras informações:
 - Descrição dos personagens e suas respectivas indumentárias
 - Letras, músicas
 - Se cortejo – detalhar os passos e as formações; se palco – detalhar também;
 - Turismo: agência, turismo espontâneo, quem são os turistas?

ROTEIRO COMPLEMENTAR (NAS PREFEITURAS, ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PRODUTORES DE CULTURA)

1. Dentre as comemorações do município pode-se destacar os ciclos festivos da Igreja Católica? (natalino, carnaval, quaresmal e junino). Em qual deles ocorrem as festas mais importantes e de maior prestígio no município? Quais são essas festas?
(Distinguir as festas religiosas das festas populares; se mais de uma ordenar pela importância e observar que cada questão seja respondida para cada festa)
2. Sobre os ciclos natalino e junino (caso ocorram mais de uma festa importante as questões devem ser respondidas para cada festa; fazer roteiro separadamente)
 - a) Como é festejado na igreja,
Como é festejado nas famílias,
Se ocorre junto com manifestação sincrética sincréticas

- b) No contexto da festa qual ou quais manifestações são mais importantes (destaque justificando a percepção do entrevistado).
- c) Ocorreram mudanças no modo (forma, maneira, composição, tempo) na realização dessas manifestações mais importantes?
- d) Como explicar as mudanças (caso tenha ocorrido).
- e) A festa está melhor em que; pior em que?
- f) Há presença de turistas no período da festa? Que tipo de turista: quem, de onde, quantos, se hospedam onde, etc.
- g) Qual a participação do município na realização da festa?
- h) Qual a participação do governo do estado na realização da festa?
- i) Qual a participação dos políticos na realização da festa?

ROTEIRO IV - ENTREVISTA - ASSISTENTES E TURISTAS DA FESTA

Assistente:

Identificar o entrevistado

- 1. Festa de referência
- 2. Festa de entorno;
- 3. Outra festa/manifestação no ciclo

- 1. Naturalidade
- 2. Residente no município: (...) sede; (...) povoado
Se residente: há quanto tempo?
- 3. Se assistente: 1ª vez (...) Sim (...) Não, desde quando vem?
- 4. Se considera turista: (...) Sim (...) Não
Por que?
- 5. Motivo de estar na festa:
- 6. O que mais gosta?
- 7. O que acha da organização?
- 8. O que sugere para melhorar a organização:
 - Organização:
 - Patrocínio:
 - Acomodação:
 - Agência de Turismo:

- Alimentação:
- Outro (especifique):

ROTEIRO V: ENTREVISTA PARA OUTRAS FESTAS

Como são diversas, de feiras a encontros, de micaretas a Zé pereiras, de “projetos”; o entrevistador deve detalhar o evento/manifestação obedecendo sequência de informações abaixo e aprofundando em suas especificidades.

1. Data e Local; se cíclica ou acíclica.
2. Quem organiza/produz
3. Patrocínio/apoio/realização
4. Descrição do evento/manifestação, quando houver a programação.
5. Origem/Evolução – desde quando, quem introduziu, se ocorreram mudanças – quais?
6. Situação atual: movimentação o lugar? Alcance (regional, estadual, municipal, só sede, só povoado); Sempre ocorreu neste lugar? Enfrenta dificuldades?
7. Geração de renda: Aqui identificar cadeias (shows, trios, músicos, bebidas, comidas, montagem de palco, vestimentas – ex. camisetas).
8. Papel das instituições, leis de incentivo e governo na realização da manifestação/Evento.
9. Outras informações: programação, folder, se atrai turistas (agência, espontâneo, de onde, hospedagem, etc.).

ROTEIRO VI – ENTREVISTA - AGENTES DE TURISMO

Encontrados nas festas/manifestações ou “buscados” por amostragem em seus endereços

1. Identificação: Agência, responsável.
2. Funcionamento, tempo.
3. Tipo de turismo motivador da abertura, permanece o mesmo?
4. Atua em festas do ciclo natalino (...); Junino (...); Manifestações do entorno natalino (...); Manifestações do entorno junino (...); Outros eventos/manifestações (...). Especificar qual, desde quando, como (deslocamento, hospedagem), fluxo por festa/manifestação. Origem dos turistas.

5. Produz material de divulgação? Qual? Meio? Antecedência?
6. Quais festas/eventos/manifestações atua em Sergipe (se possível por ordem de importância).
7. Qual o papel das agências de turismo no sucesso da festa/manifestação?
8. As políticas de cultura são entendidas como incentivos diretos ou indiretos para a realização do turismo de festas/manifestações do ciclo natalino e junino?

ROTEIRO VII- ENTREVISTA ÓRGÃOS DE POLÍTICA DE CULTURA

1. Pontos fortes e fracos de atuação do órgão;
2. Processo de conhecimento, reconhecimento, preservação e promoção/valorização de um bem cultural;
3. Situação do órgão no sistema nacional de cultura;
4. Vínculo – subordinação, relações, convênios, parcerias do órgão;
5. Principais mudanças nas políticas de cultura desde a criação do órgão e marcos dessas políticas;
6. Impacto das ações políticas do órgão para as comunidades;
7. Locais de aplicação dos projetos/ações (local(is), município(s), região(ões));
8. Envolvimento da sociedade nas ações do órgão? Como e desde quando ocorre;
9. Principais áreas de atuação do órgão;
10. Principais políticas do órgão;
11. Existência de ações (projetos/políticas) específicas para as festas (A - festas em geral; B - festas rurais);
12. Tipo de evento que a atuação/participação do órgão é mais efetiva (realização, patrocínio, apoio).

AUTORES

Angela Fagna Gomes de Souza; Doutora em Geografia IG/UFU; Professora pesquisadora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Auceia Matos Dourado; Formação: Doutora em Geografia - PPGeo/ UFS; Professora da Universidade Federal de Alagoas.

Daniele Luciano Santos; Mestre em Geografia - PPGeo/UFS; Tutora de EAD do curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Daniella Pereira de Souza Silva; Doutora em Geografia - PPGeo/UFS; Professora Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe.

Edivaldo Alves de Oliveira; Mestre em Geografia - PPGeo/UFS; Professor de Geografia do Instituto Federal de Sergipe.

Geraldo Inacio Martins; Doutor em Geografia IG/UFU; Professor da Universidade Federal de Alagoas.

José Antônio Souza de Deus; Doutor em Ciências (Geografia)- IGEO/ UFRJ; Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

José Wellington Carvalho Vilar; Doutor em Geografia pela Universidade de Granada (ESPANHA); Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe e do do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Liliane de Deus Barbosa; Mestre em Ciências (Geografia e Tratamento da Informação Espacial)- PUCMinas; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ludimila de Miranda Rodrigues Silva; Mestre em Ciências (Geografia) – IGC/UFMG; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

Maria Augusta Mundim Vargas; Doutora em Geografia - Unesp/Rio Claro; Professora pesquisadora do Programa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe

Maria Geralda de Almeida; Doutora em Geografia Tropical - Bordeaux III-França; Professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás.

Mariana Rodrigues da Costa Neves; Mestre em Ciências (Geografia) – IGC/UFMG; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

Priscila Pereira Santos; Mestre em Geografia PPGeo/UFS; Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Vera Lúcia Salazar Pêsoa; Doutora em Geografia - Unesp/Rio Claro; Pesquisadora do NEPSA e GeTEM da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

ISBN 978-856010200-6



9

788560

102006